A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos

SÉRIE UNIFESP 75 ANOS

A Formação Médica na Unifesp: Excelência e Compromisso Social
Rosana Fiorini Puccini, Lucia de Oliveira Sampaio e Nildo Alves Batista (orgs.)

A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaios sobre História e Memória
Jaime Rodrigues (org.), Ana Lúcia Lana Nemi, Karen Macknow Lisboa e Luigi Biondi

75 x 75: EPM/Unifesp, uma História, 75 Vidas
Dante Marcello Claramonte Gallian

A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos

ENSAIOS SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Jaime Rodrigues (org.)

Ana Lúcia Lana Nemi

Karen Macknow Lisboa

Luigi Biondi

Sumário

Abreviaturas

AESP	Arquivo do Estado de São Paulo
CAPB	Centro Acadêmico Pereira Barretto
CEF	Caixa Econômica Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
Consu	Conselho Universitário
CTA	Conselho Técnico-Administrativo
EPM	Escola Paulista de Medicina
Fap	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo
HSP	Hospital São Paulo
IPM	Inquérito Policial-Militar
MEC	Ministério da Educação
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de São Paulo
SPDM	Sociedade e/ou Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
UATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UFSP	Universidade Federal de São Paulo (1961-1964)
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo

Agradecimentos

A ELABORAÇÃO DESTE LIVRO, centrado na história da Unifesp aos 75 anos, partiu de um convite formulado por Durval Rosa Borges, presidente da Fundação de Apoio à Unifesp (Fap) no início de 2007. A ele, os autores dirigem seus primeiros e calorosos agradecimentos, especialmente pela confiança e pelo apoio com que nos brindou ao longo do processo de pesquisa e redação da obra.

Ainda na Fap, além de sua diretoria, fomos acolhidos por Labib Bernardi, que atendeu com esmero às nossas demandas logísticas. Eliana Ap. Ramalho, Alberto José Sciessere e René Costa foram igualmente imprescindíveis.

Na Unifesp, agradecemos a Mara Helena de Andréa Gomes (Departamento de Medicina Preventiva); Osmar Rotta (Departamento de Dermatologia); Débora Amado (Departamento de Neurocirurgia); Marília de Arruda Cardoso Smith e José Carlos Prates (Departamento de Morfologia); Maria Cecília Sonzogno (CEDESS); Regina Stella (Departamento de Comunicação e Marketing Institucional); Yara M. Michelacci (do Departamento de Bioquímica); Roberto G. Baruzzi e Douglas Rodrigues (Projeto Xingu); Alba Lucia Botura L. de Barros, Márcia Barbieri, Janine Schrimer e toda equipe do Departamento de Enfermagem dedicada à celebração dos setenta anos de criação daquele curso; Sônia M. S. Oliveira (Departamento de Informática em Saúde); Diva Rey da Silva Martins (Reitoria); Marta Costa Peñas

e Ângela Vitória Rodrigues Borges (Pró-Reitoria de Graduação); Miriam Elena Cabral Baceto (Coordenadora de Comunicação); Luiz Carlos Lopes e Renato Conte (Assessoria de Imprensa); às diretorias e aos membros do Centro Acadêmico Pereira Barretto e do Diretório Central de Estudantes, em particular a Bruno Ferreira Funchal e Lara Soares Rezende.

Agradecemos ainda aos demais chefes de departamentos e diretores de órgãos complementares, bem como a todos os professores, funcionários, alunos, ex-alunos, familiares e amigos que disponibilizaram textos, imagens e depoimentos ao programa "Unifesp 75 anos: Patrimônio Cultural e Perspectivas", do qual este livro é um dos resultados. Entre eles, contam-se André Bohomoletz Henriques, Antônio Candido de Mello e Souza, Artur Beltrame Ribeiro, Carlo Pollini Quintieri, Cícero José Brasiliano, Durval Rosa Borges, Fábio Ancona Lopez, Lia Rosenberg, Jair Xavier Guimarães, Marcos Ferraz, Maria Cecília Ferraz de Oliveira, Maria Gaby Rivero de Gutierrez, Nestor Schor, Paulo José Brito de Castro, Tsuyoshi Yamashita, Vera Bohomoletz Henriques e Walter Manna Albertoni.

O bom nome da Universidade Federal de São Paulo facilitou o acesso a informações obtidas em outras instituições. Nesse sentido, somos gratos a Antonio Amaro (do Hospital Santa Joana), Maria Augusta Alves Ferreira (da Caixa Econômica Federal), Isabel Cristina de Campos (Associação Paulista de Medicina) e, pelo apoio, Fernanda Lugão e Rosmari A. Elias Camargo. Um agradecimento especial ao Cândido Grangeiro, pela proximidade e pelo apoio.

Por fim, embora não menos importante, ao longo da pesquisa pudemos contar com o auxílio valioso de um grupo de estudantes do curso de História da Unifesp, *campus* Guarulhos, a saber: Carlos Alexandre das Neves, Fernanda Nichterwitz, Gabriela de Rezende Ferreira, Hugo Leonardo Calhau dos Santos, Mauricio Antunes de Oliveira Soares, Michele Suzeley Piacente, Rafaela Dias Chaves Ferreira e Silvia Helena de Araújo Bueno.

Os autores

Prefácio

Ulysses Fagundes Neto

O que diríamos, se estivéssemos frente a nossos fundadores, hoje, após estes 75 anos de vida da Unifesp?

Mais que isto, frente a todos que um dia estiveram, participaram e foram responsáveis, em alguma medida, pelo percurso histórico do que é hoje esta Universidade?

Antes de responder, é preciso primeiro se deliciar com a possibilidade de isto acontecer, o que anuncia nosso orgulho pelo passado e estimula nossa luta pelo presente.

As universidades passam a ser, principalmente a partir do século xx, os produtores primários do conhecimento nas sociedades modernas. Incluem-se aí a manutenção e multiplicação do estoque de conhecimentos estratégicos, papéis exercidos respectivamente enquanto instituições educacionais e de pesquisa. A universidade é uma instituição ímpar, mantendo-se presente frente às mudanças históricas, sem, contudo, deixar de acompanhar as alterações da sociedade. Isso porque, focalizada no ser humano e em suas questões essenciais, tem como função produzir conhecimento capaz de se inserir nos contextos sociais e políticos.

Mas o conhecimento não é neutro e seu valor é sempre contextual. A aproximação daquele que busca conhecer, organizado em instituições, com a sociedade é que define e baliza o papel, a organização e o *modus operandi* das universidades, que são ao mesmo tempo reflexo e

contraponto das sociedades nas quais estão inseridos e de seus movimentos históricos.

Indo então à resposta daquela pergunta inicial: que a Unifesp continua a mesma e, ao mesmo tempo, é outra.

Santo Agostinho pode explicar porque continua a mesma. Num de seus textos encontramos uma idéia que revela o papel das instituições de ensino e pesquisa, papel este sempre perseguido e, sem dúvida, alcançado pela Unifesp com louvor.

Falando sobre o que é um professor, no seu contexto institucional, Agostinho diz que professor é aquele que gera conhecimento novo – que é, sem dúvida, o nosso caso. E diz mais: a educação acontece quando não há intervalo entre o falar e o aprender. Ou seja, o conhecimento flui entre pessoas, algumas estando no momento na função de professor, outras de aluno.

Nestes 75 anos a Unifesp não cessou um único segundo nesta tarefa, portanto permanece a mesma, mantendo-se como instituição chave do sistema educacional brasileiro.

Diríamos a nossos fundadores que acreditamos estar cumprindo a missão da universidade, que é dar prova de sua viabilidade no decorrer dos séculos e de sua habilidade para induzir mudanças e progressos na sociedade. Que esta universidade só tem compromissos com a sociedade na qual se insere, sendo esta o único sentido de sua existência. Reafirmaríamos aquelas intenções, as de 75 anos, em manter a gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e em todos seus sensos de relevância pública, como forma de representar plenamente o Estado que educa e difunde conhecimentos.

Diríamos que apostamos, sempre, na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços à sociedade, como forma da universidade cumprir seu papel histórico. E não abrimos mão da excelência acadêmica, que permite legitimar a existência da Unifesp no bojo da sociedade que a financia.

Temos nos obrigado, para isto, a dedicação integral à produção do conhecimento e ao atendimento à sociedade, à promoção e ensino de ações cidadãs e valores democráticos.

Lutamos para que a sociedade tenha livre acesso ao conhecimento, e a prova disto é nossa definição e exercício de um modelo de gestão institucional democrático, transparente e participativo.

Por fim, desejamos manter a universidade integrada ao processo de desenvolvimento da nação, dele participando como agente de construção e de análise crítica.

Nestes tempos, respiramos os ares de todos os tempos que mudaram, como todas as instituições fariam. Mas, com certeza, fomos agentes e atores de muitas mudanças, como, em especial, aquelas mais recentes, que culminaram no incrível incremento da produção científica e de recursos humanos, na prestação de serviços à sociedade e no processo de expansão universitária ora em curso.

E, talvez, eles nos dissessem, olhando para tudo o que está aí: hoje a Unifesp é maior e melhor ainda.

Introdução

O Nascimento de uma Universidade

Durval Rosa Borges

ESTE LIVRO CONTA A HISTÓRIA de uma escola privada de medicina que se transformou em universidade pública. É dupla a comemoração: celebra-se uma história de sucesso e testemunha-se o nascimento de uma universidade. Ao longo de 75 anos foi sendo construído um modelo de universidade pública apoiada por entidades de direito privado sem finalidade econômica: uma associação mantenedora de seu hospital-escola e uma fundação de apoio a suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Alguns episódios foram decisivos na construção deste modelo.

1. Escola Paulista de Medicina e Hospital São Paulo

O ensino superior no Brasil é recente, mesmo quando comparado ao de outros países das Américas: o primeiro curso de ensino superior instalado no país acaba de completar duzentos anos. Por decisão do príncipe regente D. João VI, a Escola de Cirurgia da Bahia foi criada em 18 de fevereiro de 1808. A Escola Paulista de Medicina (EPM) foi fundada em 1933, época associada ao nascimento da medicina moderna: "É habitual datar o começo da medicina moderna em algum ponto no meio dos anos de 1930, com a inserção da sulfonamida e da penicilina na farmacopéia, e é costumeiro atribuir a esses eventos a força da revolução na prática médica"[1].

1. "It is customary to place the date for the beginnings of modern medicine somewhere in the mid-1930s, with the entry of sulfonamides and penicillin into the pharmacopoeia and it is usual to ascribe to these events the force of a revolution in medical practice". Lewis Thomas, "Medical Lessons from History", *The Medusa and the Snail*.

Em 1º de junho de 1933 foi publicado o manifesto de fundação da EPM, assinado por 31 médicos e dois engenheiros, com idades que variavam de 26 a 54 anos (mediana de 34 anos). O manifesto explicitou o duplo objetivo da iniciativa:

> Uma escola médica exige instalações hospitalares para o ensino das clínicas, e a criação de seu hospital não será menor serviço prestado a São Paulo pela nova Escola que, só por isso, faria jus ao maior carinho e ao melhor desvelo por parte da população paulista. A premência desses dois problemas – o do ensino médico e o da assistência hospitalar – bastaria para justificar amplamente a presente iniciativa.

Para o cumprimento do duplo objetivo foi constituída a "Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina", sob a liderança de Octávio de Carvalho (1891-1973), com prazo determinado de cinqüenta anos de existência. Esta limitação indicava que os fundadores previam que passado aquele período seria necessária reavaliação do ordenamento jurídico da entidade. Na fase inicial os alunos pagavam para estudar e os fundadores pagavam para ensinar:

> O patrimônio da Escola é constituído pelas importâncias em dinheiro exibidas por seus sócios-fundadores, no ato inicial da constituição da sociedade, e pelas demais quantias com que os mesmos se comprometeram a entrar, nos prazos convencionados, até a integralização total da quota de capital cuja responsabilidade, cada um de per si, tiver assumido"[2].

O Hospital São Paulo (HSP) foi o primeiro hospital-escola a ser construído no Brasil, e na cerimônia do lançamento da estaca fundamental em 1936 já podia declamar o poeta Guilherme de Almeida: "Aí está, germinada e prosperada a semente; aí está, florescido o ideal; aí está, frutificado o empreendimento! Aí está a Escola Paulista de Medicina. A árvore boa, em boa hora, sob um bom signo, numa boa terra e por boas mãos plantada". Em 1938 a EPM foi reconhecida oficialmente e diplomou a primeira turma de médicos. Logo a seguir iniciou-se o curso de enfermeiras (1939) e, em 1940, o HSP já funcionava com cinco andares.

2. Núcleo da Pesquisa

Em 1937 a EPM contratara o médico José Ribeiro do Valle (1908-2000) para ensinar farmacologia, e em 1943, o também médico mineiro José

2. *Estatutos da Escola Paulista de Medicina*, 1933, artigo 3.

Leal Prado (1918-1987) para ensinar química fisiológica. Professores da área clínica aliavam o ensino ao empenho em construir, equipar e fazer funcionar o HSP. Os professores Valle e Leal completavam sua atividade didática com a de pesquisa, no Instituto Butantan. Convencidos, porém, da necessidade de permanecer em tempo integral na EPM organizaram o Laboratório de Farmacologia e Bioquímica que, em dezembro de 1947, foi instalado em sala anexa à Farmácia no segundo andar do Hospital São Paulo. No dizer de Valle, "a pesquisa básica apenas se esboçava e era preciso dinamizá-la sem tardança. Leal Prado e eu metemos mãos à obra..." No período de cinco anos (1948 a 1953) o Laboratório desenvolveu-se a ponto de exigir instalações próprias e independentes e em meados de 1956 instalou-se em edifício próprio, o hoje denominado Edifício José Leal Prado. Neste ambiente Valle e Leal formaram equipes, buscaram financiamento e lideraram o desenvolvimento de duradouras linhas de pesquisa: endocrinologia experimental (Valle) e sistemas de peptídeos vasoativos (Leal Prado). O Laboratório de Farmacologia e Bioquímica foi o núcleo da pesquisa na EPM e deu origem aos atuais departamentos de Bioquímica, de Farmacologia, de Biofísica e de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo.

3. Regime Departamental

A criação do Departamento de Medicina em 1951, ainda na Escola privada, por iniciativa de Jairo Ramos (1900-1972), representou, em princípio, o fim do regime de cátedras. A proposta vinha de 1949 e, para entender porque foram necessários dois anos para sua implantação, basta lembrar que o então diretor do Departamento de Ensino Superior do Ministério da Educação aconselhava que a Escola Paulista de Medicina estudasse o assunto com cautela, principalmente com referência ao futuro, pois, "o que se pretendia era uma inovação no ensino médico, e traria conseqüências que deveriam ser bem ponderadas". O programa de ensino deixava de ser decisão individual de cada catedrático. Outros departamentos foram se estruturando até que, em 1965, a EPM foi organizada em doze departamentos, quando uma lei federal institui oficialmente o sistema departamental na universidade brasileira.

No ano de 1951 foram criados o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Associação Médica Brasileira, e realizou-se a 1ª Bienal de Artes Plásticas de São Paulo. A Fapesp foi instituída em 1962.

4. Federalização da Escola

Não foram necessários os cinqüenta anos previstos para a reavaliação do ordenamento jurídico da instituição. O crescimento, tanto da EPM como de seu hospital-escola, levou a Sociedade mantenedora de ambos a séria crise, após vinte anos de existência. Componentes desta crise podem ser percebidos na ata da 85ª Reunião da Congregação (8 de abril de 1954) reunida (às 22:00h) para analisar o pedido de renúncia do então diretor:

> O senhor diretor, professor doutor Jairo de Almeida Ramos, passa a expor à Congregação os motivos que determinaram sua demissão em caráter irrevogável. Informa que o motivo principal e quase único de seu pedido de demissão, não se prendia ao cansaço físico de sua pessoa, e sim ao cansaço psicológico. Como sabem tem trabalhado até o presente momento em condições desfavoráveis. Há dois anos que vem procurando desenvolver suas atividades em todos os setores e baldados têm sido seus esforços. É possivelmente uma questão de temperamento, porém não se sente satisfeito com ele próprio e isto o faz sofrer mais do que seus companheiros de Congregação imaginam. Refere-se ao desinteresse que vem notando com os problemas capitais da Escola, por parte de alguns professores; diz ainda que todos estão cientes que ao assumir a diretoria, a Escola Paulista de Medicina atravessa uma crise séria; teve que enfrentar graves problemas e mal entendidos e, para harmonizar em parte esses grandes problemas abdicar de sua personalidade; seu único interesse e desejo era e é de dar o melhor para todos, entretanto, pouco conseguira fazer. Passa em seguida a fazer uma recapitulação de todas as atividades que procurou desenvolver principalmente pela promessa de auxílio que receberia do Senhor Governador e que falhara; Escola de Puericultura que não conseguira o capital necessário para sua construção até o presente momento; o desejo de passar a Escola em Fundação, que em virtude do débito para com a Caixa Econômica Federal, também falhara; as promessas feitas pelo Senhor Governador e Prefeito da Capital, por ocasião dos festejos comemorativos ao 20º Aniversário da Fundação da Escola Paulista de Medicina, que também falharam. Passa a discorrer sobre as dificuldades que foram criadas com o diretor clínico, que muito é necessário no Hospital São Paulo, porquanto diz que o diretor não tem possibilidade de atender a todos os casos que surgem dentro do Hospital, porquanto a administração é complexa. Reporta-se ainda a necessidade que se vê em alguns laboratórios da Escola, que mal tem um mínimo indispensável. Diz ainda que a Escola tem perdido elementos humanos bons porque a Escola não pode pagar. Acha que explicadas estas razões é fácil de supor os motivos que determinam sua demissão em caráter irrevogável.

O desfecho da crise ocorreu com a federalização da instituição privada. Foi decisão polêmica: quando a idéia fora inicialmente discutida pela Congregação, ainda em 1950, fora aprovada pela estreita margem de catorze votos a favor e treze contra. A lei 2.712 de janeiro de 1956 que federalizou a EPM não incluiu o HSP, seu hospital-escola. Com a federalização, a União recebeu parte do patrimônio da Sociedade Civil, assumiu os compromissos da EPM e oficializou trinta professores catedráticos então em atividade. A contabilidade da Sociedade já vinha sendo desdobrada em duas, uma relativa à Escola e outra ao Hospital São Paulo. A lei da federalização ainda determinou que "para o ensino das clínicas da Escola Paulista de Medicina, a entidade mantenedora do Hospital São Paulo assegurará, mediante cláusula na escritura referida neste artigo, a utilização de suas enfermarias gerais, instalações e equipamentos, independente de qualquer indenização". Para evitar a duplicidade de nomes, quatro anos após a federalização, em junho de 1960, a Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina (mantenedora agora apenas do HSP e não mais da EPM) passou a denominar-se Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Iniciou-se assim a criação de um modelo onde uma escola médica vinculada ao Ministério da Educação tinha seu hospital-escola mantido por sociedade de caráter privado. A formação médica no complexo EPM/HSP completou-se quando em 1957 foram iniciados programas de Residência Médica, conseqüência da anterior criação do regime de internato no curso de graduação.

5. O Desencontro

Em dezembro de 1960 a lei 3.835 (federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências), um dos últimos atos do governo Juscelino Kubitschek, trazia embutida (artigos 11 e 12) a criação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP). Esta teria sede na cidade de São Carlos e seria constituída por cinco estabelecimentos de ensino superior: Escola Paulista de Medicina, Escola de Engenharia de São Carlos, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba e Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André. Entretanto a UFSP dependia de legislação complementar para sair do papel, o que não aconteceu durante o breve período de Jânio Quadros na presidência da República. Foi apenas em dezembro de 1963 que um decreto do Presidente João Goulart criou o Conselho Consultivo da UFSP com o objetivo de implantá-la, determinando o início de seu efetivo funcionamento para o ano letivo de

1964. O Conselho foi presidido por Marcos Lindenberg (1901-1979), então diretor da Escola Paulista de Medicina, e contava com outros sete membros dentre os quais Fernando Henrique Cardoso, representando a Universidade de São Paulo. Nesta primeira tentativa de criação de uma universidade federal em São Paulo, a EPM de certo modo deixaria de ser condutora de seu destino: não seria sede da reitoria e seria incorporada a um conjunto de instituições isoladas de ensino superior profissionalizante com as quais não mantinha relação acadêmica e que traziam heterogênea tradição em pesquisa. A lógica de agregação possivelmente fosse a complementaridade dos cursos de graduação oferecidos pelas diferentes instituições. Porém, com a mudança de regime político em abril de 1964, a UFSP foi desfeita e a EPM transformada em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica.

6. O Curso de Ciências Biomédicas e a Pós-Graduação

Em 1966 foi criado na Escola o curso biomédico, que pode ser considerado o embrião da futura universidade e antecipou a ação da Capes, que na década seguinte normatizou o desenvolvimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. José Leal Prado finaliza o documento "Sobre o curso de graduação, mestrado e doutoramento em ciências biomédicas da Escola Paulista de Medicina" com o seguinte parágrafo:

> Em anos recentes foi feita uma tentativa malograda de fundar-se em São Paulo Universidade Federal. Entretanto, uma instituição como a Escola Paulista de Medicina sente-se limitada dentro da estrutura de um instituto isolado de ensino superior. A criação do curso de ciências biomédicas tornará mais amplo seu campo de atividade cultural e mais importante sua contribuição social. Se tivermos êxito nesta iniciativa, estaremos armazenando uma experiência valiosa ao mesmo tempo em que teremos maiores possibilidades para fazer uma segunda tentativa no caminho da Universidade Federal. Somente o futuro ditará a melhor conduta a seguir.

O credenciamento pela Capes dos primeiros programas formais de pós-graduação *stricto sensu* na EPM, a partir de 1972, ampliou a pesquisa nas áreas básicas, consolidou a pesquisa nas áreas clínicas e estimulou a progressiva interdisciplinaridade da pesquisa. Os programas passaram a ser coordenados por uma Comissão de Pós-Graduação, que teve como primeiro presidente o prof. Ribeiro do Valle. Nas décadas seguintes a geração de professores "pós-fundadores" ampliou o ensino de graduação, assumiu decidido compromisso com a iniciação

científica, com a pós-graduação, com a pesquisa e com a inserção internacional, e procurou ativamente captar recursos para a instituição. A EPM passou a ter mais inscritos em programas de pós-graduação do que alunos matriculados em cursos de graduação. Amadurecia a idéia de uma universidade, estruturada em unidades de áreas do saber e não em um conjunto de faculdades ou de escolas profissionalizantes.

7. A Universidade

Em agosto de 1979 o Ministério da Educação e Cultura solicitou à Escola que sugerisse como pretendia enquadrar-se em lei de 1968 que tratava da incorporação de estabelecimento isolado de ensino superior em universidade federal ("Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento."). Após avaliar o assunto e entender que a proposta de incorporação ou associação não atendia aos interesses e à história da EPM, a Congregação decidiu por unanimidade que a "Escola Paulista de Medicina oferece todas as condições de estrutura e tradição para constituir o núcleo de uma universidade dedicada seriamente ao ensino e a pesquisa na área das ciências biológicas e da saúde". Mas foi apenas em dezembro de 1994 que a lei 8.957 transformou a EPM em Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com a característica proposta, isto é, de ser universidade temática (universidade da saúde). A instituição ganhou autonomia acadêmica, passou a reconhecer seus diplomas, iniciou processo de reformulação e avaliação de seus cinco cursos de graduação e elaborou seu Estatuto. Este manteve a estrutura departamental vigente e criou quatro pró-reitorias encarregadas de organizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Iniciativas integradoras, como o Programa MD-PhD, puderam ser implantadas.

Em 2004 a Unifesp iniciou processo de expansão institucional com a instalação de novos *campi* e a criação de novos cursos de graduação, agora em áreas do conhecimento além do das ciências da saúde. Após dez anos de experiência a Unifesp deixou de ser universidade temática e passou a ter amplo espectro de cursos de graduação e de áreas de pesquisa. No modelo agora instalado de universidade a EPM não foi incorporada e não agregou instituições previamente existentes.

Conduziu o processo (*non ducor duco*) e imprimiu nos novos *campi* e nas novas áreas de atuação seu padrão de qualidade.

As decisões de federalizar a EPM, de criar outros cursos além do de Medicina, de transformar a Escola em universidade temática e de posteriormente ampliar seu escopo, olhadas em perspectiva, parecem ter um encadeamento lógico e coerente. Na ocasião em que foram tomadas, cada uma das decisões não pareceu transformadora, mas seu efeito cumulativo foi decisivo. Barreiras aparentemente intransponíveis precisaram ser vencidas. No início do século XV os navegadores portugueses ao atingirem o Cabo do Bojador retornavam, convencidos que haviam alcançado o fim do mundo. Em 1434, Gil Eanes lançou sua esquadra para o mar alto, contornando à distância e ultrapassando o Cabo. A manobra de navegação em si (conhecida como *volta do mar*) foi trivial. A barreira representada pelo cabo não era física, era mental. Vencida a barreira, um novo mundo foi sendo conquistado.

8. O Modelo Unifesp

O relatório de atividades dos Laboratórios de Farmacologia e Bioquímica relativo ao período de 1953-1958, que inclui o ano de 1956 da federalização, registrou:

> A folha de pagamento do pessoal destes Laboratórios somou em 1958 Cr$ 2.755.200,00 ou Cr$ 229.600,00 mensais. Desse total 57% representaram o pagamento efetuado diretamente pelo Governo da União por força da lei que federalizou a Escola Paulista de Medicina, e 43% a suplementação obtida de outras fontes. Nas rubricas Material e Manutenção a contribuição do Governo Federal guardou aquela proporção. Por conseguinte, para a atividade basal destes Laboratórios, ainda não é suficiente a verba oficial disponível. Daí a necessidade de se apelar para outras fontes a fim de aumentar a nossa receita. Na lista de auxílios aos Laboratórios de Farmacologia e Bioquímica, conseguidos de diversas fontes oficiais e particulares, o futuro estudioso dos problemas educacionais brasileiros poderá encontrar matéria digna de reparo. Sem tais auxílios, fazemos questão de acentuar, a atividade destes Laboratórios teria sido inexpressiva.

Fica claro que, para manter a excelência da instituição em pesquisa, e conseqüentemente no ensino, sempre foi preciso enfrentar o problema do financiamento, tanto privado (mensalidade paga pelos alunos no período de 1933 a 1956) como público (dotação orçamentária a partir de 1956). Com o crescimento da EPM e do HSP o problema acentuou-se

e criaram-se ao longo dos anos, a partir de departamentos acadêmicos, instituições ditas suplementares, com personalidade jurídica própria e que passaram a captar recursos, tanto privados como públicos. Simultaneamente à criação da Unifesp (lei 8.957/94) é editada a lei 8.958/94 ("a Lei Seguinte") que estipulou que "as instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado sem fins lucrativos". Com exceção da Fundação Oswaldo Ramos (de apoio à Disciplina de Nefrologia) as demais instituições chamadas de suplementares e criadas pelos departamentos não atendiam a esta lei, pois estavam constituídas na forma de associações e não de fundações. Em maio de 2003 o Tribunal de Contas da União determinou que a Unifesp cumprisse a lei, regularizando seus órgãos suplementares. Após dois anos de tratativas, em maio de 2005, 31 destes órgãos suplementares instituíram a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (Fap-Unifesp), de direito privado e sem finalidade econômica. A Fap-Unifesp foi a seguir reconhecida pelo Conselho Universitário e credenciada pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia como fundação de apoio à Unifesp.

Completou-se assim o modelo Unifesp: uma universidade pública apoiada por entidades de direito privado sem finalidade econômica. De um lado uma associação mantenedora do hospital-escola e de outro lado uma fundação com o objetivo de apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Durante décadas a SPDM apoiou iniciativas acadêmicas da EPM. Mas com a expansão, de um lado, da SPDM (que além do HSP desenvolve atividades de assistência à saúde em outros ambientes hospitalares ou ambulatoriais) e, de outro lado, da Unifesp, aquela não tinha mais condições, nem razões, para apoiar todas as atividades desta. Assim, a Fundação deve assumir o apoio a atividades e iniciativas da Unifesp, excluídos os serviços de assistência à saúde, que continuam sendo competência da SPDM.

9. O Livro

Este livro é de autoria de quatro professores de História da Unifesp, *campus* Guarulhos: Karen Macknow Lisboa ("Comemorações, Memória, História e Identidade"), Ana Lúcia Lana Nemi ("A Escola Paulista de Medicina entre Tradição e Modernidade"), Luigi Biondi ("'Não Éramos Mais uma Universidade': a Política na Escola Paulista de Medicina"), e Jaime Rodrigues ("Criação e Expansão da Unifesp: Marcos

da Memória e da História Institucional"). São docentes de variada e rica formação acadêmica que foram auxiliados por alunos selecionados da primeira série do curso de História da Unifesp. Recém-chegados à Instituição os autores consultaram, com dedicação, sistemática e distanciamento, fontes primárias de informação, evitando assim o risco expresso por Oswald de Andrade na frase: "A gente escreve o que ouve – nunca o que houve". Além de livros e atas consultaram a coleção de publicações do Centro Acadêmico Pereira Barretto (principalmente a revista *O Bíceps*). Na coleção de *O Bíceps* podem ser encontrados assuntos muitas vezes não discutidos amplamente nos documentos oficiais, principalmente durante o período ditatorial recente. Dois assuntos podem ser lembrados. Um primeiro foi a discussão sobre a reforma do regimento da EPM em 1964 cujo artigo 90 (finalmente excluído do texto final) determinava que o ensino fosse gratuito para o aluno que demonstrasse não poder pagar, o que na prática abolia o ensino gratuito na instituição. Um segundo exemplo foi o movimento estudantil pela federalização do Hospital São Paulo em 1967/1968. *O Bíceps* chegou a publicar que após uma greve de quarenta dias, no dia 1º de fevereiro de 1968, "a insana luta dos epemistas chegou ao fim", com a assinatura de decreto presidencial federalizando o HSP. Medida que apesar do entusiasmo estudantil não se concretizou.

O livro agora publicado, comemorativo dos 75 anos da instituição, pela primeira vez interpreta e coloca em perspectiva o processo da evolução da escola privada que se transformou em universidade pública. Evolução que teve como pano de fundo uma guerra mundial e mudanças traumáticas de regime político no país. O livro mostra que a instituição foi criada, consolidada e desenvolvida não pela ação decisiva de poucos indivíduos, mas como resultado do trabalho de sucessivas gerações de professores sintonizados com seu tempo e sua circunstância. Ou nos versos de João Cabral:

> Um galo sozinho não tece uma manhã:
> ele precisará sempre de outros galos.
> De um que apanhe esse grito que ele
> e o lance a outro; de um outro galo
> que apanhe o grito que um galo antes
> e o lance a outro; e de outros galos
> que com muitos outros galos se cruzem
> os fios de sol de seus gritos de galo,
> para que a manhã, desde uma teia tênue,
> se vá tecendo, entre todos os galos.

A primeira geração criou uma escola de ensino profissional, seu hospital-escola, e nucleou a pesquisa. A segunda geração consolidou uma instituição de pesquisa de categoria internacional, criou uma universidade e transformou a SPDM em uma das maiores empresas brasileiras no setor de prestação de serviços na área da saúde. Cabe à próxima geração desenvolver um projeto de transformar a universidade de pesquisa em universidade global, capaz de atrair talentosos estudantes e pesquisadores do mundo todo.

Este livro lembra que não existe criação sem tradição que a nutra, assim como não existe tradição sem criação que a renove. Ou nos versos de T. S. Eliot:

Time present and time past
Are both perhaps present in time future
And time future contained in time past.

Apresentação

Jaime Rodrigues

A história é uma centena de correlações ao mesmo tempo, das quais, na melhor das hipóteses, só percebemos algumas. Portanto, não expliquemos rápido em demasia e a partir de esquemas simples demais!

Fernand Braudel, *O Modelo Italiano*, p. 117.

Sua função principal [dos historiadores], além de relembrar o que outros esqueceram ou querem esquecer, é tomar distância, tanto quanto possível, dos registros da época contemporânea e vê-los em um contexto mais amplo e com uma perspectiva mais longa.

Eric J. Hobsbawm, *Globalização, Democracia e Terrorismo*, pp. 9-10.

As epígrafes acima, escolhidas quando este livro já ganhava os contornos finais, indicam o quanto os historiadores precisam empenhar esforços contínuos para se fazerem entender. Ao mesmo tempo, indicam a impossibilidade de abraçar a história total e, lidando com tantas dificuldades e incertezas, manter a disposição de enfrentá-las mesmo quando isso contraria opiniões arraigadas e mais poderosas do que as nossas. Retiradas de obras oriundas de escolas e tradições diferentes, essas epígrafes motivam reflexões sobre o ofício do historiador – um ofício que vem tomando corpo na medida em que os horizontes dessa categoria profissional se alargam e são reconhecidos como socialmente relevantes.

Em certa medida, o livro que ora apresentamos é um sinal desse alargamento e desse reconhecimento. Quatro historiadores enfrentaram o desafio de refletir sobre a história da Universidade onde militam, sendo essa história de mais de sete décadas profundamente marcada pelo foco de atuação nas ciências da saúde, em particular a medicina. Entendemos que a historiografia, quando praticada profissionalmente, representa uma contribuição para (re)pensar os elos entre passado e futuro no momento de revisão da identidade e do próprio formato da Unifesp, até há pouco auto-definida como "Universidade da Saúde" – o que significa alargar horizontes. De outro lado, mudanças ocorridas recentemente na Unifesp e que ainda estão em curso levaram à incorporação das ciências humanas como campo de atuação acadêmica. Em que pese todo o estranhamento cultural inicial entre profissionais das áreas de humanas, exatas e biológicas (as duas últimas com ênfase em saúde), a criação de cursos e a implementação de pesquisas em ciências humanas *stricto sensu* na Unifesp traduziu o reconhecimento socialmente identificável que esse campo do saber vem angariando.

O livro constrói *uma*, e não *a*, história da Unifesp. A diferença pode parecer sutil para leigos ou desavisados, mas não para historiadores e leitores atentos. Evidentemente, toda história é singular; o que difere são as formas de abordagem de um mesmo tema. No nosso caso, estamos lidando com um objeto constantemente revisitado – como o capítulo escrito por Karen Lisboa deixa claro. Ao longo de muitos aniversários, a Unifesp e sua antecessora – a Escola Paulista de Medicina (EPM) – encomendaram obras de caráter histórico, quase sempre à lavra de membros da comunidade universitária, ainda que nenhum deles fosse historiador de ofício. Diferentes na forma e na escolha dos conteúdos feita por seus autores, essas obras, se não criaram, acabaram reafirmando uma cultura institucional encomiástica, pautada pelos documentos relativos à fundação, em 1933, como se estes fossem arrolamentos de destinos inequívocos. Cada livro comemorativo narra uma história da EPM ou da Unifesp[1]. O tema foi visitado freqüentemente e, a cada vez, tomou corpo e feições ditados por visões geracionais, contextos históricos diversos e escolhas pessoais de seus autores.

Não existe história entendida como processo único e sem contestações. Por entender a história dessa forma, os autores deste livro empenharam-se em inserir seu objeto num campo de possibilidades, no interior do qual os sujeitos atuaram de formas diferenciadas e pautaram sua atuação conforme os projetos que defendiam: "Vendo a história como um campo de possibilidades, visualizam-se, em cada momento, diferentes propostas em jogo e, se uma delas venceu, ven-

1. Com destaque para Paulo Mangabeira Albernaz, *A Escola Paulista de Medicina: Notícia Histórica dos Primeiros 25 Anos*; José Ribeiro do Valle, *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*; *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História* e Ana L. Guímaro e Leonel Prata (eds.), *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina, 70 Anos*.

ceu não porque tinha de vencer, mas por uma série de injunções que é preciso desvendar"[2].

Ao optar por esse caminho, os autores não abraçaram a ingênua contraposição entre as inúmeras possibilidades e uma suposta verdade unívoca. Escolhemos escrever *uma* história da Unifesp, como outros autores poderiam escrever numerosas outras narrativas, e certamente o farão, com recortes, enredos e resultados diferentes.

O vasto patrimônio arquivístico da Unifesp possibilitou aos autores um forte embasamento em pesquisa empírica, ainda que tenhamos encontrado arquivos em condições merecedoras de um olhar preservacionista profissional. Preservá-los é responsabilidade da Universidade, como toda instituição produtora de documentos, com a finalidade de garantir os direitos de quem possui informações que lhe dizem respeito ali registradas e, também, com o dever de garantir a sobrevivência de suportes da memória e da história.

Setenta e cinco anos de história são analisados aqui, sem narrar simplesmente os fatos em ordem sucessiva. Cronologicamente, a EPM ocupa a maior parte das páginas que se seguem. De outra parte, este é o primeiro dentre os vários livros comemorativos que narra uma história da Unifesp para além da "Universidade da Saúde". Ultrapassar este modelo não significa apenas observar os meandros da expansão ocorrida no início do século XXI, que extrapolou a identidade "da saúde" (como faremos no capítulo IV). O entendimento do significado das efemérides (tratadas no capítulo I), das idiossincrasias do caráter privado das duas primeiras décadas de existência (abordadas no capítulo II) e as questões políticas e suas inserções sociais após a federalização (tema do capítulo III) deixam entrever que a abordagem não privilegiou temas de história da ciência ou análises do modelo acadêmico e da imagem auto-atribuída pela EPM ou pela Unifesp, mas sim as questões que aguçavam a vontade de saber dos autores a partir de um olhar situado no presente e nos temas mais candentes de nossa época, compreendidos em sua dimensão histórica.

Em cada capítulo do livro, a abordagem das fontes respeitou a formação dos autores – hoje reunidos no curso de História da Unifesp, mas vindos de experiências profissionais diversas entre si, tendo em comum a dedicação integral e intensa à pesquisa e ao ensino. Ao longo do livro, algumas fontes e alguns temas virão à cena mais de uma vez nos diferentes capítulos. Isso não deve ser entendido como repetição, já que cada autor escreveu sob sua óptica e as nuances nas análises serão facilmente percebidas pelo leitor. Ao chamar atenção para isso nesta Apresentação, quero demonstrar que as abordagens variam no interior

2. Maria do Pilar de A. Vieira, Maria do Rosário da C. Peixoto e Yara M. Aun Khoury, *A Pesquisa em História*, p. 43.

de uma mesma geração e, no caso, de um mesmo livro, em se tratando de obra coletiva. A variedade de interpretações, desde que embasada pela pesquisa, só enriquece e promove o debate historiográfico, já que nenhum de nós arvorou-se em detentor da verdade.

As diferenças entre os autores e textos reunidos neste livro podem ser percebidas nos variados estilos narrativos e nas formas diversas de lidar com as fontes e a bibliografia. Todos optaram por um trabalho incisivo com as fontes impressas e manuscritas e apostaram no diálogo bibliográfico, com ênfases e formas diversas.

Ana Lúcia Nemi exerce seu talento para as sínteses explicativas mais amplas e insere a história da Unifesp no tecido da história do Brasil desde o início da década de 1930 até os meados do século XX.

Karen Lisboa deu à bibliografia o estatuto de fonte primária, na medida em que seu objeto eram as próprias efemérides e a tradição comemorativa que levou à construção de uma memória e uma identidade institucional. Seu espectro temporal é o mais largo do livro, bem como as conjunturas são as mais variadas – tudo sendo enfrentado por ela para compreender a constituição de uma identidade tão forte como a da EPM (e, mais tarde, da Unifesp) em meio à gama de vicissitudes alegadas em cada época.

Luigi Biondi lidou com as dificuldades do não-explicitado, do não-registrado, com o incômodo de tocar no que os outros muitas vezes esquecem ou querem esquecer, como afirmou Hobsbawm numa das epígrafes desta Apresentação: os eventos ligados aos anos da ditadura militar. Os métodos da história oral e uma fina leitura de documentos escritos baseada nos preceitos da história social, nos quais Biondi é um especialista, foram fundamentais para chegar a bom termo nessa tarefa.

No capítulo de minha autoria, assim como fez Lisboa, encaro a história institucional a partir de fontes escritas. Diferentemente dela, não lidei profusamente com a produção memorialística ou encomiástica, mas sim com documentos oficiais. Ao contrário de Biondi, optei por não trabalhar com fontes orais. A Universidade disponibiliza em seu portal na internet documentos oficiais (como atas e relatórios) que me foram de grande valia. Os periódicos oficiais também foram tomados como fontes de informações, muitas vezes reiterando e acrescentando dados às falas registradas na linguagem eventualmente árida das atas de conselhos. Ao escolher essas fontes para traçar um painel das discussões travadas em torno da expansão da Unifesp, nos primeiros anos do século XXI, a intenção foi esmiuçar o discurso oficial e trabalhar com informações às quais qualquer um pode ter acesso imediato, confrontando minhas interpretações e análises.

O resultado ora apresentado emergiu de questões situadas no presente e, conseqüentemente, da constante problematização da experiência dos sujeitos históricos que, ontem e hoje, deixaram vestígios de sua ação ao longo do tempo. Esses vestígios foram nossos pontos de partida para a análise, que não se limitou às informações puras e simples contidas nos documentos. O ponto de chegada, como todo trabalho historiográfico, é transitório. Que o leitor não se assuste: o livro tem começo, meio e fim, e cada texto que o compõe também pode ser lido separadamente, sem prejuízo da compreensão geral. O que fazemos aqui é demarcar a transitoriedade inerente a todo conhecimento histórico, incluindo-se nessa característica a história da Unifesp contida nas páginas que seguem. Boa leitura!

I

Comemorações, Memória, História e Identidade

Karen Macknow Lisboa

A matriz mítica se conserva porque é periodicamente refeita com noções que correspondem ao presente histórico.

Marilena Chauí, *O que é Comemorar?*

– Poderia vossa excelência destacar alguns nomes dos que mais têm contribuído para o desenvolvimento da epm*?*
– A epm *é um só bloco dirigido por um só sentido: o seu aperfeiçoamento.*

Felipe Figliolini, vice-diretor da epm, em entrevista concedida à revista *O Estudante*, em 25 de junho de 1943, quando da efeméride de dez anos da criação da epm.

As Comemorações como Lugares da Memória

comemorações fazem parte da vida social, nas esferas pública e privada. Nascimentos, casamentos, aniversários são motivos para celebrações no cotidiano privado. Igualmente na esfera pública, festejam-se aniversários de datas consideradas historicamente importantes, tais como "descobertas" de territórios ou saberes, de fundações de cidades, de instituições, de nascimento e morte de personagens, de publicações de obras e assim por diante.

No entanto, o que nos parece bastante natural não seria assim, se não nos pensássemos num tempo cronológico e histórico – conforme sugere o historiador Pierre Nora. Ou seja, as comemorações são fenômenos das sociedades contemporâneas laicizadas, em que as grandes datas históricas tomaram o lugar das datas cristãs[1]. Os aniversários redondos, os jubileus de prata, de ouro, de diamante, os "cem anos" etc., testemunham uma íntima relação entre a passagem do tempo cronológico e o consenso de que essas datas sejam festejadas com maior ênfase. Nesse sentido, os aniversários da EPM e, posteriormente, da Unifesp, seguem um calendário bastante convencional, apontando para essa tradição da sociedade ocidental moderna de comemorar os fastos históricos.

Conforme foi possível apurar neste presente trabalho, a partir do exame de documentos oficiais, livros comemorativos, jornais, programações, correspondência institucional, a EPM – criada em 1933 – autocelebrou-se pela primeira vez aos dois anos de existência. Mas foi a partir do décimo aniversário que as comemorações paulatinamente cresceram e mudaram, bem como repetiram aspectos apontando para uma ritualização (e reatualização) do próprio ato comemorativo. Festejaram-se os aniversários de dez e vinte anos, o jubileu de prata, os trinta e os quarenta anos, o jubileu de ouro, os sessenta e os setenta anos. Cada uma dessas comemorações tinha as suas especificidades, mostrando-nos que os atos comemorativos têm sua historicidade, acontecendo em diferentes contextos, e que podem ser compreendidos como um objeto de estudo do historiador.

É isso que Pierre Nora nos ensina em seu capítulo "L'ère de la commémoration", ao analisar e discutir os contextos políticos, culturais e sociais nos quais foram comemorados, na França, o Maio de 1968, o bicentenário da Revolução Francesa, o milênio capetíngio, o tricentenário da revogação do Edito de Nantes, entre outras datas festivas da história francesa – ou seja, uma história nacional. Nesse percurso, Nora demonstra como o presente cria os "instrumentos da comemoração, moldando-os conforme suas necessidades e especificidades, bem como a própria simultaneidade das efemérides assumem relevância nas relações políticas e no imaginário nacional, projetam representantes políticos"[2].

Como objeto de estudo do historiador, cabem então algumas palavras para compreender o fenômeno da comemoração na sociedade ocidental cujos valores compartilhamos, seguindo mais uma vez os passos de Nora. O historiador francês argumenta que as comemorações são, por excelência, gestos que demarcam os "lugares da memória"

1. Pierre Nora, "L'ère de la commémoration", em Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire*, pp. 4687-4688.

2. *Idem,* pp. 4687-4719. Tradução da autora.

(*lieux de mémoire*), um conceito que sintetiza as relações entre a história e a memória[3]. Embora a obra verse sobre os lugares da memória no contexto da história francesa e no âmbito da nação, em sua discussão teórica há algumas indicações que nos são úteis para pensar o sentido das comemorações – no caso, o aniversário de uma instituição de ensino superior.

No entender do autor, memória e história não são sinônimos. A memória é a vida, protagonizada pelas pessoas, em grupo, e está em evolução permanente. Aberta para a dialética da lembrança e do esquecimento, a memória não tem consciência de sua sucessiva deformação e, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, é suscetível a longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já passou. A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação vivida no eterno presente, ao passo que a história é uma representação do passado[4].

"O estudo dos lugares da memória se encontra justamente no cruzamento desses dois movimentos"[5], lá onde a memória cruza-se com a história. Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea. Nora entende que a necessidade de se criar arquivos, de manter os aniversários, de organizar celebrações, de pronunciar necrológios, de lavrar atas e assim por diante são operações que nada têm de natural e espontâneo[6]. São atos dotados de uma complexidade que se revela pelo fato de tocarem três dimensões: a material, a simbólica e a funcional. Por exemplo, um arquivo – algo de caráter material – somente torna-se lugar da memória quando investido de uma aura simbólica. Ou algo muito funcional, como um livro escolar, um testamento, uma associação de ex-combatentes precisa passar por alguma forma de ritualização para vir a ser um lugar da memória. Até um minuto de silêncio, algo prenhe de extremo significado simbólico, tem a sua materialidade enquanto recorte de uma unidade temporal e serve como uma evocação concentrada da lembrança. Nora quer com isso dizer que as três instâncias coexistem sempre. Mas o fundamental é que haja, por princípio, o desejo pela memória[7].

Nessa linha, as efemérides da EPM e Unifesp podem ser vistas como um lugar da memória da instituição. Podemos observar, por meio de evidências, a contribuição dos indivíduos e a memória que eles constroem e reconstroem sobre a instituição. Ao mesmo tempo, são elaboradas obras historiográficas sobre a EPM que, a despeito de não terem sido escritas por punhos de historiadores, figuram como representações do passado.

3. Pierre Nora, "Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux", *op. cit.*, tomo I, p. 41.

4. *Idem,* pp. 24-25. Nora aprofunda a análise da mudança desses conceitos diante das rupturas engendradas pelas vanguardas modernas do início do século XX, possibilitando que a história deixasse de ser pedagógica e portadora única da identidade nacional, dessacralizando a idéia de nação. A história tornava-se uma ciência social, e a memória assumia, cada vez mais, a dimensão individual, de fenômeno privado (pp. 27-28).

5. *Idem,* p. 28. Tradução da autora.

6. *Idem,* p. 29.

7. *Idem,* p. 37.

Como tentarei mostrar nas páginas que se seguem, as efemérides seguiram certo ritual, ou seja, apresentaram-se ao longo dos anos atividades semelhantes, adaptadas às mudanças da instituição e do contexto no qual se vive. Há uma dimensão simbólica, expressa nas próprias falas e discursos dos sujeitos, em que o passado, o presente e o futuro da instituição são concebidos conforme a experiência pessoal – são várias memórias pessoais que, no entanto, repetem-se e assemelham-se entre si em alguns aspectos em função da celebração. Nesse sentido, a recorrência da citação parcial ou total do Manifesto dos Fundadores ocupa especial relevância simbólica, sugerindo a perpetuação de características que são "herdadas" pelas sucessivas gerações. Tributário do Manifesto, o mito do bandeirante e da força espiritual dos paulistas, como aura que acompanha a existência da EPM e de seus membros desde sua criação.

Além das memórias, como veremos, nos atos festivos não faltaram cultos religiosos (ecumênicos ou não) e atos solenes, além de jantares e encontros de confraternização, encontros científicos, palestras e torneios esportivos. Em um dos aniversários, fez-se um minuto de silêncio em memória aos fundadores falecidos; em outro, uma visita a túmulos de professores. Num terceiro, a composição de poemas e hinos em homenagem à Escola. Também as inaugurações de bustos e placas faziam parte dos rituais, expressando simbolicamente as homenagens a pessoas que contribuíram para a existência promissora da instituição. Além disso, as comemorações serviam como momentos oportunos para inaugurar novas dependências da instituição.

A dimensão material e funcional também se revela nas "coisas" produzidas para a celebração, tais como selos, cartazes, programas, convites, bandeiras, brochuras, livros, vídeos, entrevistas, placas, bustos, diplomas etc., mas que nada significariam se descontextualizados daquilo que pretendem simbolizar. Finalmente, a comemoração convida a lembrar e refletir sobre a vida institucional, a escrever a (heróica) história dela, a homenagear sua existência e, com isso tudo, perfilar e fortalecer sua identidade. Uma identidade criada pelos seus membros e que, ao mesmo tempo, empresta a eles mesmos certa identidade que se projeta na esfera individual. Essa é também uma identidade que se forja em resposta ao que há fora da instituição. Para citar o exemplo mais evidente: a constante lembrança de que a EPM nasceu em função da demanda não atendida pela Faculdade de Medicina de São Paulo parece ter um forte caráter normativo para a auto-imagem da EPM. Outra função que as efemérides assumiram é o seu papel de garantir as tautologias, sendo que a mais forte me parece ser a questão de figurar como um centro de excelência[8].

8. O tema será discutido mais detidamente no capítulo IV.

Enfim, as efemérides, como já anunciei, somente são possíveis em sociedades laicizadas nas quais o tempo é interpretado cronológica e não ciclicamente. Isso, porém, não rompe com a idéia das repetições, reiterações e reafirmações de certas características, histórias e memórias que contribuam positivamente para a auto-imagem e a identidade da instituição que, ao fim e ao cabo, não pode ser compreendida sem a ação dos sujeitos históricos e as memórias nela envolvidas.

As Primeiras Efemérides

A história das comemorações da EPM e, posteriormente, da Unifesp, começa muito timidamente. Encontramos menção ao tema no jornal *O Átomo* de 18 de julho de 1935, primeiro periódico editado pelo Centro Acadêmico Pereira Barretto (CAPB), no número dedicado ao segundo aniversário da Escola. Nele, as homenagens ainda eram muito acanhadas, se comparadas ao que viria a ocorrer nas décadas posteriores. Comemoração ainda tão discreta que sequer foi mencionada em algum livro de atas ou memória oficial da instituição feita posteriormente.

Na ocasião, os editores gabavam-se da aceitação que o jovem jornal tinha entre os leitores, e que nessa edição já aparecia com maior número de páginas. A manchete da capa do tablóide não deixava dúvidas quanto à prioridade do assunto: "O anniversário de nossa Escola. DOIS ANNOS". Ladeando a matéria, um editorial sublinhava o ensejo festivo – frisando, no entanto, que a vocação do jornal superava as datas comemorativas: "*O Átomo* é e sempre será uma homenagem à Escola Paulista de Medicina". A matéria na primeira página apresentava um breve relato da curta história da instituição, testemunhada pelos primeiroanistas. Relembram a aula inaugural de Antônio Carlos Pacheco e Silva, cujas palavras endossaram a sua categoria de "acadêmicos", e dos dois anos que se seguiram:

> O que tem sido o embate para construir esse formidável patrimônio moral, somente nós do terceiro ano podemos testemunhar. Nos primeiros doze meses do seu funcionamento, só os alunos do então 1º ano sabem como, professores e discípulos caminhavam mutuamente, amparando-se, em busca do mesmo objetivo: a consolidação moral de um conceito perante nossa terra, e, felizmente, obtivemo-lo, condignamente[9].

A questão da solidariedade entre alunos e mestres fundadores vinha acompanhada de um forte otimismo que, projetado sobre o passado, procurava construir uma imagem heróica dos criadores da insti-

9. *O Átomo*, 18 jul. 1935, p. 1.

tuição. Ao mesmo tempo, na projeção para o futuro, vislumbrava-se a certeza do sucesso: "[...] o nosso passado é um campo de batalha, o nosso presente é um sorriso de triunfo e o nosso futuro é um vasto panorama de atividade em cuja vitória estribamo-nos da nossa vontade de moços"[10].

Nesse ambiente de bravura auto-atribuída, contava-se a ainda curta, porém "brilhante", história da Escola. As alusões ao Movimento de 1932, deflagrado em São Paulo em oposição ao governo de Getúlio Vargas, figuravam como argumento importante para explicar a soberba dos paulistas, que se refletia na criação da nova escola de medicina. Essa questão já fora mencionada no Manifesto de Fundação[11] e no discurso inaugural de Octávio de Carvalho[12], o que denota a construção de uma memória comum a mestres e alunos já nos primeiros eventos comemorativos. Como veremos adiante, a ligação com o Movimento de 1932 se perpetuará nas várias narrativas sobre a história da EPM. Por ora, é importante observar os termos em que a questão foi tratada na primeira efeméride: "[...] nos derradeiros dias do movimento e memorável ano de 1932" ocorrem "as primeiras conversações sobre as possibilidades da fundação de uma escola médica"[13], conduzidas por Octávio de Carvalho e Marcos Lindenberg.

O artigo d'*O Átomo* sintetiza as freqüentes reuniões entre os membros fundadores, as sucessivas adesões revelando a pertinência do projeto, bem como menciona o vestibular de 1933 na Faculdade de Medicina de São Paulo em que um grande número de aprovados, embora tendo obtido nota suficiente, não conseguiu ingressar no curso[14]. Esses alunos seriam os futuros candidatos da vindoura escola, que "surgia [...] para preencher as necessidades de nossa terra". O vestibular não tardou: em meados de 1933, foram realizadas as provas, ao mesmo tempo em que era escolhido o local para abrigar a nova escola – rua Cel. Oscar Porto, 54, casa que, em 1935, "nada deixa a desejar". Os demais eventos, naquela altura, eram o tempo presente: o artigo menciona os trâmites burocráticos para o reconhecimento da EPM junto ao Conselho Nacional de Educação, o ingresso de novas turmas, bem como o projeto de dois hospitais, o Piratininga e o São Paulo, com os quais a Escola daria um "grande passo para resolver um importantíssimo problema que preocupa São Paulo, qual seja a assistência aos doentes". Finalizando o texto, reiterava-se a vocação da EPM na assistência médica, "afim de melhor servir aos paulistas e para mostrar aos brasileiros que ela representa uma eficiente casa de estudos médicos"[15]. Nota-se que a construção da idéia da "excelência" como distintivo da EPM já se coloca desde os primórdios[16].

10. *Idem, ibidem*.

11. "A anormalidade das condições de vida espiritual e material que há longos anos vem assolando a Humanidade, e que tão intensamente tem repercutido em nossa Pátria, não teve o dom de prostrar as energias do espírito paulista. A vitalidade espiritual de São Paulo tem o vigor das forças naturais incoercíveis, a que o homem pode dar uma direção, mas nunca opor um obstáculo eficaz". *Manifesto da Escola Paulista de Medicina*, 1º jun. 1933. Brochura mimeo., Acervo do CEHFI, pasta nº 35 – *Fundação da EPM*.

12. "Sob os auspícios de cordialidade, de confiança perseverante na sua finalidade filantrópica, os professores da Escola Paulista de Medicina firmaram publicamente o pacto de honra de jamais abandonar o sagrado patrimônio, para melhor servir *São Paulo, este orgulho, esta maravilha da civilização contemporânea, em cujo solo germinam e prosperam todas as sementes puras, em cujo ambiente florescem os grandes ideais, em cujo seio, em tempo algum deixaram de frutificar os grandes empreendimentos*". Discurso de Octávio de Carvalho quando da inauguração da EPM, 15 jul. 1933, em Octávio de Carvalho, *História da Escola Paulista de Medicina: Curriculum Vitae*, p. 7. Destaque da autora.

13. *O Átomo*, 18 jul. 1935, p. 1.

14. O tema será abordado no capítulo II.

15. *O Átomo*, 18 jul. 1935, pp. 1-2.

16. Sobre o ideal de excelência cultivado na EPM e na Unifesp (após 1994) e seu significado no âmbito da expansão de *campi* e cursos de graduação ocorrida no século XXI, ver capítulo IV.

Em 1943, a EPM completava dez anos, momento considerado propício para uma comemoração de maior alcance entre a comunidade epemista e o público médico em geral. Também foi nessa ocasião que o novo jornal do CAPB, refundado e rebatizado como *O Bíceps*, produziu uma bela edição comemorativa (Figura 1).

As imagens de crescimento e perenidade da EPM seriam reiteradas no discurso de aniversário pronunciado por Álvaro Guimarães Filho, um dos fundadores e terceiro diretor da Escola, publicado na segunda página dessa edição. Antes disso, o leitor tinha a oportunidade de (re)ler o Manifesto de Fundação da EPM e de acompanhar a lista dos signatários do documento.

As palavras celebrativas de Álvaro Guimarães, proferidas em seção solene da Congregação em 15 de julho de 1943 – exatamente dez anos após o discurso de Octávio de Carvalho e a aula inaugural de Pacheco e Silva – rememoravam o momento da fundação e sublinhavam a especificidade de São Paulo, citando o Manifesto: "A vitalidade espiritual de São Paulo tem o vigor das forças naturais incoercíveis, a que o homem pode dar uma direção, mas nunca opor um obstáculo eficaz"[17]. Nesse salto da memória, Guimarães retomava os três aspectos que teriam norteado o Manifesto e seus signatários: a suposta força espiritual de São Paulo, alçado à condição de sujeito histórico com voz e vontade; os fundadores apresentados como "idealistas", trabalhadores e altruístas e as condições peculiares da medicina no Brasil – ou seja, a carência de médicos fora dos centros urbanos, a falta de vagas para estudantes em São Paulo forçando os jovens a emigrar para cursar o ensino superior em outras localidades, "arriscando duplo dano moral e material constituído pela perda do ambiente familiar em época de amadurecimento psíquico e de formação moral". Acima de tudo, o êxito teria sido possibilitado pelos "pendores didáticos dos que a organizaram, o amor ao trabalho penoso, mas produtivo de seus fundadores, o desinteresse altruístico dos que com eles cooperaram e o idealismo sadio de quem pretende colaborar em prol da educação da nossa gente e da melhoria das condições médico-sociais do nosso país"[18].

Por fim, a atualidade do Manifesto era reposta em uma longa citação no discurso de Guimarães:

> A premência de dois problemas – o do ensino médico e o da assistência hospitalar – bastaria para justificar amplamente a presente iniciativa; por outro lado, o elevado grau de desenvolvimento já referido, alcançado entre nós pela cultura médica, e o interesse que São Paulo sempre dedicou às manifestações da atividade intelectual, são motivos que legitimam a certeza que a nova Escola nasce com mais seguro elemento de vitalidade[19].

17. *O Bíceps*, 6 (17), set. 1943, p. 2.

18. *Idem, ibidem.*

19. *Idem, ibidem.*

O bíceps

10 RÉIS

Responsável
Paulo de Melo

Diretor
JOÃO KALIL

Secretário
F. Nelson Camp-nile

S. Paulo, Setembro de 1943

ORGÃO DO C. A. PEREIRA BARRETO"
Registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda

Ano 6 - Número 17

"Exegi Monumentum Aere Perennius Regalique Situ Pyramidum Altius"

Horacio "Odes" 30, livro III

1933

Onde nasceu a Escola Paulista de Medicina

"... a fundação da Escola Paulista de Medicina tambem teve como ponto de partida fenomenos sociais inevitaveis, independentes de fatôres individuais.

Nestarte terá ela que viver e florecer ou morrer. Jamais vegetar!"

OCTAVIO DE CARVALHO

"... este resultado é o fruto do idealismo dos mais velhos e da confiança dos mais moços; e isto significa, para o nosso mundo espiritual, um garantia de continuidade, uma certeza de que o esforço do passado não perecerá nas mãos dos porvindouros."

LEMOS TORRES

"... a Escola Paulista de Medicina constitue um complexo e valioso organismo médico-social, apto a desempenhar os mistéres que lhe caibam nas perspectivas dramaticas que se desenham na frente de cada povo amante de sua liberdade, bem como, as inumeras tarefas que a reconstrução do mundo exigirá de todos e de cada um de nós."

ALVARO GUIMARÃES FILHO

1943

Hospital São Paulo

Figura 1. A edição de setembro de 1943 d'*O Bíceps* reproduzia, na manchete de capa, uma citação em latim extraída de Horácio (*Odes*, *30*, livro III): *Exegi Monumentum Aere Perennnius Regalique Situ Pyramidum Altius* ("Levantei uma obra mais perene que o bronze, mais alta que as pirâmides reais", na tradução livre de Rafael Ruiz, a quem agradeço). A intelecção do aforismo se completa pelas imagens reproduzidas abaixo da citação no original: no lado esquerdo, vemos uma fotografia da casa onde a Escola instalou-se inicialmente (na rua Cel. Oscar Porto) e, ao lado direito, uma ampla fotografia do prédio do HSP, inaugurado em 1942. A composição da página não deixa margem para dúvidas, ressaltando o vultuoso crescimento institucional e a perenidade como busca.

Guimarães sublinhou também os termos finais do Manifesto, reafirmando que os signatários se congregaram em uma sociedade civil "despidos de qualquer intenção de lucro material"[20]. Ele não deixou de perceber que, em 1943, essas palavras soavam de modo peculiar, tendo em vista o quanto a EPM teria mudado nesses dez anos. Em seu discurso, traçou uma visão geral da Escola, do funcionamento dos cursos, da ocupação dos cargos docentes, da formação do CAPB e da abertura do Colégio Pan-Americano, voltado para a formação secundária de boa qualidade e de vestibulandos para a EPM. Em destaque, tematizou o desdobramento do ensino médico já praticado com desenvoltura para a assistência médica, por meio da construção e equiparação do HSP. Nesse passo, os elogios à Caixa Econômica Federal não poderiam ser omitidos. Naquele momento, o HSP funcionava com uma fração do que se previa no projeto original, graças à "benemérita e patriótica visão que dos problemas sociais tem a Caixa [...]. Esse instituto financeiro e econômico [*sic*] julgou corresponder fielmente à sua finalidade de depositária dos dinheiros do povo, amparando e prestigiando a criação do HSP, por ver nele um instrumento idôneo de reversão, ao povo e ao pobre, das economias que recolhe"[21].

Guimarães mencionou também a criação da Escola de Enfermagem, reconhecida em 1942, e o curso de formação para auxiliares técnicos de laboratório, iniciativa pioneira no país. Em suas palavras de encerramento, apresentou um balanço positivo dos anos de existência, focado na "excelência":

> Com esse conjunto na verdade magnífico de realizações, a Escola tem hoje a consciência tranqüila de que cumpriu, na medida da humana possibilidade, as promessas de seu Manifesto de Fundação. Sua estabilidade científica, moral e econômica decorre não apenas do espírito de sacrifício com que foi criada e conduzida. Ela se funda por igual, na legitimidade com que se integra no espírito do art. 128 da Constituição Federal de 1937[22].

Foram recuperadas e incorporadas as observações elogiosas que Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, teceu sobre a Escola, quando da visita feita em abril de 1943:

> O idealismo, o desinteresse e o trabalho dos professores e alunos dessa casa de ensino, constituem exemplo para a vida universitária do nosso País. E mostram mais que o estabelecimento merece o apoio e colaboração de quantos saibam que é no ensino de boa qualidade que reside um dos fundamentos, o maior fundamento do progresso e da grandeza de nossa Pátria[23].

20. *O Bíceps*, 6 (17), set. 1943, p. 2. As contribuições financeiras feitas pelos fundadores são assunto tratado em diversas obras dedicadas à história da EPM. Entre outros, ver Álvaro Nagib Atallah, Regina Celes de Rosa Stella e Ulysses Fagundes Neto, "Escola Paulista de Medicina – Universidade Federal de São Paulo", em Gilberto Natalini e José Luiz Gomes do Amaral, *450 Anos de História da Medicina Paulistana*, p. 176, e o capítulo II deste livro.

21. *Idem, ibidem*.

22. *Idem*, p. 6. De acordo com o que estabelecia a citada lei, o texto sugeria ainda que a arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual, coletiva ou pública, e que o Estado deveria estimular seu desenvolvimento, direta ou indiretamente.

23. *Idem, ibidem*.

As menções às forças humanas, como os fundadores e as instituições governamentais, referendavam a marcha inexorável do progresso da Escola, observada no ano do décimo aniversário como se estivesse posta desde o ato inaugural. Fechando o discurso, Guimarães reportava-se a outras forças, de natureza etérea e que, mesmo com seus contornos indefiníveis, podiam ser reconhecidas como atuantes no plano da história da maneira como ele a concebia. Primeiramente, a Providência Divina – que teria ajudado na realização da obra. Por fim, não poderia faltar uma referência a São Paulo, "bendita terra" em cujo solo nasceu "mais uma instituição digna de seus filhos, para o bem do desprotegido doente e para o engrandecimento da cultura do Brasil"[24]. É como se o telúrico se unisse ao divino, propiciando a materialização de projetos assistenciais que contribuíam para o engrandecimento da nação como um todo.

Nessa mesma edição, foram incluídos comentários laudatórios dos "mestres" sobre a Escola, muitos deles membros do grupo de fundadores[25]. O tom era de reconhecimento pelo trabalho realizado com êxito ao longo de dez anos, que conseguiu transformar um sonho em realidade graças à qualidade do corpo docente, criando uma "casa de ensino modelar" (Toledo Artigas). Finda essa década, a EPM "viva, vitoriosa" figurava "como um dos mais elevados padrões de orgulho para o povo de S. Paulo" (Rossetti)[26]. Para Pacheco e Silva, o tempo e os fatos confirmavam as previsões articuladas dez anos antes e, por essa razão, sentia-se feliz por ter previsto com tamanha segurança "o triunfo da Escola Paulista de Medicina"[27]. A homenagem aos mestres fundadores foi sintetizada numa galeria de retratos fotográficos iniciada naquela edição e que teria continuidade em edições subseqüentes. Abaixo de cada fotografia, constavam o nome e, conforme a importância, o cargo de quem recebia a deferência.

O Centro Acadêmico também soube aproveitar a efeméride, pois fora fundado logo após a Escola, também em 1933 (Figura 2). Na edição comemorativa, publicaram-se artigos sobre sua história, focados nas solenidades de posse da primeira diretoria e de suas realizações, sobretudo a do ano de 1943. O discurso de José Salvador Julianelli, proferido durante os festejos, dirigia-se aos estudantes, aos médicos, às autoridades militares e eclesiásticas, ao público em geral, ao diretor da escola, e às autoridades presentes, que eram ninguém menos que o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o Secretário da Educação, Teotônio Monteiro de Barros Filho[28].

24. *Idem, ibidem.*

25. Depoimentos de Pacheco e Silva, Moacyr de Freitas Amorim, Felício Cintra do Prado, Pedro de Alcantara, Paulo de Toledo Artigas, Sylla O. Mattos, Felipe Figliolini, José Ribeiro do Valle, Ary de Siqueira, José Medina, Pereira Barretto Neto, Armando A. Marques, Walter Leser e Nicolau Rossetti. *Idem,* p. 8.

26. *Idem, ibidem.*

27. Nesta ocasião, ele repetiu as palavras que proferira na aula inaugural de 1933 e evocou o papel de São Paulo: "Eu creio firmemente no êxito desse empreendimento, porque ele nasce em São Paulo, nesta amada terra nossa, onde tudo cresce, vive e prospera. Descrer seria negar as virtudes da raça. Jamais aqui fracassou empresa, por mais grandiosa e temerária que parecesse à primeira vista, quando firmada em bases seguras, em princípios severos, em ideais alevantados". *Idem, ibidem.*

28. *Idem,* p. 4. Julianelli fora presidente da diretoria de 1942 do CAPB e, nesta ocasião, era o segundo orador da Associação dos Ex-Alunos. Formou-se em 1942 na EPM e fez carreira na política partidária: de 1973 a 1975, presidiu a Assembléia Legislativa de São Paulo, renunciando ao posto após assumir cargo de deputado federal, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena, o partido da situação durante a ditadura militar), em 1975. Ver http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/presidentes_alesp/jose_julianelli.jpg, acesso em jan. 2008.

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

CENTRO ACADÊMICO "PEREIRA BARRETTO"

X. ANIVERSÁRIO

1 9 4 3

Programa dos festejos comemorativos

Figura 2. A efeméride foi organizada pelo CAPB junto com a EPM. Iniciou em 11 de julho com a abertura da Semana de Enfermagem e encerrou-se em 19 de julho com a inauguração do aparelho de roentgenfotografia do Centro de Higiene Social da EPM. Álvaro Guimarães, diretor da EPM, proferiu discurso de abertura e a conferência ficou a cargo de Felipe Figliolini sobre o "Papel da Mulher na Sociedade, Vista por um Médico". Os temas do encontro, do qual participaram médicos e enfermeiras, se voltaram à obstetrícia e pediatria. As atividades incluíram romaria aos túmulos dos profs. Álvaro de Lemos Torres e Fausto Guerner; almoço no Hotel Terminus, banquete da Congregação da EPM no Automóvel Clube; missa em ação de graças na Capela do HSP e sessão solene da Congregação da EPM no Teatro Municipal com recital de piano. Fonte: Programa dos festejos do 10º Aniversário da EPM. Acervo do CEHFI, pasta nº 15 – *Aniversários da EPM e ex-alunos*, documento A4.

A EPM Completa sua Maioridade

Os festejos da "maioridade" da EPM, em 1951, foram tímidos. A iniciativa de comemorar o 18º aniversário da EPM, em 9 de junho, partiu do CTA, prevendo uma missa em ação de graças e as inaugurações do Pavilhão de Patologia e do Departamento de Clínica Médica[29] (Figura 3). A novidade em relação às celebrações anteriores, que haviam reunido públicos mais amplos em eventos artísticos e científicos, ficou por conta da primeira obra historiográfica que tomava a trajetória da EPM como objeto de reflexão. Tratava-se do opúsculo intitulado *Escola Paulista de Medicina*[30], sem autoria explicitada, mas que a inscrição das iniciais "FCP" fazem crer que o seu autor seja Felício Cintra do Prado[31]. Em suas poucas páginas, a edição comemorativa expressava empenho em sintetizar a história institucional. Chama a atenção o fato de nela estar reproduzido, logo nas primeiras páginas, o Manifesto de Fundação da EPM e a lista dos signatários. Quase como uma introdução, o Manifesto vem desacompanhado de qualquer comentário explicativo. É como se os seus preceitos fossem auto-explicativos, devessem continuamente nortear a Escola e, face às dificuldades que se anunciavam[32], valessem como palavra de estímulo e coragem.

Os percalços mantinham-se na comemoração dos vinte anos. Na data redonda, que poderia ensejar uma celebração ainda mais vistosa que a dos dez anos, houve pouca festa[33]. A crise institucional não inspirava confraternizações nem balanços históricos da EPM, entendidos tradicionalmente como cerimônias em que se festejava o progresso imanente da instituição. O diretor Jairo Ramos leria um depoimento sobre a situação da Escola durante os festejos comemorativos, na presença do governador do Estado e do prefeito da capital, no intuito de apelar aos poderes públicos para evitar o encerramento das atividades da EPM[34]. Em 2 de junho, *A Gazeta* publicou a matéria intitulada "Orgulho de São Paulo e do Brasil. Não Cerrará Suas Portas a Escola Paulista de Medicina" – ao que parece, uma resposta ao apelo feito por Ramos, anunciando publicamente a precariedade da situação financeira da EPM.

Enquanto a crise financeira espalhava insegurança, José Aletto Netto[35] fixava em versos a veneração que devotava à Escola, emprestando-lhe uma imagem de crescente solidez:

> Minha Paulista, minha namorada, / Minha morena, que tem vinte anos [...] / Eras tão pobre, tantos desenganos, / Tanta amargura e foste vergastada, / Ria de ti um bando de ciganos, / Disseram-te infeliz, chamaram-te coitada!
>
> E um dia, te vestiram de esperança, / verde vestido, cor do teu destino, / [...]

29. Paulo Mangabeira Albernaz, *A Escola Paulista de Medicina: Notícia Histórica dos Primeiros 25 Anos*, p. 116.

30. *Escola Paulista de Medicina, Fundada em 1 de junho de 1933*.

31. Felício Cintra do Prado era o então catedrático de Terapêutica Clínica. Para outros dados biográficos, cf. José Ribeiro do Valle, "40º Aniversário da EPM", *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*, p. 71.

32. Sobre as dificuldades enfrentadas nesse contexto, ver capítulo II.

33. Paulo Mangabeira Albernaz, *op. cit.*, p. 143. Jair Xavier Guimarães, presidente da Associação dos Ex-Alunos, foi convidado para expor o programa dos festejos do 20º aniversário da Escola.

34. *Idem, ibidem*.

35. José Aletto Netto, nascido em 1929, ingressou na EPM em 1948, formando-se em 1953.

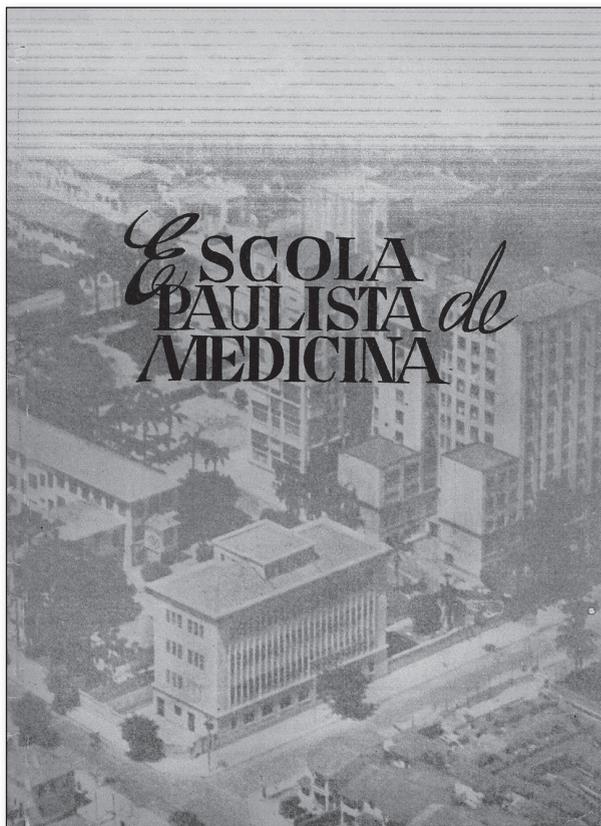



Figura 3. Capa do livro *Escola Paulista de Medicina*, *Fundada em 1 de junho de 1933*.

Cada vez mais me sinto fascinado / Pela infinita graça do teu ar, / Cresces e te avolumas, e a teu lado / Todas as glórias vão formando par. / Sonho de trinta e três, sonhado plasmado / Na ferida paulista inda viva a sangrar!

Antropomorfoseada em mulher, em morena, em namorada, a EPM figura como um ser vivo, feminino, com o qual o autor mantinha um forte envolvimento emocional. Nesse poema, como em outras fontes, percebe-se o inexorável caminho do crescimento, do desenvolvimento, da superação das dificuldades. O período de fundação é associado à pobreza da instituição, motivo de descrença e chacota (provavelmente Aletto refira-se à Faculdade de Medicina de São Paulo, nas instâncias governamentais e alguns representantes das "elites"). A referência ao contexto paulista de 1932 – uma ferida não sarada – explicava a transformação do sonho em realização material. As palavras finais valem como chave de ouro, apontando para o sucesso do empreendimento: "[...] Hoje és feliz, não há mais desenganos, / Nem amarguras minha bem amada, / Já não se ri o bando de ciganos, / Ave! Salve querida Escola idolatrada!"[36] (Figura 4).

36. José Aletto Netto, "A Bem Querida". Folheto avulso impresso, 1953. Acervo do CEHFI, pasta nº 17 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da EPM II*.

A bem Querida

Minha Paulista, minha namorada,
Minha morena, que tem vinte anos,
Negros cabelos, corpo de uma fada,
Eras tão pobre, tantos desenganos,
Tanta amargura e foste vergastada,
Ria de ti um bando de ciganos,
Disseram-te infeliz, chamaram-te coitada!

E um dia te vestiram de esperança,
Verde vestido, côr do teu destino,
E como fosses tu linda criança,
Me enamorei de ti desde menino.
Por ti ardo em paixão, a fé não cansa.
E brindo ao teu amor o meu amor mais fino!

Vivo a cantar uma canção querida,
Rica de sentimento e melodia,
Comove mais que a valsa, é preferida
A própria serenata e à sinfonia:-
"Escola Paulista" é essa canção sentida,
Doce canção de amor que o vento acaricia!

Cada vez mais me sinto fascinado
Pela infinita graça do teu ar,
Cresces e te avolumas, e a teu lado
Tôdas as glórias vão formando par.
Sonho de trinta e três, sonho plasmado
Na ferida paulista inda viva a sangrar!

Minha Paulista, minha namorada,
Minha morena, que tem vinte anos,
Negros cabelos, corpo de uma fada,
Hoje és feliz, não mais há desenganos,
Nem amarguras minha bem amada,
Já não se ri o bando de ciganos,
Ave! Salve querida Escola idolatrada!

José Aletto Netto

HOMENAGEM DO

Escola Paulista de Medicina, 1953

Aletto Netto

FIGURA 4. José Aletto Netto, "A Bem Querida", folha avulsa. Fonte: Acervo CEHFI, pasta nº 17 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da EPM II*.

O Jubileu de Prata

Em 1957, logo após a federalização[37], Felício Cintra do Prado sugeriu a atualização na publicação histórica sobre as atividades da Escola e aproveitou a proximidade do jubileu para encomendar uma nova obra nesse sentido[38]. Em 1958, Prado revelava, em reunião do CTA, não ter tempo disponível para escrever o livro, e o Conselho nomeou Albernaz para a tarefa[39]. O ano da efeméride já corria, mas o clima não se mostrava propício a celebrações, embora a EPM estivesse completando 25 anos de existência. A obra de Albernaz continuou a existir apenas em

37. A EPM fora federalizada pouco antes da posse de Juscelino Kubitschek. O HSP, bem como o terreno por ele ocupado, não foram federalizados e continuaram sob a administração da SPDM. Sobre a federalização, ver capítulo II.

38. Paulo Mangabeira Albernaz, *op. cit.*, p. 211.

39. O livro tomaria por base um trabalho elaborado pelo Cônego Luiz de Abreu, capelão do HSP, sobre a história da EPM. Paulo Mangabeira Albernaz, *op. cit.*, "Prefácio" e p. 219.

manuscrito e, ainda que a incumbência lhe tivesse sido dada em fevereiro de 1958, o livro foi publicado somente em 1968.

Nesse aniversário, a organização das celebrações recaiu novamente sobre o CAPB. Sua maior contribuição foi a edição nº 15 d'*O Bíceps*, em homenagem ao jubileu de prata. Na manchete da primeira página, lê-se: "Reagem os paulistas! NOVA ESCOLA MÉDICA PARA SÃO PAULO. Repercute intensamente o resultado dos exames vestibulares da Faculdade de Medicina – nada menos que 136 candidatos foram aprovados mas não classificados – medidas"[40] (Figura 5).

O leitor desavisado se espanta com a manchete e com o texto que abre a matéria correspondente: "*São Paulo, 12 de março, 1933 (Urgente)*". O próprio título indica seu conteúdo, mas com um detalhe pitoresco: *O Bíceps* teria recebido em sua redação uma comitiva dos moços excluídos, representando os demais, e composta por Wladimir da Prússia Gomes Ferraz, Jair Xavier Guimarães, Helio Corbett Moreira, Romeu Santoro, Horácio Kneese de Mello e Carlos Ary Machado. Na matéria, mais uma vez retomavam-se os argumentos do Manifesto de Fundação para explicar o projeto de criação da nova escola de medicina. Novamente, a migração de estudantes para outros estados e a perda da massa crítica eram apresentadas como "desperdício de material humano"[41].

Uma olhadela nas páginas seguintes fará o leitor observar várias matérias sobre os acontecimentos que formaram e marcaram a instituição, ao longo de um quarto de século, transformados em fatos jornalísticos. No editorial, palavras esclarecedoras sobre o propósito dessa edição especial: não se pretendia escrever uma "história" da Escola e sim "um desenrolar de fatos ocorridos [...], lembranças e coisas que mostram como nasceu, foi se agigantando e chegou a ser o que é, a Escolinha fundada nos idos distantes de 1933". Igualmente, advertia-se que esta não é a sua "história", pois faltariam dados, espaço e senso crítico que os redatores, sendo alunos, ainda não teriam. Por isso, sugere-se que homens como Octávio de Carvalho ou Marcos Lindenberg, que viram a Escola desde a concepção, ou outros professores, escrevessem sua história. O que se apresentava na edição deveria ser compreendido como um "guia",

> [...] sem ambições, incompleto, mas feito com muito amor. [...] para perder a monotonia que o simples desfilar de fatos históricos poderia trazer, imaginamos fazê-lo nos moldes desse pitoresco e maravilhoso "O Brasil em Jornal". [...] Mais que uma homenagem, esta *edição* é um preito à fé. A fé que iluminou trinta e três homens – seus professores – a fundar a EPM, há vinte e cinco anos atrás [*sic*][42].

40. *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 1.

41. *Idem, ibidem*.

42. *Idem*, destaque no original. Muito provavelmente, boa parte das reportagens publicadas na edição são transcrições e adaptações do que saiu na grande imprensa (*Folha da Manhã, Folha da Noite, Diário de São Paulo, O Estado de S. Paulo, A Gazeta, Folha de S. Paulo*), desde a fundação até aquele momento.

O BÍCEPS

ÓRGAO OFICIAL DO CENTRO ACADEMICO "PEREIRA BARRETO" DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

Diretor e Redator-Chefe DRAUZIO VIEGAS — Administração: Rua Riachuelo, 275 — 11.º andar — Salas 1107 - 1110 — Fone: 36-3233 — Secretário-Chefe JAMIL JOSE' GASEL

ANO XX — Edição Jubileu de Prata da Escola Paulista de Medicina — 1958 — N.º 15

REAGEM OS PAULISTAS!

NOVA ESCOLA MÉDICA PARA SÃO PAULO

REPERCUTE INTENSAMENTE O RESULTADO DOS EXAMES VESTIBULARES DA FACULDADE DE MEDICINA – NADA MENOS QUE 136 CANDIDATOS FORAM APROVADOS MAS NÃO CLASSIFICADOS – MEDIDAS

SÃO PAULO, 12 de março, 1933 (Urgente) — O resultado dos exames vestibulares à Faculdade de Medicina de São Paulo repercute ainda em todos os círculos desta Capital. Lembramos aos leitores os antecedentes: mais de trezentos candidatos inscreveram-se, neste 1933, aos vestibulares de nossa escola médica, que conta sòmente com 79 vagas em seu 1.o ano. Dado o elevado nível intelectual dos candidatos, nada menos que 136 dêles conseguiram média superior a cinco, porém não obtiveram classificação. Tão surpreendente foi êsse nível, que no 70.o lugar estavam quatro alunos empatados com nota 7,5! Só o mais velho conseguiu a vaga...

Os candidatos não aproveitados não se conformaram. Por todos os modos tentaram o desdobramento do curso da Faculdade de Medicina, mas em vão. Aliás, os leitores devem ter acompanhado a agitação refletida na imprensa pelos numerosos abaixo assinados, viagens ao Ministério da Educação e Saúde, tentativas de mandatos de segurança, entrevistas de personalidades do nosso mundo social e científico, assim como de alunos.

Ontem, um grupo dêsses moços esteve na redação de O BÍCEPS, expondo sua situação. Foram êles: Wladimir da Prussia Gomes Ferraz, Jair Xavier Guimarães, Helio Corbett Moreira, Romeu Santoro, Horacio Kneesse de Mello e Carlos Ary Machado, representando os estudantes prejudicados.

Urge uma providência eficaz do Govêrno Paulista. São inteligências que poderão se perder em outros campos de atividade, quando sabemos quão diminuto é o número de médicos em nosso Estado. Aliás, nada menos que 1.500 jovens, anualmente, saem de São Paulo para estudar Medicina em outros centros. Vê-se que o desperdício de material humano é fabuloso, devido ao pequeno número de vagas existente em nossa Faculdade de Medicina.

Hoje, às 20 horas, os estudantes interessados se reunirão no Ginásio Guilherme de Almeida, sito a Rua Brigadeiro Tobias. Convidam-se todos os interessados.

E NOSSA MOCIDADE!

S. PAULO, 15 de março, 1933 — **Continuam sem oportunidades os jovens que não conseguiram vaga na Faculdade de Medicina de São Paulo, ainda que aprovados. Apesar das várias reuniões no Ginásio Guilherme de Almeida, nada foi conseguido. Num momento como êste, em que, apesar de derrotados militarmente no ano passado, conquistamos belíssima vitória moral, é um paradoxo a situação ora criada: os exames vestibulares na Faculdade de Medicina mostraram que o Estado de São Paulo está num nível espiritual elevadíssimo. Mas não há lugar para os estudantes.**

Não podemos, portanto, deixar aos azares da sorte êsses jovens. Uma atitude mais energica se impõe para salvaguardar os interêsses da mocidade, que tão heròicamente se revelou na defesa dos ideais constitucionalistas. Nossas autoridades, sabemos, lutam com inúmeras dificuldades atualmente, mas esta é uma causa nobre a mais.

Segundo soubemos de fontes bem informadas, pessoas destacadas de nossa sociedade estão se articulando, inconformadas com a situação. Num Estado como o nosso, com médicos tão prestigiosos, Serviços tão bem organizados, como o da Faculdade de Medicina e o da Santa Casa de Misericórdia, urge uma tomada de posição mais enérgica.

OCTAVIO DE CARVALHO dirige o movimento procurando solucionar o impasse criado pelos Vestibulares da Faculdade de Medicina de S. Paulo

Realidade: Nova Escola de Medicina

São Paulo, 24 de março, 1933 (Urgente) — Realizou-se ontem, no consultório do Dr. Octavio de Carvalho (salas 608 e 610 do Prédio Glória, situado a Praça Ramos de Azevedo, 16) uma reunião de figuras representativas da classe médica local. Foi então lançada a idéia, oficialmente, da creação de uma Escola Livre de Medicina nesta cidade.

O dr. Octavio de Carvalho fêz ampla exposição das razões de ordem didática, científica e social que justificavam a idéia.

Expôs as simpatias encontradas nas pessoas ouvidas a êsse respeito, inclusive professôres da Faculdade de Medicina de São Paulo, e as facilidades de ordem material que parecem ampará-la, simpatias e facilidades estas inpiradas pela insuficiência do ensino ministrado pela nossa única escola médica.

Sabemos benefícios de tôda ordem que essa criação traria a S. Paulo, deixando bem claro o espírito de íntima e cordial colaboração com a Faculdade de Medicina, na tarefa do ensino neste Estado bandeirante.

Após troca de impressões e de opiniões entre os presentes, por proposta do Dr. Octavio de Carvalho, ficou organizada uma comissão constituida pelos doutôres: Antonio Bernardes de Oliveira, Antonio Carlos Pacheco e Silva, Ayres Netto, Carlota Pereira de Queiroz, Domingos Define, Eduardo Vaz, Jairo Ramos, Marcos Lindenberg, Octavio de Carvalho, Rodolpho de Freitas e Pedro de Alcantara. Esta comissão estudará a viabilidade da idéia, avaliando os elementos espirituais e materiais com que se poderá contar, recorrendo sempre que necessário ao bom desempenho de sua tarefa à colaboração das demais pessoas presentes à reunião.

Anotamos ainda outros médicos presentes: Paulo Mangabeira Albernaz, Flamínio Favero, André Dreifus, Alípio Corrêa Netto, Otto Bier e Jayme Regalo Pereira.

Confirmam-se as previsões de O BÍCEPS, expedidas em nossos comentários anteriores. Toma corpo a idéia original.

EDIÇÃO JUBILEU DE PRATA

1933 - 1958

PAULISTA — ESCOLA — MEDICINA — 1933

Não encontramos melhor modo de festejar o 25.o aniversário de nossa querida ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA, senão fazendo êste número especial de O BÍCEPS, a que chamamos EDIÇAO JUBILEU DE PRATA. Não é a história da Escola, mas um desenrolar de fatos ocorridos nesses cinco lustros, lembranças e coisas que mostram como nasceu, foi se agigantando e chegou a ser o que é, a Escolinha fundada nos idos distantes de 1933. Seria absurdo que isto fosse a história da Escola Paulista de Medicina — faltam-nos dados, espaço, e, mais que tudo, o exato senso crítico para que, alunos ainda, falemos dela. Há homens que poderiam escrevê-la, por exemplo Octavio de Carvalho, seu criador e diretor até 1938. Ou Marcos Lindenberg, que acompanhou o germinar da idéia e sua realização e maturidade até hoje. Ou outros professôres.

Para se conhecer cidades, como Baía e Recife, há guias saborosos, onde se falam das gostosuras, alegrias e tristezas dêsses lugares. Isto também é um guia, sem ambições, incompleto, mas feito com muito amor. É o roteiro da Escolinha, e, para perder a monotonia que o simples desfilar de fatos históricos poderia trazer, imaginamos fazê-lo nos moldes dêsse pitoresco e maravilhoso "O Brasil em Jornal", contando coisas antigas como se ocorridas agora. Afinal O BÍCEPS é um jornal...

Mais que uma homenagem, esta EDIÇAO é um preito à fé. A fé que iluminou trinta e três homens — seus professôres — a fundar a Escola Paulista de Medicina, há vinte e cinco anos atrás.

APOIO AOS JOVENS

SÃO PAULO, 17 de março, 1933 — Como noticiamos em edição anterior, o movimento visando solucionar a situação criada pelos exames vestibulares dêste ano à Faculdade de Medicina de São Paulo, tem comovido a opinião pública. Várias personalidades do nosso mundo científico e social têm-se manifestado a respeito. Agora, mais um fato vem somar-se aos demais.

Na reunião de ontem, efetuada por um grupo dos 136 jovens em questão, no Ginásio Guilherme de Almeida, compareceram os Drs. Octavio de Carvalho e Lino Moreira, que auscultaram os anseios dêsses rapazes com bastante interêsse.

O Dr. Octavio de Carvalho, é um dos mais prestigiosos clínicos desta Capital, e filho do falecido senador Theodoro Dias de Carvalho Júnior. Antigo médico na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, autor de numerosos trabalhos científicos, é figura destacada também da Sociedade.

O Dr. Lino Moreira, advogado nesta cidade, é um dos oradores mais fluentes do nosso Forum. Seu filho, Hélio Corbett Moreira está no grupo dos jovens aprovados, porém não classificados, na Faculdade de Medicina.

NOVAS REUNIÕES

S. PAULO, 20 de março, 1933 — **Novas reuniões se fazem no Ginásio Guilherme de Almeida. Os drs. Octavio de Carvalho e Lino Moreira, têm comparecido a elas e debatido o assunto com os estudantes. Está marcada para hoje, às 20 horas, nova assembléia.**

Segundo soubemos, persistem infrutíferas as tentativas de conseguir-se solução governamental.

Possuimos médicos para uma nova Faculdade

SÃO PAULO, 21 de março, 1933 — (Confidencial) — Conversando com a reportagem, disse o ilustre médico paulista, Dr. Octavio de Carvalho:

— Possuimos, em São Paulo, um número tão grande de médicos excelentes, que esta cidade comportaria muito bem a criação de uma segunda Faculdade de Medicina. Veja, por exemplo, a verdadeira escola que existe na Santa Casa de Misericórdia, sob a orientação de Alvaro de Lemos Torres. E também outros médicos que trabalham e estudam nesta Capital bandeirante, e que orgulhariam qualquer Universidade.

A reportagem perguntou ao ilustre clínico se, com a situação dos 136 aprovados e não classificados na Faculdade de Medicina, não estaríamos num bom momento de se relacionar êsses dois fatôres: excelentes médicos e alto nível dos alunos.

— Tenho pensado muito nisso, confirmou o Dr. Octavio. Mas nada publique ainda. Seria prematuro.

Como os leitores podem ver, o Dr. Octavio de Carvalho se esqueceu que estava conversando com um repórter... Daí...

Figura 5. *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 1.

Por mais que se negasse a pretensão de ser uma história da Escola, a composição cronológica e temática acabava por narrar os acontecimentos "históricos". Na primeira página, o leitor era informado acerca dos momentos imediatamente anteriores à fundação e das primeiras assembléias com os alunos excedentes[43], quando da formação da comissão organizadora em torno de Octávio de Carvalho e do advogado Lino Moreiro, cujo filho seria um dos aprovados excluídos no vestibular da Faculdade de Medicina de São Paulo em 1933. Retomava-se a

43. Carlos da Silva Lacaz afirma terem sido duas assembléias: "24 de março de 1933: lançada a idéia de criar uma nova escola de medicina, no consultório de Octávio de Carvalho, na Praça Ramos. Dois meses depois, nova assembléia é feita no Instituto Biológico (rua Marquês de Itu), onde se escolhe o nome da instituição (EPM), lança-se o Manifesto de Fundação e escolhe-se o Conselho Deliberativo". *Três Escolas de Medicina de São Paulo*, pp. 46-47.

questão da especificidade paulista, sublinhando seu potencial intelectual expresso pelo grande número de candidatos aprovados no exame da Faculdade de Medicina. "Os exames vestibulares da FM mostraram que o Estado de São Paulo está num nível espiritual elevadíssimo. Mas não dá lugar para os estudantes", revelava a matéria. Igualmente menciona-se o movimento constitucionalista de 1932, cuja condução se atribuía a uma mocidade prenhe de ideais. Por fim, a inevitável associação com o bandeirante mítico: na "capital bandeirante" havia médicos suficientes e preparados para lecionar[44]. Numa fictícia entrevista com Carvalho, intitulada "Possuímos Médicos para uma Nova Faculdade", este indica os profissionais orientados por Lemos Torres, da Santa Casa de Misericórdia, com disponibilidade para montar uma nova escola médica[45].

Acompanhadas de fotografias, várias "reportagens" da edição comemorativa d'*O Bíceps* narram a fase da fundação[46]. Antes de passar à fase pós-fundação, voltava novamente à cena o Manifesto de Fundação, apresentado com o seguinte título: "Fundada Nova Escola de Medicina em São Paulo". *O Bíceps* revelava o "sensacional furo": conseguiu, "em primeira mão, uma cópia do manifesto", transcrito na íntegra, incluindo a lista dos signatários[47]. A criação de mais uma faculdade era vista como uma possibilidade de "se pensar na resolução de vários problemas nacionais". Acatando as observações de uma tendência propalada por certo grupo de higienistas, sublinhava-se que o povo brasileiro era doente porque ignorante, e ignorante porque pobre. E um povo doente seria inútil, em suas palavras. A tentativa de elevar o padrão intelectual do povo estaria ocorrendo por meio da fundação de escolas normais estaduais, ampliando e melhorando o ensino primário. Por outro lado, a erradicação das doenças estaria em marcha lenta, se comparadas com as campanhas de Oswaldo Cruz[48].

Além disso, a criação de uma nova escola médica se justificava pelo crescente interesse pela medicina. Com a implantação da Faculdade de Medicina de São Paulo, "fez-se aqui um novo ambiente cultural. A ciência viu-se estimulada. Vocações nasceram". Mas a Faculdade de Medicina não podia mais absorver o grande número de candidatos aos exames. Por fim, colocava-se em pauta o simples argumento de que havia necessidade de mais médicos. A iniciativa da fundação era vista, assim, como "grandiosa", proposta por Octávio de Carvalho, um "homem talentoso" que reunira em torno de si uma plêiade de "médicos inteligentes, estudiosos". No mais, tratava-se de uma iniciativa "honesta", pois formou-se uma sociedade civil, sem fins lucrativos, concebida e forjada a partir da doação de dinheiro pelos fundadores[49].

44. O bandeirante e o bandeirantismo surgem como mito na historiografia laudatória de São Paulo no século XIX e inícios do XX. Nessa construção heróica, o bandeirante é associado ao espírito empreendedor, conquistador, descobridor de novas terras e riquezas. Historiadores como Afonso Taunay e Alfredo Elis Jr. atribuíram aos bandeirantes as atuais dimensões territoriais do Brasil. Oliveira Vianna os descreveu como mercadores ricos, homens cultos e acostumados ao luxo. A essas concepções se opôs Capistrano de Abreu, ressaltando a violência dos bandeirantes, o seu confronto ofensivo com as reduções religiosas e a escravização dos índios. No período aqui abordado, vale mencionar a obra de Alcântara Machado, *Vida e Morte Bandeirante*, de 1929, que relativizou o mito ao verificar que os bandeirantes eram simples lavradores, mercadores e aventureiros que capturavam índios. "Bandeirantes", em Ronaldo Vainfas (org.), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Por outro lado, também desse período, a retomada da imagem conquistadora do bandeirante de Cassiano Ricardo, que figura como "essência e do destino da brasilidade" contra as influências estrangeiras. Segundo ele: "bandeirante no apelo às origens brasileiras; na defesa de nossas fronteiras [...]; na 'marcha para o oeste' que é também o sinônimo de nosso imperialismo [...]". *Apud* Marilena Chauí. "O Mito Fundador", *O Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, p. 69. A esse respeito, ver também Katia Maria Abud, *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições – A Construção de um Símbolo Paulista: o Bandeirante*.

45. *O Bíceps,* 20 (15), 1958, p. 1.

46. As negociações feitas por Carvalho no Rio de Janeiro com os membros do Conselho Nacional de Educação, entre eles Raul Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Brasil, e Carneiro Filipe, consultor da Diretoria Geral; o anteprojeto dos estatutos; o processo decisório a respeito do nome da escola; a eleição do Conselho Deliberativo; a aclamação do diretor e a criação do cargo de vice-diretor; a contribuição de cinco contos de réis de cada um

Nota-se que prevalecem os mesmos elogios recorrentes em outras ocasiões, pondo em evidência os grandes fastos da instituição por meio das atitudes heróicas de alguns homens, em que os aspectos filantrópicos dos fundadores são valorizados[50]. O tom grandiloqüente das matérias, porém, não retira da edição seu caráter informativo, ao oferecer um painel cronológico que se estende até 1958, acrescido de algumas fotografias. Diante do amplo recorte temporal, pareceu necessário aos editores fazer uma seleção temática.

Ao longo dos anos a serem cobertos pelas "reportagens", pode-se perscrutar matérias de fundo institucional e as de fundo acadêmico.

No tocante à do primeiro tipo, ressalta-se a viagem de Carvalho ao Rio de Janeiro, em 1935, a fim de tratar da inspeção preliminar concedida após a manifestação favorável e unânime dos membros do CNE. Em linha cronológica, destacam a abertura do Pavilhão Maria Thereza de Azevedo e a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do HSP, na qual discursou o poeta Guilherme de Almeida[51]. Em 1940, a atenção ia para a cerimônia de inauguração parcial do HSP, em cuja matéria o "espírito paulista" ganha novamente espaço[52]. Seguiam-se o reconhecimento, em 1942, da Escola de Enfermagem, tida como "a primeira escola de enfermagem de alto padrão no estado paulista", e o agradecimento emanado da diretoria da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e dirigido em 1949 ao Legislativo Federal por ocasião dos debates que redundaram na doação de 28 milhões de cruzeiros, por parte da União, para saldar as dívidas do "notável estabelecimento" que era a EPM[53].

Finalmente, as questões mais sensíveis atinentes ao funcionamento da Escola foram mencionadas timidamente na edição. Um resumo do discurso de Álvaro Guimarães quando Horácio Lafer recebia seu grau de doutor *honoris causa*, explicava o *deficit*[54]. Os eventos do ano de 1951 foram condensados no artigo "Realização de um Sonho", cujo texto basicamente resume o já mencionado opúsculo *Escola Paulista de Medicina*[55]. O leitor obtém uma rápida idéia do que era e de como funcionava a Escola naquele ano: os cursos, sua organização, os órgãos institucionais etc. Nessa descrição, vale frisar o comentário final, mais uma breve alusão à idéia de excelência: apesar das dificuldades financeiras, a Escola lograva formar profissionais bem preparados, auto-intitulando-se a melhor do estado[56].

A notícia da federalização, momento crucial na vida da instituição, que deixa de ser privada e "paulista" para tornar-se pública e federal, foi veiculada pela publicação de um discurso de Pacheco e Silva. Antes de chegar aos argumentos que explicam a mudança institucional, ele

dos fundadores; a formação da Congregação com os currículos dos professores sucintamente apresentados.

47. *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 3.

48. As diferenças nas políticas governamentais de saúde pública são um tema recorrente na historiografia especializada. Sem entrar em minúcias desse debate, podemos apontá-lo aqui: enquanto Oswaldo Cruz era o ícone do "campanhismo" (denominação que remete às campanhas de saúde, mas também militares e eventualmente autoritárias) que lutava contra endemias e epidemias por meio de expedições e intervenções pontuais pelo Brasil afora, havia autoridades higienistas (principalmente em São Paulo, daí a suposta especificidade paulista em matéria de saúde pública) que propunham a educação sanitária e a prevenção em centros de saúde como forma privilegiada de intervenção. A defesa de Oswaldo Cruz e seu "campanhismo" em São Paulo, pelo CAPB, pode ser um elemento para intervir nessa discussão com novos dados. Agradeço a Jaime Rodrigues pela contribuição.

49. *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 5. Ainda em torno da época da fundação, o periódico trazia uma lista dos primeiros vestibulandos da EPM e de suas notas, bem como os nomes dos membros da comissão de avaliação. Descrevia ainda a criação do CAPB, a posse de sua diretoria e a "Quinzena Científica" – primeiro simpósio organizado pela EPM, realizado em 1934 com a presença de médicos e sanitaristas nacionais.

50. A respeito do caráter filantrópico tanto da EPM, quando de sua fundação, como do HSP, ver capítulo II.

51. *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 10. Em destaque, passagem de seu discurso que deixara fortes traços na memória da instituição: "Aí está a Escola Paulista de Medicina – a árvore boa, em boa hora, sob um bom signo, numa boa terra e por boas mãos plantada. Ora dessa árvore já adulta, um galho se cortou e para aqui neste instante, se transplanta. É essa estaca inicial do Hospital São Paulo, que agora aqui vai ser batida".

insere novamente uma passagem de sua aula inaugural, em que, não fortuitamente, resgata o tema recorrente da especificidade e grandiosidade do "paulista". No contexto da fundação da EPM, credita a ela longevidade, que se manifestará na "série indefinida de lições [...] que irão [...] anos em fora". Essa forte confiança no êxito do empreendimento, que atravessará gerações e gerações, se justifica por ele nascer "em São Paulo, nesta amada terra nossa, onde tudo cresce, vive e prospera. Descrer seria negar as virtudes da raça. Jamais aqui fracassou empresa, por mais grandiosa e temerária que parecesse à primeira vista, quando firmada em bases seguras"[57].

Para o palestrante, os autores do projeto inicial integravam um "grupo de paulistas, gente heróica que não sabe viver sem rasgar cada dia novos horizontes [...]", reconhecendo ainda o apoio e a solidariedade de "irmãos de outros Estados", "brasileiros" como "nós" que se identificavam com a iniciativa da fundação da Escola. Com a federalização, "mercê a Deus", a vida da Escola estaria "para sempre assegurada". A partir desse momento, os "dias difíceis" e as "graves apreensões" tornavam-se lembranças do passado e os "sacrifícios" seriam compensados. O trabalho poderia ser conduzido de forma tranqüila, sem a "angústia da expectativa do futuro, sem a insegurança que durante longos anos passou sobre as nossas cabeças, sem as ameaças de um colapso financeiro" que acabaria enterrando a obra de anos. A federalização era apresentada como único caminho para garantir a manutenção da qualidade do ensino, evitar o aumento abusivo das mensalidades bem como o sucateamento da instituição. O governo, "interessado em manter o ensino superior em elevado nível" e ciente dos limites financeiros do ensino médico privado, tornava-se um parceiro capaz de incrementar os laboratórios e equipar o hospital[58].

Quanto às notícias de fundo acadêmico, estas se dividiram entre relatos de visitas de renomados professores de outras instituições que proferiram palestras na EPM desde 1933[59], matérias sobre assuntos médicos e de saúde pública, informações acerca das caravanas de estudos dos alunos da EPM, bem como das diferentes atividades do CAPB, incluindo notícias de cunho esportivo. Parte da edição voltava-se à atualidade, como no artigo inventariando o patrimônio material da EPM, ressaltando as instalações modernas e avançadas, tanto do Hospital como das demais dependências técnicas[60].

Nesse número d'*O Bíceps*, o Centro Acadêmico questionou as razões pelas quais a diretoria da Escola não se empenhou na organização das festividades em homenagem ao jubileu de prata. O desconforto era evidente, sobretudo considerando-se que o diretor, José Maria de Frei-

52. Diante do projeto a ser executado, a matéria evoca novamente o espírito paulista: "[...] o hospital que vai ser inaugurado, não pode deixar de ser um atestado eloqüente do dinamismo e do espírito empreendedor de um grupo de paulistas". "Um Empreendimento Notável: o Hospital São Paulo", *idem*, p. 11.

53. "Os Diretores da Faculdade de Medicina Aplaudem", *idem*, p. 15. Uma breve matéria ressaltou a entrega do grau de doutor *honoris causa* ao deputado Horácio Lafer, pelo seu empenho no Congresso Nacional para que o projeto de lei que visava saldar a dívida da EPM junto à CEF fosse aprovado, cf. capítulo II.

54. O maior gasto teria sido com o HSP, que desde a sua inauguração até aquela data fornecera 372 766 leitos e 306 532 consultas para "indigentes", fazendo jus à vocação assistencialista da instituição. Embora parte desses serviços tenha sido paga por meio de doações e subvenções, a Escola acabou sendo onerada. Os valores dos gastos e das dívidas são expostas ao leitor. Diante das dificuldades, Guimarães indagava de onde tirar o dinheiro e afirmava que a solução não era diminuir a qualidade do ensino. O diretor ainda sublinhou que a Escola praticamente funcionava graças aos esforços de particulares. Foram poucas as subvenções do município, do estado ou da União. O pagamento da dívida com a CEF, gerada sobretudo pela construção do HSP, teria "equilibrado por ora suas finanças". "Equilibramo-nos Financeiramente", *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 16.

55. *Escola Paulista de Medicina, Fundada em 1 de Junho de 1933*.

56. "Realização de um Sonho", *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 16.

57. "Federalizada a EPM! Após Vários Anos de Luta, Conseguida a Vitória [...]", *idem, ibidem*.

58. *Idem, ibidem*. As palavras de Pacheco e Silva, datadas de 4 de maio de 1957, deixam entrever que a federalização não foi um processo sem oposição, desconfiança e rejeição no interior da própria Escola, expondo claramente o quanto o empenho do diretor José Maria de Frei-

tas, era um dos fundadores, e que no aniversário de dez anos não foram poupadas honras aos que ergueram o "colosso" EPM. Já na efeméride de 25 anos, coube aos alunos e ao CAPB a iniciativa e o encargo da homenagem, promovendo, entre outros eventos, a série de conferências intitulada "Comemorações do Jubileu de Prata" e um coquetel em homenagem aos presidentes do Centro. A falta da auto-celebração institucional era compreendida como uma ruptura da tradição, indicando a importância da realização dos festejos para a percepção e a construção da memória institucional: "Hoje, a tradição jaz em abandono. Desprezo? Preferimos, embora com mágoa, atribuí-lo a uma omissão. Imperdoável porém. Porque é a mostra maior que não só entre os alunos campeia o indiferentismo. O exemplo vem de cima"[61].

Omissão ou indiferença, o fato é que não há notícia de comemorações organizadas pela Escola naquela data. Como já comentado, a incumbência dada a Albernaz pelo CTA de escrever uma história da EPM não se concretizou naquele ano. *Notícia Histórica dos Primeiros 25 Anos* foi publicado somente uma década mais tarde. E, ao contrário do que pretendia a edição de jubileu dos 25 anos d'*O Bíceps*, trata-se de um livro que traz "o simples desfilar de fatos históricos", baseado nas atas institucionais da EPM.

No prefácio de sua obra, Albernaz alerta para a dificuldade de se "escrever história", acentuada pelo fato de ele ter sido um dos participantes da "grande aventura" de erguer a EPM, o que a tornava "parte integrante" de sua vida[62]. Assim, justifica ser-lhe a imparcialidade impossível. No entanto, crê em seu "espírito de justiça", que permite narrar os fatos desses anos, dos quais foi testemunha tal como são descritos nas atas. Ele pretendia mostrar a "realidade" por meio do cotejo rigoroso e imparcial desses documentos, sem se distanciar do espírito crítico, pois ele nada teria de destruidor. Enquanto sugere que essa história resulta de uma "caminhada corajosa" através do tempo, Albernaz a compara com o destino da própria EPM: uma jornada de glória[63].

No capítulo "Os Primeiros Passos", Albernaz recupera os momentos decisivos para a criação da EPM, ao qual anexa, sem qualquer comentário, o Manifesto de Fundação da EPM e a lista dos subscritores. Ao longo da obra, em que cada ano corresponde a um capítulo, a história da instituição segue um eixo cronológico apresentando uma sucessão dos fatos e acontecimentos – uma história factual a partir de fontes únicas, produzidas oficialmente na instituição. As atas, nesse caso, tornam-se portadoras da realidade, conferindo a elas o *status* de documento histórico, tal qual a receita historiográfica positivista pres-

tas, com o apoio de Otto Bier, foram essenciais para sua concretização. Salienta que a federalização se fez "sem quebra de nossos princípios, sem a alienação dos propósitos de seus fundadores, respeitados todos os direitos do corpo docente, discente e dos funcionários [...]". A partir dali, conforme afirmava o representante do MEC, a EPM ingressaria no "seio das demais escolas superiores da República". Para o governo, isso seria uma honra e um orgulho, dada a qualidade da Escola, que figurava como um legítimo padrão para o ensino médico.

59. Várias conferências com "personalidades de renome no meio médico brasileiro" foram realizadas, entre eles Heitor Annes Dias e Roberto Duque Estrada. O primeiro era o médico brasileiro que empresta seu nome ao Instituto de Nutrição da prefeitura do Rio de Janeiro, cf. http://www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?infoid=611&editionsectionid=39, acesso em 16 maio 2007. Sobre sua produção científica, ver *Revista da Associação Médica Brasileira*, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302003000200028 &lng=pt&nrm=iso&tlng=pt, acesso em 16 maio 2007. Dados biográficos estão disponíveis em http://www.saude.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/printerview.htm?user=reader&infoid=1066&editionsectionid=71, acesso em 16 maio 2007. Sobre Duque Estrada, cf. http://tiosam.com/?q=Roberto_Duque_Estrada, acesso em 16 maio 2007. Para uma relação dos conferencistas, ver processo 59, *Arquivo da Prograd*.

60. "25 Anos de Escola Paulista de Medicina", *O Bíceps*, 20 (15), 1958, p. 32.

61. "Omissão Imperdoável", *idem, ibidem*.

62. Paulo Mangabeira Albernaz nasceu em Bagé (RS) em 1896. Estudou na Faculdade de Medicina em Salvador, especializando-se em otorrinolaringologia. Contribuiu para a pesquisa médica com estudos inéditos sobre a leishmaniose nasal. Depois de ter morado em Campinas, onde criou o Serviço de Otorrinolaringologia da Santa Casa, mudou-se

crevia, segundo a qual os documentos "oficiais" são as únicas fontes autorizadas que levam ao conhecimento da verdade histórica.

Trata-se de uma descrição dos acontecimentos a partir dessa documentação, com poucas análises e interpretações. Os fastos, bem como as dificuldades, são mencionados sem maior reflexão e tampouco indicações bibliográficas precisas. Apesar de "enfadonha", conforme o próprio autor a adjetivou, a obra tem seu mérito por justamente ter nascido a partir das atas e com isso revelar uma série de informações institucionais comumente inacessíveis (especialmente antes da era digital). Um cotejo sistemático entre as atas e o livro poderia apontar as escolhas, as omissões e as preferências temáticas do autor. Mas isso ultrapassaria a proposta do presente ensaio, cuja questão é analisar as concepções da história institucional da EPM. O que aqui vale frisar é o fato de o autor se basear mormente nessas atas, sem em momento algum refletir acerca da natureza e das características desses documentos que o autorizam a escrever uma história "verdadeira". Em outras palavras, Albernaz acreditava no que leu e vivenciou, considerando a leitura e a vivência como suficientes para narrar ao leitor a história de como as coisas tinham acontecido.

Em suas "Palavras Finais", ele afirmou que a Escola, "partindo do nada, foi, paulatina e gradualmente, mas sem esmorecimento, realizando uma das façanhas mais admiráveis, mais espantosas do ensino superior em nosso país". Reiterava o quanto fora conseguido pelo próprio esforço, superando as deficiências de instalações e equipamentos, produzindo o que "institutos oficiais jamais chegaram a produzir". Apontou as especificidades que a conduziam aos "acmes mais elevados [*sic*] do ensino médico nacional": a originalidade na organização dos departamentos médicos, como os de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica e em especial o de Ciências Biológicas, o pioneirismo dos testes gerais e testes de inteligência na prática dos exames de habilitação; a construção do primeiro hospital de clínicas no país. Estes seriam alguns dos elementos do "mais alto padrão técnico, aprovados, elogiados e admitidos, para uso oficial, pelo próprio Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério de Educação. Isto fez da Escola Paulista de Medicina, conquanto faculdade particular, um instituto padrão no ensino médico"[64].

Albernaz eliminava no leitor qualquer dúvida de que sua obra era um panegírico da EPM ou uma epopéia. Sua apreciação elogiosa acerca da história da Escola era apresentada como fruto dos fatos e de sua conduta auto-crítica e prenhe de "espírito de justiça". "Não são palavras vãs", avisava. O autor despediu-se, deixando transparecer certa

para São Paulo. Em 1933, assinou o Manifesto de Fundação da EPM, instituição na qual fez sua carreira docente. Em homenagem ao seu empenho na organização de congressos e pela dedicação à pesquisa, foi agraciado com a Comenda de Grande Oficial da Ordem do Mérito Médico, recebida das mãos do presidente Castelo Branco em 1966, entre outros prêmios que lhe foram conferidos. Um deles, o prêmio "Eliseu Segura" em El Salvador, pelo seu desempenho a favor da aproximação do conhecimento entre os países latino-americanos no campo da otorrinolaringologia. Morreu em 1982. Angelo Mazza, "Paulo Mangabeira Albernaz", em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, pp. 138-141.

63. Paulo Mangabeira Albernaz, "Prefácio", *op. cit.*

64. *Idem*, p. 221.

melancolia ao mencionar a mudança geracional em curso. A EPM era um "templo sagrado", monumento do qual seus "operários" se viam obrigados a se afastar, tristemente. Mas logo o autor se mostrava esperançoso, ao sublinhar que a entrega do bastão far-se-ia a sucessores bem preparados, discípulos que assumiriam os desafios em condições mais propícias que os fundadores. Em um quarto do século, criaram uma instituição, "erguerem-na aos píncaros, e deixaram sucessores capazes de ainda mais alto a elevarem". Eis o seu maior "galardão", conclui[65]. O tom grandiloqüente de sua narrativa faz dela um profícuo exemplo de uma história heróica. Nela, enfatizam-se a pobreza e precariedade iniciais, a batalha e a determinação para vencer e superar as dificuldades, bem como a excelência atingida, sempre numa caminhada certeira e solitária.

Trinta Anos de EPM e a Primeira Celebração como Universidade

Em seu 30º ano a EPM, além de federalizada, era parte integrante da recém-criada e institucionalmente frágil Universidade Federal de São Paulo (UFSP), implantada em 1960 e abortada em 1964, logo no início da ditadura militar[66]. Quando das comemorações desse aniversário, Marcos Lindenberg era o diretor da EPM e reitor da UFSP.

Ao contrário das efemérides anteriores, os festejos deste aniversário incluíram um programa diversificado de atividades, cujo fim era reunir toda a "família que edificou a EPM – fundadores, professores, assistentes, alunos, auxiliares e amigos"[67] (Figura 6). As comemorações dividiram-se em competições esportivas, inaugurações, palestras, atividades culturais e sessões solenes conduzidas pelo Centro Acadêmico, pela Associação Paulista de Medicina, pela Associação dos Ex-Alunos da EPM e pela Congregação.

Em 9 de setembro de 1963, primeiro dia das comemorações, inaugurou-se o busto em homenagem a Octávio de Carvalho, implantado no pátio interno da EPM e esculpido por Lindenberg. O homenageado estava presente, proferindo algumas palavras sobre as origens da Escola e mencionando as dificuldades em torno de sua "ascensão" e "declínio" na condição de fundador e diretor. Lembrou o quanto se empenhara em persuadir os membros do CNE a reconhecerem a EPM. Na época, o Conselho compunha-se de membros contrários à criação de escolas médicas livres. Seu afastamento da direção da EPM, em 1938, foi por ele interpretado como decorrência do entrechoque das ambições e da "fermentação" no seio da Congregação, abreviando seus projetos e fazendo-o deixar "inacabada [...] tão promissora realização". Com ironia,

65. *Idem,* p. 222.

66. A Universidade Federal de São Paulo aglutinaria a EPM, a Escola de Engenharia de São Carlos da USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba e Faculdade de Ciências Econômicas de Santo André. Em outubro de 1964, a EPM foi desligada da Universidade Federal por meio da lei nº 4.421, disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=115088, acesso em jan. 2008. Para mais detalhes, ver capítulos III e IV.

67. "Universidade da Escola Paulista de Medicina que Está Comemorando o seu 30º Aniversário", *A Gazeta*, 9 set. 1963. Além deste jornal, os trinta anos da EPM foram notícia n'*O Estado de S. Paulo* e na *Folha de S. Paulo*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

30.º ANIVERSÁRIO

Escola Paulista de Medicina

SETEMBRO DE 1963

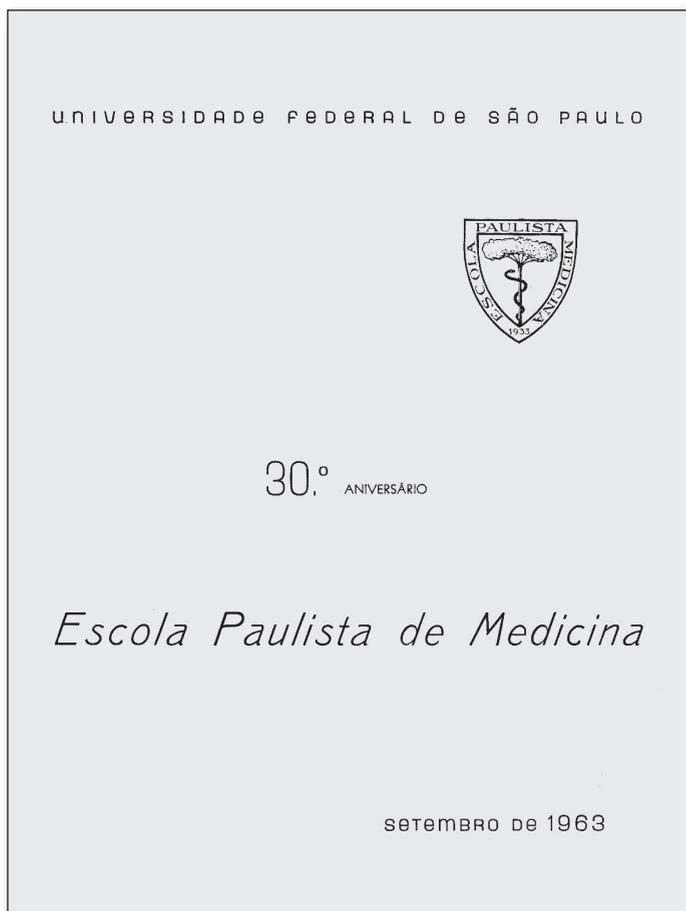



FIGURA 6. Programa das comemorações do 30º Aniversário da EPM –Universidade Federal de São Paulo. Fonte: Acervo CEHFi, pasta nº 3 – *Aniversário – 30 anos da EPM, documento 4.*

reflete sobre a própria homenagem: "Os monumentos comemorativos são quase sempre póstumos. Poucos têm sido os criadores que tiveram a ventura de assistir em vida a sua própria consagração, como reparação e reconhecimento dos erros, injustiças e incompreensões dos contemporâneos". Um desabafo final expressava seu desapontamento:

> Se tive a felicidade [...] de ver realizado na velhice, um sonho de mocidade, muito embora entrecortado de lutas sem conta e de uma longa noite de angústias e pesadelos, que durou quase metade de minha vida, ainda me restou, apesar dos pesares, o conforto de ver consubstanciado no monumento imorredouro, que será um marco na história da arte moderna[68].

Se não se tornou marco da arte moderna, o busto certamente marcou a EPM e o próprio Carvalho (Figura 7).

68. Octávio de Carvalho, *História da Escola Paulista de Medicina: Curriculum Vitae*, p. 27.

FIGURA 7. Octávio de Carvalho e esposa diante do busto esculpido por Marcos Lindenberg.

Nessa efeméride, foram poucas as palestras, entre elas a proferida por Lindenberg na Associação Paulista de Medicina e intitulada "Educação Médica". As atividades culturais incluíram uma exposição de arte no saguão da biblioteca, com cerca de cinqüenta fotografias, esculturas e pinturas feitas por alunos, médicos ex-alunos, residentes e assistentes da EPM, concorrendo a uma premiação oferecida pelo CAPB. Uma conferência do arquiteto Eduardo Kneese de Melo sobre Aleijadinho e Niemeyer e a pré-estréia do filme japonês *Amor e Tristeza* completaram a agenda[69].

Também foram entregues novas instalações, como as do Instituto de Biologia da Universidade Federal, o lançamento da pedra fundamental do edifício de Ambulatórios e do Departamento de Educação Cívica e Física – eventos sempre muito concorridos para autoridades ou seus representantes[70]. A cerimônia foi seguida de almoço e missa em ação de graças. No Instituto de Biologia, foi o representante do ministro da Educação quem descerrou a placa inaugural, enquanto o catedrático de Microbiologia da EPM, Otto Bier, proferiu um discurso cujo otimismo repousava na observação de que o Brasil estaria "decidido de romper os grilhões que ainda o prendem ao subdesenvolvimento". Entusiasmado, considerava que nada poderia impedir o processo de industrialização e da conseqüente renovação dos métodos da produção agrícola. Tal desenvolvimento, assim sugere, implicaria uma "modificação profunda em nossa estrutura social e que a Universidade terá de

69. "Mostra Pictórica nas Comemorações da EPM", *Folha de S. Paulo*, p. 16. "A EPM Iniciou os Festejos do 30º Aniversário", *idem*, p. 17.

70. Nos Ambulatórios, estavam presentes o representante do prefeito, Ariovaldo de Carvalho (à época secretário da Higiene), o engenheiro Renato Mesquita (da Divisão de Obras do MEC) e o representante do governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

adaptar-se a esse novo equilíbrio social". Sem dúvida, as concepções nacional-desenvolvimentistas haviam tocado o palestrante[71].

A inauguração do Instituto de Biologia (Figura 8) era interpretada como marco da integração da EPM na UFSP – uma universidade, que, segundo Bier,

> [...] nasce sob os auspícios de um país em busca de emancipação, de uma universidade que se destina de ser grande e sólida [...], que crescerá de dentro para fora, sem hipertrofias balofas; de uma universidade que aspira a prestar serviços, abrindo maiores perspectivas aos jovens brasileiros, cônscia dos deveres para com a comunidade que contribui para a sua manutenção[72].

A "Escolinha" – alcunha pejorativa inventada logo após a fundação em 1933 pela Faculdade de Medicina, que se gabava pelas suas modernas instalações, e que a própria EPM incorporou e transformou em apelido afetuoso[73] – assumia publicamente que sua identidade fora absorvida, ainda que não diluída, num corpo maior, numa universidade espalhada em várias unidades pelo Estado de São Paulo.

Na sessão solene da Congregação, em 14 de setembro, realizada no recém-inaugurado Instituto de Biologia da UFSP, José Ignácio Lobo[74] exaltou o papel da EPM no ensino da medicina preventiva e citou os congressos em Viña del Mar (Chile) de 1955, o primeiro e o segundo congressos da Associação Médica Brasileira, em Ribeirão Preto (1956) e em Belo Horizonte (1959), dos quais a Escola orgulhosamente participou na reforma do ensino médico no país, elaborado pelo então ministro Clóvis Salgado, que incluía a extensão do sistema departamental. A EPM prontamente adotou as mudanças sugeridas, introduzindo o Departamento de Higiene e Medicina Preventiva, o que assumiu "o aspecto de verdadeira inovação, por conjugar sua atividade com diversas outras cátedras, estendendo a sua esfera de ação até fora da Escola". A reforma também previu novas formas de aplicação dos vestibulares, ensino de clínica médica no quarto ano no regime de *clerkship*[75] (noviciado), integração dos cursos de propedêutica e clínica médica e cirúrgica. Além disso, menciona a organização do ensino de clínica médica em ambulatório, integrado com a cadeira de Higiene e Medicina Preventiva, tendo em vista a assistência e edição do paciente no domicílio; a introdução do ensino de psicologia, "para que o aluno não descuide do lado humano do doente de que cuida" e, por fim, a observância, pelos docentes de clínicas, do regime de tempo integral "geográfico", graças ao qual os professores e assistentes permanecem o dia todo junto às enfermarias e ambulatórios. Lobo chamou atenção para o fato de que

71. "Inauguração e Pedra Fundamental na Festa de Aniversário", *Folha de S. Paulo*, 15 set. 1963, p. 12.

72. *Idem, ibidem.*

73. Álvaro N. Atallah, Regina C. R. Stella e Ulysses Fagundes Neto, *op. cit.*, p. 183.

74. Chefe da equipe de pesquisa clínica em endocrinologia da EPM nos anos de 1940, sócio-fundador da Regional de São Paulo da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia em 1954 e chefe da Seção de Endocrinologia do Departamento de Clínica Médica da EPM em 1955. Cf. http://www.endocrino.org.br/conteudo/sociedade/diretoria_004.php, http://www.unifesp.br/dmed/discipl2.htm e http://www.unifesp.br/dmed/consolid.htm, acesso em jan. 2008.

75. O *clerkship* ou noviciado era a base do ensino da clínica médica e antecipava o internato e a residência. Desenvolvia-se sob direção única, com chefe do departamento, e era realizado ao longo de três anos, iniciando-se na terceira série do curso de graduação. No quarto ano, o aluno estagiava em cardiologia, pulmonologia, nutrição, nefrologia e pediatria. O *clerkship* era feito em enfermaria geral. De preferência, deveria haver número suficiente de leitos para cada turma. Para mais detalhes, ver Durval Rosa Borges *et al.*, "Histórico da Formação Médica na Escola Paulista de Medicina e suas Perspectivas na Universidade Federal de São Paulo", em Rosana Fiorini Puccini, Lucia de Oliveira Sampaio e Nildo Alves Batista (orgs.), *A Formação Médica na Unifesp: Excelência e Compromisso Social*.

Figura 8. Ariovaldo de Carvalho, secretário da Higiene, corta a fita simbólica inaugurando o Instituto de Biologia da Universidade Federal de São Paulo. À sua esquerda, Marcos Lindenberg. "Inauguração e Pedra Fundamental na Festa de Aniversário". *Folha de S. Paulo*, 15 set. 1963, p. 12.

essas reformas reiteravam o auxílio oriundo da Fundação Rockefeller. Após esse breve relato das mudanças, advertiu que elas não deviam ser compreendidas como "simples registro histórico, nem tão pouco [*sic*] como panegírico", mas sim "expressão do pensamento desta Escola sobre o magno problema da educação médica"[76].

Depois de pontuar o que houve de inovador na epm, lembrou qual seria o objetivo maior de uma escola: ensinar a estudar, a observar e a criticar e jamais esgotar uma matéria. Sua função seria desenvolver a capacidade de análise, de trabalho em grupo e de discussão objetiva dos fatos e dos textos, de sua interpretação, tendo como perspectiva a realização da pesquisa. Nesse sentido, a epm estaria conciliando de forma harmônica o ensino, a pesquisa e a assistência. Lobo refletiu sobre a história institucional da epm apenas sete anos após a federalização. Enfatizou que o passado provara a "capacidade da iniciativa privada em matéria de criação e organização do ensino superior numa das mais complexas modalidades, o ensino médico". As dificuldades financeiras explicavam-se pelo funcionamento em si oneroso da natureza da disciplina, de sua prática e da assistência gratuita, e "exclusivamente estas, obrigaram-na a situar-se dentro da administração pública". Transpirando insatisfação com os rumos inevitáveis dos acontecimentos, conclui

76. José Ignácio Lobo, *A Gazeta*. Mimeo., s./l., s./d., p. 3. Acervo do cehfi, pasta nº 3 – *Aniversário – 30 anos da epm*.

que a “federalização encontrou obra feita, claro que não completa”, após a Escola ter vivido 23 anos “por seus próprios meios”[77].

Em meio aos festejos marcados pelo processo de mudança na identidade da EPM, agora parte da UFSP, não se aventava que essa condição seria tão efêmera. Após o golpe militar de 1964, a EPM não somente foi desligada da UFSP, mas instalou-se um Inquérito Policial-Militar (IPM) dentro da Escola. O então ex-diretor da EPM, ex-reitor da extinta UFSP e professor catedrático Marcos Lindenberg seria cassado. Não estava sozinho: outros colegas e alunos, entre eles Walter Albertoni, estavam na lista dos que sofreram perseguições[78].

A EPM Faz Quarenta Anos

A comemoração dos quarenta anos da EPM ocorreu no momento mais difícil da ditadura. A formação da comissão executiva dos festejos, presidida pelo ex-aluno e, na época, deputado Fauze Carlos (Arena), dá uma amostra da importância do evento. Criaram-se várias comissões e subcomissões: do jantar de confraternização, de programação científica, do culto ecumênico, do coral, direção do show, de programação esportiva, de divulgação e redação – integrando aproximadamente 32 pessoas, entre professores e alunos, além de um assessor de relações públicas. A programação contou com o apoio de empresas[79] e pretendia reunir grande parte dos cerca de três mil egressos da EPM. Contava-se com a presença do corpo docente, professores, alunos e autoridades, entre elas o ministro da Educação, Jarbas Passarinho[80].

A programação estendeu-se de 15 a 23 de junho de 1973. Mantendo a tradição de comemorações anteriores, contemplavam-se atividades sociais[81], científicas[82] e esportivas[83]. Uma sessão solene no plenário da Assembléia Legislativa abriu a semana de festejos. O presidente da Assembléia, deputado José Julianelli[84], iniciou a solenidade e passou a palavra ao ministro Passarinho, seguindo-se as falas de Horácio Kneese de Mello, diretor da EPM, e de Fauze Carlos, ex-secretário da Saúde do Estado.

Em 20 de junho de 1973, José Ribeiro do Valle, da comissão executiva, proferiu discurso comemorativo no jantar-dançante de confraternização. As palavras pareciam ser amenas, vindas do “coração” e não da “razão”, em sintonia com o propósito do evento, mas acabaram tocando em pontos sensíveis pelos quais a EPM estaria passando. A evocação do passado não podia faltar, já que Valle integrou a primeira leva dos professores contratados pela “Escolinha“, em 1934, com o apoio de Otto Bier e André Dreyfus. Os tempos da fundação foram associados ao “entusiasmo contagiante” e ao “ambiente de idealismo

77. *Idem, ibidem.*

78. Ver capítulo III.

79. McCann Erickson Publicidade, Turismo Real e do Banco Real.

80. “Mensagem ao Ex-Aluno”, *Boletim Informativo EPM 40 anos*, 15 a 23 jun. 1973, s./p. Acervo do CEHFI, pasta nº 14 – *Aniversário: 40 e 60 anos da EPM*.

81. As atividades sociais incluíram um culto ecumênico, o lançamento da pedra fundamental da praça de esportes, um jantar dançante de confraternização no Clube Atlético Monte Líbano acompanhado de um show com acadêmicos da EPM, e um programa social e turístico para os familiares dos ex-alunos.

82. A programação científica concentrou-se num simpósio de seis dias, intitulado “Progressos da Medicina”. Participaram do evento por volta de 69 expositores, divididos em mesas de quatro a cinco participantes. A conferência inaugural foi incumbida a Roberto Santos, presidente do Conselho Federal de Educação. O que chama a atenção na grande quantidade de participantes é o número exíguo de mulheres. Afora a mesa da enfermagem, poucas médicas apresentaram trabalho – apenas quatro, além das cinco que compuseram a mesa de enfermeiras.

83. Foram realizados jogos e competições de futebol, tênis, atletismo e voleibol masculino e feminino entre alunos e ex-alunos da EPM.

84. Ver supra, nota 28.

sadio" em que professores e alunos lutavam pela mesma causa. Nesse clima de lutas e aventuras, Valle relembrou da incipiência dos laboratórios e das enfermarias. "Era a pobreza franciscana de quem começa do nada". Comparando os tempos idos com o presente da EPM em 1973, indagou-se: "Como foi possível, Santo Deus, chegar a tanto, partindo de tão pouco?" A resposta ele mesmo buscou na mitologia cultuada na Escola: "Mas isto era São Paulo!", indo ao encontro mais uma vez da imagem do paulista como vencedor. Evocou, então, as personalidades fundadoras: nos primórdios, houve o "entusiasmo empreendedor de Octávio de Carvalho, a segurança de Lemos Torres e a pertinência de Álvaro Guimarães". Agradeceu ainda a todos que de alguma forma haviam contribuído no passado, pois "sem eles, ontem, não seríamos nós, hoje!", lançando ao mesmo tempo um olhar para a futuro, baseado no que fora feito e vislumbrando uma instituição que "já não pode mais se conter nos limites de uma escola profissional isolada, pois está a exigir, com sobradas razões, foros de Universidade!" Por fim, referiu-se ao presente: "Ainda há pouco, ouvíamos do Senhor Ministro da Educação [Jarbas Passarinho] que o Governo Federal precisa atender tais reclamos e assim resgatar velha dívida para com São Paulo. Os dados estão lançados".

Muito provavelmente, ele não se referia à dívida da universidade abortada em 1964, pois esta não parecia ter deixado boa lembrança entre os que permaneceram na Escola. A questão em jogo era conseguir expandir-se como universidade a partir do núcleo da EPM. Valle vislumbrava o futuro[85].

Os quarenta anos da EPM foram assunto de uma edição especial do *Jornal da Associação Médica Brasileira*. Nela, incluiu-se uma entrevista com Jair Xavier Guimarães, aluno da primeira turma e, mais uma vez, rememorava-se o espírito paulista marcado pelo ambiente pós-revolução de 1932: o ressentimento pela derrota do ideal de "restauração da liberdade democrática" opondo-se à sua força e ao seu espírito "inquebráveis"[86]. Guimarães exaltou o orgulho dos paulistas "nativos" e dos imigrantes, sem esquecer dos "irmãos de outros estados", que desejavam reconstruir, com amor e perseverança, a educação médico-hospitalar defasada no estado e na União.

Nota-se a reiteração da história fundadora, em que se contam e recontam as condições daquele início, emprestando-lhe uma aura mítica. A repetição age como gesto de convicção, em que os fatos distantes sejam evocados com o fito de possibilitar uma identificação entre o momento coevo e o passado. É como se o convencimento se desse pela repetição da mesma idéia *ad nauseam*, e não pelos princípios comparti-

85. "Concretizada ou não a estrutura maior, a EPM continuará suas atividades universitárias em futuros institutos de Matemática, de Biologia, de Física e de Química, e no complexo das ciências humanas e da saúde. Os nossos centros indutores já operantes apenas aguardam o cimento aglutinador e o estímulo vivificante de uma instituição universitária bem planejada". José Ribeiro do Valle, "40º Aniversário da EPM", *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973)*, p. 365. Sabemos que durante a gestão Passarinho (1969-1974) houve a elaboração de um projeto de lei visando a transformação da EPM em uma universidade de ciências biológicas e da saúde. No entanto, o projeto foi rejeitado por parecer de Leitão de Abreu, secretário da presidência da República no governo Geisel, que defendia a idéia da universalidade do conhecimento como critério para a concretização de uma universidade. Cf. Ana L. Guímaro e Leonel Prata (eds.), *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina, 70 Anos*, pp. 59-60, e o capítulo IV deste livro. Note-se que, nas palavras de Valle, as ciências humanas são mencionadas no complexo universitário – diferentemente, portanto, do projeto de uma universidade temática.

86. Jair Xavier Guimarães, "A Escola que Eu Vi Nascer", *Jornal da Associação Médica Brasileira*, 15 (653), 5 jun. 1973.

lhados – provavelmente porque era impossível compartilhar princípios em contextos e tempos tão diferentes quanto a fundação e as efemérides cada vez mais distantes do mito de origem.

As palavras seguintes de Xavier Guimarães iam ao encontro dos argumentos e declarações expressas no Manifesto, mostrando mais uma vez a importância que se atribuía àquela carta de intenções[87]. Discorreu sobre as dificuldades, a incredulidade de muitos e a resistência de outros, superadas graças ao "sacrifício e à abnegação dos professores fundadores" e à tenacidade de Carvalho[88]. Desde o reconhecimento do curso pelo CNE, "a Escola já firmara conceito, passando a ser considerada e respeitada como instituição particular de ensino [...] que se esmerava em ministrar ensino de bom padrão". É como se, a partir dali, a instituição seguisse sua vocação como um dado natural, obedecendo sempre aos mesmos critérios: "[...] Outras turmas formadas, todas elas trabalhadas e buriladas com o mesmo carinho, a custa de redobrado esforço, sacrifício e abnegação". Por fim, Guimarães nomeou os professores fundadores, exaltou-os como pioneiros e bem-aventurados por construírem sua obra "com amor"[89].

Mas foi no livro escrito por José Ribeiro do Valle que os quarenta anos da Escola ganharam dimensões mais abrangentes. Como o livro de Albernaz, este também foi escrito e organizado por punhos epemistas e, igualmente, não veio a lume no ano da efeméride. Tratava-se de obra escrita por um olhar testemunhal e cúmplice de uma EPM "adulta", publicado após quatro anos de "exaustiva busca de dados e informações"[90]. Na "nota liminar", já se evidencia o caráter da obra:

> Leio em Antenor Nascentes: *Poliantéia* – coleção de escritos em prosa ou verso em homenagem a pessoas ilustres ou em comemoração acontecimento célebre. Para nós – professores, alunos, pessoal administrativo e amigos da Escola Paulista de Medicina, as festas comemorativas de seu quadragésimo aniversário (1973) foram acontecimento marcante [*sic*] a sugerir esta coletânea de biografias de seus fundadores e de outros professores, além de notas e várias lembranças[91].

Após essa breve introdução seguia-se, mais uma vez sem comentários, o Manifesto de Fundação e a lista dos signatários. Em seguida, transcreveu-se a relação do corpo administrativo e dos funcionários da EPM em 1934, que àquela altura contava com cerca de trinta pessoas[92]. Na lista constam os funcionários técnicos e administrativos, incluindo-se o guarda-noturno e o porteiro. A contribuição de alguns deles seria tratada com mais detalhes no capítulo "Benfeitores e Colaboradores".

87. Em resumo, Guimarães citou a questão da falta de vagas; o grande número de candidatos; a emigração obrigatória de jovens para outros estados, onerando material e moralmente as famílias; a ausência do atendimento hospitalar para os mais pobres e a filantropia do projeto que se manifestava na fundação de uma sociedade civil sem fins lucrativos. *Idem, ibidem*.

88. Entre os episódios relevantes, mencionou o empréstimo da CEF para a compra do terreno e mais dez mil contos para a construção do hospital, a colaboração "desinteressada" do conde Francisco Matarazzo, o concurso do professor alemão Walter Büngeler para o ensino de anatomia patológica, a concessão de amostras de café feitas pelo Departamento Nacional do Café com a geração de uma renda respeitável para o HSP e, finalmente, o funcionamento reconhecido pelo CNE em 1938. *Idem, ibidem*.

89. *Idem, ibidem*.

90. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 377.

91. *Idem*, p. x.

92. *Idem*, pp. XV-XVI.

Lista semelhante referia-se ao ano de 1976, excluindo, porém, os funcionários administrativos. Atém-se ao alto escalão da EPM e ao corpo docente, vinculados aos respectivos departamentos[93].

Antes de passar às biografias dos fundadores, Valle escreveu um preâmbulo, narrando uma breve história da EPM. Apresentou, nesse item, a comissão executiva do 40º aniversário, bem como o programa das atividades científicas. Iniciou panorama histórico da EPM mostrando os desdobramentos sociais representados pelos médicos formados na Escola – cerca de três mil desde a fundação, atuando no mercado de trabalho e "nas principais áreas de liderança comunitária". Nesse sentido, lembrou dos médicos que ingressaram na política, ocupando cargos na Secretaria da Saúde ou como vereadores e deputados.

Em outras palavras, Valle quis mostrar a presença estratégica da EPM tanto na ciência quanto na sociedade e na economia. Sublinhou, por exemplo, a importância da pesquisa farmacológica e bioquímica desenvolvida na Escola, com o objetivo de conseguir a auto-suficiência do Brasil na fabricação de matéria-prima para a indústria farmacêutica, posto que quase todo o material básico era importado[94]. Em seguida, retornou aos idos da fundação. O leitor novamente se depara com uma citação do Manifesto, no qual São Paulo voltava a ser evocado como lugar de "vitalidade espiritual"[95].

Depois, discorreu sobre a importância do HSP e fez uma breve descrição do incremento institucional no plano físico, bem como de conteúdos. Antes de finalizar esse item, Valle reproduziu na íntegra o discurso de Otto Bier quando da inauguração do Instituto de Biologia da breve e malograda UFSP, no aniversário dos trinta anos. Para Valle, as palavras de Bier foram proféticas e ainda eram válidas, apesar da década que se passou. Nelas, Bier teceu reflexões sobre o papel social da universidade e de sua vocação no campo do ensino e da formação[96]. Resta tentar saber por que Valle reproduziu na íntegra o discurso de Bier. Seria uma maneira indireta de resgatar a questão da EPM como berço de uma universidade moderna, voltada a um "conceito bem diverso daquele que ainda há pouco tempo estatuía a doutrina oficial", conforme Bier havia sugerido? Em 1977, a EPM já teria passado por duas recusas explícitas em se tornar uma universidade.

Ao chegar à *poliantéia* propriamente dita, Valle apresentou em primeiro lugar as biografias dos 33 signatários do Manifesto de Fundação[97]. Em seguida, foi a vez dos professores catedráticos concursados e dos docentes substitutos, contratados ou interinos, entre 1939 a 1964[98]. Por fim, foram acrescentadas as doze biografias dos doutores *honoris causa* escolhidos pela Congregação[99], encerrando o panteão dos

93. Morfologia, Anatomia Patológica, Bioquímica e Fisiologia, Bioquímica e Farmacologia, Psicobiologia, Microbiologia e Parasitologia, Medicina Preventiva, Neurologia e Neurocirurgia, Psiquiatria, Tocoginecologia, Pediatria, Medicina, Cirurgia e Educação Física. Além dos departamentos, havia um Serviço de Assessoramento e Apoio Pedagógico. *Idem,* pp. XXI-XXXII.

94. *Idem,* p. XXXIX.

95. Para Valle, a EPM se fortaleceu institucionalmente graças à administração dos primeiros diretores – Octávio de Carvalho, "espírito empreendedor" e que teve a "idéia desencadeante" da fundação, conforme as palavras de Lemos Torres, o segundo diretor. Este último teria sido um "espírito brilhante de médico e cientista, verdadeiro fundador de uma escola médica em São Paulo" e que projetou a Escola nos meios científicos nacionais e internacionais. *Idem,* p. XL.

96. Uma das grandes preocupações de Bier naquele momento era arrancar o Brasil do seu "subdesenvolvimento" e da dependência externa. Caberia à universidade formar pesquisadores capazes de desenvolver conhecimento, libertando-se do *know-how* estrangeiro. Bier sintetizou as novas diretrizes da educação superior – voltada à formação de pesquisadores úteis para a sociedade, que desenvolvessem pesquisa científica e tecnológica para a melhoria de condições da vida humana; uma formação que levasse à difusão da cultura "em qualquer nível" e se comunicasse com o "povo", contribuindo para a "tomada de consciência de problemas nacionais", a formação e a informação da opinião pública e que, finalmente, fortalecesse a "paz e solidariedade universal". *Idem,* p. XLIII.

97. Afrânio do Amaral (p. 11); Alípio Corrêa Netto (p. 16); Álvaro de Lemos Torres (p. 20); Álvaro Guimarães Filho (p. 24); Antônio Bernardes de Oliveira (p. 29); Antônio Carlos Pacheco e Silva (p. 32); Antônio Ferreira de Almeida Júnior (p. 37); Antônio Prudente Meirelles de Moraes (p. 42); Archimede Busacca (p. 46); Carlos da Rocha Fernandes (p. 50); Décio Pereira de Queiroz Telles (p. 53); Domingos Define (p. 57); Dorival

ilustres, quase todos merecedores de retratos fotográficos anexados a seus respectivos textos.

Os capítulos seguintes do livro distanciavam-se do critério biográfico e focalizavam aspectos institucionais: uma breve história da Escola de Enfermagem, criada em 1938; dos cursos de graduação de Ciências Biológicas (1966), de Fonoaudiologia (1968), de Ortóptica (1962); e dos cursos de pós-graduação, contendo uma relação de teses de mestrado e doutorado, realizadas entre 1971 e 1976. Em seguida, apresentavam-se brevemente o CAPB, a Associação dos Ex-Alunos, a Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) e os "Benfeitores e colaboradores"[100]. Também nessa parte, o autor cedeu espaço àqueles que deram suporte ao setor administrativo[101]. O capítulo sobre a "Evolução das Cátedras da Escola Paulista de Medicina" e as listas das teses defendidas perante a EPM encerraram a descrição institucional[102].

Por fim, no capítulo "Discursos e Lembranças", o autor publicou suas próprias saudações a calouros e novos colegas, bem como um necrológio e o discurso comemorativo que proferiu aos quarenta anos da Escola. Finalizando as quase quatrocentas páginas da obra, lemos as "Perspectivas para o Futuro" – proposta sucinta em doze itens que estabeleciam diretrizes para fortalecer a EPM enquanto formadora de médicos e pesquisadores[103]. Embora datem de 1953, não pareciam, no entender do autor, ter perdido a relevância. Valle reconhece que o Brasil estava na "retaguarda das nações modernas" e que não deveria mais continuar como simples repetidor de conhecimentos alheios e usufrutuário das "conquistas de outros povos". Apelava, assim, à responsabilidade do governo em proteger "os homens da ciência, os professores que lutam por viver em seus laboratórios, nas suas bibliotecas, junto de seus alunos, compartilhando de seus progressos"[104].

A reflexão de Valle avança quanto às preocupações da EPM de manter-se fiel aos seus objetivos, aprovados pela Congregação: "Constituir-se em centro de excelência para, em alto nível, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços na área das ciências biológicas, do comportamento e da saúde". Valle expressa apreensão acerca do destino que espera a Escola. Para assegurar esses objetivos, indaga se a instituição permaneceria escola superior isolada vinculada ao Ministério da Educação e Cultura ou se ela seria transformada numa universidade especializada em ciências da saúde. O livro encerra-se tocando na questão da crise do ensino superior, decorrente do "elevado número de alunos, da reduzida classe de professores e da deficiência do ensino objetivo, prático e não livresco". Instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Fundação

Macedo Cardoso (p. 61); Eduardo Ribeiro Costa (p. 65); Fausto Guerner (p. 68); Felício Cintra do Prado (p. 71); Felipe Figliolini (p. 76); Flávio Oliveira Ribeiro da Fonseca (p. 82); Henrique da Rocha Lima (p. 86); Jairo de Almeida Ramos (p. 92); João Moreira da Rocha (p. 96); José Bonifácio Medina (p. 99); José Ignácio Lobo (p. 104); José Maria de Freitas (p. 108); Luiz Cintra do Prado (p. 112); Marcos Lindenberg (p. 116); Nicolau Maria Rossetti (p. 121); Octávio de Carvalho (p. 125); Olivério Mário de Oliveira Pinto (p. 130); Otto Guilherme Bier (p. 134); Paulo Mangabeira Albernaz (p. 138); Pedro Marcondes de Alcântara Machado (p. 142); Rodolfo de Freitas (p. 147). José Ribeiro do Valle, *op. cit.*

98. Abrahão Rotberg, André Dreyfus, Azarias de Andrade Carvalho, Darcy de Mendonça Uchoa, Edgard de Melo Mattos Barrozo do Amaral, José Barbosa Corrêa, José Leal Prado de Carvalho, José Ribeiro do Valle, Juvenal Ricardo Meyer, Lauro Monteiro da Cruz, Luiz Pereira Barretto Neto, Moacyr Eik Álvaro, Moacyr de Freitas Amorim, Nelson Gioia Planet, Nylceo Marques de Castro, Paulino Watt Longo, Paulo Enéas Galvão, Renato Locchi, Renato de Toledo, Thales Cesar de Pádua Martins, Walter Büngeler, Walter Sidney Pereira Leser. *Idem,* pp. 153-232.

99. Raul Leitão da Cunha, Clemente Miguel da Cunha Ferreira, Frank Norman Wilson, Ignácio Chavez, Eurico Gaspar Dutra, Horácio Lafer, Clemente Mariani Bittencourt, Daniel Bartholomew Kirby, Clóvis Salgado da Gama, Alexandre Marcondes Filho, Robert Briggs Watson, Amador Neghme Rodriguez. *Idem,* pp. 237-264.

100. *Idem*, pp. 289-300. Nesse último item, lê-se uma biografia sucinta de Maria Thereza Nogueira de Azevedo, cuja ajuda teria sido imprescindível para a construção do HSP. O pavilhão que levou seu nome fora inaugurado em 15 de junho de 1937. Depois, abrigou outras funções, tendo sediado o CAPB e, posteriormente, foi demolido para dar lugar a um novo edifício. O autor lamenta que, com a demolição, teria desaparecido o nome desta "benfeitora" mas

de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), bem como o esforço do Governo Federal em organizar centros de excelência e de pós-graduação, apontavam para aperfeiçoamentos e avanços. Valle pleiteava uma nova independência do Brasil, que conseguisse resolver os seus problemas por "nós mesmos" – o que requeria uma "ciência bem conduzida e bem aproveitada"[105].

Pelo tipo de abordagem implícito ao conceito de *poliantéia*, não surpreende que as biografias fossem escritas em um tom laudatório, focadas no sucesso profissional desses homens. Além disso, foram redigidas por colaboradores da área médica, muitas vezes da própria EPM. Dos 48 colaboradores incumbidos de escrever as biografias, 39 (incluído o próprio Valle) eram ou estavam de alguma forma ligados à EPM. Quando havia uma atuação voltada às artes, letras ou música, transpondo o campo profissional médico, isso era mencionado como mais um fator de enriquecimento biográfico. Lemos Torres e Lindenberg eram casos exemplares, para os quais os biógrafos não pouparam elogios. Torres teria chegado a "resultados plásticos de invejável requinte" e Lindenberg foi o escultor do "primoroso" busto de Carvalho, além da efígie de Lemos Torres[106].

Chama atenção a referência, na biografia dos fundadores, à participação ou adesão deles ao Movimento de 1932[107], questão que até então não surgira explicitamente nas memórias e histórias da EPM. Como observamos anteriormente, o que havia era uma relação, enfatizada com freqüência, entre a fundação da EPM e a derrota dos paulistas em 1932 – derrota que não teria furtado o orgulho dos mesmos – motivando, aliás, o próprio projeto de erguer uma escola médica e um hospital-escola. O Manifesto de Fundação é uma das referências mais recorrentes com o objetivo de reiterar essa associação entre o significado histórico de 1932 e a vocação institucional da Escola.

Não pretendo desvelar aqui todos os aspectos que dão contornos às biografias, tanto dos fundadores como dos demais personagens descritos, e menos ainda pôr em questão o quanto eles colaboraram para o desenvolvimento da EPM. Mas não se pode deixar de atentar para algumas omissões flagrantes. A grande maioria dos funcionários administrativos não encontra lugar nas biografias. A posição deles na hierarquia institucional não dava acesso ao panteão dos ilustres, embora a instituição não funcionasse sem secretárias, técnicos de um modo geral, pessoal de limpeza ou de manutenção. No item "Benfeitores e colaboradores", o autor abre um breve espaço aos secretários, inspetores de educação, almoxarifes e secretárias, em especial a secretária Ida Paulini[108]. Apesar de reconhecer o quanto essa personagem teria

não a dívida de honra que com ela contraiu a EPM.

101. São citados o primeiro secretário Francisco de Assis e Almeida, o contador Nicolau Duarte Barbosa, o almoxarife Alfredo Fragoroso Pereira, Oswaldo Biffoni Pellegrino e Ida Vittoria Paulini.

102. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, pp. 301-344.

103. *Idem,* pp. 371-373.

104. *Idem,* p. 373.

105. *Idem,* pp. 374-377.

106. *Idem,* pp. 23 e 119, respectivamente.

107. Segundo as biografias, entre os 33 fundadores, onze atuaram no Movimento. Com exceção de Eduardo Ribeiro da Costa, que era engenheiro químico e prestou serviço na Comissão Técnica Civil de Material Bélico, os demais auxiliaram como médicos. A esse respeito, ver capítulo II.

108. "Foram personalidades marcantes e solícitas que tudo deram de si na consolidação da EPM", conclui o autor (José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 298). Aposentada na época, Paulini teria vivido "os tempos difíceis da Escola particular, carente de recursos mas rica em entusiasmo e dinamismo. Homenageada por várias turmas de doutorandos, é um repositório de recordações de mestres e alunos, de tudo aquilo que compõe a história humana da instituição". *Idem,* p. 300.

a revelar, ela não figurava como contribuinte da história. Seu lugar se limitava à colaboração digna de homenagens, mas não necessariamente ouvida como voz autorizada a narrar alguma história. Essa breve menção definia as fronteiras entre o campo dos participantes ativos e o dos coadjuvantes na narrativa do processo histórico da instituição, corroborando para uma construção elitista da própria história.

Outro silêncio revelador é o que recaiu sobre as circunstâncias em que o livro foi escrito: a crise desencadeada pelo golpe militar de 1964 e a fase ulterior de perseguição e cassação, por meio da instalação dos IPMs na Escola. Voltemos ao caso de Lindenberg: em sua biografia, enaltecia-se seu interesse pelo conhecimento humanista, pelas artes e pela música, além do brilhantismo científico de suas realizações na EPM quando dela diretor, mas omitiu-se sua cassação. A breve existência da UFSP, onde ele deveria ocupar o cargo de reitor (o que o texto não menciona) é considerada como "empreendimento que vinha ao encontro de uma legítima aspiração da EPM, qual seja a de integrar uma organização universitária [...]". Esse processo fora interrompido pelos "acontecimentos políticos de 1964", descritos pelo eufemismo de processo "prenhe de incompreensões e radicalismos"[109].

Enquanto a narrativa histórica de Valle era reticente face aos acontecimentos que envolveram a ditadura e a cassação de Lindenberg, ela revela por outro lado a participação de Rodolfo de Freitas na "revolução de 1964". Seu biógrafo afirma que, na sala ocupada por ele no HSP, havia "reuniões permanentes com alguns homens públicos que lá iam ter todas as manhãs". Em uma delas, "Madre Ana de Lourdes [...] – da equipe do hospital, foi, então a proponente da famosa *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*"[110].

Se em Albernaz o trabalho institucional retido em atas tornou-se fonte cabal para elaborar uma história "verdadeira" da EPM, em Valle (Figura 9) a história era reescrita a partir de outros opúsculos e de outras fontes não explicitadas, que homenageavam personagens, em sua maioria masculinas, atuantes em maior ou menor grau na construção da Escola. Ao leitor não se esclarece de que forma coletaram-se as informações sobre os biografados e quais os critérios empregados.

Outro ponto a ser ressaltado é a iconografia. Quase como frontispício, uma fotografia aérea do conjunto da EPM em Vila Clementino (sem data), e na seqüência a reprodução de uma fotografia colorida (única) do mural de Pietro Nerici, que se encontra no saguão do Departamento de Bioquímica e Farmacologia, no Edifício Leal Prado[111]. O leitor, no entanto, não obtém informações sobre o afresco. Somente uma data em parênteses indica o ano de sua execução: 1956. O restante

109. Silvio J. Pinto Borges, "Marcos Lindenberg", em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 118.

110. Afiz Sadi, "Rodolpho de Freitas", em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 148. Cunhado de Octávio de Carvalho, Rodolfo de Freitas foi professor catedrático de urologia na EPM. O assunto será tratado com mais detalhes no capítulo III.

111. Sobre o afresco, ver a reprodução do texto publicado n'*O Bíceps* 23 (27), set. 1962, pp. 40-41, onde também pode-se observar a obra e encontrar explicações para seus detalhes. Sobre o pintor Pietro Nerici, sabe-se que, além desta obra, ele foi participante do Salão Paulista de Belas Artes (entre 1948 e 1963, com um longo intervalo na década de 1950) e da Bienal de São Paulo (em 1963 e 1965), cf. *Enciclopédia de Artes Visuais*.

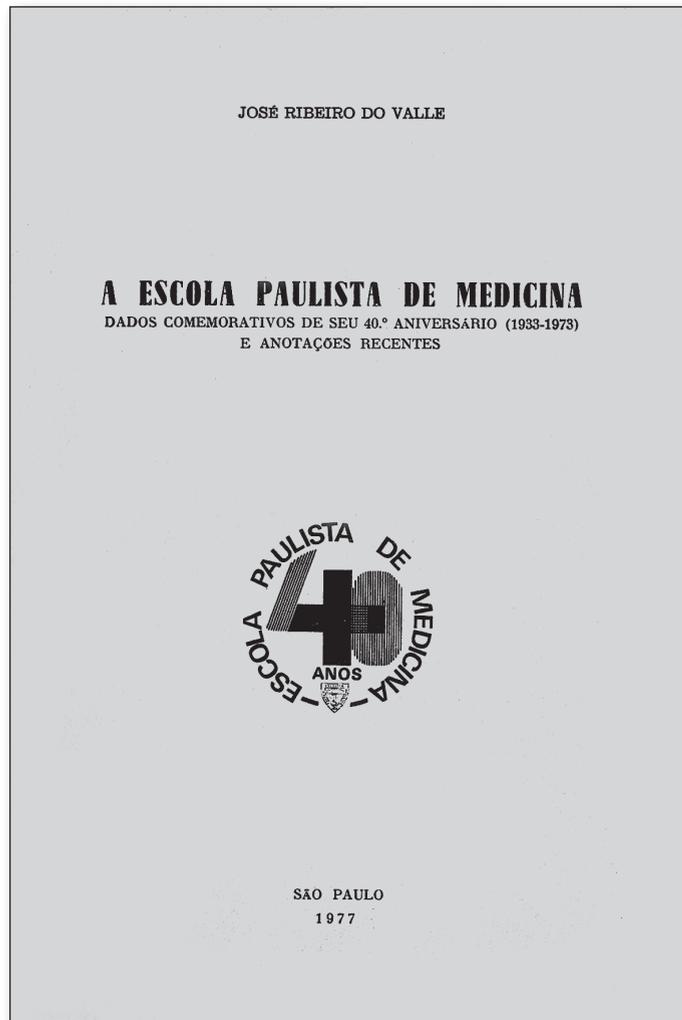



Figura 9. Capa do livro *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*, de autoria de José Ribeiro do Valle, publicado em 1977.

das imagens é, em sua maioria, composto por retratos das personagens biografadas. A elas ainda se acrescenta uma outra parte, bem menor, de fotografias de grupo e algumas imagens de edificações.

Nessa abordagem histórica emergem algumas características marcantes. Novamente a publicação do Manifesto de Fundação, na introdução da obra, pode ser lida como uma memória cujo conteúdo serve de referência ao presente. A menção à bravura dos paulistas é reiterada; a dedicação ao povo de São Paulo, necessitado de assistência médico-hospitalar continua em debate; as carências no ensino médico prevalecem; a dedicação filantrópica dos fundadores se trans-

figura em empenho e dedicação acima de qualquer interesse pessoal. Nesse sentido, as biografias são construídas apontando a coerência do projeto institucional respaldado nas intenções do Manifesto, cujo sucesso é tributário da vocação, do trabalho e da dedicação destes homens. A instituição é tratada isoladamente, e seu caminho é traçado como a marcha de um herói solitário, desafiando o tempo e as vicissitudes que a trajetória impõe, construindo a sua própria história. Na narrativa histórica, a instituição jamais aparece em relação a outras escolas médicas e hospitais-escola. Ao descrever o incrível desenvolvimento da EPM, que nasceu do nada e tanto ergueu e conquistou, dá-se especial enfoque aos fundadores e colaboradores, sublinhando a suas exímias qualificações e omitindo-se a existência de um quadro de funcionários e alunos que cumpriram um papel relevante no processo. Por fim, não é demais repetir que também esse livro é uma obra historiográfica escrita por punhos endógenos, com o claro objetivo de celebrar a instituição. Isso não descarta a reflexão de Valle acerca das dificuldades coevas da instituição. No entanto, por mais crítico que ele afirme ser, sua visão foi condicionada pelo objetivo da obra, bem como pela relação visceral que ele cultivava com a própria instituição e seus membros.

O Jubileu de Ouro

Finalmente, jubileu de ouro. Cinqüenta anos de EPM. A comissão para organizar essa efeméride foi maior que a dos quarenta anos. Encabeçada por uma comissão coordenadora, as comissões social, cultural, de finanças, esportiva e de divulgação ainda se subdividiam em diversas subcomissões.

Como de praxe, a instituição não somente se autocelebra com as atividades já consagradas na tradição (culto ecumênico, sessões solenes, inaugurações, simpósio científico, competições esportivas), mas também com selos e logotipos. O carimbo postal comemorativo foi lançado em sessão solene da Congregação, em 1º de junho de 1983, na presença do governador do Estado, André Franco Montoro[112].

Em destaque, a inauguração do Instituto Nacional de Farmacologia[113], com a presença da ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, "uma das mais importantes atividades comemorativas do 50º aniversário da Escola Paulista de Medicina"[114].

Nessa celebração, a menção ao Manifesto de Fundação da EPM, editado havia exatos cinqüenta anos, realizou-se junto às homenagens feitas aos professores que o assinaram. Leu-se o nome dos signatários já

112. Estavam presentes ainda Dalva Souto Maior (delegada regional do MEC em São Paulo, representando a ministra Esther de Figueiredo Ferraz), João Yunes (secretário de Estado da Saúde), José da Silva Guedes (secretário de Higiene e Saúde do Município), professores, estudantes, ex-alunos e funcionários. No programa da abertura solene, consta uma lista de quem discursaria. Havia representantes da Congregação (Magid Iunes, diretor da EPM), dos professores fundadores (Pacheco e Silva), dos ex-alunos (Silvio dos Santos Carvalhal), da Associação dos Docentes (Valéria Petri), dos alunos (o acadêmico César Suguimoto) e dos funcionários (Jorge Yamane). "Paulista de Medicina, 50 anos", *Folha de S. Paulo*, 2 jun. 1983.

113. Segundo Ribeiro do Valle, o Instituto destinava-se ao ensino de pós-graduação e às atividades de pesquisa científica nas áreas de farmacologia, bioquímica e biofísica.

114. "Os Cinqüenta Anos da Escola Paulista de Medicina", *Jornal da Tarde*, 3 out. 1983, p. 13.

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação e Cultura

Escola Paulista de Medicina

Nas solenidades comemorativas do Cinquentenário da sua fundação, a

Escola Paulista de Medicina

presta sua homenagem ao

Prof. Dr. Wladimir da Prússia Gomes Ferraz

que, confiando no futuro da entidade recém-criada, integrou a primeira turma de médicos nela formados.

São Paulo, 1 de junho de 1983

Prof. Dr. Magid Iunes
Diretor

Figura 10. Pergaminho em homenagem aos fundadores, de 1º de junho de 1983. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 17 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da epm 11.*

falecidos e fez-se um minuto de silêncio. Em seguida, entregaram-se os pergaminhos aos fundadores ainda presentes (Figura 10).

Segue-se a galeria dos homenageados: alunos da primeira turma, funcionários – representados pelo mais antigo em atividade – e instituições que apoiaram o desenvolvimento da Escola[115]. As palavras do diretor Magid Iunes, em nome da Congregação, fizeram menção ao passado da epm, em especial ao momento da fundação. Ao referir-se às condições presentes, a questão da universidade reapareceu. Computando a diversidade dos cursos – graduação em medicina, ciências biomédicas, ortóptica, fonoaudiologia, além da pós-graduação – Iunes sugeriu que a Escola fosse vista, “na realidade”, como uma “Universidade de Ciências da Saúde”. Na breve retomada da história institucional, a federalização era compreendida como um ato de reconhecimento do alto nível de ensino da Escola pela União, de tal forma que ela fora então incluída na rede oficial de ensino superior. Mas também o Estado e o município teriam prestado farta ajuda à instituição, bem como outros

115. “Sessão Solene da Congregação – Cinqüentenário da Escola Paulista de Medicina”, 1 jun. 1983, Acervo do cehfi, pasta nº 6 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da epm 5.*

órgãos nacionais (CEF, Finep, CNPq, Capes, Fapesp) e internacionais (fundações como a Rockefeller, W. K. Kellogg, Ford, Inter-Americana, além da OPAS). Em seu discurso, era apresentada uma instituição que, apesar das dificuldades, seguiu sua trilha sem maiores obstáculos, sem se desviar de seu caminho ascensional. As palavras de encerramento são sinais evidentes disso:

> Meio século se passou. Com pertinácia e profícuo labor, vencendo desafios à primeira vista insuperáveis, nosso corpo docente conseguiu acompanhar extraordinários avanços que nesse período ocorreram no campo das ciências da saúde, assegurando aos estudantes uma formação profissional, incontestavelmente de elevado padrão[116].

A EPM formou profissionais destacados em docência e pesquisa, não somente seguindo carreira na própria Escola, mas pelo país afora, levando "o saber e os exemplos colhidos na Alma Mater"[117]. A solenidade foi encerrada com as palavras do governador, reiterando a imagem da EPM como modelo de ensino: "uma obra que se tornou exemplo de cultura e ação social, digno de ser seguido por toda a nação brasileira"[118].

Encontramos mais louros em pequena publicação datada de 1º de junho de 1983, intitulada *Cinqüentenário da EPM – Reminiscência, Recordação, Saudade, Gratidão*, de autoria do ex-aluno Archimedes Lammoglia. Em rimas, o autor fez um retrospecto da EPM, evocando o nome dos fundadores. Ao iniciar o percurso, aproxima a coincidência numérica dos 33 fundadores em 1933 com os 33 anos de idade do Cristo martirizado, estabelecendo uma associação explícita entre o empenho dos fundadores e a obra divina de Cristo – voltada ao sacrifício, à redenção da humanidade, à caridade e ao amor. Nesse contexto, a questão paulista dava contornos ao empreendimento:

> [...] Entusiastas, desprendidos idealistas,
> Lançaram-se quais desbravadores
> Como as gloriosas Bandeiras Paulistas
> Para darem a São Paulo e à Nação
> Uma Escola para formar Doutores
> De solidariedade e amor cristão.
>
> Uma plêiade de abnegados
> Trinta e três, idade de Cristo
> Intrépidos, decididos, arrojados [...][119].

116. Discurso de Magid Iunes, 1º jun. 1983, Acervo do CEHFI, pasta nº 6 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da EPM 5*, *pp. 4-5*.

117. *Idem, ibidem*.

118. "Paulista de Medicina, 50 Anos", *Folha de S. Paulo*, 2 jun. 1983.

119. José Francisco Archimedes Lammoglia, *Cinqüentenário da EPM: Reminiscência, Recordação, Saudade, Gratidão*. São Paulo, brochura, 1º jun. 1983, Acervo do CEHFI, pasta nº 17 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da EPM 11*, p. 20.

Figura 11. Circuito da maratona [*sic*] do cinqüentenário pela Vila Clementino. Fonte: Programa das comemorações esportivas do cinqüentenário da epm, 1983 – Acervo do cehfi, pasta nº 19 – *Associação dos Ex-Alunos da epm e Associação dos Assistentes da epm*.

A cada um dos signatários do Manifesto de Fundação, Lammoglia dispensou dois versos de elogios rasgados, incluindo nesse rol os primeiros funcionários que auxiliaram técnica ou administrativamente a Escola. Se no início comparou a obra dos fundadores com as bandeiras paulistas, ao final do poema a "paulistidade" agregada ao movimento de 1932 emprestava sentido e justificava a dedicação à obra epemista:

> Quase todos constitucionalistas de 32,
> Que sonhavam com liberdade
> Encontraram derivação um ano depois
> Num gesto humano paulista, de austeridade
> Continuaram o povo servindo
> Com a Escola viril altaneira.
> Que cada vez mais, vem-se constituindo
> Em orgulho da Pátria brasileira[120].

120. *Idem*, p. 26.

Os cinqüenta anos também inspiraram a composição de um hino em homenagem à Escola, composto por Yaro Ribeiro Gandra (letra e música) – formado na EPM em 1945 e, na ocasião, um renomado professor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, especializado em nutrição[121] – e com arranjo musical do conhecido músico Mário Albanese[122]. Em sua simplicidade, a letra retoma os referenciais já tão sedimentados na memória epemista: "[...] Escola Paulista / em tua história muitas glórias, homens de valor / em São Paulo trajetória edificante / és o orgulho desta terra bandeirante / [...]". E salienta a sua vocação acadêmica e assistencialista: "No afã de nossas vidas / não esquecemos de cumprir nosso dever, / tanto ao rico como ao pobre acudimos / com carinho e a perícia do saber. / O ensino e a pesquisa / praticamos com devoção [...]"[123] (Figura 11).

Os Sessenta Anos e Lançamento de Obra Comemorativa

Em 1993, a EPM completava sessenta anos. As dimensões dos festejos cresceram conforme aumentara a idade e a importância da instituição no cenário local e nacional. As festividades vinham sendo anunciadas desde meados do ano anterior no *Jornal da Paulista*. Além das matérias que contam a história da EPM, bem como a trajetória de alguns ex-alunos e as entrevistas com algumas personalidades, mensalmente publicou-se o trabalho de cada uma das comissões (social, divulgação, finanças, esportiva) e abriu-se o concurso de criação de um símbolo comemorativo aos sessenta anos da EPM. Igualmente aproveitou-se a efeméride para traçar um perfil contemporâneo da instituição, sublinhando sua alta produtividade acadêmica, seu quadro de professores qualificados ("a mais alta titularidade do país"), a projeção de sua pós-graduação e o número de cursos[124].

As comemorações iniciaram-se igualmente no histórico 1º de junho, dia em que o Manifesto de Fundação veio a público em 1933. Dessa vez, a sessão solene de abertura foi realizada no Teatro Marcos Lindenberg[125] e não na Assembléia Legislativa, como ocorrera havia dez anos. Antes da sessão, um culto ecumênico com a participação de um rabino, de um padre e de um pastor. O primeiro dia das comemorações encerrou-se com um recital de piano.

Como nas comemorações anteriores, a programação incluiu atividades sociais, culturais, esportivas e científicas ao longo de dezoito dias. No segundo dia, como um diferencial dessa comemoração, exibiu-se um vídeo sobre a história da EPM e, em seguida, foram lançados o livro celebrativo[126] (Figura 12) e um número especial da *Revista do Hospital São Paulo* sobre os sessenta anos de pesquisa na EPM[127].

121. Para uma densa nota biográfica, ver José Eduardo Dutra de Oliveira, "Pioneiros das Ciências Nutricionais no Brasil", em Héctor Bourges Rodríguez *et al.* (coords.), *Historias de la Nutrición em América Latina*.

122. Instrumentista (pianista), compositor, professor de música, radialista, advogado, jornalista, produtor e apresentador de programas de televisão, Albanese iniciou seu aprendizado musical com a mãe, ingressando, em seguida, no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Mais tarde, estudou com Antonieta Rudge, Hans Joachim Koellreutter, Samuel Arcanjo, João Caldeira Filho, Mário de Andrade e Rossini Tavares de Lima. Foi o criador em 1964 do neologismo "jequibau" para definir o ritmo 5/4 da música brasileira. Ver http://www.dicionariompb.com.br/verbete.asp?tabela=T_FORM_A&nome=Mario+Albanese, acesso em jan. 2008.

123. Yaro Ribeiro Gandra (letra e música) e Mário Albanese (arranjo), Acervo do CEHFI, pasta nº 29 – *Hinos e Gritos de Guerra da EPM*.

124. "A Excelência dos Cursos da EPM nos 60 Anos", *Jornal da Paulista*, 6 (62), 9 fev. 1993.

125. O auditório fica no Edifício de Anfiteatros, 2º andar, e comporta 387 pessoas. Foi inaugurado em outubro de 1990, na gestão de Nader Wafae.

126. *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História*.

127. *Revista do Hospital São Paulo*, 5 (nº especial), 1993.

Figura 12. Capa do livro *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História*, publicado em 1993.

Pela primeira vez na história da instituição, lança-se um livro comemorativo junto com os festejos. Sua autoria, porém, não escapa dos círculos já conhecidos da EPM, sendo fruto do trabalho de uma comissão interna da instituição[128]. No prefácio, ao contrário do livro de Albernaz, explicitou-se o procedimento do trabalho para elaborar a história e o livro como um todo, que parte de uma indagação pouco surpreendente: "como a Entidade (EPM) conseguiu tamanho progresso?". Tratava-se de uma óbvia referência ao fenômeno tanta vezes mencionado e que caracterizava a instituição: ter começado tão precariamente e chegar ao colosso que era então. A pronta resposta induzia o leitor a sanar qualquer dúvida: a presença contínua do pioneirismo e do espírito criativo[129].

A preocupação com o método de trabalho é igualmente revelada no prefácio. O objetivo era reter o máximo de informações e, para tanto, foram consultados os livros de atas dos colegiados da EPM e as

128. A comissão foi formada por Octavio Ribeiro Ratto (professor titular de clínica médica da Escola Paulista de Medicina, membro do conselho do Departamento de Medicina em 1965 e chefe da Disciplina de Pneumologia em 1966, cf. http://www.unifesp.br/dmed/transicao.htm, acesso em dez. 2007; Luiza Kimiko Matsumura (professora do Departamento de Medicina, Disciplina de Endocrinologia Clínica), e Hanna Augusta Rothschild (química, que se aposentou da Unifesp em 2005, cf. http://www.unifesp.br/pradmin/drh/Grupo%20ApH.htm, acesso em dez. 2007.

129. Além disso, mencionavam-se as realizações institucionais: o Pavilhão Maria Thereza de Azevedo, o berço do HSP, a Escola de Enfermagem, a modernização do vestibular, a transformação da cadeira de Higiene na de Medicina Preventiva, a introdução do sistema departamental, a criação do curso de Ciências Biológicas, sediar a Bireme (Biblioteca Regional de Medicina), o curso de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História*, p. 2.

publicações sobre a sua história. Procurou-se contatar pessoas que tiveram farta vivência na instituição, enviando-lhes questionários cujas respostas contribuíram para a elaboração da história da instituição, uma história que "precisa ser escrita, reescrita, atualizada e mesmo reformulada, já que existe um passado, um presente e um porvir"[130].

A curta introdução, assinada pelo então diretor da EPM, Manuel Lopes dos Santos, reforçava a idéia de o livro não ter autoria definida e nem veleidades literárias, mas somente conter "verdades", "sentimentos" e "amor", pois foi "escrito com coração"[131]. Sentimento e razão, impressões subjetivas e verdades objetivas não se excluem nessa proposta de contar a história dos sessenta anos da instituição.

A forma do livro mostra a priorização da estrutura institucional. O capítulo primeiro narra os "60 anos de história" da EPM. Os seus capítulos restantes foram dedicados aos departamentos, aos cursos, ao HSP, aos centros de apoio (Biotério, Bireme, Centro de Apoio à Pesquisa e ao Ensino, Centro de Informática em Saúde, Microscopia Eletrônica) e às associações (Associação dos Docentes da EPM, Associação dos Ex-Alunos da EPM, Associação dos Funcionários da EPM, CAPB). O capítulo sobre os departamentos é o mais longo, ocupando cerca de dois terços do livro. Cada departamento é contemplado em sua história, produtividade, linhas de pesquisa, corpo docente e especificidades. O livro objetivava não somente contar a "verdade" com o "coração", conforme anunciado no prefácio, mas igualmente queria abarcar a totalidade, colocando-a numa perspectiva evolutiva. Em cada um dos tópicos tratados, há um esforço de recuar no tempo e explicar ao leitor as transformações e os avanços.

O capítulo apresenta um abrangente panorama de como a instituição foi crescendo e se desdobrando até chegar às vésperas de se tornar uma "Universidade da Saúde". Não repetirei o que o texto já faz de maneira clara. Para o meu propósito, apresentarei com mais detalhes alguns aspectos desta história.

Também aqui, as referências ao período da fundação demarcavam o "espírito" da EPM. Foram escolhidos trechos do Manifesto que se reportam ao descontentamento em virtude da derrota na Revolução Constitucionalista, bem como aos alunos aprovados no vestibular da Faculdade Medicina que não obtiveram vaga, ensejando a elaboração do projeto de uma nova escola médica. É como se "a vitalidade espiritual de São Paulo", expressada no Manifesto, encontrasse sua materialização na obra da EPM que, nas palavras de Octávio de Carvalho, nasceu "modesta na parcimônia justa de seus instrumentários, porém soberba na majestade de seu idealismo desinteressado". A fase da fundação, ou

130. *Idem,* p. 3.

131. Manuel Lopes dos Santos, "À Guisa de Introdução", *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História*, p. 4.

seja, os anos de 1933 a 1938 – quando do reconhecimento da EPM pelo Governo Federal e a formatura da primeira turma –, ocupam quase um terço do capítulo[132].

A história da instituição segue, então, um eixo cronológico balizado pelas sucessivas gestões das diretorias. Os momentos cruciais da vida institucional, como a federalização, são descritos como dificuldades circunstanciais. Uma delas era a composição do corpo docente. Quando a EPM foi federalizada, em janeiro de 1956, os assistentes que ainda estavam na ativa foram indicados para a nomeação, em detrimento daqueles que para ela também trabalhavam, em grande parte, voluntariamente, mas estavam afastados por razões econômicas. O problema foi resolvido por meio de uma ação judicial contra a EPM, impetrada pelos que se consideraram prejudicados. Vitoriosos, foram igualmente nomeados, gerando um desequilíbrio no quadro de docentes. Em algumas cátedras havia excesso de professores; em outras, falta. Segundo os autores, esses problemas teriam sido resolvidos com o decorrer do tempo, graças a um planejamento mais elaborado do corpo docente, à paulatina transformação das cátedras em departamentos e a criação do Estatuto do Magistério Superior Federal[133].

Outro momento atribulado da instituição foi tratado no livro, pela primeira vez, com um pouco mais de detalhes, embora não avance muito na elucidação dos acontecimentos. Trata-se do episódio da incorporação da EPM na UFSP e da cassação de Marcos Lindenberg. A exoneração de Lindenberg do cargo de diretor da EPM, que o deveria ocupar por três anos, se explica pelo fato de ter sido designado presidente do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP e, igualmente, para responder pela reitoria da recém-criada Universidade. Os fatos são arrolados conforme decisões tomadas na Congregação ou pelo Governo Federal. O golpe militar é denominado "Movimento de 31 de março". Em setembro daquele ano, o presidente da República empossou o novo diretor da EPM, José Maria de Freitas, indicado pela Congregação em lista tríplice. No mês seguinte, a EPM era desligada da UFSP pela lei federal nº 4.421, de 6 de outubro de 1964. Não há explicações ou interpretações a esse respeito. Em seguida, menciona-se a instalação do primeiro e do segundo IPM na Escola. O primeiro teria sido "extremamente rígido e, seguramente, iria afetar muitos docentes e componentes do quadro administrativo. As suas conclusões foram rejeitadas", informam os autores. O segundo teria sido mais tolerante, e seus inquiridores "entenderam a posição e o pensamento de muitos docentes e administradores, mas infelizmente determinaram a cassação de alguns professores [...]". Entre eles, o único citado é o Lindenberg, àquela altura já falecido[134].

132. *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História*, pp. 6-12.

133. *Idem*, p. 16.

134. Lindenberg morreu em final de 1989, *idem*, p. 26.

Ao leitor não se esclarece como e porque esses inquéritos foram instalados e, sobretudo, quem deles participou[135]. Denotada como “fase de castigo”, a ditadura foi um mal, porém “não muito duradouro”. Segundo os autores, os “cassados voltaram através da anistia”. O caso de Lindenberg, que “amargou tragicamente o seu fim de vida”, explica-se por razões familiares[136].

A crise que assolou a instituição em 1970 também foi abordada. A gestão de Horácio Kneese de Mello passava pelas dificuldades advindas de uma greve estudantil – refletindo, segundo os autores, o “clima de greves, movimentos de massa e incertezas” que dominava o Brasil daquele momento. Ressaltou-se a habilidade do diretor, que pediu demissão por achar que não teria condições de gerenciar os desafios, mas cujo pedido foi recusado pela comunidade epemista. Mello seguiu em seu cargo e conseguiu superar as dificuldades. Mais detalhes não foram apresentados[137].

Os autores lembram que as discussões para integrar a EPM a uma universidade foram retomadas em 1979, em resposta a um ofício-circular do secretário de Ensino Superior do MEC, Guilherme Marcos la Penha. Transcrevem, resumidamente, o que se vislumbrava com a transformação em universidade. As metas seriam gerar conhecimento proveitoso para a sociedade e revê-lo continuamente; realizar pesquisas e atuar no ensino sempre em interação com a comunidade. Os exemplos que ajudariam a definir o perfil dessa universidade, que não deveria desdobrar-se em dimensões incontroláveis, seria a área de ciências do Massachussets Institute of Technologie, a área de física e matemática da Princeton University e a área de ciências da saúde do Rockefeller Institute. No entanto, no arrolamento cronológico dos fatos, um assunto é simplesmente substituído pelo seguinte, e o leitor não compreende o que impediu a continuação das discussões.

Somente em 1986, ao tratar da gestão de Magid Iunes, o assunto voltava à cena, abordando-se um anteprojeto para transformar a EPM em uma “universidade da saúde”. Novamente, o tema cede lugar para o próximo acontecimento narrado. O texto termina no período contemporâneo, em que o projeto de fazer da EPM uma universidade estava em fase de adaptação e execução. Mencionava-se a visita do ministro da Educação, José Goldemberg, e a sua opinião favorável ao processo. O capítulo encerra-se transcrevendo as boas avaliações que os cursos de Medicina, Ciências Biomédicas, Fonoaudiologia e Enfermagem teriam conseguido ao serem comparados com mais de 317 outros cursos no país. Também eram mencionadas as notas que a Capes teria atribuído ao curso de pós-graduação, atestando sua excelência. As palavras con-

135. A esse respeito, ver capítulo III.

136. *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História,* pp. 18-19.

137. *Idem,* p. 22.

clusivas referem-se ao progresso ocorrido nesses sessenta anos, desvelado como um sonho que se realizou, graças ao "invulgar entusiasmo" daqueles 33 "jovens", que tiveram a coragem de fundar a 11ª escola médica do Brasil[138].

O epíteto "jovem" não era fortuito. Ele transpira os ideais de energia e força. Se verificarmos as datas de nascimento dos 33 fundadores, vemos que 24 nasceram entre 1890 e 1901. Ou seja, estavam quase no meio da década dos trinta e quarenta anos, portanto indo para uma idade mais madura. Dentre os 33, sete nasceram entre 1902 e 1907 – estes sim, mais jovens. Já entre os mais velhos, há somente dois: Henrique da Rocha Lima, nascido em 1879, cinco anos antes de Lemos Torres, de 1884, que em 1933 beirava os cinqüenta anos. A média de idade dos 33 fundadores ficava em torno dos 36 anos.

O livro comemorativo dos sessenta anos não contém fotografias. Os capítulos são precedidos de uma página que leva o título dos mesmos e um desenho de alguma edificação histórica ou de construção mais recente da EPM. O leitor, porém, não fica sabendo quem foram os autores dos desenhos.

A obra distingue-se pela enorme quantidade de informações que apresenta. No entanto, ela dificilmente vai além da preocupação de tratar os fatos históricos em ordem cronológica, sem indicação concreta das fontes. A linearidade do critério cronológico sobrepõe-se à perspectiva temática. Questões bastante delicadas figuram ao lado de outros acontecimentos menos relevantes ou complexos, sem estabelecer com eles qualquer relação. O que reina é o eixo cronológico e o desencadear dos acontecimentos que, ao fim e ao cabo, resultaram numa história gloriosa – um sonho realizado.

Os problemas, quando mencionados, são atribuídos a forças e circunstâncias exteriores à Escola (as crises financeiras, o golpe de 1964, os IPMs, a cassação de Lindenberg, a extinção da UFSP), enquanto os louros são atribuídos aos fundadores e continuadores da obra da fundação (os êxitos científicos, a construção do HSP, o vigor geracional constantemente renovado a partir da inspiração vinda das origens quase míticas da EPM). Em consonância com os livros anteriores, a EPM figura sempre como caminhante solitário, excluindo comparação com outras instituições.

Ao longo das comemorações, as atividades culturais voltaram-se às apresentações de canto-coral, concertos e shows. Novamente montou-se uma mostra visual, apresentando a arte e artistas nos sessenta anos de existência da Escola. A isso se acrescenta o lançamento de *Fatos Pitorescos na Vida de um Médico Paulistano*, de Jorge Michalany, professor

138. *Idem*, p. 32.

e ex-aluno da EPM. Na área médica, a programação científica propiciou debates sobre os avanços da medicina, coordenados por Eduardo Katchburian, por meio da apresentação de trinta trabalhos das disciplinas integrantes dos departamentos de ensino. Conforme antecipara o *Jornal da Paulista*, a EPM "comemora os sessenta anos de sua fundação", aproveitando a oportunidade para mostrar o melhor da pesquisa, ensino e prestação de serviços. Este seria o momento das disciplinas mostrarem o que estavam produzindo de "mais moderno" no tocante às novas técnicas e descobertas[139]. Como atividades paralelas, realizaram-se uma reunião do Conselho de Diretores das Instituições de Ensino Superior Federais Isoladas (Codesfi) e o II Congresso da Rede de Projetos de Integração Docente Assistencial (Rede IDA-Brasil).

O encerramento se deu em 18 de junho, após competições esportivas de várias modalidades (futebol de campo e salão, vôlei, basquete, handebol, natação, judô, tênis de mesa e campo, xadrez, corrida de sete mil metros por Vila Clementino[140]), festa junina e um concurso de Miss Escola Paulista de Medicina, em jantar de confraternização no Esporte Clube Pinheiros[141].

Essa seria a última grande efeméride da EPM enquanto escola superior federal isolada. Desde 1966, com a criação do curso biomédico, a perspectiva de voltar a ser uma universidade entrava com alguma freqüência na pauta de discussões, ganhando contornos mais viáveis em 15 de dezembro de 1994, quando a EPM foi transformada em universidade[142].

Setenta Anos de EPM e Nove de Unifesp

Em 2003, ao completar setenta anos, a EPM transformara-se em Unifesp (1994), uma universidade temática focada nas ciências da saúde[143]. Diferentemente das efemérides anteriores, as comemorações ocorreram em dezembro e não no meio do ano. Mas, para não escapar da memória do mês fundador, o *Jornal da Paulista* iniciou, em julho, uma série de matérias contendo depoimentos de profissionais da área médica e da saúde ligados à Unifesp. A série inicia-se com um singelo "Parabéns, Unifesp" e, logo abaixo do título, algumas informações quantitativas sobre a instituição naquele momento:

> Aproximadamente 142 mil m² de área ocupada, 348 cursos e programas de especialização e aperfeiçoamento e mais de doze mil alunos, incluindo os de ensino à distância. A Escola, que começou em um único prédio, em 1933, hoje ocupa cerca de 260 propriedades em setenta anos de história que marcaram o ensino, a pesquisa e a assistência no país"[144].

139. "Avanços na Medicina. Dr. Katchburian, Coordenador dos Avanços na Medicina", *Jornal da Paulista*, 6 (64), abr. 1993, p. 10.

140. "Atividades Esportivas – Escola Paulista de Medicina, 60 Anos", *idem.*

141. Programação oficial e científica comemorativa dos 60 anos de fundação da Escola Paulista de Medicina. Brochura. Acervo do CEHFI, pasta nº 14 – *Aniversário: 40 e 60 anos da EPM.*

142. Ver capítulo IV.

143. Sobre a construção da idéia de "Universidade da Saúde", ver capítulo IV.

144. "Parabéns Unifesp", *Jornal da Paulista*, 16 (181), jul. 2003.

Onze depoimentos foram publicados, dentre eles o de Jair Xavier Guimarães, última testemunha da época da fundação. Neles, condensaram-se aspectos das sete décadas, nos quais enfatizaram-se as vocações dos professores das primeiras gerações epemistas, as transformações nas competências médicas, científicas e didáticas, bem como os momentos de mudanças institucionais que contribuíram para o seu avanço. Uma ex-aluna formada em 1973 e tornada professora titular relembrava: "A história da EPM foi marcada, desde o início, pela formação de profissionais com perfil típico: clínicos de família e cirurgiões com forte senso clínico. No final dos anos sessenta, vieram os biomédicos e depois, a revolução da Biologia Molecular"[145].

O paulatino crescimento da área física, a introdução da pós-graduação em 1972[146], a federalização[147] e a transformação da Escola em "Universidade da Saúde" são considerados pontos de absoluta inflexão pois, a partir deles, deram-se mudanças radicais na área de saúde coletiva e saúde pública, que se manifestaram numa maior visibilidade social da instituição de ensino. A Unifesp contribuiu para a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos distritos de saúde-escola[148]. De forma sucinta, Lydia Masako Ferreira apresentou as "proposições acertadas" da Unifesp:

> 1) o prédio de pesquisa, que tem permitido avanço técnico-científico; 2) vanguarda na geração e distribuição de conhecimentos; 3) aumento na captação de recursos, por meio de instituições de fomento e da integração com empresas; 4) vanguarda na pós-graduação *stricto sensu*; 5) qualidade de ensino na graduação; 6) integração da universidade com a comunidade; 7) atuação da área de comunicação, o que permite maior vínculo entre os profissionais e a sociedade[149].

Para o Antonio Cechelli de Paiva, o "divisor de águas" que transformou academicamente a EPM em universidade, focando sua atividade na pesquisa e na pós-graduação, ocorreu quando os professores José Ribeiro do Valle e José Leal Prado transferiram-se do Instituto Butantan para fixar-se com dedicação exclusiva nas disciplinas de Farmacologia e de Química Biológica da EPM e montaram seu laboratório de pesquisa no HSP[150]. Regina Stella reiterou a importância dos anos de 1950/1960, sementeira do que viria a ser a universidade. Reafirmando a história contínua, sem rupturas e crises, que cresce e se desenvolve naturalmente, ela ponderou: "A árvore plantada em 1933 enraizou-se. Não parou de crescer no ensino, na produção científica, na atenção à saúde e nas ações sociais"[151].

145. Depoimento de Valéria Petri, professora titular de Dermatologia Infecciosa e Parasitologia. *Jornal da Paulista,* 16 (181), jul. 2003.

146. Emil Burihan, formado em 1956 pela EPM, professor titular da Unifesp. *Jornal da Paulista*, 16 (182), ago. 2003; Roque Monteleone, livre-docente pela USP e professor na Unifesp, Departamento de Informática. *Jornal da Paulista*, 16 (185), nov./dez. 2003.

147. Roque Monteleone. *Jornal da Paulista*, 16 (185), set. 2003.

148. Eleonora Menicucci de Oliveira, professora livre-docente da Disciplina de Ciências Humanas em Saúde do Departamento de Medicina Preventiva. *Jornal da Paulista*, 16 (183), set. 2003.

149. Lydia Masako Ferreira, formada pela então Escola Paulista de Medicina em 1976. Professora titular da Disciplina de Cirurgia Plástica da Unifesp e coordenadora do programa de pós-graduação em cirurgia plástica reparadora. *Jornal da Paulista*, 16 (183), set. 2003.

150. De lá saiu a primeira tese de doutoramento defendida na escola, em 1954. Na década de 1970, os dois lideraram a criação de um dos primeiros programas de pós-graduação paulista, reconhecido pelo MEC em 1971. Antonio Cechelli de Mattos Paiva, professor titular aposentado de biofísica, membro do Núcleo de Desenvolvimento Cultural e Científico da Unifesp. *Jornal da Paulista*, 16 (184), out. 2003.

151. A seu ver, cruciais foram a criação do Departamento de Clínica Médica, depois denominado Departamento de Medicina; o início formal da pós-graduação *lato sensu*, representado pelo programa de residência médica do HSP, e a consolidação da pesquisa. No ensino, ela lembrou a relevância da Secção de Metabolismo e Nutrição, da Clínica Médica, posteriormente Disciplina de Nefrologia. Sublinhou o trabalho pioneiro da geração dos anos de 1960 na captação de recursos externos para a investigação científica e em políticas de formação de pesquisadores para realizar preferencialmente estágios no ex-

A efeméride não se encerrou com essas sínteses históricas, relatos das experiências e memórias de pessoas que vivenciaram e construíram a instituição. Tal como em comemorações anteriores, os festejos se desdobraram em atividades sociais, culturais e esportivas. Junto a essas atividades, organizou-se uma campanha incentivando a solidariedade, em que se arrecadou 1,5 tonelada de alimentos não perecíveis em prol do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e dos hospitais que fazem parte do Complexo Unifesp/SPDM. Igualmente, a Unifesp fez um apelo para estimular a doação voluntária de sangue no Hemocentro do Hospital São Paulo.

Em sessão solene do Conselho Universitário em 15 de dezembro de 2003, Durval Rosa Borges proferiu discurso em homenagem aos setenta anos da Unifesp/EPM, focando sua história[152]. Dividida em nove estações, essa história igualmente norteou-se pelos momentos considerados decisivos, seguindo um eixo cronológico. A "primeira estação" versava sobre a fundação, destacando a passagem do Manifesto de Fundação (1º de junho de 1933), em que se apontavam as carências do ensino médico e da assistência hospitalar em São Paulo. Essa falta deveria ser coberta por uma escola médica com instalações hospitalares. Conforme comentou Rosa Borges, o que atualmente parece óbvio era bastante inovador naquele momento: unir escola médica com hospital-escola. Lembrou também do lançamento da pedra fundamental da construção do HSP e citou as já tão conhecidas palavras do poeta Guilherme de Almeida. Essa seria a etapa voltada para o ensino profissionalizante e a assistência médica.

A "segunda estação", denominada Pampulha, seria marcada pelo edifício que atualmente leva o nome de José Leal Prado. Este lugar foi identificado como o berço da pesquisa da EPM e, depois, da Unifesp. Borges reiterou os comentários publicados no *Jornal da Paulista* acerca da vinda dos mineiros José Ribeiro do Valle e José Leal Prado para a Escolinha, decisiva para dar início às atividades de pesquisa e ao trabalho em laboratório. Pampulha era a alcunha carinhosa dada ao prédio onde os dois médicos cientistas instalaram em 1956 o Laboratório de Farmacologia e Bioquímica, depois de ter vivido seus primeiros passos no anexo à farmácia do HSP. Frutos dessa etapa foram os departamentos de Bioquímica, de Farmacologia, de Biofísica e de Psicobiologia. A "terceira estação" tem como marco a criação do Departamento de Medicina, em 1951 e, com isso, o lento desmantelamento do regime de cátedras e a implantação de novas disciplinas (Cardiologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Hematologia, Pneumologia e Propedêutica Médica). O departamento ficava sob a chefia de um professor titular e

terior. A criação do Instituto de Medicina Preventiva, na mesma década, também foi destacada. Regina Stella, doutora em Medicina, diretora do Departamento de Comunicação da Unifesp, vice-reitora da universidade entre 1995 e 1999. *Jornal da Paulista*, 16 (185), nov./dez. 2003.

152. Durval Rosa Borges, "Até Aqui Viemos", *Jornal da Paulista*, 16 (186), jan. 2004. As citações a seguir remetem a este documento. Durval Rosa Borges é professor titular do Departamento de Medicina da Unifesp e diretor do Laboratório de Hepatologia Experimental. Foi pró-reitor de graduação e atualmente é presidente da Fap.

era regido por um conselho. A "quarta estação" seria a da federalização. Sem rodeios, Borges expressou o quanto a questão foi polêmica na época e acirrada a votação a seu favor na Congregação (catorze votos a favor, treze contra). A separação entre a EPM então federalizada e o HSP, que ficaria sob a administração da SPDM (1960), não interferiu em sua vocação de ser o hospital-escola da EPM. Esta parceria surgia como um "modelo único" no país e muito útil, quando não salvador. Na estação "desencontros", o autor comentou o malogro da UFSP (Universidade Federal de São Paulo), que deveria iniciar seu funcionamento em 1964. "A UFSP foi desfeita e Marcos Lindenberg cassado. Hoje existe a Unifesp e Marcos Lindenberg dá nome a este teatro onde nos reunimos". Com alívio, reconheceu que, apesar das vicissitudes históricas, a EPM não sofreu o desmembramento físico e espacial em virtude da separação dos departamentos de ensino profissional daqueles de ensino básico. Esta era a tendência das universidades públicas em voga, conforme reforma proposta pelo governo. Com isso, a EPM manteve o seu espaço físico e sua identidade nas ruas da Vila Clementino, conferindo-lhe mais uma característica especial.

As duas estações seguintes dedicavam-se à criação da Unifesp, embora abrangessem um intervalo de quase vinte anos. A criação do curso biomédico em 1966 é tida como embrião da Unifesp. Rosa Borges reproduziu as palavras de José Leal Prado, que naquela ocasião vislumbrava a retomada da universidade abortada por meio da experiência do novo curso. Com ele, as atividades da EPM iriam se expandir e forneceriam o insumo para um novo projeto universitário. O salto temporal do palestrante chega a 1994, com a transformação da EPM em Unifesp, sétima estação da história institucional. Sublinhava-se mais uma especificidade da instituição: tratava-se de uma "universidade temática", organizada em departamentos acadêmicos coordenados por pró-reitorias específicas.

Um novo modelo de pesquisa em laboratório concretizou-se com a inauguração, em 1995, do Centro de Pesquisas Clínicas e Cirúrgicas Oswaldo Ramos. Este era o marco da oitava estação, e sua relevância era explicada pelo fato de esses laboratórios não pertencerem a nenhum grupo, disciplina ou departamento. Seu uso advém do mérito e da produtividade do grupo de pesquisa, em contínua avaliação. Modelo tão profícuo que motivou o projeto para mais um edifício de pesquisa[153]. Esses fatos suscitam avaliações positivas, colocando a instituição em destaque, expressas por Borges: "Os edifícios foram sempre conseqüência, e não causa, do esplêndido desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nesta Casa, líder nacional na área biomédica".

153. O Edifício de Pesquisa II foi inaugurado em 2007. Na ata do Consu de 13 de junho de 2007, lê-se acerca da inauguração do prédio, em 14 de junho. *Ata da reunião ordinária do Consu*, 13 jun. 2007. Ver também "Edifício de Pesquisas II Ampliará Produção Científica", *Jornal da Unifesp*, 15 jun. 2007, p. 7.

A nona e última estação ganhou o epíteto de "a reordenação". Vale a pena reproduzir as palavras de Rosa Borges:

> Vivemos período de reordenação, após grande expansão. Novos estatutos da Unifesp e da SPDM foram aprovados. Pela primeira vez o Regimento Geral da Unifesp faz referência à SPDM e o estatuto desta determina que a SPDM tem como objetivo geral apoiar a Unifesp em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao longo dos anos criaram-se, a partir de departamentos acadêmicos, instituições suplementares. Exemplifico apenas as maiores: Fundação Oswaldo Ramos, Instituto do Sono, Instituto da Visão, Instituto de Diagnóstico por Imagem e o Instituto de Oncologia Pediátrica. A SPDM não mais se limita ao HSP: gerencia os hospitais Vila Maria, Pirajussara, Diadema, Cotia, Salto e o Programa de Saúde de Família. A Colsan incorporou-se à Unifesp. São socialmente relevantes nossos programas de extensão: Xingu, Quixote, Cananéia, Pida-Embú, Favela, UATI. O Consu em sua última reunião ordinária de 2003 aprovou a idéia de criação de uma Fundação, que se for denominada Escola Paulista de Medicina, perpetuará formalmente este nome que nos emociona.

Sabemos que a fundação foi criada, porém com outro nome – Fundação de Apoio à Unifesp (Fap). Nas palavras de encerramento, Borges citou um trecho d'*Os Lusíadas*, de Camões, evocando a semelhança da viagem exploratória pelo mundo afora com a trajetória da Unifesp/EPM. Interpretou o que a "história" da instituição ensinou, dando-lhe um sentido e identidade:

> Nossa história mostra sempre a iniciativa antecedendo a existência de recursos. Sabemos que não existe criação sem tradição que a nutra, assim como não existe tradição sem criação que a renove. Portanto tornaremos a seguir nossa longa rota com o espírito que animou nossos homenageados de hoje.

O que se nota nestas construções históricas, incluídas as passagens testemunhais publicadas no *Jornal da Paulista* e as estações de Rosa Borges, é uma nítida preocupação de marcar momentos que suscitaram mudanças no funcionamento da instituição, em que se reiteram vocações positivas, que afirmam a pertinência, a coerência e as competências do trabalho e do desenvolvimento da instituição. Ao mesmo tempo, procura-se não insistir nas fragilidades – ou melhor, elas quase sempre são reveladas somente depois de superadas. Exemplo disso é a forma como é narrado o processo de federalização. Há igualmente uma

forte tendência de sublinhar a singularidade da instituição, empregando os termos "pioneiro", "modelo único" ou "pela primeira vez", sem que sejam estabelecidas comparações com outras instituições da mesma natureza. Nesse sentido, mais uma vez a instituição parece como uma individualidade que traça seu caminho de forma solitária, reafirmando a sua aura heróica.

O aniversário de setenta anos também ensejou o lançamento de um livro comemorativo[154], cujo lançamento ocorreu no recém-reformado Teatro São Pedro, em noite de gala, que teve como atração a Orquestra Filarmônica dos Médicos do Hospital Israelita Albert Einstein[155].

Essa foi uma obra de encomenda e realizada por uma empresa de comunicação[156], especializada na realização de livros comemorativos para empresas e instituições. Diferentemente, portanto, dos livros anteriores e do que o *Jornal da Paulista* veiculou, os autores dessa edição não fazem parte da instituição, embora fossem supervisionados por um Conselho Editorial formado por professores da Unifesp e de colaboradores[157]. Os textos foram redigidos por Roberto Guimarães, que assumiu a pesquisa histórica, enquanto Cristina Thomaz coletou os depoimentos. Outra novidade reside no aspecto visual da obra. Um projeto gráfico acurado, o grande número de reproduções fotográficas[158], a boa qualidade de impressão, bem como o formato A4, demonstram uma estética preocupada em agradar o leitor, atraindo o interesse e facilitando a leitura. Igualmente algumas soluções gráficas como, por exemplo, uma tabela cronológica, no início do livro, citando alguns fatos históricos ao lado de uma periodização indicando as fases da EPM (e depois da Unifesp/EPM) e que segue no topo de cada página, ajuda o leitor a se localizar no tempo.

Livros comemorativos anteriores priorizaram as biografias e a estrutura institucional da EPM, focados isoladamente, e os acontecimentos retidos em atas e expostos de forma cronológica. Já no trabalho em questão, a história da instituição foi tratada em quatro etapas, balizadas por eventos específicos, sublinhando as transformações. Como o livro dos sessenta anos, também este oferece ao leitor numerosas informações, com o diferencial da maior preocupação em contextualizar a EPM no cenário da história nacional. Apesar dessa perspectiva, não se explicitam os aspectos metodológicos e tampouco indicam-se as fontes e a bibliografia utilizadas. Ao leitor não se evidencia de que forma as informações, os depoimentos e as imagens foram colhidas, processadas e incorporadas no texto. Ao contrário do livro comemorativo dos quarenta anos, as biografias dos personagens mais relevantes fluem no texto sem assumir um destaque especial, ou seja, os aspec-

154. Ana L. Guímaro e Leonel Prata (eds.), *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina, 70 Anos*.

155. "Instituição Faz 70 Anos e Presenteia a Comunidade", *Jornal da Paulista*, 17 (186), jan. 2004.

156. "Criada em novembro de 1984, a Gabarito [de Marketing Editorial] é especializada em comunicação empresarial. Produz projetos jornalísticos, institucionais, promocionais, educacionais e de treinamento para diversas empresas brasileiras". Em sua lista de clientes, encontram-se empresas médicas e um bom número de indústrias farmacêuticas. Cf. http://www.gabaritoeditorial.com.br, acesso em dez. 2007.

157. O conselho editorial foi integrado por Durval Rosa Borges, Helena Nader, Regina Stella, Ricardo Luiz Smith e Dante M. Claramonte Gallian; entre os colaboradores, Márcia Regina Barros da Silva.

158. A publicação apresenta mais de noventa imagens, dentre elas, quase um terço datam do período da fundação até o final dos anos de 1940. Do restante, a maioria são fotografias recentes, que mostram cenas de trabalho (em aula, no laboratório, no atendimento etc.) na Unifesp/EPM, instalações e equipamentos (prédios, salas especializadas) e algumas personalidades importantes da instituição.

tos biográficos foram inseridos no arrolar dos acontecimentos. O que continuou a prevalecer foi o forte enfoque nos docentes, obliterando a participação dos demais funcionários no processo de construção e funcionamento institucional.

A história da "Universidade da Saúde" divide-se em quatro momentos, que estruturam os capítulos do livro. O primeiro, "Do Início Heróico à Federalização da Escola Particular", cobre os anos de 1933 a 1956. Boa parte do capítulo é dedicada ao período da fundação da EPM. Se o Manifesto desta vez não foi publicado na íntegra, há o nítido objetivo de explicar ao leitor a relação entre os acontecimentos históricos atrelados ao movimento de 1932 e a criação da instituição. Em outras palavras, o que nos textos anteriores aparecia como uma relação tácita ou explícita, mas mais superficialmente, aqui é abordada detalhadamente no contexto político nacional. Nesse sentido, reitera-se o discurso da fundação em que se ressalta a questão paulista de maneira mais fundamentada. A epígrafe do capítulo assume, então, pleno sentido. A já muitas vezes citada passagem de Guilherme de Almeida, quando do lançamento da pedra fundamental do HSP, em 30 de setembro de 1936: a derrota da Revolução de 1932 diante de Vargas dá ensejo para exaltar a força de São Paulo, "de armas vencidas e almas vencedoras" e que lançou uma "semente milagrosa": a EPM[159].

O capítulo seguinte narra o processo de profissionalização da Escola e sua expansão ao campo da pesquisa, entre 1956 e 1966. A federalização e a contratação de catedráticos em tempo integral teriam sido o diferencial que fez da EPM um curso formativo e não mais somente informativo. A introdução do curso de Ciências Biomédicas em 1966 foi vista como "iniciativa pioneira" e figura como "embrião da Unifesp", possibilitando a formação de pesquisadores na área básica[160]. Mas também é nessa etapa que ocorre o fiasco da integração da EPM à UFSP: o período de "turbulenta crise nacional" ganhou mais espaço do que nos livros anteriores. Comenta-se a greve de dois meses, de 1962, iniciada pelo Centro Acadêmico a favor da federalização do HSP, incluindo uma marcha a Brasília. Os alunos grevistas foram recebidos pelo então presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, e pelo primeiro-ministro Tancredo Neves, por quem foram convencidos a terminar a paralisação com a promessa de federalização que nunca fora cumprida[161].

Nesse livro, o 31 de março de 1964 não foi considerado um "movimento", mas sim designado de "golpe militar", e a época é focalizada com mais pormenores[162]. Outro aspecto abordado foi a participação dos alunos. De um lado, lembra-se o fato de ter havido estudantes que "exerciam a inglória função de arapongas", avisando o Deops sobre

159. Ana L. Guímaro e Leonel Prata, *op. cit.*, p. 9.

160. *Idem,* p. 45.

161. *Idem,* p. 39. Ver também o capítulo III.

162. Além dos casos do afastamento forçado de Marcos Lindenberg e da perseguição ao então presidente do CAPB (Walter Albertoni), menciona-se o desaparecimento do aluno boliviano conhecido como "Azulão", que participava de um programa de bolsas financiadas pelo Itamaraty. *Idem,* pp. 39-40.

reuniões políticas. De outro, o Centro Acadêmico surge no contexto como força ativa contra a repressão. Em 1964, os alunos da EPM organizaram o show "O Remédio é Bossa", onde se apresentaram nomes como Vinícius de Moraes, Nara Leão, Tom Jobim e Elis Regina[163]. O tema espinhoso da repressão não foi omitido; no entanto, pouco se sabe, até hoje, sobre como a censura e a perseguição foram organizadas e executadas no interior da instituição.

O capítulo seguinte, que cobre o período de 1966 a 1994, é considerado o da gestação da Universidade da Saúde. O contexto continua sendo o da repressão política radicalizada – o AI-5, desde dezembro de 1968, e a presidência de Emilio G. Médici, desde 1969. A dedicação da EPM ao trabalho acadêmico-científico é interpretada como uma opção para escapar construtivamente da radicalização política, o que resultou na efetiva gestação da Unifesp[164]. Os componentes dessa gestação são arrolados e descritos em suas funções e importância para o fortalecimento institucional[165]. Além disso, a crescente experiência na pesquisa e nos cursos de pós-graduação, que surgiram em 1970. O trabalho de pesquisa de Leal Prado e José Ribeiro do Valle na área biomédica e de Oswaldo Ramos, na área clínica, são vistos aqui como decisivos para o desenvolvimento do saber científico na instituição. Igualmente, alude-se a uma crescente "meritocracia" dos profissionais que seguiram a carreira acadêmica. Os postos somente foram atingidos por meio de um criterioso processo seletivo[166].

Enfatiza-se o trabalho das décadas de 1970 e 1980: a inauguração do prédio da administração central, o Edifício Octávio de Carvalho, em 1978; a criação do Instituto de Farmacologia e Biologia Molecular (Infar), em 1983; a ampliação do HSP e a criação Centro de Informática em Saúde (CIS), concluindo: "Ao desenvolver um bem-sucedido modelo de ensino, pesquisa e assistência, a EPM deu o último e mais importante passo rumo à sua concepção de universidade. Estava concluída a gestação da Universidade da Saúde"[167].

A última etapa, intitulada "Universidade da Saúde", oferece ao leitor um amplo panorama do desdobramento da EPM em universidade da saúde. Para um período de nove anos, de 1994 a 2003, são arroladas tanto as mudanças de organização institucional (como a formação da reitoria e as pró-reitorias) como a de *status*. Uma vez universidade, a Unifesp conquistou assento em órgãos como o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e a Associação de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes). Desde então, a instituição também ganhou autonomia para expedir diplomas e criar novos cursos. Também houve a criação da TV Unifesp, a implantação e/ou amplia-

163. Ana L. Guímaro e Leonel Prata (eds.), *op. cit.*, p. 41. Em 26 de outubro de 1964 ocorreu o show "O remédio é bossa", organizado pelo C. A. Pereira Barretto, no Teatro Paramount, sob a direção de Walter Silva. Foi a primeira apresentação de Tom Jobim ao vivo, em São Paulo. Elis Regina cantou com Marcos Valle a música *Terra de Ninguém* (Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle). Cf. http://www.geocities.com/altafidelidade/eng_crono.htm e http://www.dicionariompb.com.br/detalhe.asp?nome=Elis+Regina&tabela=FORM_A&qdetalhe=art, acesso em fevereiro de 2008. Segundo Marcos Napolitano, de 1965 até 1969, a onda dos festivais em que a música engajada tornou-se a preferida do júri e do público (em São Paulo, TVs Excelsior e Record, e no Rio de Janeiro, a Globo) é precedida por uma fase de shows freqüentados por uma maioria estudante, que acabou por expandir este gênero musical: o show "Opinião" (1964), o espetáculo "Arena Canta Zumbi" (1965), bem como os shows realizados no Teatro Paramount de São Paulo entre 1964 e 1965, patrocinados por centros acadêmicos universitários. Cf. http://www.geocities.com/altafidelidade/eng_ensa.htm, acesso em fevereiro de 2008.

164. *Idem*, p. 49.

165. Destacam-se inicialmente a criação da Bireme, dos cursos de graduação de Fonoaudiologia, de Ortóptica, do Programa de Integração Docente Assistencial do Embu (Pida-Embu), iniciativa do Departamento de Pediatria. *Idem*, p. 53.

166. *Idem*, p. 57.

167. *Idem*, p. 61.

ção de programas de extensão universitária e foram criados os órgãos complementares, que exercem a função de expandir as atividades da Universidade da Saúde. Descrevem-se resumidamente as atividades dos centros e dos institutos recém-criados, ressaltando sua importância e os objetivos no contexto da ciência médica e da saúde pública[168].

O forte enfoque na história factual da instituição inserida num contexto mais amplo tem seus momentos de refúgio. Lembrando a edição comemorativa d'*O Bíceps* em 1943 e distanciando-se dos livros comemorativos anteriores, acrescentaram-se passagens de 29 depoimentos de ex-alunos e professores da Unifesp/EPM (das turmas de 1938 a 1999), separadas do corpo do texto. Esses depoimentos, cujos personagens são em sua maioria identificados somente pelo nome e o ano de formatura na escola, ultrapassam o caráter informativo do texto, introduzindo uma percepção subjetiva dos acontecimentos. O recorte selecionado reitera a experiência positiva e edificante de se ter passado ou ter se dedicado a Unifesp/EPM sob vários prismas.

Algumas impressões podem ser depreendidas dessas passagens. Em muitas delas, a EPM é comparada a uma família, com a qual se sela um laço emocional e afetivo que se estende por gerações. As vivências na Escola, quando ela ainda era jovem, sublinham a questão da filantropia dos professores e da solidariedade entre professores e alunos frente às incertezas. Outro aspecto que se reitera é a concordância quanto à excelente qualidade do ensino que transcenderia a carreira médica, fazendo da EPM uma escola da vida, cujos professores não eram apenas médicos e cientistas, mas também mestres que formavam o profissional e o ser humano. Não faltam menções à seriedade da instituição, ao seu ambiente científico estimulado pelos professores e o coleguismo. Para alguns, o período de formação na EPM é tido como a melhor época de suas vidas. A EPM também figura como lugar de aprendizado social, pela convivência estudantil e o estímulo ao esporte. E de aprendizado político, sobretudo durante a ditadura, por meio das atividades do CAPB e dos protestos realizados. Evidentemente, em nenhum dos depoimentos há uma exposição negativa a respeito da instituição ou de seus docentes; ao contrário, os professores são vistos como tolerantes, dedicados, interessados, competentes e sérios. O depoimento mais recente sintetiza bem esses aspectos, sublinhando o quanto a própria instituição é capaz de gerar o sentimento de pertencimento a uma comunidade, conferindo ao indivíduo uma identidade, que se perpetua no tempo:

A Escola Paulista de Medicina me adotou em 1994 e, desde então, tem sido palco, lar, testemunha, cenário, agente de tantos e tão diversos aconteci-

168. Ana L. Guímaro e Leonel Prata (eds.), *op. cit.*, p. 65. Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), Centro de Incentivo e Apoio ao Aleitamento Materno (Ciaam), Grupo Multidisciplinar de Oncologia (GMO), Centro de Genética Médica, Centro de Diabetes, Centro de Microscopia Eletrônica (CEME), Centro de Referência em Erros Inatos do Metabolismo (Creim), Centro de Desenvolvimento de Modelos Experimentais para Medicina e Biologia (Cedeme), Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (CeHFi) (p. 74), Centro Alfa de Habilidades e Atendimento (p. 87), Centro de Informática em Saúde (CIS) (p. 88). E os institutos, que atuam em parte em parcerias: Instituto da Visão, Instituto do Sono, Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (IDI), Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graac), órgão conveniado à Unifesp.

mentos de minha vida – é impossível falar de mim e da minha identidade sem mencioná-la. Como médica, digo que ter me formado pela Paulista faz toda a diferença. Há o privilégio de conviver com pessoas, entre colegas e mestres, que conseguem conciliar a rara combinação de inteligência e humanismo [...] Há uma incrível estrutura de suporte ao aluno, que me proporcionou desde a bolsa de iniciação científica [...] até a possibilidade de comparecer a diversos congressos, sempre representando a Escola com muito orgulho. Dessa forma, justifico com tranqüilidade a minha insistência em nela continuar: ser epemista é um estado de espírito que, uma vez alcançado, é impossível de se desfazer"[169].

As palavras finais do livro, no entanto, desvelam uma situação tensa, gerada, por um lado, pelo crescente desafio que é manter atualizado o ensino, a pesquisa e a extensão diante dos enormes avanços da ciência da informática e da tecnologia digitalizada, e, por outro, pela falta de recursos que assolam as universidades públicas, sobretudo, as federais. Ou seja, acompanhar as novidades no campo das ciências e manter o padrão de excelência pelas próximas gerações parece tarefa quase irrealizável:

> Nos últimos anos, uma combinação perversa de fatores – achatamento salarial, aposentadoria compulsória de diversos docentes, ausência de concurso para contratação de novos professores e concorrência das faculdades e universidades privadas, que atraem novos talentos por seus salários mais competitivos, entre outros – impediu a renovação do corpo docente da Unifesp/EPM[170].

Diante desse quadro incerto, dúvidas quanto à manutenção de um corpo docente se impunham. A solução desse "gravíssimo problema", assim sugere-se, pode ser "buscada na própria história da Escola Paulista de Medicina". Semelhante, aliás, ao que Durval Rosa Borges fez em suas "estações" sobre o passado da EPM, a história dela serve aqui como lição e inspiração para resolver o presente e projetar o futuro. Acompanhemos as palavras heróico-proféticas que encerram o livro: "Mais do que nunca, é preciso coragem para empreender. E, sobretudo, ousadia para inovar. Pensar grande. Hoje. E sempre"[171].

Considerações Finais

Ao investigar as comemorações da EPM e da Unifesp, pode-se falar quase de uma migração do ato de homenagear a instituição, recolher a sua memória e escrever a sua história, que se inicia com o CAPB e depois é transferido para a própria EPM. Vimos que as primeiras efemérides, a de

169. Flavia Saori Miyashira, turma de 1999. *Idem*, p. 89.

170. *Idem*, p. 91.

171. *Idem, ibidem*.

dois e a de dez anos, foram em grande parte organizadas pelo Centro Acadêmico, sendo que suas principais contribuições foram as edições especiais dos jornais *O Átomo* e, depois, *O Bíceps*. O mesmo vale para o jubileu de prata, em que a edição comemorativa d'*O Bíceps* preenche o vácuo criado pela própria EPM – o livro comemorativo solicitado a Albernaz pelo CTA se atrasa por uma década e a própria instituição, naquele momento atravessando uma fase crítica, praticamente não se festeja. Já a partir do aniversário de trinta anos, o CAPB permanece na retaguarda das comemorações. Se no editorial do segundo número d'*O Átomo*, que pode ser entendido como porta-voz do Centro Acadêmico, revelava-se o objetivo de homenagear e venerar para sempre a EPM e seus docentes, a situação na década de 1960 era outra. A politização dos jovens, a contra-cultura, os movimentos de esquerda e as ameaças políticas causadas pelo golpe militar de 1964 se expressam na conduta e no papel que o CAPB ocupava na instituição. A partir desse período, nota-se que a EPM incumbe-se cada vez mais de organizar os seus aniversários. Vale notar que aqueles que outrora haviam sido alunos da Escola e, em alguns casos, atuaram também no Centro Acadêmico, ocupavam então cargos de docentes na EPM, dando continuidade à sua profissão na instituição que os formara. São eles também que promovem os festejos, participando das comissões, como por exemplo, Jair Xavier Guimarães e Wladimir da Prússia.

Igualmente pode-se perceber que, a partir da década de 1960, a EPM demonstra maior preocupação em recolher a sua memória e de escrever a sua história. Até então, as edições comemorativas eram obra do CAPB, com exceção do pequeno opúsculo de Felício Cintra do Prado editado em 1951. Vale lembrar que o primeiro livro de fôlego, o de Paulo Mangabeira Albernaz, foi publicado no final dos anos de 1960. Em seguida, editou-se o livro sobre os quarenta anos (1977), depois o dos sessenta anos (1993) e, finalmente, o dos setenta anos (2003). Este último, com o diferencial de ser uma obra produzida por uma empresa publicitária, sob o beneplácito de uma comissão editorial da própria Unifesp. Nesse sentido, houve uma espécie de terceirização, em que a autoria epemista, que antes caracterizava esses livros, é substituída por redatores especializados em livros institucionais.

* * *

Vimos que, com o avançar das efemérides, certos componentes não podiam mais faltar: os atos solenes, os jantares de confraternização, os cultos religiosos, as competições esportivas, os encontros científicos, as

Figura 13. Guilherme de Almeida ao microfone, discursando quando do lançamento da estaca fundamental do HSP em 1936. Fonte: Acervo do CEHFI, pasta nº 70.

palestras, as inaugurações. Componentes ritualizados e ritualizantes que têm a sua materialidade, funcionalidade e significado simbólico. Dela fazem parte os discursos, as homenagens em forma de hino, poesia, minuto de silêncio, inaugurações de bustos e placas, livros, selos, visitas a túmulos. As vivências e as memórias narradas são depuradas em função do ato comemorativo. Não há memória total e, menos ainda, definitiva. Há, sim, uma dinâmica rememoração do passado que se inscreve no presente e da qual fazem parte o esquecimento e a omissão. Mas, como mencionado nas palavras introdutórias deste ensaio, o que prevalece é o desejo pela memória. Daí também a necessidade de produzir textos sobre a história da instituição e de transformá-la em obras comemorativas.

Nessas obras, a "história" institucional é construída como uma história que ensina, uma história que traz elementos pedagógicos, no sentido de figurar como exemplo de sucesso, de notória conquista, de capacidade em conseguir transpor as dificuldades, e por isso conter "verdades" que oferecem soluções para novos desafios. Nisso reside a idéia da "história *magistra vitae*" e uma crença na sincronicidade dos acontecimentos, ou seja, a experiência histórica de décadas passadas de alguma maneira é transposta para o momento coevo. Essa perspectiva é muito notória nos capítulos conclusivos do livro de Albernaz, nas "estações" de Rosa Borges e no livro sobre os setenta anos.

Por outro lado, as lembranças narradas pelos sujeitos participantes dessa história deixam entrever uma memória em que os mitos se repetem e engolfam a narrativa histórica. Esse movimento entre história e memória permitiu a formação de uma tradição discursiva sobre a EPM – que, desde a fundação, atravessou todos os momentos e gerações, por meio de retomadas e citações de falas anteriores. Sinal de sua vitalidade e longevidade nos deram as palavras de Ulysses Fagundes Neto, em seu discurso quando de sua recondução ao cargo de reitor da Unifesp: "É com o espírito altamente alerta e disposto a enfrentar novos e excitantes desafios que seguiremos trabalhando pela nossa Unifesp em benefício da nossa juventude"[172].

O desafio aqui se refere à nova fase da Unifesp, marcada pela expansão da universidade em novos *campi* e novas áreas do conhecimento, tocando na questão territorial e espacial. Diante dos "desafios", olhar para o passado propicia a certeza do sucesso vindouro. A identidade "bandeirante" e o lema da excelência são novamente evocados, bem como a bravura dos "fundadores" é lembrada:

> Carregamos no nosso cerne o sentimento bandeirante do destemor ao desconhecido, do desbravador de novos caminhos, além do desejo constante de expandir nossas fronteiras. Crescer com excelência de qualidade é nosso lema maior, a universidade do futuro continua sendo construída, estamos honrando nossos fundadores que tão galhardamente enfrentaram e superaram as imensas barreiras que se lhes antepuseram, mas acreditaram que a luta valia a pena e que a bandeira por eles empunhada continuaria eternamente tremulando imaculada e gloriosa[173] [Figura 13].

A reiteração das imagens da fundação nos sucessivos "tempos presentes" procura dar ares de profecia às idéias de Guilherme de Almeida, em 1936, na época da fundação da EPM:

> [...] aí está germinada a semente, aí está florescido o ideal, aí está frutificado o empreendimento. Estamos fazendo a nossa parte em manter viva a tradição e o legado que nos foi confiado. Frutificamos e nos multiplicamos. Estamos edificando com amor em uma ação conjunta e solidária uma Unifesp para todos cada vez maior e ainda melhor, a serviço de São Paulo e para a soberania do Brasil[174].

172. Ulysses Fagundes Neto, "Discurso de Recondução" – 1º de Agosto de 2007.

173. *Idem*.

174. *Idem*.

II

A Escola Paulista de Medicina

ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE (1933-1956)

Ana Lúcia Lana Nemi

De armas vencidas e almas vencedoras, mal saía São Paulo de um desastre heróico que o devêra abater, se fosse fraco, mas que só o exaltou porque é forte; já sua terra – terra ainda morna dos corpos que se esfriaram sobre ela, beijando-a – lançava-se há pouco mais de três anos, uma semente milagrosa, a da Escola Paulista de Medicina.

GUILHERME DE ALMEIDA, em oração proferida no lançamento da estaca fundamental do Hospital São Paulo (30 de setembro de 1936), em José Ribeiro do Valle, *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos do seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*, pp. 1-2.

Vou entregar São Paulo aos que fizeram a revolução contra mim. Não pode haver maior demonstração de desprendimento. Será que estou colocando armas nas mãos dos inimigos para que se voltem contra mim? Que farão na Constituinte? O futuro dirá, e muito próximo! [...] *Nomeado o dr. Salles Oliveira para interventor em São Paulo, afastadas todas as dificuldades. Isso traz uma sensação de tranqüilidade.*

GETÚLIO VARGAS, *Diários (1930-1936)*, pp. 231-232.

OS PROCESSOS DE FUNDAÇÃO da Escola Paulista de Medicina e sua posterior federalização, configurada em 1956, serão articulados aqui às transformações que marcaram a sociedade brasileira e a ação do Es-

tado entre os anos de 1930 e 1950 do século passado. Desta forma, as intenções dos fundadores e dos seus continuadores até a federalização apresentam-se como importantes conteúdos e argumentos que permitem melhor compreender os caminhos em momentos fundamentais da história brasileira: as Revoluções de 1930 e 1932; a (re)organização do Estado e da nação na época citada em relação às suas possibilidades e/ou impossibilidades de modernização; a Segunda Guerra Mundial e seus efeitos sobre as finanças da Escola e; por fim, o diálogo da Escola com os poderes públicos e as condições do empreendimento privado no âmbito da economia capitalista brasileira daquele período.

Anos de 1930, Graves Anos

É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica. A Espanha e Portugal são, como a Rússia e os países balcânicos [...], *um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário.*

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 31.

Os anos de 1930 do século XX podem ser caracterizados como anos nos quais as inflexões externas nas dinâmicas econômicas e sociais do Brasil, decorrentes dos efeitos da crise do capitalismo de 1929, juntamente com as dinâmicas internas, resultantes da crise política instalada no cenário nacional pelas cisões oligárquicas e pelas oposições ao predomínio da burguesia cafeeira paulista[1], trouxeram para os espaços públicos propostas e interpretações do Brasil que pretendiam mapear seu passado e indicar os caminhos do seu futuro. O pequeno trecho de Sérgio Buarque de Holanda citado acima sugere uma interpretação do Brasil que propõe a superação das raízes ibéricas como fundamento para a conquista da modernização desejada. O europeísmo – existente, porém não tipicamente manifestado na península e nas suas áreas de conquista e colonização – seria marginal e teria que se enfrentar com os arcaísmos resultantes dessa vivência em território fronteiriço onde se entroncavam as experiências africana, árabe e européia[2].

A tarefa de reorganização e redefinição dos rumos da nação pós-Revolução de 1930, no entanto, não seria fácil. Destaco aqui conteúdos da modernização desejada pelos grupos políticos e culturais que ocupavam já os espaços públicos nos anteriores anos de 1920 e que se expressaram na Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. "A

1. Boris Fausto, *A Revolução de 30: Historiografia e História*; Angela M. de Castro Gomes, Lúcia L. Lobo e Rodrigo B. M. Coelho, "Revolução e Restauração: a Experiência Paulista no Período de Constitucionalização", em Angela M. de Castro Gomes (org.), *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*, pp. 237-337; Dulce Chaves Pandolfi, "Os Anos 1930: as Incertezas do Regime", em Jorge Ferreira e Lucília de A. N. Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano 2: o Tempo do Nacional-Estatismo*, pp. 13-37.

2. Sobre a crítica à herança ibérica em Sérgio Buarque de Holanda, ver Elide Rugai Bastos, "Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um Diálogo", *Perspectivas* (28), 2005, pp. 19-36; José Carlos Reis, "A Superação das Raízes Ibéricas", *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, pp. 115-144; Angela M. de Castro Gomes, "A Dialética da Tradição", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (5), fev. 1990 , pp. 15-27.

sociedade brasileira do início do século era [...] marcada pela contradição tradicional/moderno; seu presente agrário contrastava com o ideal de uma modernidade ainda ausente"[3]. A busca pelos rastros do moderno em solo tupiniquim, especialmente em São Paulo, com a exaltação dos bondes elétricos e das indústrias, as leituras e sugestões de rupturas possíveis, indicando a urgência de estabelecer modelos racionais de produção da riqueza e de gestão dos poderes públicos, deixavam evidente as "dissonâncias entre padrões burgueses e realidades derivadas do patriarcado rural"[4], entre a "internacionalidade das nossas fábricas" e o "convencionalismo ritual do meio"[5].

Não por acaso as duas primeiras décadas do século XX brasileiro foram marcadas pelo debate entre *agraristas* e *industrialistas*. Os defensores da vocação agrícola brasileira consideravam uma evidente artificialidade a inserção da produção fabril no cenário econômico nacional. Os defensores da expansão industrial, por sua vez, afirmavam que ela respondia a um movimento da própria sociedade, que via aumentadas as dimensões do seu mercado interno, na qual aquelas atividades poderiam se desenvolver. O incentivo à vinda de mão-de-obra estrangeira, aliado ao crescimento urbano, indicava um caminho seguro de investimento em pequenos negócios voltados para o atendimento das classes trabalhadoras e das camadas médias que podiam comprar bens de consumo e serviços. Esses últimos também em expansão, entre os quais cabe destacar aqui a demanda por educação e formação em ensino superior.

A economia brasileira, embora fosse ainda dependente da produção e exportação de café, apresentava sinais de diversificação, seja pela expansão de produtos voltados para a exportação (como a borracha) ou pela expansão de produtos voltados para o mercado interno (como o algodão e o fumo) e pelo crescimento tímido da produção fabril de caráter doméstico. No enfrentamento dessas propostas de definição do Brasil moderno, havia mais imbricações do que dissonâncias: "a produção industrial crescia às margens da economia exportadora e não em oposição a ela, carreando capitais da própria área agrícola e comercial, devido às reais oportunidades de ganho que oferecia"[6]. A ação articulada entre os estados produtores de café e o Governo Federal garantia os preços do café por meio da compra e estocagem e de mecanismos de controle cambial. Se, por um lado, o Governo Federal desvalorizava a moeda brasileira para manter altos os lucros dos exportadores de café, por outro aumentava impostos de importação para auferir maiores níveis de arrecadação, fato que beneficiava a produção fabril interna. Esse esboço de diversificação, no entanto, não foi capaz de produzir efeitos

3. Renato Ortiz, "Sociedade e Cultura", em Ignacy Sachs, Jorge Wilheim e Paulo Sérgio Pinheiro (orgs.), *Brasil: um Século de Transformações*, p. 189.

4. Milton Lahuerta, "Os Intelectuais e os Anos 20: Moderno, Modernista, Modernização", em Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres Costa (orgs.), *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*, p. 96.

5. Mário de Andrade, "De São Paulo IV", *Ilustração Brasileira*, 8 (7), mar. 1921. Uso as expressões antinômicas de Mário de Andrade livremente aqui. Considero que elas permitem indicar a preocupação da elite cafeicultora com a continuidade das tradições que lhe permitiam exercer forte poder político e social, por meio dos convencionalismos ligados aos rituais políticos e culturais, e, ao mesmo tempo, a sua preocupação com a modernização que se expressaria nas fábricas.

6. Angela M. de Castro Gomes, Dulce C. Pandolfi e Verena Alberti, *A República no Brasil*, pp. 233-234.

de fortalecimento da economia nacional em relação aos influxos das crises externas. O ano de 1929 deixaria evidentes os problemas decorrentes da dependência do setor cafeeiro. O modelo agro-exportador, baseado em um único produto forte, entraria em declínio, abrindo espaço para as teses que advogavam a urgência da reorganização do papel do Estado frente à nação.

A política econômica implantada na seqüência da Revolução de 1930, e aprofundada após o golpe de 1937, teve como mote os temas da intervenção reguladora do Estado na gestão social e econômica, aliada a uma clara intenção de diversificação da produção agrícola e industrial. Dessa forma, as políticas públicas ganharam uma dimensão nacionalista que se expressava na incorporação de amplos setores dos movimentos sociais nos meandros da estrutura e da burocracia do Estado[7], na criação de órgãos como o Departamento Nacional do Café, em 1933, e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, na Reforma Francisco Campos[8], de 1931 – todas ações que permitem afirmar um inequívoco processo de centralização que pretendia sufocar os regionalismos característicos da Primeira República, criar empresas públicas e dar suporte aos investimentos privados. O diagnóstico que ancorava tais ações considerava a carência de capitais e o atraso tecnológico as origens dos males de nossa pouca modernidade, medida pela nossa pouca capacidade de modernização.

Em São Paulo, cujos convencionalismos rituais do meio tinham na sua elite cafeicultora um representante de peso e cioso do seu lugar de destaque no cenário político federal, os novos ventos provocavam as mais diversas reações. Havia os setores cafeicultores empobrecidos pelos efeitos da queda no preço do café nos mercados internacionais; havia os setores cafeicultores cujas reservas e investimentos um tanto mais variados garantiram certa mobilidade de recursos para enfrentar as crises das décadas de 1920 e 1930; havia os setores emergentes, na maior parte das vezes imigrantes vinculados à produção urbana, que pressionavam por uma melhor inserção na sociedade e indicavam fraturas, fissuras e composições possíveis na formação da chamada “elite paulistana”, havia os setores médios, ávidos pela formação acadêmica que lhes garantiria diálogo com os setores da elite; havia, ainda, as camadas populares em fase adiantada de organização sindical e partidária, reivindicando mecanismos de participação política e ampliação da proteção social ao seu trabalho[9]. Estudiosos das ações políticas desses setores da sociedade paulista apontam um traço interessante do seu comportamento: suas aproximações e dissonâncias nem sempre autorizam afirmar a existência de uma ação unívoca de classe ou categoria so-

7. Não cabe, no âmbito desse texto, aprofundar os sentidos dessa incorporação que envolveu intelectuais e trabalhadores. Para um estudo desse tema, ver Angela M. de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo* e *História e Historiadores*; Sérgio Miceli, *Intelectuais à Brasileira*; Ana Lúcia Lana Nemi, *Espanha e Brasil: o Ocidente Possível no Pensamento de José Ortega y Gasset e Almir de Andrade*.

8. Sobre a Reforma Francisco Campos, ver Helena Sampaio, *Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808-1990*; Elza Nadai, *Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo 1891-1934)*; Helena M. B. Bomeny, “Três Decretos e um Ministério: a Propósito da Educação no Estado Novo”, em Dulce C. Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo*.

9. Para um estudo da organização dos trabalhadores nos anos de 1930, além de *A Invenção do Trabalhismo*, ver também Edgard De Decca, *O Silêncio dos Vencidos*; Jorge Ferreira e Lucília de A. N. Delgado (orgs.), *op. cit.*

cial. A lógica das suas atuações na década de 1930 parece ter sido ditada pelas conjunturas políticas construídas no debate público colocado pela urgência de reorganizar a nação pós-Revolução de 1930. A crítica à política de valorização artificial do café, por exemplo, não implicava numa conseqüente defesa de políticas de industrialização, e poderia indicar a necessidade de diversificar os investimentos agrícolas.

Consoante com essa construção conjuntural de políticas públicas, em âmbito nacional o Estado capitaneado por Getúlio Vargas procurava dar atenção aos apelos dos diferentes setores. Para isso, lançou mão "de políticas de intervenção setorial e regional, apoiando setores da sociedade vitimados pela crise"[10], construindo uma base de apoio junto às camadas populares por meio de ações voltadas à regulação das redes de ensino, saúde e proteção ao trabalho. Essa ação conjuntural foi reforçada por outros eventos: a revolução de São Paulo, em 1932, e a grande seca no Nordeste, que aumentaram o pragmatismo na governação getulista. A partir de então, o governo abandonou as teses ortodoxas que previam o equilíbrio orçamentário e a estabilização do câmbio e criou mecanismos de liberação de recursos, por meio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, por exemplo, que fundamentaram o Estado interventor e empreendedor que caracterizou o mundo capitalista após a crise de 1929. Cabe analisar um pouco mais os sentidos do levante de 1932, que viriam a marcar os discursos de fundação da Escola Paulista de Medicina e do Hospital São Paulo.

> O "caso de São Paulo", como se chamou, na época, a dissidência aberta entre a elite paulista e o Governo Federal, nasceu com a revolução vitoriosa. Getúlio tratou São Paulo como terra conquistada, preterindo o PD [Partido Democrático], que o apoiara sem vacilar, embora tivesse ficado à margem das articulações revolucionárias. A nomeação do tenente João Alberto como interventor, a princípio aceita pelo PD, logo passou a ser fortemente contestada. Seguiu-se uma sucessão de interventores não vinculados a São Paulo, à exceção da efêmera interventoria de Laudo de Camargo, dando margem à exigência cada vez maior, por parte da elite e da classe média, de reconstitucionalização do país e de nomeação de um interventor civil e paulista[11].

Sem dúvida, a conjuntura política pós-1930 era bastante desfavorável aos paulistas. Além dos problemas relativos à desconfiança para com os interventores nomeados, o novo Código Eleitoral aprovado em 1931 estabelecia uma proporcionalidade na eleição de deputados que prejudicava a representação paulista na esfera federal. A demora em estabelecer as regras para a reconstitucionalização do país, assim

10. Paul Singer, "Evolução da Economia e Vinculação Internacional", em Ignacy Sachs, Jorge Wilheim e Paulo Sérgio Pinheiro (orgs.), *op. cit.*, p. 95.

11. Boris Fausto, *Getúlio Vargas: o Poder e o Sorriso*, p. 61.

como as tensões que a crise na produção cafeeira trazia em seu bojo[12], contribuíram para aumentar gravemente os níveis de insatisfação em São Paulo. A população aderiu e contribuiu em massa para o levante deflagrado em julho de 1932 e derrotado em outubro do mesmo ano: "fábricas foram adaptadas para produzir material bélico e a população civil se organizou para prestar serviços médicos e atuar nas áreas de transporte e abastecimento"[13]. Dos 33 fundadores da EPM, onze estiveram envolvidos, de alguma maneira, com a causa paulista[14].

Os estudos das origens da Revolução de 1932 revelam um claro distanciamento entre o Governo Federal e os paulistas. Já os resultados da Revolução, ao contrário do que se percebe nos discursos posteriores à derrota de São Paulo, indicam a construção de canais de negociação e caminhos de aproximação que evitassem novas cisões, e as trajetórias de conciliação partiram tanto do plano federal quanto do regional. Não há como negar que a transformação do Conselho Nacional do Café em Departamento Nacional do Café, em 1933, com diretores nomeados pelo Ministério da Fazenda, retirava dos produtores regionais o controle sobre as políticas públicas de incentivo e proteção ao cultivo desse produto. Mas a agricultura do café continuou recebendo tratamento especial do Governo Federal: "a política de destruição do produto pela queima, que se estende de junho de 1931 a julho de 1944, impõe restrições aos cafeicultores, mas impede um colapso total"[15]. Além disso, como sugere a epígrafe deste capítulo, ao nomear Armando de Salles Oliveira (1887-1945) para a interventoria em São Paulo, Getúlio estabelecia uma ponte poderosa com o artífice da Chapa Única que vinha se desenhando no estado e que venceria com larga margem de votos as eleições para a Assembléia Constituinte que viria a aprovar a Carta de 1934[16].

Assim, se nos discursos de fundação da EPM em 1933, da USP em 1934 e do HSP em 1936[17], percebia-se um "profundo ressentimento que iria perdurar por muito tempo entre as velhas famílias paulistas"[18], no exercício pragmático de reconstrução do Estado de São Paulo após o levante e de aproximação dos recursos disponibilizados pela flexibilização da política cambial ortodoxa, havia mais pontes sendo edificadas do que fossos sendo aprofundados. As formas da aproximação manteriam aspectos do velho patrimonialimo e ganhariam traços de um novo clientelismo que, considerando o "formalismo burocrático" do Estado "incompatível com as necessidades do país"[19], transformariam o prestígio político dos negociadores das verbas a serem liberadas em um dos principais elementos dos arranjos políticos. A ação de Octávio de Carvalho (1891-1973) junto à Caixa Econômica Federal buscando a liberação de empréstimos para a construção da sede da EPM e do

12. Os produtores paulistas não podiam mais movimentar recursos públicos segundo seus interesses, e ainda se viam diante da obrigação de pagar a "taxa-ouro adicional" que o Ministério da Fazenda passava a cobrar no porto de Santos.

13. Dulce Chaves Pandolfi, "Os Anos 1930: as Incertezas do Regime", *op. cit.*, p. 25.

14. Consultar tabela ao final do capítulo.

15. Boris Fausto, *A Revolução de 30: Historiografia e História*, pp. 105-106.

16. O mesmo movimento, liderado por Armando de Salles Oliveira que levara à formação da Chapa Única levaria, também, à formação do Partido Constitucionalista. "A criação do Partido Constitucionalista é um marco no caminho de aproximação de São Paulo com o Governo Provisório. Extrapolando a área de influência meramente regional, esse partido, em íntima comunhão de interesses com o interventor Armando de Salles Oliveira, consolida a intervenção dos paulistas na política nacional [...]. Falando em nome de São Paulo, com a representatividade que o eleitorado lhe conferia, a Chapa Única, sob tutela de Armando [de] Salles, desenvolve um processo de aproximação com as bancadas ligadas ao Governo Provisório." Angela M. de Castro Gomes, Lúcia L. Lobo e Rodrigo B. M. Coelho, "Revolução e Restauração: a Experiência Paulista no Período de Constitucionalização", em Angela M. de Castro Gomes (org.), *Regionalismo e Centralização Política,* p. 330.

17. Nos próximos itens, tratarei com maior cuidado desses discursos. O capítulo 1 deste livro oferece uma análise aprofundada desses discursos como elementos da construção da memória institucional.

18. Boris Fausto, *Getúlio Vargas: o Poder e o Sorriso*, p. 65.

19. Luiz Carlos Bresser Pereira, "Do Estado Patrimonial ao Gerencial", em Ignacy Sachs, Jorge Wilheim e Paulo S. Pinheiro, *op. cit.*, p. 237.

HSP tipifica o jogo político aqui exposto. Nesse jogo de aproximações pragmáticas e discursos que reforçavam as especificidades paulistas no cenário nacional, as fronteiras entre o que pudesse ser arcaico e tradicional ou moderno e progressista diluíam-se, refaziam-se e prestavam-se a contornos e desenhos múltiplos.

São Paulo exercia sobre o herói Macunaíma "o fascínio que exercia na época de Mário de Andrade e ainda hoje atua sobre migrantes de outras regiões do Brasil. A cidade 'macota' é o lugar do progresso e o elo com a Europa: italianos, francesas, polonesas"[20] povoavam as ruas da cidade, nas quais se entroncavam arcaísmos tradicionalistas e modernidades edificadas em viadutos, bondes e fábricas. Na Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, esses entroncamentos haviam já mostrado suas potencialidades para causar polêmica e indicar caminhos para as definições do Brasil do futuro. Paulo Prado e Olívia Guedes Penteado, financiadores da Semana e estimuladores dos chamados novos "artistas e intelectuais modernistas" eram, também, incentivadores da "redescoberta nativista do Brasil, seu passado colonial" e sua "cultura popular"[21].

Um dos conteúdos fundamentais da modernização projetada pelas elites governantes de São Paulo, desde os primórdios da República e da ascensão do estado na arena política federal, era a urgência de higienização e controle sanitário das moradias privadas e dos espaços públicos. A "antiga capitania de sertanistas e tropeiros era o horror dos triunfantes cafeicultores e empresários paulistas"[22]. O debate sobre saneamento público como conteúdo da modernização desejada esteve na origem das escolas médicas que se projetaram nas três primeiras décadas do século XX. Assim, as relações entre ensino, saúde pública e pesquisa merecem destaque no âmbito deste texto.

Ensino, Saúde Pública e Pesquisa Científica

> *Uma das características mais importantes de uma comunidade científica bem constituída é a possibilidade de os cientistas desenvolverem suas carreiras como profissionais da ciência. No Brasil* [...], *a atividade científica dificilmente encontrou condições para isto. Pessoas interessadas em ciência tinham de ensinar nas escolas profissionais, trabalhar em campanhas sanitárias, produzir vacinas, clinicar, construir obras de engenharia, trabalhar na localização e determinação de produtos minerais. O trabalho científico a mais longo prazo só podia ser feito nas horas vagas, ou encoberto por atividades mais aplicadas.*
>
> SIMON SCHWARTZMAN, *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, p. 215.

20. Leyla Perrone Moisés, "Macunaíma e a 'Entidade Nacional Brasileira'", *Vira e Mexe Nacionalismo: Paradoxos do Nacionalismo Literário*, p. 194.

21. Nicolau Sevcenko, *Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*, p. 244.

22. Paulo César Garcez Marins, "Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrópoles Brasileiras", em Nicolau Sevcenko (org.), *História da Vida Privada no Brasil, vol. 3: República – da Belle Époque à Era do Rádio*, p. 172.

No trecho citado, Schwartzman aponta a debilidade da comunidade científica brasileira naqueles graves anos de radicalização política e de fermentação urbana que foram as décadas de 1920 e 1930 do século XX. Formavam-se profissionais liberais voltados para o exercício das suas profissões no mercado de trabalho e deixavam-se de lado as atividades de pesquisa que deveriam formar a base da prática científica, já que as carreiras docentes, na maior parte das vezes, não incluíam a pesquisa.

Numa linha de tempo um pouco mais longa, que nos coloca no contexto da passagem da Monarquia à República, podemos observar as novas prioridades trazidas pelo republicanismo e que se expressaram, também, nos princípios que nortearam a fundação da Escola Paulista de Medicina. O crescimento das cidades, São Paulo à frente dos novos eixos de desenvolvimento, colocava na ordem do dia o problema da saúde e da higiene pública em seus múltiplos aspectos: estratégias de enfrentamento das epidemias, concepções de espaço público que incorporassem o saneamento e a saúde dos trabalhadores, a educação para a saúde dos trabalhadores, o ensino, a pesquisa e o exercício da medicina vinculada a essas necessidades sociais. É nesse contexto que a presença do Estado tornava-se mais acentuada na gestão das questões da saúde pública, agindo conjunturalmente em função de epidemias[23] e, estruturalmente, em função do crescimento populacional e da necessidade de garantir a manutenção dos fluxos de imigrantes[24].

Em São Paulo, os esforços para a organização dos primeiros serviços sanitários ganharam contornos de "reordenamento da própria sociedade"[25]. A experiência paulista estabeleceu os moldes modernos dos serviços de saúde pública tal qual os conhecemos ainda hoje[26]. As transformações sociais decorrentes do aumento das atividades urbanas implicaram a organização dos serviços de saúde pública na capital paulista. O impacto das levas de imigrantes na distribuição da população pela mancha urbana acelerou as contradições e os problemas sociais. Habitações precárias como os cortiços, ausência de água salubre, lançamento indiscriminado de esgoto, epidemias e índices preocupantes de mortalidade infantil eram conteúdos da modernidade em São Paulo. A expansão da lavoura cafeeira e seus ecos no desenvolvimento industrial, ferroviário e urbano traziam uma "nova riqueza e uma maior miséria"[27]. Os novos órgãos criados no Estado de São Paulo, beneficiado pelo federalismo republicano que permitia forte descentralização administrativa, dedicar-se-iam especialmente à prevenção de doenças infecto-contagiosas[28]. As oligarquias paulistas definiram, então, uma ação sanitária voltada contra as epidemias e preocupada com a erradicação de doenças[29]. A Reforma Paula Souza, de 1925, proposta e colocada em prática pelo

23. Lembro algumas epidemias que tiveram forte impacto em São Paulo nas primeiras décadas do século XX e que mereceram atenção do Estado: febre amarela, febre tifóide, tuberculose, gripe espanhola, varíola e até a peste, doença de origem européia.

24. Maria Alice Rosa Ribeiro, *História sem Fim... Inventário da Saúde Pública*.

25. Wilson Roberto Gambeta, *Soldados da Saúde: a Formação dos Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1889-1918)*, p. 2. Ver também Marcos Cueto, "Visions of Science and Development", em Marcos Cueto (ed.), *Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation & Latin America*, pp. 1-22.

26. Nas palavras de Gambeta: "Inclusive as célebres campanhas sanitárias de Oswaldo Cruz, na antiga capital federal, de repercussões políticas muito mais amplas, estiveram calcadas em modelos experimentados pouco antes por Adolpho Lutz e Emílio Ribas em São Paulo". *Op. cit.*, p. 5.

27. Maria Alice Rosa Ribeiro, *op. cit.*, p. 238.

28. A implantação do Serviço Sanitário estadual data de 1891, ano marcado pela epidemia da febre amarela, especialmente no interior do Estado de São Paulo, onde a lavoura cafeeira em expansão não podia dispensar braços doentes.

29. Rodolpho Telarolli Jr., "Imigração e Epidemias no Estado de São Paulo", *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 3(2), jul./out. 1996, pp. 265-283.

diretor do Serviço Sanitário estadual, Geraldo Horácio de Paula Souza (1889-1951)[30], introduziria o tema da educação sanitária popular: palestras, filmes e publicações diversas apontando maneiras de profilaxia e prevenção de doenças no trabalho e nas moradias passavam a ser estratégias de enfrentamento das questões da saúde pública. Nos dois casos, estratégia de campanhas público-policiais de erradicação de doenças ou estratégia de educação sanitária, o Estado de São Paulo, e especialmente sua capital, e sua oligarquia cafeicultora-empreendedora instalada no poder, buscavam equacionar o descompasso resultante entre o desenvolvimento econômico do estado e as suas precárias condições sanitárias que colocavam em risco o bom andamento da produção da lavoura cafeeira e dos novos estabelecimentos capitalistas urbanos[31].

Durante os anos de 1920, época à qual se refere Schwartzman na epígrafe deste item, o processo de crescimento urbano da capital paulista não arrefecera: migrantes nordestinos juntavam-se aos imigrantes estrangeiros na busca de trabalho e lugar em São Paulo. Também as pesquisas científicas, considerando-se que se trata de uma época na qual a ciência ainda se firmava por essas terras, localizavam-se fora do sistema de educação superior[32]. Restrita a institutos como o de Manguinhos no Rio de Janeiro, o Agronômico de Campinas, o Museu Paraense, o Museu Paulista e o Butantan, entre outros poucos, a pesquisa científica respondia aos interesses conjunturais colocados pela necessidade de enfrentar as epidemias e as urgências econômicas da agricultura de exportação. "Fenômenos como a peste nos portos do Rio e Santos, pragas como a broca do café, a malária dizimando os trabalhadores que abriam estradas, todas estas coisas estavam na ordem do dia e não podiam escapar a um esforço de eliminação"[33]. Assim, uma comunidade científica fraca revelava-se pouco condizente com as aspirações da sociedade que, desde o início da República, manifestava-se em favor de uma educação mais técnica e aplicada e desconfiava da formação especificamente bacharelesca[34].

A fundação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal de São Paulo, em 1927, tipifica a ação pública paulista em relação à pesquisa científica nos anos de 1920. Seu primeiro diretor, Artur Neiva (1880-1943), munido da experiência no Serviço de Defesa do Café, criado para enfrentar e debelar a praga da broca nos cafezais paulistas em 1924, contribuiu para a institucionalização da pesquisa estabelecendo o regime de tempo integral para os pesquisadores do Instituto. Dois dos fundadores da Escola Paulista de Medicina, Henrique da Rocha Lima (1879-1956) e Otto Guilherme Bier (1906-1985), tiveram papel de destaque no Biológico, sendo que Rocha Lima substituiu Artur Nei-

30. Cristina de Campos, *São Paulo pela Lente da Higiene: as Propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a Cidade (1925-1945).*

31. Maria Gabriela S. M. C. Marinho, *A Filantropia Científica e a Implantação da Ciência Profissional em São Paulo (1934-1952)*, p. 59.

32. Simon Schwartzman, *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, p. 136.

33. *Idem*, p. 141.

34. O uso generalizado da palavra sociedade merece uma explicação. Claro está que a sociedade brasileira dessa época apresentava altíssimos índices de analfabetismo e que, portanto, a sociedade que se manifestava em favor de uma educação mais técnica e menos bacharelesca concentrava-se em setores da classe média e entre as oligarquias governantes que, em São Paulo, era formada pela chamada burguesia cafeeira e pelos setores ligados, direta ou indiretamente, a esse setor da economia nacional. Sobre o assunto, ver Nestor Goulart Reis Filho, "Urbanização e Modernidade: Entre o Passado e o Futuro (1808-1945), em Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000), a Grande Transação*, pp. 83-118; Joseph L. Love, "A República Brasileira: Federalismo e Regionalismo (1889-1937), *idem,* pp. 121-160; Boris Fausto, *A Revolução de 30: Historiografia e História.*

va na direção e nela permaneceu de 1933 a 1949[35]. Trazido do exterior, onde realizava trabalho de pesquisa na Alemanha, pelo governo paulista, mas por intermédio de Artur Neiva, Rocha Lima planejou e estruturou o Biológico em conjunto com seu primeiro diretor. Pretendiam evitar que o Instituto ficasse refém das demandas conjunturais de saúde e higiene pública e que, por isso, não conseguisse criar uma ambiência duradoura de pesquisa científica. O caso dos dois fundadores aqui citados, vindos do Rio de Janeiro, tipifica, também, uma tendência desses anos de 1920 e 1930: o crescimento econômico e demográfico de São Paulo tornava a cidade um pólo de atração de profissionais interessados em pesquisa porque oferecia oportunidades promissoras[36].

Na década anterior, a fundação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (FMCSP), em 1912, havia significado uma tentativa de aproximar docência e pesquisa, de maneira a evitar que a clínica ou o trabalho nos institutos de profilaxia consumissem toda a carreira médica. Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), primeiro diretor da nova faculdade, pretendia instituir base científica e experimental ao ensino na instituição. Os primeiros acordos feitos com a Fundação Rockefeller, datados de 1918, indicavam essa preocupação ao mesmo tempo em que reforçavam a "preocupação das elites locais com a formação e a atualização científica dos seus quadros"[37].

Os anos de 1930 trouxeram novidades, entre elas o aumento das funções do Estado que, na lógica federalista da Primeira República, expressava-se principalmente em São Paulo, na capital federal e em estados como a Bahia e o Rio Grande do Sul, e ganharia contornos nacionais[38]. Se até então a demanda por conhecimento técnico vinha acompanhada de uma defesa da pesquisa científica, a gestão da educação inaugurada pela Reforma Francisco Campos, em 1931, sugeria um caminho diferenciado. Ao Estado nacional caberia propor e realizar políticas públicas que norteassem o ensino superior, assim como todos os níveis de ensino e as políticas culturais a eles vinculadas. Um sistema universitário centrado no desenvolvimento da ciência, ancorada esta na construção de uma tradição de pesquisa que incorporasse as experiências positivas de institutos como o de Manguinhos, o Biológico ou o Butantan, não parecia ser prioridade[39].

Em São Paulo, o pragmatismo da técnica, a prioridade para a organização do ensino profissionalizante em detrimento da pesquisa científica, não renderia tantos frutos. Como afirmou um dos professores da EPM, José Ribeiro do Valle, "[...] a pesquisa que tinha sido iniciada e desenvolvida nos grandes institutos atingiu também as universidades e algumas escolas isoladas, como a nossa Escola Paulista de Medicina"[40].

35. José Ribeiro do Valle, *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*. Ver também Simon Schwartznan, *op. cit.*, p. 231. O fundador Dorival Macedo Cardoso (1907-1966) também desenvolveu parte de sua carreira no Instituto Biológico.

36. Para verificar os fundadores que se enquadram neste perfil, consultar tabela ao final deste capítulo.

37. Maria Gabriela S. M. C. Marinho, *op. cit.*, p. 61.

38. O processo de fortalecimento do Estado no que tange às decisões relativas à saúde pública esteve ligado à presença da Fundação Rockefeller nas ações de profilaxia das epidemias, especialmente no enfrentamento da febre amarela no Rio de Janeiro, na Bahia e no interior do Estado de São Paulo. Nas palavras de Steven C. Williams, "[...] ainda que seja clara a luta entre autoridades estaduais e federais da saúde pública [...] a Fundação Rockefeller ajudou a manter a segurança de que o Estado tinha trabalhado contra a febre amarela. A respeito disso, a Fundação Rockefeller contribuiu para legitimar um processo de poder federal na área da saúde pública". Steven C. Williams, "Nationalism and Public Health", em Marcos Cueto (ed.), *op. cit.*, p. 46 (tradução da autora).

39. Simon Schwartzman, *op. cit.*, pp. 188-189. Nas palavras de Helena Sampaio, "O cerne da reforma, a nova Faculdade de Ciências, tinha como principal objetivo a formação de professores para o ensino secundário e, apesar dessa missão não ser incompatível com a produção de conhecimento e com a prática de pesquisa, acabou tendo maior prioridade". *Evolução do Ensino Superior Brasileiro*, p. 10.

40. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 376.

As exigências de tempo integral, a limitação do número de alunos – os chamados *numerus clausus* –, assim como a estreita relação entre a faculdade e o hospital onde se realizariam as instruções clínicas, haviam já sido colocadas pela Fundação Rockefeller para a Faculdade de Medicina de São Paulo[41].

No mesmo sentido, como já se disse aqui, instituições como Manguinhos e o Biológico de São Paulo também incentivaram a dedicação exclusiva dos pesquisadores. A Lei de Desacumulação de Cargos, de 1937, viria a aprofundar uma idéia que já crescia entre os profissionais ligados à docência no ensino superior e à pesquisa nos institutos: o desenvolvimento da pesquisa e da docência junto à universidade facultaria ao docente/pesquisador uma liberdade para o debate e um maior distanciamento das pressões políticas e das exigências emergenciais conjunturais, "levando ao desejo do fortalecimento da universidade como lócus da ciência"[42].

Foi nesses graves anos de 1930, nos quais se entrecruzaram o *catedrático antigo,* erudito distante da pesquisa, e o *cientista moderno,* voltado para a elaboração e resolução prática de problemas, que São Paulo se movimentou no cenário nacional frente ao Estado federal que parecia agigantar-se cada vez mais. A fundação da EPM em 1933, e da Universidade de São Paulo, um ano depois, incorporando a antiga Faculdade de Medicina de São Paulo, situam-se exatamente no momento desta transição. A Universidade trazia consigo a formação de rotinas do trabalho intelectual, tais como a presença de professores estrangeiros, os seminários, a regularidade das publicações em revistas nacionais e estrangeiras, as viagens de pesquisa e os intercâmbios entre universidades. Os fundadores da EPM trouxeram, por meio de figuras como Afrânio do Amaral, Décio Pereira de Queiroz Telles, Dorival Cardoso, Flávio Fonseca, Otto Bier, José Ignácio Lobo, Nicolau Rossetti, Olivério Mário de Oliveira Pinto, Pedro Marcondes de Alcântara Machado e Henrique da Rocha Lima, a experiência do trabalho em institutos de pesquisa para o exercício do ensino e da pesquisa desejados na Escola recém-fundada.

O desejo de fundar um hospital-escola, expresso tanto pela Faculdade de Medicina oficial quanto pela EPM, e realizado com antecedência por esta última, relaciona-se com as imbricações que podemos sugerir entre docência, pesquisa e prática médica de caráter social. O ambiente universitário seria o esteio da prática científica desejada. Suas possibilidades de sobrevivência e expansão seriam dadas pelas cartas que, àquela época, eram jogadas na mesa quando se pretendia fundar uma instituição de ensino que se apresentava orgulhosamente como um empreendimento privado: prestígio político dos fundadores e capacidade de

41. Marcos Cueto, *op. cit.,* pp. 11-12. Cabe lembrar que a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, fundada em 1912, tornou-se Faculdade de Medicina de São Paulo em 1925 e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1934.

42. Simon Schwartzman, *op. cit.,* p. 221.

movimentar-se, em nome da instituição, em meio à burocracia governamental e às elites econômicas locais. Entre a ingerência do poder central (representado pelo Ministério da Educação e Saúde e pela Reforma Francisco Campos) e as tentativas de independentização na construção do campo científico em São Paulo (apoiadas no discurso das especificidades paulistas alimentado após a derrota de 1932), havia uma dialética que aproximava e afastava, autorizava e negava[43]. Cabe, então, narrar com maior cuidado a fundação e os primeiros passos da Escola Paulista de Medicina entre a tutela contestada e a dissidência permitida.

A Fundação e os Primeiros Anos da Escola Paulista de Medicina

A aventura da Escola Paulista de Medicina foi muito interessante porque era uma escola particular com muitas dificuldades.

José Ribeiro do Valle em entrevista ao CPDOC, 1977, p. 6.

Em meio aos debates acima esquadrinhados e aos projetos de Brasil imbricados aos graves acontecimentos dos anos de 1930, contando com o apoio de modernistas como Paulo Prado[44] (1869-1943), Guilherme de Almeida (1890-1969), e de figuras destacadas na sociedade paulista como Olívia Guedes Penteado (1872-1934) e Francisco Matarazzo[45] (1854-1937), um grupo de 33 médicos juntou-se a um grupo de alunos egressos do vestibular para o curso de Medicina da Faculdade oficial em 1933. A iniciativa partira do médico formado pela Faculdade de Medicina do então Distrito Federal e que instalara sua clínica em São Paulo[46], Octávio de Carvalho, um filho de senador da República que soube mobilizar seu capital político e social[47], para viabilizar um empreendimento privado para o qual confluíram interesses vinculados à expansão do ensino médico, da pesquisa científica e das redes de saúde pública[48], às tradições e aos modernismos vividos e fabulados por estratos diversos das elites paulistanas e, ainda, aos movimentos de centralização do Governo Federal após os eventos de 1930 e 1932.

No vestibular de 1933 para o curso pré-médico da Faculdade de Medicina oficial, aprovaram-se setenta alunos – conforme sugeriam as regras estabelecidas pela Congregação da Faculdade e acordadas com a Fundação Rockefeller. Outros 119 alunos, que também somaram a nota mínima exigida para aprovação, mobilizaram-se com apoio de alguns setores da imprensa e questionaram a "inflexibilidade dos padrões adotados pela FMSP, na sua condição de *Rockefeller's School*"[49]. Os alunos reivindicavam o aumento do número de vagas por meio da criação de um segundo curso pré-médico. Esses alunos, chamados de

43. Marcos Cueto destaca a dependência dos laboratórios, dos hospitais e das instituições de ensino superior que se pretendiam privadas em relação ao governo na década de 1920: "Todos os laboratórios ou eram mantidos pelo governo em associação com escolas médicas, postos de saúde ou hospitais, ou eram muito pequenos, laboratórios de diagnóstico com fins comerciais. As escolas médicas existiam como parte integrante do sistema de educação nacional e dependiam do governo para todas as despesas extras referentes aos alunos e de pequenas taxas de rendimentos de imóveis. Doações privadas eram raras na década de 1920 e, como resultado, laboratórios de investigação independentes também foram raros". Marcos Cueto, *op. cit.*, pp. 9-10 (tradução da autora).

44. Paulo Prado fez parte do Conselho Consultivo da Escola Paulista de Medicina nos seus primeiros anos de funcionamento, juntamente com Afonso d'E. Taunay, Arlindo Camargo Pacheco, Arthur Antunes Maciel, Antonio França Meirelles, A. M. Wellington, Carlos de Souza Nazareth, Erasmo Assumpção, Francisco Salles Gomes Jr., Horácio de Mello, José Maria Whitaker, Luiz Anhaia Mello, ministro Manuel da Costa Manso, Octávio Pupo Nogueira, Samuel Ribeiro, Vicente de Almeida Prado, Waldomiro Pinto Chaves. Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64. Não foi possível precisar a regularidade da reunião desse Conselho; as Atas da Congregação e do Conselho Deliberativo (depois Conselho Técnico Administrativo) indicam apenas as consultas ao mesmo e a sua importância no levantamento de fundos para a Escola.

45. Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64. Ver também: Octávio de Carvalho, *História da Escola Paulista de Medicina: Curriculum Vitae*.

46. Octávio de Carvalho anunciava sua clínica no jornal *O Estado de S. Paulo*. A pesquisa realizada nas edições do jornal em 1933 indica-o em vários dias na sessão de anúncios. AESP, microfilmes 01.04.023 e 01.04.024.

47. Trabalho aqui com a hipótese de que os fundadores possuíam laços políticos e sociais que lhes facultavam prestígio

"excedentes" pela imprensa no que ficou conhecido como "O caso da Faculdade de Medicina"[50], viram seu pleito ganhar novos contornos com a chegada de Octávio de Carvalho às suas reuniões, propondo a criação de uma nova escola médica em São Paulo.

À demanda pelo aumento das vagas para estudo de medicina, fortalecida pela experiência dos paulistas que tinham que se deslocar para estudar fora do estado, deslocando também preciosos capitais junto com eles, juntou-se a demanda pelo exercício da docência e da pesquisa em instituições de ensino superior por parte dos pesquisadores e professores que, convidados por Octávio de Carvalho, aliaram-se aos alunos excedentes na nova empreitada. As dificuldades de acesso à cátedra na Faculdade oficial, na qual parte dos fundadores exercia atividades no momento em que as reuniões começaram, foram fatores importantes para os primeiros passos da EPM. Nas reuniões junto aos excedentes, Carvalho pôde observar o interesse dos pais e as possibilidades de fundação de uma escola livre e privada de ensino médico. "Então, havendo um número suficientemente grande de médicos jovens – alguns já de muito boa reputação profissional – e havendo esta necessidade de vagas no ensino médico em São Paulo, não havia porque não fundar mais uma escola de medicina em São Paulo"[51].

A ata de fundação, datada de 23 de março de 1933[52], destacava os objetivos dos médicos quando montaram sua primeira comissão organizadora[53]: além de "razões de ordem didactica, scientifica e social", afirmava-se a existência de "facilidades de ordem material" que viriam a amparar a idéia, especialmente pela constatação da "insuficiência quantitativa do ensino ministrado pela Faculdade de Medicina de São Paulo" com a qual se propunham a colaborar cordialmente. Nas reuniões seguintes, agregaram-se outros médicos assim como se estreitaram as comunicações com órgãos oficiais de ensino da capital federal (como o CNE) e instituições de financiamento (como a CEF). Nas reuniões com o advogado Abraão Ribeiro, os fundadores estabeleceram os sentidos jurídicos e sociais da nova escola: seria uma instituição de utilidade coletiva, de caráter filantrópico e liberal, não teria caráter comercial e se voltaria para a colaboração com a Faculdade oficial e outras instituições reconhecidas pela sociedade[54].

No dia 27 de maio de 1933 escolheu-se o nome da nova instituição: *Escola Paulista de Medicina*. Em 1º de junho de 1933, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Noite* publicaram o Manifesto de Fundação da Escola[55], no qual se destacavam as seguintes idéias: a vitalidade dos paulistas diante das dificuldades coevas e que se expressava na fundação da EPM, empreendimento que se prestava a enfrentar o problema

e boa mobilidade entre figuras destacadas da sociedade, com poder político para indicar caminhos de inserção social para a nascente EPM. A hipótese inspira-se nas conclusões de Mara H. de Andréa Gomes, "Os Rastros dos Anos 30 na Fundação da Escola Paulista de Medicina: um Estudo de Caso Weberiano", texto não publicado, s./d.

48. Márcia Regina Barros da Silva, *Estratégias da Ciência: a História da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*; Maria Alice Vanzolini da Silva Leme, *O Retorno Social do Investimento Público e Privado na Academia: um Estudo de Caso*; Mara H. de Andréa Gomes, *op. cit.*

49. Maria Gabriela S. M. C. Marinho, *Elites em Negociação: Breve História dos Acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)*, p. 41.

50. Márcia R. B. da Silva, *op. cit.*, pp. 28-33.

51. Entrevista de Otto Bier ao CPDOC, História Oral, EHC27, 1985, p. 58.

52. *Ata de Fundação da EPM, Livro 1 de Reuniões Preliminares,* 23 mar. 1933, fls. 1 e 2, manuscrito.

53. Os membros dessa comissão então nomeada foram: os doutores Ayres Neto, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Carlota Pereira de Queiroz, Antônio Bernardes de Oliveira, Domingos Define, Eduardo Vaz, Jairo Ramos, Marcos Lindenberg, Octávio de Carvalho, Pedro de Alcântara Machado e Rodolfo de Freitas. Dos membros dessa primeira comissão não assinaram o Manifesto de Fundação os doutores Ayres Neto, Eduardo Vaz e Carlota Pereira de Queiroz. Esta última, seguramente envolvida com a campanha que a tornaria a primeira mulher eleita para a deputação federal no Brasil, ainda aparece em alguns depoimentos em busca de recursos e apoio para a nova escola. Mônica Raisa Schpun, "Entre Feminino e Masculino: a Identidade Política de Carlota Pereira de Queiroz", *Cadernos Pagu*, 12, 1999. Nos relatos dessas reuniões preliminares, encontra-se ainda André Dreyfus, que tam-

da necessidade de criar novas vagas para o ensino médico, evitando a migração de talentos para outros estados, e a oferecer melhores condições de assistência hospitalar às populações pobres do estado.

A anormalidade das condições de vida espiritual e material que há longos anos vem assolando a Humanidade, e que tão intensamente tem repercutido em nossa Pátria, não teve o dom de prostrar as energias do espírito paulista. [...]

A premência desses dois problemas – o do ensino médico e o da assistência hospitalar – bastaria para justificar amplamente a presente iniciativa; por outro lado, o elevado grau de desenvolvimento, já referido, alcançado entre nós pela cultura médica, e o interesse que São Paulo sempre dedicou às manifestações da atividade intelectual são motivos que legitimam a certeza de que a nova Escola nasce com os mais seguros elementos de vitalidade.

Os signatários, fundadores da Escola Paulista de Medicina, se congregam em Sociedade Civil despidos de qualquer intenção de lucro material. Segundo disposições expressas em seus estatutos, as quotas de formação do capital inicial não serão recuperadas, os lucros decorrentes do funcionamento da Escola serão integralmente aplicados na melhoria das instalações da mesma, e no caso de liquidação da Sociedade o seu patrimônio reverterá em benefício de instituições científicas idôneas[56].

O que os assinantes desse Manifesto traziam de suas experiências, fundadores da Escola Paulista de Medicina, para um momento que parecia pretender suspender o tempo passado indicando um rasgo no presente a partir do qual se poderia construir um caminho diverso?

O primeiro argumento do Manifesto não deixa dúvidas: a percepção que os fundadores tinham sobre a sua inserção no Brasil era a singularidade dos paulistas em relação aos problemas da humanidade refletidos em solo brasileiro, o que permitia apontar o caminho a seguir. Boa parte dos fundadores esteve diretamente envolvida nas lutas de 1932; as "forças naturais" daqui características e momentaneamente derrotadas mostravam-se (redi)vivas na fundação da EPM. O discurso repercutia a interpretação do Brasil que Paulo Prado – apoiador de primeira hora da Escola, como já foi assinalado – construíra nos seus dois clássicos[57].

Os paulistas, separados das "outras partes" da colônia brasílica pela geografia e pelas primeiras intenções econômicas reinóis, teriam tomado a si a tarefa de alargar as fronteiras e de impor o trabalho como fundamento da organização social, em detrimento dos anseios de enriquecimento rápido oferecidos pela exploração litorânea e pela subseqüente exploração aurífera. A tese expressa sua vivência social e

bém não veio a assinar o Manifesto de Fundação. As atas das seis reuniões preliminares encontram-se no *Livro 1 de Atas das Assembléias Gerais e Extraordinárias*, 23 mar. 1933, 6 maio 1933, 23 maio 1933, 27 maio 1933, 31 maio 1933 e 5 jun. 1933, Acervo do CEHFI. A partir de então, com a Escola funcionando regularmente desde 15 de julho de 1933, o referido livro relata apenas atas de assembléias gerais e extraordinárias.

54. Samuel Ribeiro, então presidente da CEF de São Paulo, era irmão do advogado Abraão Ribeiro que participou dessas primeiras reuniões na qualidade de consultor para a definição jurídica da nova Escola. Cf. Paulo Mangabeira Albernaz, *A Escola Paulista de Medicina: Notícia Histórica dos Primeiros 25 Anos*, p. 8. Ver também: *Ata da Segunda Reunião Preliminar,* 6 maio 1933, *Ata da Quinta Reunião Preliminar,* 31 maio 1933, Livro 1 de *Atas das Assembléias Gerais e Extraordinárias (AAGE)*, Acervo do CEHFI.

55. "Manifesto de Fundação da Escola Paulista de Medicina", *Folha da Noite,* São Paulo, 1º jun. 1933, Acervo do CEHFI; *O Estado de S. Paulo,* 1º jun. 1933, p. 4, AESP, microfilme 01.04.024.

56. "Manifesto de Fundação da Escola Paulista de Medicina".

57. Paulo Prado, *Paulística etc.*; *Retrato do Brasil*. A abordagem que faço de Paulo Prado na historiografia ibérica está desenvolvida em Ana Lúcia L. Nemi, "Jaime Cortesão e Paulo Prado: as 'Afinidades Eletivas' na Leitura da Memória do Império", em Maria Fernanda Bicalho, Júnia Furtado e Laura de M. Souza, *O Governo dos Povos: Poder e Administração no Império Português*.

política em meio à elite cafeicultora paulista: a "raça paulista" teria se diferenciado porque os padrões culturais do colonizador ibérico, vistos negativamente porque pouco afeitos ao trabalho e à razão, não teriam se estabelecido nas terras do planalto, fato que, no entender de Prado e no dos assinantes do Manifesto de Fundação da Escola, autorizaria afirmar a preponderância do espírito paulista em relação às outras unidades dos Estados Unidos do Brasil de então. Sérgio Buarque, citado anteriormente, viria a comungar a tese que afirmava a negatividade da herança ibérica e a narrar a experiência bandeirante como expressão de uma primeira autonomia em solo brasileiro[58].

Construía-se, assim, a imagem do médico bandeirante em face às urgências colocadas pelo meio, um conteúdo da tradição inventada que se transformava em argumento para a possibilidade de modernização[59]. "O interesse que São Paulo sempre dedicou às manifestações da atividade intelectual"[60] teria sua melhor tradução prática na atenção ao interesse coletivo com que o ensino médico e a assistência hospitalar desejadas seriam cumpridos a partir daquele momento. A articulação entre ensino, pesquisa e assistência social teve sua principal sustentação na experiência que os fundadores traziam. Entre eles havia "auxiliares de ensino, assistentes ou extra-numerários da Faculdade de Medicina"[61] acostumados à docência na Santa Casa, hospital no qual se realizavam as clínicas dos alunos da faculdade oficial; cientistas vinculados a importantes institutos de pesquisa, como o Biológico, o Butantan, o Oswaldo Cruz e o Adolfo Lutz; além de cientistas afeitos a cargos de direção e chefia em secretarias de estado de saúde e educação com boa experiência político-administrativa.

De qualquer forma, além das qualidades profissionais e das habilidades técnicas que os notabilizavam a ponto de terem uma clientela considerável, a competência administrativa e o desempenho de atividades políticas possibilitaram a formação de uma rede de relações que viria a facilitar em muito o andamento dos fatos relativos à fundação da escola e ao seu reconhecimento por parte do Conselho Nacional de Educação[62].

Na inauguração oficial do curso, em 15 de julho de 1933[63], o primeiro diretor da Escola escolhido entre os fundadores, Octávio de Carvalho, reafirmou os conteúdos do Manifesto em números: 119 candidatos excluídos dos bancos da faculdade oficial, "1 500 acadêmicos paulistas de medicina" em outros estados, a "evasão anual de quase nove mil contos da economia paulista" na senda aberta por essa migração forçada, a inaceitável "pobreza hospitalar" de São Paulo, com

58. Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*.

59. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A Invenção das Tradições*.

60. "Manifesto de Fundação da Escola Paulista de Medicina", nota 55.

61. Mara H. de Andréa Gomes, *op. cit.*

62. *Idem*, p. 15.

63. Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64; Octávio de Carvalho, *História da Escola Paulista de Medicina*. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o texto integral do discurso de Octávio de Carvalho, com o título "Discurso do Diretor da Escola", no dia 16 de julho de 1933, p. 6, AESP, microfilme 01.04.025.

apenas 1 330 leitos para indigentes "numa população de mais de um e meio milhão de almas". A todos esses fatores, Carvalho agregava a simpatia que o novo empreendimento despertara em vários setores sociais e a missão de servir São Paulo, que levara os fundadores a firmar publicamente um "pacto de honra".

A intenção filantrópica destacada no Manifesto e no discurso inaugural se efetivou na constituição jurídica da Escola como sociedade civil sem fins lucrativos. Cada fundador contribuía para um fundo financeiro e todos eles movimentaram seu capital político e social para a formação de um Conselho Consultivo e de um Conselho de Senhoras[64] que, além de levantar fundos para cobrir os custos do curso iniciante, apontava os caminhos para as negociações políticas que viabilizariam empréstimos oficiais e a vinda da inspetoria preliminar para reconhecimento oficial do curso. A contribuição dos fundadores seria de cinco contos de réis, acrescidos de mais um conto de réis até o ano de 1937[65]. O depoimento de Otto Bier, embora aponte números diferentes, é revelador dessas primeiras regras e ensaios:

> Desta maneira, reuniu-se um grupo que era realmente uma elite à qual eu também fui incorporado. Cada um de nós contribuiu naquela ocasião, com dez contos de réis que correspondia a cinco salários (nós ganhávamos naquela época dois contos de réis). Isto representava um sacrifício para cada um de nós, pois cada um dispender cinco salários, estando no início da carreira, não era pouco [...].
>
> Eu, por exemplo, levava todas as minhas aulas prontas do Instituto Biológico, e todo o material – o Instituto Biológico colaborava – e dava um curso prático como não se consegue dar hoje[66].

Os números sugeridos por Bier não confirmam as informações das atas, o que pode ser entendido como lapso resultante das revelações possíveis em depoimentos orais cujos conteúdos pautam-se apenas pela memória. Por outro lado, além de indicar as inequívocas dificuldades desses primeiros anos, também indicam que a Escola foi um investimento pessoal, ao qual os fundadores e os outros professores incorporados a partir de então raramente puderam dedicar-se com exclusividade. José Ribeiro do Valle (1908-2000), por exemplo, contratado em 1934 como docente de farmacologia, explica que "os professores eram pagos modestamente, mas como pelo menos os professores das cadeiras básicas estavam ligados aos Institutos Butantan e Biológico, eles podiam se manter" na Escola[67]. Valle trabalhou no Butantan até 1947; nesse ano fundou "em duas pequenas salas da farmácia do Hospital São

64. Para a composição desses conselhos, ver Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64.

65. *Livro 1 de Atas das Assembléias Gerais e Extraordinárias,* 05 jun. 1933, Acervo do CeHFi.

66. Entrevista de Otto Bier ao CPDOC, *op. cit.*, pp. 59-60.

67. Entrevista de José Ribeiro do Valle ao CPDOC, História Oral, EHC32, 1985, p. 8. Ver também: Ieda T. N. Verreschi, "José Ribeiro do Valle e a Endocrinologia Paulista", *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, 45 (2), abr. 2001.

Paulo, um laboratório de dosagens hormonais"[68] que viria a ser um dos marcos dos trabalhos efetivos de pesquisa na Escola.

Contando com as mensalidades dos alunos, as contribuições dos fundadores e dos beneméritos, com o apoio material que, esperavam, chegaria dos governos municipal, estadual e federal, as aulas começaram em um prédio alugado na rua Coronel Oscar Porto nº 54, onde até pouco tempo atrás se localizava a União Cultural Brasil-Estados Unidos. As aulas práticas aconteceriam no Hospital Umberto Primo, já que a Santa Casa de Misericórdia recusara-se a receber os alunos da nova Escola e o Conde Francisco Matarazzo[69], ao contrário, aceitara resolver o urgente problema do exercício da prática médica pelos alunos, enquanto caminhavam os esforços para a construção de um hospital de clínicas vinculado à Escola.

O exercício da prática hospitalar era fundamental para o reconhecimento da Escola pelo CNE. O pedido de inspeção preliminar para reconhecimento do curso foi feito ainda em 1933 e, em 23 de novembro de 1933, o "Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública designou o doutor José Fernandes de Barros [...] para proceder à inspeção prévia da requerente"[70]. A resposta inicial foi negativa[71], seguida de um pedido de reconsideração enviado ao CNE em 22 de dezembro de 1934. Assumindo o compromisso de disponibilizar os equipamentos faltantes considerados essenciais, de esforçar-se por manter sessenta alunos por série e de formalizar a situação dos seus professores junto ao CNE, a EPM conseguiu o reconhecimento oficial e a aprovação da inspeção preliminar em parecer de 4 de outubro de 1935[72]. Segundo o inspetor que escreveu o parecer:

> A EPM esforçou-se por cumprir o que lhe foi exigido [...], demonstrando franqueza, boa fé e desejo de acertar, qualidades estas que, em condições idênticas, infelizmente nem sempre é dado ao Conselho verificar. O ideal seria dispor de aparelhos e instalações para uso individual dos alunos, mas essas condições não creio que existam sempre em nosso país, particularmente para o ensino clínico[73].

Mas o reconhecimento final não viria sem uma prática hospitalar melhor organizada e disso sabiam os fundadores e seus apoiadores desde a primeira hora. No Manifesto de Fundação e no discurso de Octávio de Carvalho quando da instalação do curso, a aproximação entre ensino, pesquisa e exercício da medicina voltada para o atendimento das populações carentes prestava-se à afirmação da utilidade coletiva e, portanto, pública, dos serviços de um hospital em moldes filantró-

68. José Leal Prado, "José Ribeiro do Valle", em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, pp. 178-182. No mesmo sentido, cabe citar o fundador Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1998), professor de psiquiatria e diretor do Juqueri, que fornecia os cadáveres necessários aos estudos dos alunos da Escola.

69. Octávio de Carvalho, *op. cit.*, p. 8.

70. Paulo Mangabeira Albernaz, *op. cit.*, p. 12.

71. *Livro 1 de Atas do Conselho Deliberativo da EPM*, ata nº 11, fl. 16-16v, 28 jul. 1933, Acervo do CEHFi.

72. No Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64, encontra-se a informação de que o CNE acreditava que a EPM só poderia ter sessenta alunos por série em função das limitações de suas instalações. Nas Atas da Congregação e do CTA, no entanto, afirma-se a possibilidade de contar com cem vagas. *Livro 1 de Atas do Conselho Deliberativo (1 jun. 1933 a 27 abr. 1937)*, *Livro 1 de Atas da Congregação (20 nov. 1933 a 16 mar 1939)*, Acervo do CEHFi.

73. Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64.

picos, no qual os alunos da Escola pudessem exercitar-se em clínicas. Havia um discurso acerca da missão do cientista que se expressaria no tripé docência, pesquisa e dedicação a causas sociais médicas. Respondendo a uma demanda social evidente na insuficiência do atendimento hospitalar e alinhando-se com as melhores tradições de pesquisa que a experiência internacional de alguns dos fundadores da EPM apontava, São Paulo estaria construindo um caminho de modernização. Os esforços para levantar fundos e financiamentos incluíram, assim, o argumento acerca da importância de se fundar um novo hospital na capital do estado.

A possibilidade de realizar esforços diretamente junto ao presidente Vargas, ao interventor federal em São Paulo, Armando de Salles Oliveira[74], e ao presidente da Caixa Econômica Federal de São Paulo, Samuel Ribeiro[75], foi sem dúvida um dos fatores que explicam o financiamento conseguido para a compra da Chácara Schiffini[76], em Vila Clementino, e a obtenção de um vultoso empréstimo para a construção do projetado Hospital São Paulo. A chácara seria a base da Escola, ao lado da qual seria construído o Hospital. Carvalho solicitou à Caixa o financiamento para a construção do hospital sob forma de empréstimo hipotecário. Na solicitação aprovada e relatada em ata do Conselho Administrativo da CEF de São Paulo, ressaltava-se a intenção de edificar um hospital com capacidade para setecentos leitos, no qual seriam empregados os métodos mais modernos de ensino clínico e assistência hospitalar. O parecer do presidente do Conselho assinalava a importância da obra, que se enquadraria na aplicação de pequenas economias coletivas a um fim de assistência social[77]. Os interesses dos fundadores mostravam-se, dessa forma, em perfeita confluência com a necessidade de expansão do ensino e do atendimento médico em São Paulo, além de encontrar forte eco no poder público federal, desejoso de (r)estabelecer pontes de diálogo no estado que se levantara contra a União.

As atas das reuniões do Conselho Deliberativo da EPM e das assembléias da sua Congregação permitem afirmar que a construção do Hospital, além de contar com generosa contribuição federal resultante do abandono da ortodoxia econômica pelo Governo Federal, como mencionei nas primeiras páginas deste capítulo, contou também com donativos conseguidos em chás beneficentes organizados pelo Conselho de Senhoras e com o atendimento do pedido dirigido ao Departamento Nacional de Café para doação de amostras do produto, a serem comercializadas em favor da obtenção de recursos para o Hospital[78]. O exercício das primeiras clínicas no Hospital Humberto Primo respondia à imediata necessidade dos alunos, já que o tempo

74. No depoimento de Octávio de Carvalho sobre Armando de Salles Oliveira, lê-se: "Quando levei ao interventor Armando de Salles Oliveira o projeto de construção do Hospital São Paulo perguntou-me, então, como iríamos pagar o financiamento – 'Não é para pagar. Se o Govêrno Federal não perdoar a dívida, a faculdade oficial, que não tem hospital, ficará com êle, ou a própria União. São Paulo lucrará sempre.' Posteriormente, já Governador, dizia-me Armando de Salles Oliveira: 'Octávio: estou lhe dando muito mais do que você me pede. Enquanto eu for governo a sua Escola jamais será destruída'". Octávio de Carvalho, *op. cit.*, p. 15.

75. *Idem*, pp. 7, 14 e 15.

76. Dados pormenorizados sobre a compra da chácara, sua descrição e localização, podem ser encontrados em Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64.

77. *Ata do Conselho Administrativo da CEF de São Paulo,* 8 nov. 1935, acervo Museu da CEF/Caixa Cultural São Paulo.

78. *Atas do Conselho Deliberativo da EPM,* livro 1, atas 43 (26 dez. 1934), 48 (20 mar. 1935), 50 (28 maio 1935), 54 (4 nov. 1935), 55 (9 dez. 1935) e 57 (23 jan. 1936). *Atas da Congregação,* livro 1, ata 13 (13 abr. 1936). Em sua *História da Escola Paulista de Medicina*, p. 12, Carvalho afirma que o "Dr. Luiz Antônio de Souza Melo, então presidente do Departamento Nacional de Café, num gesto de elevada confiança, mandou entregar à Escola as amostras de café da produção paulista, para que ela os vendesse, assim obtendo recursos para a sua manutenção". Nas *Atas do Conselho Deliberativo e das Assembléias da Congregação*, porém, as amostras de café aparecem apenas a partir de 1936, sendo sempre referidas a recursos para o Hospital.

para a efetivação da obra seria longo, além da demora na negociação para liberação dos fundos aprovados por conta da definição dos juros a serem pagos pela Escola[79].

Na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do futuro Hospital São Paulo, em 30 de setembro de 1936, o poeta modernista Guilherme de Almeida recebeu a incumbência de fazer a oração oficial, cujo primeiro parágrafo serve de epígrafe a este capítulo. O poeta repunha os mitos da tradição paulista, associando-os ao empreendimento modernizador da EPM e seu Hospital:

> Aí está a Escola Paulista de Medicina – a árvore boa, em boa hora, sob um bom signo, numa boa terra e por boas mãos plantada.
>
> Ora, dessa árvore já adulta um galho se cortou e para aqui, neste instante, se transplanta. É essa estaca inicial do Hospital São Paulo, que agora vai ser batida. [...]
>
> E aqui, nesta porção de solo assim tão genuinamente paulista, nesta elevação da Vila Clementino, nesta altura mais alta do planalto, esta primeira estaca do Hospital São Paulo, que agora vai ser batida, parece, assim reta, rija, vertical, a espada de São Paulo, a espada do Apóstolo-Soldado, que foi a Força e foi a Lei.
>
> E vai essa espada cravar-se no chão, num gesto de posse forte e serena. Ela vai levar ao âmago desta terra a vontade tenaz e perfurante do seu dono. E, como de uma sonda profunda, dela hão de jorrar todos os inumeráveis e inesgotáveis e inestimáveis bens que este chão amoroso esconde e reserva aos que realmente amam[80].

Se a oração do poeta reforçava as tintas da singularidade paulista em relação às outras partes do Brasil exemplificando as possibilidades de uma terra fértil cujas árvores, como a EPM, constituem galhos que se transmutam em sementes, como o HSP, a exeqüibilidade da obra, por sua vez, sugere uma aproximação junto do Governo Federal. O empreendimento privado, afinal, precisou movimentar redes de apoio que, se mantinham o ressentimento pela derrota de 1932 nos seus discursos, não impediam o alinhamento econômico. A colocação da estaca fora possível exatamente pelos esforços de aproximação encetados pelo Governo Federal e corroborados pela interventoria estadual representada por Salles Oliveira, aquele que recebera São Paulo de Getúlio mesmo tendo feito a Revolução de 1932 contra o governo do político gaúcho.

Mas a urgência da prática clínica exigia soluções imediatas. Não seria possível utilizar por muito tempo as instalações do Hospital Umberto Primo, e a construção do novo hospital, mesmo com o financiamento conseguido e os donativos empenhados, também não seria

79. *Atas do Conselho Deliberativo da EPM*, livro 1, ata 55 (9 dez. 1935), fl. 76-76v.

80. Discurso integral em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, pp. 1-2. O lançamento da estaca fundamental do HSP foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 30 set. 1936, p. 10, AESP, microfilme 01.04.044. Campanhas de arrecadação e levantamento de donativos para o HSP também foram noticiadas no jornal, e encontram-se no mesmo rolo de microfilmes.

rápida. As conversas de Carvalho e do Conselho da EPM com Maria Thereza Nogueira de Azevedo[81], que amealhara duzentos contos de réis junto à sociedade paulistana para a construção de um hospital que se chamaria Piratininga e seria destinado a tratamento de menores, frutificaram em 1936. Maria Thereza entregou a quantia arrecadada para a direção da Escola "destinando-a especialmente à adaptação do edifício residencial da Chácara Schiffini para fins hospitalares"[82]. Em 17 de julho de 1937, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava a inauguração do Pavilhão Maria Thereza Azevedo para o próximo dia 19, sede provisória do HSP onde se instalaram cem leitos e passaram a ser ministradas as clínicas para os alunos do curso médico:

> A iniciativa de maior alcance social e de imediata utilidade pública é sem dúvida a campanha que um grupo de compatriotas está realizando no Hospital São Paulo da Escola Paulista de Medicina.
>
> Já temos informado aos nossos leitores o que será o Hospital São Paulo e o que representará para a solução do problema hospitalar para indigentes entre nós, assim como temos registrado os gestos de filantropia de nossa gente que sabe compreender as grandes iniciativas e suas finalidades [...].
>
> O pavilhão que se inaugurará no dia 19, foi construído e doado pela senhora Maria Thereza Azevedo e terá capacidade para oitenta leitos, sendo que a assistência médico-hospitalar estará a cargo dos professores da EPM[83].

A notícia reforçava argumentos pautados pelos fundadores da Escola quando escreveram um manifesto sobre a necessidade do aumento da capacidade hospitalar de São Paulo três anos antes, em agosto de 1933, quando a EPM dava seus primeiros passos. O manifesto que o mesmo jornal publicou afirmava a importância dos hospitais porque "restituem rapidamente à sociedade os indivíduos que a moléstia temporariamente invalida"[84], e sua insuficiência em São Paulo era inaceitável. A inauguração do primeiro pavilhão do HSP em 1937 era, neste sentido, a realização da intenção, manifestada em agosto de 1933, de

> [...] centralizar os esforços de quantos compreendam o dever moral de colaborar num empreendimento destinado ao benefício dos que sofrem. A Escola Paulista de Medicina aceita a responsabilidade técnica de promover todos os estudos necessários a este cometimento e não se arreceia de afirmar que ele é possível e rapidamente realizável[85].

De fato, a sucessão de resultados entre a publicação do Manifesto de Fundação da EPM (em 1º de junho de 1933) e a inauguração dos

81. *Atas do Conselho Deliberativo da EPM*, livro 1, atas 21 (17 jan. 1934), 49 (23 abr. 1935) e 64 (24 nov. 1936). Esta última ata trata das negociações finais para a consecução do negócio.

82. Octávio de Carvalho, *op. cit.*, p. 8.

83. *O Estado de S. Paulo*, 17 jun. 1937, p. 10, AESP, microfilme 01.04.048. O número de cem leitos aparece no depoimento de Octávio de Carvalho, enquanto o jornal citado sugere oitenta. Não foi possível verificar a correção da informação; creio, no entanto, que o jornal deve ter noticiado dados divulgados à época, enquanto Carvalho talvez tenha escrito apenas com as suas lembranças.

84. "A Ação da Escola Paulista de Medicina – Manifesto sobre a Necessidade do Augmento da nossa Capacidade Hospitalar", *O Estado de S. Paulo*, 13 ago. 1933, p. 8, AESP, microfilme 01.04.025.

85. *Idem, ibidem*.

cinco primeiros pavimentos do prédio em construção do HSP (em 4 de abril de 1940)[86], faz considerar poucos os sete anos vividos em relação a que se ia alcançando: o início das aulas (15 de julho de 1933); o lançamento do Manifesto pelo aumento da capacidade hospitalar em São Paulo (13 de agosto de 1933); a estaca fundamental do Hospital (30 de setembro de 1936); a inauguração do primeiro pavilhão do HSP (19 de junho de 1937) e o reconhecimento final pelo CNE (1938)[87].

Porém, a rapidez com que foi tocado o empreendimento de uma escola médica, aliado à construção de um novo hospital, exigia que fossem contraídas dívidas significativas. Chegaria o tempo em que a articulação entre o capital político e social dos membros e colaboradores da Escola, os interesses das elites estaduais reconfiguradas após 1930, os interesses do Governo Federal diante do estado irredento e as facilidades colocadas pelas alterações na política econômica nacional, não seriam mais suficientes para continuar materializando as idéias em edificações concretas. Mas, nesses primeiros anos, os esforços de fortalecimento e visibilidade contaram seguramente com essa articulação[88].

No debate específico acerca dessa articulação, vale ressaltar dois temas: os setores das elites paulistanas envolvidas com a fundação e sustentação da EPM, e a tão afirmada "disputa" com a faculdade oficial que teria se expressado nos jornais do grupo Folha e n'*O Estado de S. Paulo.* A notícia que o fundador Paulo Mangabeira Albernaz (1896-1982) resume em seu livro é elucidativa do primeiro tema nos termos que pretendo desenvolver aqui:

> Nesse dia [1º de junho de 1933], uma Comissão integrada pelo Dr. Octávio de Carvalho, Dr. Otto Bier, Dr. Marcos Lindenberg, Dr. Rodolfo de Freitas e Dra. Carlota Pereira de Queiroz, visitou a Exma. Sra. Olívia Guedes Penteado, figura de alto realce e elevado prestígio no meio culto desta cidade, solicitando-lhe seu apoio moral e cooperação em favor desta iniciativa de finalidades, marcadamente, filantrópicas e cultas. A nobre dama paulista não só atendeu com fidalguia os visitantes, como também fez sua a causa que os levara à sua presença[89].

Octávio de Carvalho era filho do senador da República Theodoro Dias de Carvalho Júnior, que fora também secretário da Justiça em São Paulo. Rodolfo de Freitas (1899-1974) era filho de um professor de direito constitucional na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Otto Bier tinha origem humilde e precisara tocar violino em orquestras de teatro de revista, e também dar aulas no Colégio Pedro II, para se manter durante os anos de estudos na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro.

86. "Hospital São Paulo", *O Estado de S. Paulo,* 4 out. 1940, p. 6, AESP, microfilme 01.05.015.

87. Alguns trechos do parecer nº 119, 12 maio 1938, da Comissão de Ensino Superior, concedendo reconhecimento à EPM para ministrar o curso médico, destacam o cumprimento das metas sugeridas no primeiro parecer que havia concedido a inspeção preliminar: "[...] é dotada de excelente corpo de professores e de boas instalações [...]. A Escola tem em construção um majestoso hospital de clínicas [...]. O corpo discente ingressou cumprindo as exigências da lei [...]. É pois com prazer que a Comissão de Ensino Superior, reconhecendo na EPM um instituto idôneo, moral e materialmente capaz para ministrar o ensino médico, opina favoravelmente à concessão do reconhecimento nos termos do decreto-lei nº 421, de 11 de maio do corrente ano". Arquivo da Prograd, processo 59, arquivo 4, pasta 64.

88. Márcia Regina Barros da Silva, "Esforços de Visibilidade", *op. cit.*, pp. 88-91. Da mesma autora, ver também "O Ensino Médico em São Paulo e a Criação da Escola Paulista de Medicina", *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 8 (3), out./dez. 2001, pp. 541-566.

89. Paulo M. Albernaz, *op. cit.*, p. 9. Registrado também no livro 1 de *Atas do Conselho Deliberativo*, ata 2 (2 jun. 1933), Acervo do CEHFI.

Marcos Lindenberg (1901-1989) era filho de uma família proprietária de salinas na região de Cabo Frio. Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982)[90] era já figura destacada no cenário político paulista; a médica viria a se eleger como deputada constituinte na Chapa Única liderada por Salles Oliveira. Olívia Guedes Penteado pertencia às chamadas famílias tradicionais de São Paulo; apoiadora da Escola, assinou também o "Manifesto sobre a Necessidade do Augmento da nossa Capacidade Hospitalar"[91], assim como Afonso d'E. Taunay, Luiz Anhaia Mello e Gilda e Francisco Salles Gomes. Nesse entroncamento de trajetórias, poderíamos citar também José Ribeiro do Valle, filho de uma família de lavradores do sul de Minas que "queria seus filhos doutores"[92] ou ainda o filho de ricos cafeicultores paulistas, Paulo Prado, que emprestou seu nome e suas idéias aos fundadores. E também a colônia italiana, a quem Carvalho fez questão de prestar sua homenagem e dedicar agradecimentos[93].

A viabilização do empreendimento de uma escola médica e um hospital a ela vinculado no Estado de São Paulo nos anos de 1930, ao contrário de reafirmar as teses que advogam a existência de uma cisão das elites no estado que se levantara contra a União, permite sugerir que, quando se tratava de empreendimentos vistos como paulistas e de ordem privada, as elites tradicionais, empobrecidas ou não, aderiam a uma agradável composição junto aos setores emergentes, imigrantes ou não, e contavam com setores sociais cujo destaque junto à sociedade seria construído pelo exercício de profissões consideradas nobres. Há, nesse entroncamento de trajetórias, uma dimensão de crítica às nossas raízes ibéricas, emblemada no texto e na ação de Paulo Prado, que propunha a modernização associando-a ao desenvolvimento de condições para o investimento privado no Brasil. Essa interpretação que, acredito, marcou os discursos que buscavam legitimar a criação da Escola e do Hospital, tem como forte conteúdo a idéia da especificidade de São Paulo como lugar privilegiado para os empreendimentos modernizadores e capitalistas.

Por outro lado, os empréstimos e doações conseguidos junto a órgãos federais, parecem indicar o interesse do Governo Federal em apoiar-se em setores das elites paulistas para viabilizar seu projeto nacional e enfraquecer as resistências à centralização. A prática, no caso aqui perscrutado, revelada pelos esforços e comprometimentos da EPM junto aos poderes públicos, permite afirmar que as acomodações e aproximações entre elites regionais e a esfera de poder central, entre empreendimento privado, financiamento público e proteção do Estado, parecem ter sido a norma no Brasil dos anos de 1930.

No mesmo sentido, a "disputa" entre a nova Escola e a Faculdade oficial, embora possa ser reforçada pela recusa da Santa Casa em receber

90. Seu ingresso como professora na Escola Paulista de Medicina foi discutido na ata 19 (2 jan. 1934), mas não foi citado novamente e não encontrei registros de que tenha dado aulas de fato. *Atas do Conselho Deliberativo (CTA)*, livro 1, Acervo do CEHFi.

91. Cf. nota 84.

92. Entrevista de José Ribeiro do Valle ao CPDOC, *op. cit.*, p. 1.

93. Octávio de Carvalho, *op. cit.*, p. 9.

os alunos da EPM, também se prestava a acomodações, seja no âmbito da docência ou no das suas presenças no noticiário dos jornais[94].

Se o apoio ao empreendimento proposto por Octávio de Carvalho era fortemente incentivado pela possibilidade de carreira docente em função da dificuldade de acesso às cátedras junto à Faculdade de Medicina oficial, como as carreiras de Álvaro de Lemos Torres (1884-1942) e de Jairo Ramos (1900-1972) atestam, esse fator sozinho não explica trajetórias como a de Alípio Corrêa Netto (1898-1988)[95]. Formado na Universidade de São Paulo em 1924, chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital de Sangue de Cruzeiro durante o levante de 1932, signatário do Manifesto de Fundação da EPM, Corrêa Netto tornou-se, por concurso, professor catedrático de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da USP em 1935. Na EPM foi, também, professor catedrático de Cirurgia. No exercício dessas duas cátedras, assim como nas suas intervenções junto à sociedade civil, seja em 1932, seja como expedicionário voluntário na Segunda Guerra Mundial[96], ou como fundador do Partido Socialista Brasileiro e da Associação Médica Brasileira, destacou-se pela preocupação em humanizar o ensino médico às expensas das exigências de tempo integral.

As trajetórias de outros fundadores como Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), catedrático de Clínica Psiquiátrica na USP de 1935 a 1967 e professor da mesma cadeira na EPM entre 1933 e 1960; ou de José Bonifácio Medina, que começou como assistente na cadeira de Clínica Ginecológica e tornou-se catedrático em 1944, paralelamente ao exercício da clínica de ginecologia na EPM[97]; ou ainda de Álvaro Guimarães Filho que, sendo catedrático de Clínica Obstetrícia na EPM, tornou-se, também, livre-docente de clínica obstétrica na Faculdade de Medicina da USP em 1937. Juntamente com outras, as trajetórias desses homens confirmam a hipótese das acomodações que se praticavam às expensas dos discursos.

A percepção das acomodações não deve enviesar, no entanto, a constatação da insuficiência de vagas para o ensino médico em São Paulo e das dificuldades de acesso à cátedra universitária pelos médicos, principalmente depois da proibição da livre-docência em 1932, fatos que foram grandes impulsionadores na fundação da nova Escola. A realização da Escola é que é resultado de um entroncamento de trajetórias ligadas aos ventos trazidos pelas revoluções de 1930 e 1932, que modificaram os sentidos da ação do Estado e da percepção do que fosse o moderno e o "paulista" em solo nacional.

Quanto aos jornais citados, em primeiro lugar há que considerar seus objetivos comuns, salientados em alguns estudos historiográficos:

94. É possível destacar, também, os trabalhos conjuntos e as transferências de alunos entre a EPM e a Faculdade de Medicina oficial, que aparecem nas reuniões do CTA. *Atas do CTA*, livro 2, ata 99 (16 abr. 1940).

95. José Ribeiro do Valle, "Alípio Corrêa Netto", *op. cit.*, pp. 16-19.

96. Narrada no livro de sua autoria, *Notas de um Expedicionário Médico*.

97. Para verificar outros fundadores neste perfil, consultar tabela no final deste capítulo. Ver também José Ribeiro do Valle, *op. cit.*

os jornais do grupo Folha, assim como *O Estado de S. Paulo*, pautavam sua ação pública pela defesa da importância de se formar elites intelectuais capazes de governar o país. Nos dois casos, modernização, progresso e ciência eram conteúdos necessários ao Brasil que se pretendia construir e para os quais a educação tinha papel fundamental[98]. Também nos dois jornais, destacam-se conteúdos da ideologia liberal que apostava nos investimentos privados e na possibilidade de represar conflitos sociais pela ação esclarecida das instâncias de representação política, como o parlamento. Nessa lógica, a fundação de uma nova escola médica e de um novo hospital de clínicas parecia estar de acordo com as linhas editoriais dos dois jornais. A cobertura que os jornais deram aos principais acontecimentos que envolveram os primórdios da Escola e do seu hospital bem o demonstra[99].

Evidentemente, a disputa por espaços institucionais entre os jornais poderia, por vezes, indicar maior ou menor envolvimento em causas específicas. O proprietário da *Folha* era pai de um dos alunos excedentes, Octaviano Alves de Lima Júnior, que "buscava apoio e procurava representar os agricultores paulistas"[100], além de ter sido comerciante de café e fazendeiro. Assim, é natural que o problema dos excedentes da Faculdade oficial tenha sido mais noticiado nos jornais *Folha*, embora tenha sido citado também n'*O Estado de S. Paulo*[101].

Nesse sentido, creio ser possível afirmar que, do ponto de vista da ideologia manifestada pelos referidos jornais, a fundação da EPM, do HSP e inclusive da USP, inserem-se no mesmo contexto que articula a singularidade paulista para empreendimentos de grande monta, as urgências de enfrentamento das questões relativas ao atendimento clínico para populações pobres, as demandas pela expansão da saúde pública e a crença na importância de se formar elites ilustradas capazes de gerir o país[102]. No caso específico da EPM, havia ainda a positividade que se poderia destacar no empreendimento particular em favor do interesse coletivo/público[103].

Estudando a ideologia do progresso como conteúdo fundante do desenvolvimento do ensino superior no Brasil dos anos de 1920 e 1930, Elza Nadai aproximou medicina social e desenvolvimento do capitalismo como expressões de um projeto político das elites econômicas e políticas brasileiras da época. Considerando-se o entroncamento de trajetórias que dialeticamente aproximavam e afastavam setores diversos da sociedade paulista entre si e diante do Governo Federal, cabe corroborar a autora quando afirma que a USP funcionou como "elemento de mediação"[104] entre o Estado que se fortalecia e a socieda-

98. Carlos Guilherme Mota e Maria H. R. Capelato, *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*; Maria H. R. Capelato e Maria Lígia C. Prado, *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia – o Jornal* O Estado de S. Paulo.

99. Destaquei neste capítulo especialmente as notícias d'*O Estado de S. Paulo*, até então pouco estudadas em relação à EPM e ao HSP. A cobertura da *Folha da Noite* e da *Folha da Manhã* encontra-se arquivada no Acervo do CEHFI.

100. Márcia R. B. da Silva, "O Ensino Médico em São Paulo...", *op. cit.*, p. 552. O poeta Guilherme de Almeida, apoiador da EPM e responsável pela oração da cerimônia de lançamento da estaca fundamental do HSP, tornou-se co-proprietário dos jornais *Folha da Noite* e *Folha da Manhã* em 1931. Escreveu a coluna "Sombra Amiga" até os jornais mudarem de dono em 1945. Cf. Arquivo Público e Museu Casa Guilherme de Almeida.

101. *O Estado de S. Paulo,* 23 maio 1933, p. 5, AESP, microfilme 01.04.024.

102. Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).*

103. Octávio de Carvalho destaca ainda o apoio recebido dos *Diários Associados.* Sem dúvida a trajetória do seu proprietário, Assis Chateaubriand, também se insere no contexto das migrações internas que se entroncaram na São Paulo dos anos de 1930. "Assis e Oswaldo Chateaubriand foram inesquecíveis e inigualáveis na luta dos *Diários Associados* em favor da nova Escola durante a nossa gestão. Em agradecimento, a Escola pôs à disposição daquela empresa o curso gratuito para um recomendado seu". Octávio de Carvalho, *op. cit.,* p. 14.

104. Elza Nadai, *op. cit,* p. 247.

de. Mais ainda, cabe estender seu argumento para a Escola Paulista de Medicina e a Escola Livre de Sociologia e Política[105].

Os custos desse empreendimento, no entanto, mesmo contando com tantos apoios e concessões, além da movimentação política do diretor junto aos poderes públicos nas três esferas, eram muito altos. O ano de 1938 comemorou o reconhecimento oficial da nova Escola e a colação de grau da primeira turma de formandos da EPM[106], mas foi também um ano de aprofundamento dos debates acerca da sobrevivência material da Escola e do Hospital. A construção do HSP caminhava por conta do financiamento conseguido junto à CEF, e o funcionamento provisório no Pavilhão Maria Thereza contava principalmente com a comercialização das amostras cedidas pelo Departamento Nacional do Café. Uma vez suspensas as amostras, "a situação agravou-se pois a Escola passaria a contar exclusivamente com a contribuição dos alunos"[107]. A retomada da entrega das amostras[108] não seria suficiente para sanar os problemas financeiros que se avolumavam. Octávio de Carvalho recebeu, então, autorização do secretário da Fazenda para voltar a negociar com o presidente da CEF em São Paulo, Samuel Ribeiro, e conseguiu descontar uma promissória de trezentos contos de réis em favor da Escola. Mas a situação ficava sanada apenas momentaneamente, pois as mensalidades e as subvenções conseguidas não eram suficientes para manter a Escola e o Hospital. Por isso, já em 1938, cogitava-se a separação entre a Escola e o Hospital, assim como a federalização[109].

Os desentendimentos sobre os encaminhamentos possíveis e necessários foram, sem dúvida, os motivos principais que causaram o afastamento de Carvalho da direção da EPM. Os professores preocupavam-se com a ausência de informações acerca da situação financeira da Escola, considerada grave e pouco esclarecida. As atas do CTA (antigo Conselho Deliberativo) e as da Congregação indicam que muitas das negociações para levantamento de verbas feitas por Carvalho não eram acompanhadas de documentação oficial, fato que preocupava os demais professores: "[...] o Professor Doutor João Moreira da Rocha [...] sentia que os professores vinham achando a administração muito dispendiosa e procurando saber informações sobre várias despesas, verificou que o Professor Doutor Octávio de Carvalho zangou-se, não respondeu e sentiu-se ofendido"[110].

Os seguidos pedidos de explicação e de Assembléia extraordinária para que Carvalho explicasse medidas tomadas ou sugeridas pela sua gestão, como a suspensão dos salários dos professores para cobrir despesas, não surtiam os efeitos esperados. No dia 17 de março de 1938, o

105. Não cabe, no âmbito deste capítulo, alongar o argumento para a Escola Livre de Sociologia e Política, mas vale lembrar que o fundador Antônio Carlos Pacheco e Silva teve atuação destacada nela, e que seus cursos eram divulgados, inclusive com ementas, pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1933. Para um estudo mais aprofundado, ver Iris Kantor, Débora A. Maciel e Júlio de Assis Simões (orgs.), *A Escola Livre de Sociologia e Política: Anos de Formação (1933-1953)*.

106. Antônio Candido de Mello e Souza narra sua lembrança da formatura da primeira turma da EPM: "Lembro que se falou muito da formatura da primeira turma, se não me engano em 1938, dois anos depois de eu ter vindo estudar aqui. Vi o quadro de formatura exposto numa vitrine da Casa Alemã, na rua Direita. A Casa Alemã e o Mappin Stores, seu vizinho, eram as duas principais lojas de departamento da cidade. Nos anos seguintes sempre ouvi falar bem da nova Faculdade e de vários cardiologistas, como Lemos Torres e Jairo Ramos". Depoimento a Ana L. L. Nemi, maio de 2007.

107. *Atas da Congregação,* livro 1, ata 19 (28 jan. 1938), fl. 66v. Em 1937, a Escola já tinha enfrentado uma primeira suspensão da doação de amostras. *Atas do CTA,* livro 2, ata 71 (7 maio 1937), fl. 2, cf. Paulo M. Albernaz, *op. cit.,* p. 28.

108. Não foi possível levantar o mês exato da retomada da entrega das amostras; elas foram definitivamente suspensas em 1946, segundo se percebe no livro 3 de *Atas da Congregação*, ata 50 (9 abr. 1947), fl. 2v: "[...] no ano próximo passado não houve mais os donativos do Departamento do Café [...]". Arquivo da Reitoria da Unifesp.

109. *Atas da Congregação,* livro 1, ata 19 (28 jan. 1938).

110. *Atas da Congregação,* livro 1, ata 20 (17 mar. 1938), fl. 74v.

diretor apresentou sua demissão à Congregação por meio de uma carta, na qual se lia:

> [...] Serve a presente para comunicar a Vv. Excias. a inabalável resolução que tomei de abandonar definitivamente a Escola Paulista de Medicina, pedindo a minha demissão, não só do cargo de diretor da Escola, como também de professor catedrático da 1ª Cadeira de Clínica Médica. Dispenso-me de explicar a Vv. Excias. os motivos de minha resolução [...][111].

O debate ocorrido na Congregação quando da leitura da carta de Carvalho foi acompanhado de perto pelos alunos, que também ficaram divididos. Alguns prestaram solidariedade ao diretor que, para muitos, fora afastado por pressões internas. A prestação de contas da gestão de Carvalho ainda seria objeto de debates na Congregação e nas reuniões do CTA[112] e, em ambos os casos, nunca houve consenso na aceitação das suas contas. Havia uma preocupação em preservar a imagem da Escola junto à opinião pública, fato manifesto nas declarações dos membros da Congregação e do CTA e que, seguramente, contribuiu para diminuir o empenho no debate público sobre as contas da gestão de Carvalho. Sua mágoa foi relatada por Antônio Candido de Mello e Souza, filho do médico Aristides Candido de Mello e Souza, de quem Octávio de Carvalho fora calouro na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e que o recebeu em Poços de Caldas logo após os conflitos acima sumariados:

> [...] Em 1939 ou 40, não me lembro bem, convivi um pouco com Octávio de Carvalho, que era parente de minha mãe. Ele apareceu em Poços de Caldas, onde meu pai era médico depois de ter sido diretor dos Serviços Termais. Eu estava de férias, de modo que deve ter sido bem no começo do ano. Meu pai e Octávio eram formados pela faculdade do Rio de Janeiro, meu pai na turma de 1910, ele creio que na de 1915, e ambos foram internos do famoso professor Miguel Pereira, cada um a seu tempo. Os internos eram dois sextoanistas que os professores das clínicas escolhiam para ajudá-los na prática. Como calouro de meu pai Octávio dizia brincando que era seu discípulo, porque aprendera muito na sua tese de doutorado. [...]
>
> Naquela altura ele estava em conflito com a congregação da EPM e foi a Poços de Caldas pedir a meu pai para aproximá-lo de Dona Darci Vargas, senhora do presidente da República, que todos os anos passava lá uma temporada. Portanto deveria estar pleiteando algum apoio oficial [...]. Ele estava visivelmente magoado e se havia na EPM grupos que o hostilizavam, outros certamente o apoiavam, porque apareceram em Poços dois estudantes para

111. Texto integral da carta em *Atas da Congregação,* livro 1, ata 20 (17 mar. 1938), fl. 72.

112. *Atas da Congregação,* livro 1, ata 21 (9 maio 1938), ata 22 (3 jun. 1938) e ata 23 (14 out. 1938), Acervo CeHFi; *Atas do CTA,* livro 2, ata 77 (25 jul. 1938), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

visitá-lo em nome de colegas e levar uma mensagem de solidariedade. Octávio me pediu para lhes fazer companhia [...][113].

Octávio de Carvalho foi substituído por Álvaro de Lemos Torres, da cadeira de Clínica Médica, mas manteve-se como professor da Escola até sua aposentadoria por ter atingido a idade limite em 1961. Sob o novo diretor, a EPM viveria os tempos da Grande Guerra.

O Tempo da Grande Guerra e do Enfrentamento das Dívidas

It may interest you to know that I have been appointed director of Butantan Institute. [...] *I could not simply say no to the invitation since there is a lot of war work to do at Butantan, such as vaccines and antitoxins, liophilization of humans blood plasma for the armed forces etc.*

Otto Bier em carta a Michael Heildelberger, que o recebera em estudos de pós-doutorado nos Estados Unidos, 11 set. 1944. Disponível em http://profiles.nlm.nih.gov/DH/B/B/F/J/, acesso em nov. 2007.

Não há necessidade de salientar-se em relatório deste gênero a contribuição da medicina na guerra moderna, quer para o campo de luta, na assistência aos soldados feridos ou na retaguarda, às vítimas de sinistros bombardeios aéreos. Não podemos nos furtar, entretanto, de acentuar o significado patriótico de cooperação efetiva ao esforço bélico nacional que observamos na espontaneidade com que 21 professores da EPM colocaram-se a disposição da Pátria, freqüentando o curso de adaptação à medicina militar, realizado nesta capital, sob os auspícios da II Região Militar.

Inspetoria Federal – Medicina, Caixa 1225, 1943, Arquivo da Prograd.

O final dos anos de 1930 trouxera ventos de insegurança para os primeiros professores e alunos da Escola. Além dos problemas colocados pelas dificuldades financeiras que se iam avolumando, haveria que conviver com a ditadura que se instalara em 1937 e silenciara parte dos contatos que tornavam, até então, a aproximação com os poderes públicos mais fácil. Armando de Salles Oliveira[114], por exemplo, que fora eleito governador do Estado de São Paulo em 1934 e tentava se eleger presidente quando Vargas deu o golpe do Estado Novo, ficou em prisão domiciliar por um ano e, depois, foi para o exílio – de onde só retornou em 1945. Claro está que, frente à ditadura, pouco se podia falar nas reuniões de Conselho ou da Congregação acerca das dificuldades. Alguns depoimentos, no entanto, autorizam afirmar que os ventos não eram bons. Baseado em suas memórias e na leitura das atas do

113. Entrevista de Antonio Candido de Mello e Souza (ver nota 106).

114. Antônio Carlos Pacheco e Silva, *Armando de Salles Oliveira*. Esta biografia destaca o relacionamento de Pacheco e Silva com Salles Oliveira no IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), criado em 1931, de cuja primeira diretoria os dois participaram, e na Universidade de São Paulo. O constrangimento que a "dedicação exclusiva" sugere talvez explique o não tratamento dos incentivos à EPM destacados por Octávio de Carvalho em suas memórias já citadas aqui.

CTA, Mangabeira Albernaz, em sua *Escola Paulista de Medicina: Notícia História dos Primeiros 25 Anos*, afirmava que as "dificuldades surgiam de todos os lados. Era, apenas, a iniciação do calamitoso Estado Novo, ferindo o organismo nacional"[115]. Alípio Corrêa Netto, médico voluntário junto à Força Expedicionária Brasileira na Grande Guerra, escrevia na Itália em seu diário:

> Já era noite e ainda tínhamos em mente aquele exemplo de força cívica ali manifestada através da propaganda pública, em reafirmação de princípios de liberdade, de respeito à opinião e de altivez, que no Brasil nos querem usurpar. A luta pela liberdade é eterna e tem a força o brilho solar, apenas turbada pelos eclipses passageiros da incompreensão e da desfaçatez daqueles que ludibriam a vontade popular traindo os seus mandatos[116].

A diretoria de Álvaro de Lemos Torres, que tinha como vice-diretor Álvaro Guimarães Filho, deu continuidade aos esforços "para sensibilizar a sociedade, tornar a escola conhecida via conferências, palestras, caravanas para cidades do interior e convites para que estudantes de outros estados visitassem a escola"[117]. Além disso, a nova diretoria, mesmo após a morte precoce de Lemos Torres em 1942 e a ascensão de Guimarães, que exerceu o cargo até 1952, procurou imprimir à sua gestão e à Escola um caráter mais enfaticamente científico. "Para a consecução desse processo concorreram fortemente os discursos que passaram a ver e a mostrar Octávio de Carvalho como um homem de ação e administrador e Lemos Torres como um educador e homem de ciência"[118].

Observando-se a polêmica, passados exatos setenta anos da saída de Octávio de Carvalho da direção da EPM, as dimensões de administração e educação para a ciência não parecem assim tão excludentes. Ao contrário, a profissionalização e a busca de caminhos para efetivação de pesquisa científica junto à universidade eram reivindicações dos docentes e pesquisadores nos anos de 1920. O que se percebe após a saída de Carvalho é o aprofundamento desta dimensão de pesquisa que já estava colocada nos momentos iniciais da Escola, mas que fora eclipsada pela urgência da sua edificação material.

A criação da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, cujas aulas começaram no dia 25 de março de 1939, seguindo o modelo da Escola Ana Néri do Rio de Janeiro e com a decisiva colaboração do Arcebispado Metropolitano de São Paulo e da Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria[119], tinha por meta principal fortalecer o HSP nos serviços oferecidos à população. No mesmo sentido, criou-se o curso de Auxiliares Técnicos de Laboratório. Nos dois casos, o debate

115. Paulo M. Albernaz, *op. cit.*, p. 29.

116. Alípio Corrêa Netto, *op. cit.*, p. 21.

117. Maria Alice Vanzolini da Silva Leme, *op. cit.*, p. 131. No acervo do CEHFI há um conjunto de recortes dos jornais *Diário da Noite, Folha da Manhã, O Estado de S. Paulo* e *Diário de São Paulo*, noticiando conferências e atividades de divulgação das aulas e ações públicas da Escola e do Hospital.

118. Márcia R. B. da Silva, *op. cit.*, p. 151.

119. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, pp. 265-270. Nas palavras do autor: "Faltam-me expressões para traduzir e louvar o que fizeram as Revmas. Madres Franciscanas de Maria nos primórdios da assistência hospitalar na Escola Paulista, primeiro no Pavilhão Maria Thereza e depois no Hospital São Paulo, a partir da fase final de construção, por isso, em instalações precárias ou provisórias", p. 266.

nas reuniões do CTA e nas assembléias da Congregação destaca a formação de profissionais que pudessem acompanhar a profissionalização dos trabalhos no hospital-escola, especialmente nos serviços laboratoriais que vinham sendo apontados como possibilidade de aumentar as rendas da EPM e do HSP[120].

Mas, para serem cumpridas, as intenções resvalavam na realidade. No segundo semestre de 1939, o CTA precisou reunir-se "para tomar medidas preventivas em relação aos recursos necessários para o ensino, para as atividades hospitalares, que já começavam a desaparecer do mercado em virtude da guerra que começava na Europa"[121]. O Conselho preocupava-se com a possibilidade de uma forte alta nos preços, que já se notava em determinados produtos usados na Escola, e solicitava aos professores que listassem material considerado indispensável[122]. As preocupações mostraram-se justificadas no decorrer dos seis anos seguintes: houve racionamento de gasolina e dificuldades para uso de transporte, fato que levou à alteração dos horários de aula; os materiais de construção tiveram seu preço muito mais do que duplicado, comprometendo a finalização das obras do HSP[123]; faltaram medicamentos e drogas para manipulação, alterando o formulário do Hospital; as previsões orçamentárias precisaram ser modificadas em função de aumentos não previstos de preços de produtos fundamentais, como o formol[124].

As dificuldades que a Escola começava a enfrentar foram bem sumariadas nas recordações de Paulo Mangabeira Albernaz para o ano de 1940:

> No relatório apresentado ao Conselho Técnico Administrativo sobre as atribuições em benefício da ciência, do ensino e da pobreza, no Hospital São Paulo e no ambulatório, verificaram-se estes números mui significativos: doentes internados 1 156 [...] e matriculados 6 104 [...]. Admirável esforço, esplêndida obra de assistência, mas isso acarretava responsabilidades econômicas de muito vulto para uma empresa de particulares, cujo único objetivo se resumia em proporcionar amplos meios para o curso de medicina, em nossa terra, sem pretender lucros pecuniários. Cumpre, também, notar que a Escola Paulista de Medicina estava mantendo a Escola de Enfermagem, por meio de bolsas de estudo[125].

Os balanços patrimoniais e econômicos disponíveis nos Relatórios da Inspetoria Federal para os anos entre 1938 e 1945, dado que a Inspetoria oficial começou em 1938, indicam que a Escola contou com o pagamento de cotas pelos seus fundadores até 1940[126]. Em todos esses balanços, destacam-se as mensalidades, os ativos resultantes

120. *Atas do CTA,* livro 2, ata 101 (19 jun. 1940), Arquivo da Reitoria da Unifesp; *Inspetoria Federal – Medicina,* caixa 1223, Relatório Final de 1939, Arquivo da Prograd; *Atas da Congregação,* livro 1, ata 20 (17 mar. 1938), fl. 76.

121. Paulo M. Albernaz, *op. cit.,* p. 38.

122. *Atas do CTA,* livro 2, ata 92 (4 set. 1939), p. 106, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

123. Roney Cytrinowicz, *Guerra sem Guerra: a Mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial*; Ricardo Seitenfus, *O Brasil Vai à Guerra*.

124. *Atas da Congregação,* livro 2, ata 45 (5 jun. 1944), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

125. Paulo M. Albernaz, *op. cit.*, p. 42. No trecho, Albernaz está se referindo ao funcionamento do Pavilhão Maria Thereza no primeiro semestre de 1940, já que os primeiros cinco pavimentos do hospital que estava sendo construído com o financiamento da CEF, só ficariam prontos em outubro de 1940.

126. Estão disponíveis no Arquivo da Prograd os balanços referentes aos anos de 1938, 1939, 1940, 1942, 1943, 1944, 1945, 1947, 1948 (ilegível), 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954 e 1955. Não pesquisei o período posterior à federalização, em 1956. Infelizmente, o balanço de 1956 não foi encontrado – ao que parece, deveria ser enviado à Diretoria de Ensino Superior em separado, segundo Relatório da Inspetoria Federal de 1957 constante em *Inspetoria Federal – Medicina,* caixas 1236 e 1238, Arquivo da Prograd. A compreensão desses balanços deve-se à paciência do Sr. Aziz Nemi, homem de números a quem não escaparam também as letras.

dos contratos com a CEF e sua aplicação nas obras do HSP, além de ativos resultantes de contratos de tempo curto feitos junto a outros bancos – como o *Banco Commercial do Estado de São Paulo* e o *Banco Nacional do Commércio de São Paulo* – e das campanhas pró-hospital realizadas com regularidade anual. Bens móveis e imóveis também foram arrolados como capital disponível que garantiria a solvência da Sociedade Civil sem fins lucrativos. Em todos os balanços dessa época, quando os dados do Hospital são separados dos da Escola, verifica-se maior disponibilidade financeira da EPM e montantes de dívida e gastos maiores do HSP[127]. Em 1938 e 1939 os balanços patrimoniais eram conjugados para a Escola e o Hospital; a partir de 1940, no entanto, o balanço patrimonial do HSP passa a ser feito em separado, indicando a preocupação em destacar as dificuldades da Escola para manter o seu hospital de clínicas[128].

Essas dificuldades de manter o hospital-escola com os recursos obtidos pela EPM levaram a uma aproximação entre a diretoria da Escola e os Institutos de Aposentadorias e Pensões que vinham se constituindo, vinculados ao Ministério do Trabalho. Após a Revolução de 1930, o novo Ministério resolvera incentivar a substituição das antigas Caixas de Aposentadoria e Pensões – que haviam sido criadas por incentivo da Lei Elói Chaves[129], de 1923 –, pelos novos institutos, e estender o benefício a outras categorias[130]. A tendência desses institutos era organizar o oferecimento de serviços em áreas como habitação e saúde. Neste último caso, os institutos procuravam hospitais e com eles contratavam serviços para os trabalhadores a eles vinculados. Na ata da reunião do CTA de 23 de agosto de 1939 relata-se que "desde fevereiro passado, o Instituto de Aposentadoria de São Paulo estava interessado em contratar o Hospital, [...] serviços médicos e hospitalares para os seus associados"[131]. Em 1942, o HSP designou 28 leitos para pensionistas com a intenção de aumentar a arrecadação[132].

Mas o dado mais grave para as finanças da Escola apresentou-se já em 1940: a CEF retraiu a concessão de créditos, especialmente aqueles cujos pagamentos não vinham sendo cumpridos à risca, como era o caso dos empréstimos que a EPM contraíra em 1935 para a construção do Hospital. Em reunião extraordinária da Sociedade Civil, registrada no livro 2 de *Atas da Congregação* e em cartório[133], a Congregação outorgou a Lemos Torres poderes para negociar o resgate da hipoteca da Escola com a Caixa, melhores condições de pagamento da quantia devida (que chegava a quatro mil, seiscentos e setenta e um contos, quinhentos e trinta e dois mil e setecentos réis, conforme dinheiro da época), e manutenção do pagamento dos créditos que permitiam

127. O relatório final da Inspetoria Federal da Medicina de 1945 é elucidativo das dificuldades do HSP em relação à EPM. *Inspetoria Federal – Medicina – 1945*, caixa 1226, Arquivo da Prograd.

128. *Inspetoria Federal,* caixas 1223 e 1224, Arquivo da Prograd.

129. A Lei Elói Chaves determinou a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados nas empresas da Rede Ferroviária.

130. Maria Celina D'Araújo, "Estado, Classe Trabalhadora e Políticas Sociais", em Jorge Ferreira e Lucília de A. N. Delgado (orgs.), *op. cit.*, pp. 213-240.

131. *Atas do CTA,* livro 2, ata 91 (23 ago. 1939), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

132. *Atas do CTA,* livro 2, ata 117 (10 fev. 1942), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

133. "Ata do Conselho da Sociedade Civil", livro 2 de *Atas da Congregação*, 14 mar. 1940.

finalizar as obras do Hospital. As negociações que se seguiram foram longas e envolveram tentativas de suspensão dos juros cobrados pela CEF. Deixar de pagar os juros acarretava, via de regra, a suspensão dos créditos que eram liberados com regularidade semestral e, por conseqüência, em suspensões temporárias das obras[134]. Mesmo em meio a esse processo que autoriza e suspende créditos, o HSP teve seus cinco primeiros pavimentos inaugurados em 4 de outubro de 1940.

Em meio às negociações, o diretor Lemos Torres declarou à Congregação da EPM que era necessário contrair outro empréstimo junto à Caixa para construir os outros pavimentos projetados e equipar o Hospital nos moldes desejados e desejáveis[135]. Apesar de o acordo ter permitido a liberação quase que imediata de uma primeira parcela sob a forma de "aumento de crédito para financiamento do Hospital São Paulo"[136], a Escola teve de preparar relatórios que apontassem e justificassem as etapas da construção e os equipamentos necessários para o funcionamento do Hospital que seriam adquiridos, já que o "montante deste novo empréstimo" seria fornecido "de acordo com o desenvolvimento da construção"[137]. Dessa forma, o CTA ficava responsável pela escolha do engenheiro construtor, pela especificação dos materiais a serem fornecidos e pela fiscalização geral das obras, enquanto a CEF, na qualidade de outorgante, indicaria engenheiros de reconhecida idoneidade que poderiam responsabilizar-se pela execução da obra[138]. Os termos do acordo foram debatidos durante todo o período da Guerra, já que a escola obrigara-se a declarar as "alterações feitas no projeto do Hospital"[139], além de apresentar "estudos para a conclusão do Hospital"[140] e relatórios regulares[141]. A questão que se levantava nos debates do CTA e da Congregação dizia respeito ao financiamento das atividades do Hospital:

> [...] o Sr. Presidente faz uma longa exposição sobre as necessidades futuras do Hospital São Paulo, em face da conclusão das obras, mediante contrato já encaminhado com a Caixa [...] concluindo das utilidades necessárias à instalação do Hospital, poderá verificar-se a multiplicidade dos problemas que surgirão e a imensa soma de serviços que a mesma exigirá. [...] E ficou estabelecida a realização de reuniões para tratar dos planos de instalação do Hospital[142].

Apesar do novo empréstimo, em 1945 os problemas para levantar fundos para o pagamento dos juros e a manutenção do depósito dos créditos pela Caixa continuavam:

> Procede o Senhor Presidente então a leitura da carta 6-120/45 pela qual

134. *Atas da Congregação,* livro 2, ata 36 (23 fev. 1942), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

135. *Atas do CTA,* livro 3, ata 122 (5 abr. 1942), fl. 96; *Atas da Congregação,* livro 2, ata 38 (15 set. 1942), fl. 58, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

136. *Ata do Conselho Administrativo da CEF de São Paulo,* 25 set. 1942. Acervo Museu da Caixa/Caixa Cultural São Paulo.

137. *Idem, ibidem.*

138. *Atas da Congregação,* livro 2, ata 45 (5 jun. 1944), fl. 78v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

139. *Atas do CTA,* livro 4, ata 140 (30 jul. 1943), fl. 10v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

140. *Atas do CTA,* livro 4, ata 142 (10 set. 1943), fl. 19v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

141. *Atas do CTA,* livro 4, ata 145 (27 out. 1943), fl. 30 e ata 147 (1º dez. 1943), fl. 32, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

142. *Atas do CTA,* livro 4, ata 149 (14 jan. 1944), fl. 38. O assunto esteve presente em quase todas as reuniões do CTA relatadas no livro 4: ata 151 (27 jan. 1944), fl. 43; ata 152 (3 fev. 1944), fl. 45v.; ata 153 (1º fev. 1944), fl. 49v.; ata 156 (22 mar. 1944), fl. 56; ata 164 (10 out. 1944), fl. 85; ata 165 (7 nov. 1944), fl. 89v.; ata 166 (22 dez. 1944), fl. 93; ata 167 (1º jan. 1945), fl. 99.

a Caixa Econômica Federal, após transcrever a cláusula sétima, da Escritura de Financiamento e consolidação da dívida lavrada entre a Caixa Econômica e a Escola [...], relativa aos juros e pagamento destes, comunica serem de Cr$ 274.863,10 os juros devidos pela escola, até três de março corrente [...] o Senhor Presidente se avistara com o Senhor Doutor Arthur Antunes Maciel [...] a Caixa deseja ser paga em dinheiro pelos juros vencidos, a fim de continuar o funcionamento[143].

Não por acaso, na reunião da Congregação de 20 de julho de 1945, afirmava-se que as "tremendas constrições impostas pela Conflagração Mundial, e todas as conseqüências, no que diz respeito à alta de preços" que tocava as "raias do quimérico", atingiam duramente as contas da Escola e do Hospital. Assim, parece forçoso afirmar que o empreendimento privado representado pelo empenho de edificação da EPM e do HSP, acrescido pela fundação da Escola de Enfermeiras e do curso para técnicos de laboratório, não podia ser sustentado pelas mensalidades cobradas, aliadas às doações que podiam ser obtidas junto aos setores da sociedade que apoiavam a empreitada. A Escola de Enfermeiras, por exemplo, teve boa parte da sua continuidade devida às bolsas de estudo que eram regularmente concedidas como incentivo às alunas para que entrassem no curso e não o abandonassem, frente aos rigores de comportamento exigidos pelas freiras franciscanas[144]. O Estado teve que socorrer o investimento privado e, mesmo assim, as contas da Escola estiveram sempre na dependência de "donativos, subvenções etc., isto é, verbas de ocorrência eventual, imprevisível e não possível de controle"[145]. O socorro do Estado veio, também, muitas vezes sob a forma de isenção dos impostos devidos[146] e de cancelamento das dívidas relativas a contas de água[147]. Na esfera estadual, a Escola também conseguiu donativos junto da Interventoria Federal em São Paulo, mesmo após a substituição de Armando de Salles Oliveira[148]. Mas nada parecia suficiente... As leis trabalhistas conquistadas pelos trabalhadores e "inventadas"[149] pelo governo Vargas também apareciam como obstáculo ao equilíbrio das contas da Escola: o decreto do salário mínimo foi discutido em reunião do CTA de janeiro de 1944, posto que implicava em um aumento de Cr$ 30.000,00 nas folhas de pagamento da Escola e de Cr$ 67.000,00 nas do Hospital[150].

Os pronunciamentos em favor da federalização, até então tímidos, ganhariam contornos mais nítidos frente às dificuldades agravadas pela experiência colhida nos anos da Grande Guerra e do Estado Novo.

143. *Atas do CTA,* livro 5, ata 169 (22 mar. 1945), fl. 3v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

144. *Atas do CTA,* livro 4, ata 144 (1 out. 1943) e ata 149 (14 jan. 1944), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

145. Paulo M. Albernaz, *op. cit.*, p. 57.

146. *Atas do CTA,* livro 4, ata 154 (17 fev. 1944), fl. 51v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

147. Os atrasos nas taxas de água de 1937 a maio de 1942 resultavam, segundo dados do relatório da Inspetoria Federal, em Cr$ 50.000,00. *Inspetoria Federal – Medicina,* caixa 1225, relatório final de 1943, Arquivo da Prograd. Cf. também Paulo M. Albernaz, *op. cit.*, p. 61.

148. "O governo do estado concorreu com importante donativo, que se elevou a Cr$ 400.000,00 destinados ao Hospital São Paulo". *Inspetoria Federal – Medicina,* caixa 1226, relatório final de 1945. Arquivo da Prograd.

149. Angela M. de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo.*

150. *Atas do CTA,* livro 4, ata 149 (14 jan. 1944), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

Crise e Federalização

Será preferível confessar publicamente nossa ilusão de pretender fundar e montar uma escola médica privada, do que assistir ao retrocesso ou mesmo estagnação da Instituição à qual dedicamos o melhor de nossos esforços no decorrer de duas dezenas de anos.

Jairo Ramos em 1953. *Atas da Congregação*, livro 4, ata 77 (22 maio 1953), fl. 76v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

As possibilidades de expansão do mercado interno brasileiro, durante os anos da Guerra, foram gravemente constrangidas pela retração do desenvolvimento econômico em nível mundial. Até então, o governo de Getúlio beneficiara-se da conjuntura internacional na qual países como a Alemanha e os Estados Unidos disputavam a formação de uma aliança estratégica com o Brasil. No pós-guerra, a situação ganharia contornos ainda piores: a política externa dos Estados Unidos, até então afeita a acordos regionais, voltar-se-ia para "a abolição das barreiras alfandegárias e das restrições de qualquer ordem ao livre fluxo comercial e financeiro"[151] em termos globais. A redução dos investimentos públicos no Brasil foi conseqüência direta dessa nova orientação. Em 1947, Harry Truman (1884-1972), então presidente dos Estados Unidos, e George Marshall (1880-1959), então secretário de Estado daquele país, estiveram no Brasil para o encerramento da Conferência Interamericana de Defesa do Continente. Ao pedido do presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), para concederem uma ajuda econômico-financeira, não tiveram dúvidas: "Marshall recomendou ao governo brasileiro a utilização prioritária de recursos internos e a criação de um clima propício à atração de capital privado norte-americano"[152]. O "clima propício" evidentemente sugeria a abertura das fronteiras econômicas pensadas em suas tarifas alfandegárias e suas barreiras para o que os norte-americanos vinham chamando de livre-comércio. Assim, os planos dos Estados Unidos para o Brasil e para a América Latina não incluíam recursos saídos do tesouro norte-americano, mas negociações junto aos novos órgãos internacionais então criados como o Fundo Monetário Internacional. Os resultados dessa nova orientação para a política externa brasileira diminuiriam substancialmente as possibilidades de investimentos públicos no Brasil, e também de financiamentos públicos para empreendimentos privados, mesmo que voltados para a utilidade coletiva e pública.

O segundo governo Vargas (1951-1954), por sua vez, não foi capaz de alterar as regras da inserção econômica internacional do Brasil, ain-

151. Paulo G. Fagundes Vizentini, "Do Nacional-Desenvolvimentismo à Política Externa Independente", em Jorge Ferreira e Lucília de A. N. Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano 3: O Tempo da Experiência Democrática*, pp. 199-201.

152. *Idem*, pp. 200-201.

da que ele adotasse um discurso mais nacionalista do que o de Dutra[153]. Mesmo a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, com a intenção de dar consultoria técnica e financiamento para o desenvolvimento capitalista no país e apesar de ter formado uma burocracia técnica bastante competente, não alterou a tendência para a busca de inversões de capitais privados internacionais para financiar o desenvolvimento industrial e, por conseqüência, os empreendimentos privados como a EPM e seu hospital-escola.

A suspensão definitiva da concessão de amostras de café para comercialização pela EPM, em 1946, foi um duro golpe nas já combalidas contas do Hospital e, com efeito, nas da Escola que complementava suas despesas. Em 1947, o HSP devia à Escola "cerca de sete milhões de cruzeiros"[154], fato que levou Marcos Lindenberg a afirmar que "por força da necessidade de ensino clínico, precisamos de um hospital de indigentes; para manter esse hospital de indigentes construímos um hospital de pensionistas; para manter esse hospital de pensionistas instalamos uma escola de enfermeiras e outras muitas 'organizações adjacentes'"[155]. Lindenberg reputava imperioso criar duas administrações autônomas, uma para o ensino e outra para as chamadas "organizações adjacentes". A separação entre o Hospital e a Escola foi aventada muitas vezes nas reuniões da Congregação entre o final da Grande Guerra e a efetivação do processo de federalização, em 1956[156]. Sua exeqüibilidade, no entanto, assim como a das muitas soluções propostas nessa época, esbarravam nos compromissos que a Sociedade Civil havia assumido em nome da Escola e das "organizações adjacentes".

O contrato com o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), por exemplo, foi discutido em 1947, e a Escola pretendia a sua renovação[157]. Mas, em 1948, o Instituto optou por suspender o contrato, pois iria contratar os serviços de assistência do Hospital Esperança e, dessa forma, deixaria pendente um débito de Cr$ 600.000,00 com a Escola[158]. Em 1949, porém, as pendências ainda não haviam sido resolvidas:

> Ao ler o tópico referente à permanência do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários no Hospital São Paulo, o Senhor Presidente esclarece os pormenores da permanência dos doentes e médicos daquele Instituto no Hospital e informa, outrossim, sobre a dívida que aquele Instituto mantém ainda em suspenso, por acharem que há uma diferença de cerca de Cr$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), e que a cobrança judicial dessa importância havia sido entregue ao Consultor Jurídico da Escola [...][159].

153. Maria Celina Soares de Araújo, *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política*; Carlos Fico, "O Brasil no Contexto da Guerra Fria: Democracia, Subdesenvolvimento e Ideologia do Planejamento (1946-1964)", em Carlos Guilherme Mota (org.), *op. cit.*, pp. 162-182; Pedro Sampaio Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)", em *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – Economia e Cultura*.

154. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 50 (9 abr. 1947), fl. 2v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

155. *Idem*, fl. 8.

156. *Atas da Congregação,* livros 3, 4, 5 e 6. Este último livro até a ata 94 (16 dez. 1955), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

157. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 52 (1º set. 1947), fl. 16v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

158. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 54 (18 ago. 1948), fl. 34, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

159. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 58 (30 mar. 1949), fl. 42v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

A escritura de memoriais dirigidos aos poderes públicos pela Diretoria da Escola marcou a trajetória dos membros da Sociedade Civil nas suas tentativas de manter o empreendimento privado. Negociações com a Assembléia Legislativa estadual[160], com o Governo Federal[161] – independente dos empréstimos com a Caixa, a Escola procurava interlocutores no Ministério da Educação e Saúde e no Congresso Nacional –, acordos com a prefeitura[162] e o governo do estado para doação de terrenos e liberação de verbas especiais[163], fizeram parte da rotina de trabalhos da Congregação. Um primeiro respiro importante veio em 1º de dezembro de 1949 quando, por intermédio do deputado paulista Horácio Lafer (1900-1965) e por ordem do presidente Eurico Gaspar Dutra, aprovou-se a lei nº 939 que autorizava "o Poder Executivo a saldar a dívida contraída pela Escola Paulista de Medicina de São Paulo com a Caixa Econômica Federal"[164], liberando um crédito especial de vinte e oito milhões de cruzeiros por meio do Ministério da Educação e Saúde então capitaneado por Clemente Mariani Bittencourt (1900-1981).

A quitação da dívida com a CEF foi importante para que a Escola pudesse encaminhar, com um pouco mais de fôlego, o debate sobre as suas condições de funcionamento. Era sabido que as mensalidades não podiam sustentar a Escola, que o Hospital não dispunha de rendimentos que pudessem tornar autônoma sua administração e que as atividades adjacentes dependiam da Escola e do Hospital. A recorrência a doações pontuais que não se transformavam em contribuições regulares obrigava a EPM a constantes injunções junto aos poderes públicos e não evitava os desequilíbrios orçamentários. Mesmo a finalização do contrato com a CEF não foi simples ou rápida: em 1954 ainda se discutia na Congregação as dificuldades pendentes em relação à quitação:

> [...] entre a transitação [*sic*] da lei pelas duas casas do Congresso Nacional e sua promulgação por Sua Excelência o Presidente da República decorreu um certo período de tempo de que resultou crescerem os juros e assim o crédito aberto de Cr$ 20.000 000,00 foi insuficiente para solver o crédito hipotecário existente. Tal débito tem aumentado neste período pela contagem de juros que não tem sido pagos, porque a Escola considera saldo seu débito desde a promulgação da referida Lei[165].

Assim, em junho de 1950, formou-se uma comissão que deveria estudar as condições, possibilidades e a viabilidade da federalização da Escola Paulista de Medicina[166]. A reunião da Congregação onde se debateu a questão e a formação da comissão não ocorreu sem forte dose

160. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 52 (1 set. 1947), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

161. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 58 (30 mar. 1949); ata 67 (31 maio 1951); livro 4, ata 74 (6 mar. 1953), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

162. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 62 (10 maio 1950); livro 5, ata 80 (24 ago. 1953) e ata 81 (17 dez. 1953), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

163. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 51 (9 maio 1947); livro 5, ata 80 (24 ago. 1953), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

164. Lei nº 939, de 1 dez. 1949.

165. *Atas da Congregação,* livro 5, ata 86 (28 maio 1954), fl. 58, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

166. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 63 (27 jun. 1950), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

de emoção. Antônio Bernardes de Oliveira (1901-1981) afirmava que "a Escola não deve se expor a atitudes vexatórias em requerer subvenções ou subscrições para poder se manter e que assiste à mesma o direito de exigir do Governo Federal a sua federalização, não devendo isso ser considerado um favor e sim um direito". Além disso, a federalização traria melhores condições de remuneração para os professores e benefícios aos serviços hospitalares[167]. Mangabeira Albernaz não acreditava que a federalização elevaria o padrão da Escola e que, além disso, "estaríamos destruindo com os pés o que foi feito com as mãos"[168]. Em meio aos debates, Ribeiro do Valle chegou a declarar que não continuaria na EPM, porque não gostaria de ver "a Escola trilhar um caminho que não era o que ele havia traçado e assim dava por vaga a Cátedra de Farmacologia"[169]. Jairo de Almeida Ramos (1900-1972), que substituiria Álvaro Guimarães na diretoria da escola em 1952, reiterava a atitude dizendo que se demitiria caso a EPM procedesse à federalização. Antônio Carlo Pacheco e Silva, favorável à federalização, dirigiu-se especialmente aos professores que se declararam demissionários, caso também de Alípio Corrêa Netto e do diretor Álvaro Guimarães Júnior, para que retirassem o "desejo manifestado de abandonar suas Cátedras se a Escola for federalizada"[170]. Acalmados os ânimos, passou-se à votação "para a federalização, foi apurado o seguinte resultado; catorze professores favoráveis à mesma e treze contra [...]"[171]. A partir de então, a comissão designada nessa reunião trabalhou junto aos órgãos federais para efetivar a proposta. Ao mesmo tempo, a diretoria mantinha seus esforços junto às três esferas dos poderes públicos para manter em bom nível os serviços da Escola e do Hospital.

Em janeiro de 1951, a comissão apresentava os primeiros resultados dos seus trabalhos. O projeto de lei em discussão, novamente, não criara consenso: Corrêa Netto, por exemplo, dizia que "aquele projeto não dava nenhuma autonomia à Escola, e que deveria ser alterado naquilo que tolhesse sua autonomia didática, a fim de que não fosse calcada sobre a Escola a mão burocrática da política, como sempre acontece em casos idênticos"[172]. Além do temor em relação à autonomia de trabalho, fato seguramente ligado aos outros vínculos institucionais que muitos professores mantinham, havia também a possibilidade de se proceder a uma municipalização, proposta denegada pelo Executivo municipal sob alegação de que "a prefeitura não tem obrigação de auxiliar instituições privadas que se dedicam a assistência médico-social[173]" [*sic*]. Assim, a crise financeira tinha de ser enfrentada independente do andamento dos debates sobre as condições e possibilidades de federalização.

167. *Idem*, fls. 54v., 55v. e 56.

168. *Idem*, fl. 55v.

169. *Idem*, fl. 57v.

170. *Idem*, fl. 58v.

171. *Idem*, fl. 59.

172. *Atas da Congregação,* livro 3, ata 66 (12 jan. 1951), fl. 76, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

173. *Atas da Congregação,* livro 4, ata 75 (7 maio 1953), fl. 65v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

No relatório apresentado pelo diretor Jairo Ramos à Congregação em 1952 afirmava-se categoricamente que "as possibilidades financeiras estavam esgotadas"[174]. O Hospital apresentava um défice na manutenção dos leitos para indigentes de Cr$ 500.000,00. Havia obras no Hospital, no ambulatório de Cardiologia e na nova Escola de Enfermagem. As rendas auferidas pelo Hospital a partir do pagamento feito por pensionistas não eram suficientes para mantê-lo. Com base nesses números, o diretor advogava em favor de sua causa: ele não via com bons olhos a federalização, mesmo após a assembléia de junho de 1950, e propunha:

> Obter substancial e permanente auxílio dos governos federal, estadual ou municipal, conservando nossa independência administrativa e nosso patrimônio. Obtenção de recursos do Governo Federal se torna cada dia mais difícil, embora haja lei prevendo este auxílio às entidades privadas. Julgamos, por opinião pessoal, que embora a lei esteja em vigor, pouco ou nada conseguiremos pelo aumento crescente das federalizações em massa de universidades e escolas, que se processou na última legislatura [...][175].

De fato, entre o final dos anos de 1940 e o início dos anos de 1950, houve uma expansão do sistema federal de ensino superior[176], baseada especialmente em processos de federalização de escolas particulares que se fundamentavam na idéia então difundida pelos poderes públicos de que "cada estado da federação tinha direito pelo menos a uma universidade federal"[177]. Baseado nesse fato, Octávio de Carvalho, na Congregação, acusava a diretoria da Escola de ter perdido a oportunidade de acompanhar a tendência de federalizações em massa dos anos anteriores e, por isso, ter perdido, também, a oportunidade de receber as verbas que foram destinadas às novas universidades federais[178]. O forte impulso à industrialização no período em questão tornava urgente a formação e a qualificação técnica de profissionais em nível superior, fato que explica os processos de federalização evidenciados por Carvalho, ainda que essa solução não fosse consensual entre os professores da Escola.

Nos seus relatórios para a congregação e nos memoriais que escrevia para entregar à municipalidade, aos legislativos estadual e federal, aos órgãos executivos estaduais ou federais competentes[179], Jairo Ramos procurava destacar os gastos da Escola e do Hospital em função do interesse coletivo que representavam e que, portanto, habilitavam a Sociedade Civil a requerer os benefícios da lei nº 1.254, de 1950. Essa lei definia:

174. *Atas da Congregação,* livro 4, ata 70 (12 jun. 1952), fl. 6, Arquivo Reitoria Unifesp.

175. *Atas da Congregação,* livro 4, (12 jun. 1952), fl. 26, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

176. Destaco, a título de exemplo, a federalização das escolas de Agronomia e de Veterinária nos Estados do Paraná, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia, em 1950; da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, também em 1950; da Faculdade de Direito de Alagoas, da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, da Faculdade de Medicina do Recife, da Escola de Engenharia do Recife e da Universidade de Minas Gerais, essas últimas em 1949. Leis de federalização acessadas em janeiro de 2008 e disponíveis em http://www.soleis.adv.br/leis1949.htm, http://www.soleis.adv.br/leis1950.htm e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L2721.htm

177. Helena Sampaio, *op. cit.*, p. 12.

178. *Atas da Congregação,* livro 4, ata 71 (26 jun. 1952), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

179. *Atas da Congregação,* livro 5, ata 80 (24 ago. 1953) e 81 (17 dez. 1953), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

Art. 1º. O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos. [...]

Art. 17. [...] poderão ser incluídos na categoria a que se refere o artigo anterior outros estabelecimentos de ensino superior que tenham, pelo menos, 10 (dez) anos de funcionamento regular e número de matrículas eu justifique a providência. [...][180].

Se os memoriais e discursos buscavam apoio público para um empreendimento que Ramos acreditava deveria ser mantido nos termos estabelecidos pela Sociedade Civil que se formara em 1933, a votação de junho de 1950 encaminhava o entendimento para outra direção. Em resposta a um dos seus memoriais o CTA encaminhou uma autorização ao diretor, lida na Congregação, para que ele procedesse aos esforços necessários para "conseguir auxílio substancial e duradouro do Governo Federal à Escola Paulista de Medicina, sob forma de lei especial que assegure [...] o pagamento de professores, assistentes e técnicos de laboratório na base de salário do magistério federal, verbas para manutenção da biblioteca, dos laboratórios de ensino e de instalações anexas, conservação das rendas patrimoniais da Escola e possibilidade de que a instituição receba auxílios financeiros e doações feitas de particulares"[181]. Lida a carta do CTA, no entanto, os professores pró-federalização manifestaram-se pela inclusão do termo "federalização", dado que o simples pedido de verbas e donativos aos poderes públicos não vinha dando os frutos esperados. Lindenberg e Bier foram taxativos ao expressar a opinião de que a Congregação já havia pleiteado a federalização com verba para a manutenção da EPM e do HSP, não havendo motivos para declinar da anterior decisão[182].

Ancorado nos termos daquela lei, Jairo Ramos não se furtava em apresentar em discursos públicos a real situação da Escola – tendo sido, por isso, acusado de colocar nas pautas das reuniões da Congregação o fechamento da Escola[183]. Demonstrar claramente o "extraordinário desequilíbrio financeiro e a situação econômica precária" da Escola era argumento para pleitear os benefícios da lei nº 1.254 na forma de subsídios fixos e não eventuais. Suas palavras são incisivas:

Nunca escondemos a nossa real situação. Sabemos que por isso somos criticados, pois que a administração anterior tinha a preocupação de apresentar balanço equilibrado e mesmo "super-ávit" [*sic*], que não podem e não

180. Lei nº 1.254, de 4 dez. 1950.

181. *Atas da Congregação,* livro 5, ata 82 (11 fev. 1954), fl. 35, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

182. *Idem*, fl. 42v.

183. *Atas da Congregação,* livro 4, ata 77 (22 maio 1953), fls. 75-76, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

devem existir nas instituições que cuidam de ensino e assistência médica gratuita e que em seus estatutos afirmam que sua organização se rege na base de Sociedade Civil sem fins lucrativos[184].

Nas reuniões seguintes, o acirramento do debate sobre os termos das negociações para a federalização tornou a posição de Jairo Ramos insustentável[185], sendo ele substituído na direção da Escola por José Maria de Freitas em junho de 1954[186].

O ano de 1954 não trouxe melhorias nas contas da Escola. Aplicando-se o índice de liquidez imediata para o ano de 1953, tinha-se o valor de 2,7, para o ano de 1954 chegara-se a 0,11 – o que atestava a insolvência da Escola, "havendo deficiência de recursos imediatos para cobertura de obrigações efetivamente exigíveis"[187]. Em 1955, o índice seria de 0,40 – um pouco melhor, mas as contas não se tornavam menos insolventes. Talvez por isso, em junho de 1955, Jairo Ramos manifestasse na Congregação sua mudança de opinião:

> Em seguida o Professor Jairo de Almeida Ramos, com a palavra, informa à Casa ser conhecida sua primitiva posição contrária à Federalização da Escola. Contudo desejava naquele momento informar que os dois anos de exercício da Diretoria e o malogro das tentativas feitas para obtenção de recursos suficientes e permanentes lhe tinham conduzido à convicção de que a Escola deve marchar para a Federalização[188].

A federalização concretizou-se em 21 de janeiro de 1956[189]. Todos os bens passaram a pertencer à União, os professores catedráticos foram oficializados em suas cátedras, ficando a Escola comprometida a resumi-las a dezoito. Em 1964, a Escola Paulista de Medicina tornou-se uma autarquia federal[190]. O HSP e a Escola de Enfermeiras continuaram a ser administrados pela Sociedade Civil, que passou a se chamar *Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina*. O terreno e as instalações do Hospital nunca foram transferidos para a União. Maria Alice Leme acredita, com base em entrevistas que fez com professores da Escola, que isso se deveu ao "desejo de controlar o local onde realmente o ensino acontece"[191], mas talvez indique, também, uma certa desconfiança em relação aos poderes públicos e sua burocracia e uma forte tendência para a autonomia, que parte dos primeiros professores ciosamente cultivaram e ensinaram aos seus alunos.

184. *Atas da Congregação,* livro 5, ata 86 (28 maio 1954), fl. 63v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

185. *Atas da Congregação,* livro 5, ata 85 (8 abr. 1954), ata 86 (28 maio 1954) e ata 87 (14 jun. 1954), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

186. *Atas da Congregação,* livro 5, ata 88 (21 jun. 1954), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

187. *Atas da Congregação,* livro 5, ata 92 (28 jun. 1955), Arquivo da Reitoria da Unifesp; *Inspetoria Federal – Medicina,* Balanço Patrimonial 1953, caixa 1233 e Balanço Patrimonial 1954, caixa 1234, Arquivo da Prograd.

188. *Atas da Congregação,* livro 6, ata 92 (23 jun. 1955), fl. 6v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

189. Lei nº 2.712 de 21 de janeiro de 1956. A federalização da EPM foi bem pouco noticiada. *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã* deram pequeníssimos espaços ao fato na sua data. Mesmo nos meses anteriores, quando os debates eram grandes assim como os contatos com os poderes públicos em busca de financiamento, o assunto "ensino superior", mesmo tendo ocorrido uma série de federalizações entre os anos de 1940 e 1950, parece eclipsado pela conjuntura política brasileira voltada para os embates entre trabalhismo, nacionalismo e entreguismo. Cf. Paulo G. F. Vizentini, *op. cit.*

190. "Convertida a EPM em Autarquia", *O Estado de S. Paulo,* 13 ago. 1964.

191. Maria Alice V. da S. Leme, *op. cit.,* pp. 133-134.

Conclusões

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar. [...] *Apesar da aparência de civilização, vivemos assim isolados, cegos e imóveis, dentro da própria mediocridade em que se comprazem governantes e governados. Neste marasmo podre será necessário fazer tábua rasa para depois cuidar da renovação total.*

Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, *op. cit.*, pp. 53, 210 e 211.

Nos debates aqui sumariados, foi possível destacar os esforços para a consolidação da EPM e a edificação do HSP e, especialmente a partir da vivência dos anos da Grande Guerra, para enfrentar as dificuldades financeiras que distanciavam os objetivos expressos no empreendimento desejado das possibilidades práticas colocadas para a sua execução. Nos primeiros anos e nos momentos de comemoração[192], os discursos oficiais e as declarações que podemos encontrar nas atas das assembléias da Congregação e das reuniões do CTA, aliam a singularidade dos paulistas, cuja experiência cotidiana no planalto teria se distanciado da tristeza que caracteriza o Brasil de matriz ibérica, às possibilidades de modernização do país trazidas pela conjugação entre ensino e ciência em uma escola médica edificada lado a lado com um hospital-escola. O entroncamento de trajetórias que marcou os primeiros passos da Escola foi decisivo para a sua colocação nos espaços públicos. A consolidação dos ideais, no entanto, demonstrou uma convivência entre as tradições políticas inventadas e vivenciadas entre os paulistas e os demais brasileiros. Tal convivência se expressou no ideal de modernização da nação por meio das conquistas sociais que a ciência, a pesquisa e a docência poderiam promover, mas que não pôde prescindir de injunções junto aos poderes públicos para viabilizar o projeto. Setores do movimento modernista que se manifestaram em 1922, notadamente os intelectuais, e setores da burguesia cafeeira e urbana paulista ligados a Paulo Prado, identificavam a modernização com as possibilidades de realização de empreendimentos privados, independentemente da herança ibérica que vinculava a produção da riqueza à proximidade com os poderes públicos. Na prática, porém, a modernização aqui estudada precisou da mão do Estado. O empreendimento privado representado

192. Consultar o capítulo 1.

pela EPM realizou-se, em boa medida, graças aos empréstimos conseguidos junto à CEF e ao capital político e social que o entroncamento das trajetórias aqui sumariado pôde reunir.

A lógica cruel que está por trás dessa história é aquela que aponta um país "que se moderniza mas permanece atrasado". Nos anos de 1930, "o Estado necessitava de uma burocracia profissional", e por isso preocupou-se com a expansão das redes de ensino fundamental, técnico e superior, "mas fazia concessões ao velho patrimonialismo"[193]. Dessa forma, era o próprio Estado que impingia conteúdos clientelistas, e portanto tradicionais e arcaicos, à administração pública – o que a tornava ineficiente e permitiam que o empreendimento privado invadisse as fissuras da burocracia estatal por meio de linhas de financiamento e acordos para obtenção de autorização de funcionamento.

No que tange à necessária expansão do ensino em um país de capitalismo tardio[194], o empenho dos poderes públicos para assegurar a expansão das redes de ensino em todos os níveis não é a atitude que se espera? Após a federalização a Escola alcançou níveis de desenvolvimento de pesquisa e ação social até então impossíveis de auferir apenas com os recursos das mensalidades e das rendas nunca suficientes que o Hospital obtinha. O retorno social do investimento público[195] após a federalização, no caso aqui em destaque, é evidente no que tange à criação de maiores espaços de pesquisa. As memórias de Otto Bier são, de novo, bastante elucidativas. Desafiado a comparar a Escola com a Faculdade de Medicina da USP, disse:

> A Escola, tendo um hospital, passou a atrair clínicos e a dar um curso de Clínica como a Faculdade não podia dar. [...]
>
> Ainda não havia o Hospital das Clínicas. Só quando este veio é que as condições se inverteram. As condições se inverteram, em primeiro lugar, porque com o Hospital das Clínicas a Faculdade pôde formar clínicos e atrair profissionais que a Escola Paulista, com o seu Hospital São Paulo mal financiado, deficitário como instituição particular, não podia atrair. Por outro lado, os professores das cadeiras básicas, no decorrer do tempo foram envelhecendo, foram se aproximando da compulsória como no meu caso. Eu não tinha podido formar assistentes, porque não podia mantê-los, não havia dinheiro para pagar. [...] De modo que as condições se inverteram. A Faculdade passou a ter condições melhores de trabalho do que nós, na Escola Paulista de Medicina. Nesta ocasião, me bati muito para que a Escola se federalizasse. Eu achava que se ela continuasse a ser uma Escola particular, com a sofisticação do ensino médico, com a inflação, seria completamente impossível manter uma Escola de Medicina particular[196].

193. Luiz C. B. Pereira, "Do Estado Patrimonial ao Gerencial", *op. cit.*, pp. 225 e 236.

194. Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, "Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna", em Lilia M. Schwarcz, *História da Vida Privada no Brasil, vol. 4: Contrastes da Intimidade Contemporânea*, pp. 559-658.

195. Maria Alice V. da S. Leme, *op. cit.*

196. Entrevista de Otto Bier ao CPDOC, *op. cit.*, pp. 61-62. Na assembléia que decidiu pela federalização, Antônio Pacheco e Silva, então já catedrático na Faculdade de Medicina da USP, afirmava que "como todos sabem, não ganha um centil, pois seus vencimentos são distribuídos entre os assistentes da Cadeira [...]". *Atas da Congregação,* livro *3*, ata 63 (7 jun. 1950), fl. 56-56v., Arquivo da Reitoria da Unifesp.

Há uma arraigada tradição historiográfica brasileira que afirma que em economias capitalistas atrasadas – e estamos falando da aventura da EPM entre os anos de 1930 e o final dos anos de 1950 –, "para que a iniciativa privada se lance à proeza do desenvolvimento é preciso que haja apoio maciço de recursos externos de capital ou então que o Estado carreie a poupança nacional e canalize as energias criadoras para a iniciativa privada"[197]. Não se assuste quando ler o rodapé, leitor. Historiadores e pesquisadores em humanidades podemos compreender a movimentação dos atores sociais em relação ao Estado de maneira igual e indicar soluções políticas diferentes. No escopo deste capítulo, o estudo referido permite-nos defender a importância da presença do Estado nas atividades de pesquisa e ensino no Brasil.

Assim, os conteúdos da tradição dita paulista, aliados aos conteúdos de uma vertente de interpretação do Brasil que pretende nos afastar de nossas raízes ibéricas para construir virtudes empreendedoras no processo desejado de modernização do país, prestaram-se aos arranjos clientelistas encetados a partir do próprio Governo Federal exatamente para viabilizar o empreendimento privado. Ao final, a federalização indicou um caminho de modernização que parte dos fundadores, apoiadores e professores envolvidos no processo de fundação e edificação da Escola Paulista de Medicina talvez não tenha percebido: aquele caminho que compromete os poderes públicos com a execução de políticas capazes de incluir os cidadãos da nação no mundo moderno tão sonhado.

Bem leitor, seja você médico, historiador, engenheiro, enfermeiro ou filósofo, creia: neste lugar Brasil, onde um certo sentimento de dialética subordina as Luzes contemporâneas aos seus conteúdos contrários, transformando nossa modernidade em arcaísmo sobrevivente e nosso arcaísmo em modernidade inequívoca[198], a Escola Paulista de Medicina, hoje parte da Universidade Federal de São Paulo, traz em si todos esses elementos e nos ajuda a contar a história de uma profunda fissura ibérica no mundo ocidental dos cidadãos.

197. Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, pp. 83-84.

198. Paulo E. Arantes, *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: Dialética e Dualidade Segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*, pp. 97-98; Ana Lúcia L. Nemi, "Tradição Política Medieval, Tradições Populares e Construção da Soberania Ibérica na Contemporaneidade", em Néri de Barros e Marcelo Candido, *Idade Média entre os Séculos XIX e XX: Estudos de Historiografia*.

Tabela 1. Sumário da trajetória dos fundadores

NOME; FACULDADE DE FORMAÇÃO; CADEIRA NA EPM	VÍNCULO COM A REVOLUÇÃO DE 1932	VÍNCULO COM INSTITUTOS DE PESQUISA E ENSINO	VÍNCULO COM A USP
Afrânio do Amaral; Faculdade de Medicina da BA; Higiene	–	Diretor do Butantan. Doutor em saúde pública e medicina tropical em Harvard. Colaboração com o Instituto Tecnológico de Cambridge. Fundou o "Antivenin Institute of America".	–
Álvaro Guimarães Filho; Faculdade de Medicina de SP; Clínica Obstétrica	Auxiliar médico da Superintendência dos Serviços Auxiliares de Saúde.	Instituto de Higiene. Sócio-fundador da Associação Paulista de Medicina. Catedrático de Higiene Materna e diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Membro do Conselho Superior da PUC-SP.	Livre docente de clínica obstétrica na USP.
Álvaro de Lemos Torres; Faculdade de Medicina do RJ; Clínica Médica	–	Santa Casa de Misericórdia. Diretor do Hospital São Luiz Gonzaga.	Assistente da cadeira de Clínica Médica.
Alípio Corrêa Netto; Faculdade de Medicina de SP; Clínica Cirúrgica	Chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital de Sangue de Cruzeiro.	Hospital São Luiz Gonzaga. Fundador e presidente da Associação Médica Brasileira. Presidente da Academia Paulista de Medicina e do Colégio Brasileiro de Cirurgia.	Catedrático de Clínica Cirúrgica. Foi reitor da USP.
Antônio Carlos Pacheco e Silva; Faculdade de Medicina do RJ; Psiquiatria	–	Diretor do Hospital do Juqueri. Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo. Professor da cadeira de Serviços Sociais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professor contratado de psicopatologia forense da Faculdade de Direito da USP. Presidente da Federação Mundial para Saúde Mental. Presidente da Associação Psiquiátrica Brasileira. Presidente da Associação Psiquiátrica de São Paulo. Presidente da Liga Paulista de Higiene Mental. Presidente do Departamento de Psiquiatria da Associação Paulista de Medicina de São Paulo. Presidente do Sindicato Médico de São Paulo. Membro do Conselho Executivo da Associação Mundial de Psiquiatria. Membro do Conselho Regional de Medicina.	Cátedra de Clínica Psiquiátrica. Professor de psicopatologia forense da Faculdade de Direito.
Antônio Bernardes de Oliveira; Faculdade de Medicina de SP; Clínica Cirúrgica	Major médico	Cirurgião do Hospital do Juqueri. Fundou o Instituto Cirúrgico Antônio Bernardes de Oliveira em Campinas. Cirurgião-chefe da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Presidente do Sindicato Médico de Campinas. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas. Fundador e diretor do Sanatório Esperança (atual Hospital Municipal Infantil Menino Jesus) em São Paulo. Major médico da Reserva do Exército Nacional.	–

NOME; FACULDADE DE FORMAÇÃO; CADEIRA NA EPM	VÍNCULO COM A REVOLUÇÃO DE 1932	VÍNCULO COM INSTITUTOS DE PESQUISA E ENSINO	VÍNCULO COM A USP
Antônio Prudente Meirelles de Moraes; Faculdade de Medicina de SP; Cirurgia Reparadora e Plástica	–	Fundou a Associação Paulista de Combate ao Câncer. Diretor do Serviço Nacional de Câncer. Membro da comissão diretora da União Internacional contra o Câncer. Membro da Comissão Diretora e vice-presidente da Pan-Pacific Surgical Society.	–
Antônio Ferreira de Almeida Júnior; Faculdade de Medicina de SP; Cirurgia Reparadora e Plástica	–	Assistente extranumerário do Instituto de Higiene. Membro do Conselho Estadual de Ensino Superior e do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.	Livre-docente da cadeira de Medicina Pública e catedrático de Medicina Legal.
Archimede Bussaca; Universidade de Palermo (Itália); Clínica Oftamológica	–	Livre-docente em Oftalmologia em Florença. Instituto Anatômico de Palermo e Instituto de Patologia Geral de Palermo.	–
Carlos da Rocha Fernandes; Faculdade de Medicina do RJ; Física Médica	Interventor da Cruz Vermelha.	Dirigiu o Hospital de Laguna. Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Hospital Beneficência Portuguesa. Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.	Colaborou na criação da USP.
Décio Pereira de Queiroz Telles; Faculdade de Medicina do RJ; Tisiologia	Alistou-se no batalhão da Liga da Defesa Paulista; foi retirado para auxiliar no Hospital São Luiz Gonzaga.	Instituto Cesário Mota, Instituto Clemente Ferreira e Instituto Osvaldo Cruz. Prefeito de Campos do Jordão. Diretor da seção de Tuberculose do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo. Presidente da Liga Paulista contra a Tuberculose.	–
Domingos Define; Faculdade de Medicina do RJ; Ortopedia	–	Fundador da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. Serviço de Ortopedia e Cirurgia Infantil da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo. Chefe de Clínica do Pavilhão Fernandinho Simonsen da Santa Casa de São Paulo. Sociedade Latino-Americana de Ortopedia e Traumatologia.	–
Dorival Macedo Cardoso; Faculdade de Medicina do RJ; Química Fisiológica	–	Instituto Manguinhos e Instituto Biológico de São Paulo. Diretor Científico da Indústria Brasileira de Produtos Químicos. Associação Médica Brasileira.	–
Eduardo Ribeiro da Costa; Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto	Prestou serviço na Comissão Técnica Civil de Material Bélico.	Sócio do Instituto de Engenharia. Sócio honorário do Instituto Paulista de Química. Diretor do Departamento de Mineração e Metalurgia do Estado de São Paulo. Consultor científico do Conselho Nacional de Pesquisas.	Catedrático de Química Geral da Escola Politécnica de São Paulo.

Fausto Guerner; Faculdade de Medicina do RJ; Clínica Neurológica	–	Alienista da Assistência Geral aos Psicopatas do Estado de São Paulo. Hospital do Juqueri.	–
Felício Cintra do Prado; Faculdade de Medicina do SP; Terapêutica Clínica	–	Fundador da Associação Paulista de Medicina. Estagiário no Hospital Neukoln (Berlim). Ambulatório da Clínica Médica da Policlínica de São Paulo. Fundador da Associação Paulista de Medicina. Presidente da Sociedade de Gastroenterologia e Nutrição de São Paulo. Presidente da Federação Brasileira de Gastroenterologia. Membro da Academia Nacional de Medicina. Academia Teuto-Ibero-Americana. Sociedade Nacional de Gastroenterologia da França. Sociedade de Gastroenterologia do Uruguai. Sociedade Venezuelana de Gastroenterologia. Membro honorário da Associação Interamericana de Gastroenterologia.	–
Felipe Figliolini; Faculdade de Medicina do RJ; Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição	–	Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro. Escola Superior de Agricultura. Instituto Oswaldo Cruz/Manguinhos. Assistente da Policlínica de São Paulo. Vice-presidente da Associação Paulista de Medicina.	–
Flávio Oliveira Ribeiro da Fonseca; Faculdade de Medicina do RJ; Parasitologia	Comissionado como oficial médico, inspecionou as frentes de batalha.	Instituto Oswaldo Cruz. Chefe da seção de parasitologia do Instituto Butantan. Fundador da Sociedade Brasileira de Entomologia. Membro da Royal Entomological Society de Londres. Sociedade Brasileira de Biologia. Comitê internacional da Review of Acarology. Chefe do serviço de Profilaxia da Malária de São Paulo.	Lecionou microbiologia e imunologia entre 1926 e 1931.
Henrique da Rocha Lima; Faculdade de Medicina do RJ; Anatomia e Fisiologia Patológica	–	Instituto Oswaldo Cruz/Manguinhos. Instituto de Higiene (Berlim). Instituto Anátomo-Patológico da Universidade de Iena. Instituto Biológico. Sociedade de Patologia alemã. Seção de Patologia no Tropeninstitut de Hamburgo. Professor de doenças tropicais da Faculdade de Medicina de Hamburgo.	–
Jairo de Almeida Ramos; Faculdade de Medicina de SP; Clínica Propedêutica Médica	Participou do movimento.	Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Hospital São Luiz Gonzaga. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Fundador da Associação Médica Brasileira. Participou da fundação da Associação Paulista de Medicina. Membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Conselho Regional de Medicina. Conselho Federal de Medicina. Associação Paulista de Hospitais.	Clínica Obstétrica.

NOME; FACULDADE DE FORMAÇÃO; CADEIRA NA EPM	VÍNCULO COM A REVOLUÇÃO DE 1932	VÍNCULO COM INSTITUTOS DE PESQUISA E ENSINO	VÍNCULO COM A USP
José Bonifácio Medina; Faculdade de Medicina de SP; Clínica de Ginecologia	–	Livre-docente de ginecologia na Faculdade de Medicina do RJ. Criou a Enfermaria de Ginecologia do Hospital São Paulo.	Catedrático de Obstetrícia e Ginecologia; diretor da disciplina de Clínica Ginecológica.
José Ignácio Lobo; Faculdade de Medicina de SP; Clínica das Doenças Tropicais	Interrompeu os serviços por conta da Revolução.	Santa Casa de Misericórdia. Hospital de Isolamento. Hospital São Luiz Gonzaga. Instituto Butantan.	Livre-docente de Endocrinologia.
José Maria de Freitas; Faculdade de Medicina de SP; Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental	Cirurgião no Hospital de Emergências. Ambulância Itália (5 km da linha de frente).	Cirurgião da Misericórdia Botucatuense. Organizou a Faculdade de Medicina de Sorocaba, hoje parte da PUC-SP. Fundou e dirigiu a Escola de Enfermagem São Francisco, em Sorocaba (depois anexada à Faculdade de Medicina da mesma cidade). Cirurgião-chefe do Hospital Santa Cruz.	Assistente na cadeira de Anatomia. Livre-docente de Técnica Cirúrgica.
João Moreira da Rocha; Faculdade de Medicina do RJ; Anatomia	–	Membro fundador da Sociedade Brasileira de Anatomia e do Colégio Brasileiro de Anatomia. Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.	Assistente da cadeira de Anatomia Descritiva. Catedrático de Anatomia da Faculdade de Farmácia e Odontologia.
Luiz Cintra do Prado; Escola Politécnica de SP	–	Professor no ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica). Presidente do Conselho Administrativo do IPT. Preparador no Laboratório de Máquinas Hidráulicas e assistente de Física Geral da Escola Politécnica da USP. Professor catedrático de Física Geral e Física Superior da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae (PUC-SP). Chefe da divisão de engenharia nuclear no Instituto de Energia Atômica de São Paulo. Consultor técnico e chefe de órgão de planejamento na empresas Centrais Elétricas de São Paulo (CESP). Diretor do Instituto de Energia Atômica em São Paulo. Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Integrante do Conselho Regional de Energia Nuclear (RJ). Integrante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Engenharia de SP. Fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (RJ). Representante brasileiro no Scientific Advisory Committee da ONU. Assessor técnico na comissão preparatória da Agência Internacional de Energia Atômica.	Catedrático de Física Geral da Escola Politécnica. Professor contratado de física geral e experimental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Professor titular de física aplicada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Vice-reitor e reitor da USP.

Marcos Lindenberg; Faculdade de Medicina do RJ; Patologia Geral	Integrou a primeira formação sanitária da profilaxia de campanha, pela qual instalou e dirigiu, em Cruzeiro, um hospital de emergência para moléstias infecciosas e transmissíveis.	Organizou o Instituto Oftálmico Penido Burnier de Campinas. Laboratório de Patologia Clínica da Casa de Saúde em Campinas. Organizou e chefiou o Laboratório de Patologia Clínica do Sanatório Esperança (atual Hospital Municipal Infantil Menino Jesus). Diretor do Laboratório do Hospital das Clínicas da UFBA. Planejou Laboratórios do Hospital das Clínicas da Universidade de Pernambuco.	–
Nicolau Rosseti; Universidade de Nápoles (Itália); Clínica Dermatológica e Sifilográfica	–	Assistente do Instituto de Higiene. Instituto Adolfo Lutz. Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Laboratório de Micologia Dermatológica. Organizador e diretor clínico do Centro de Higiene Social.	Assistente de clínica dermatológica. Serviço de sífilis para gestantes da clínica obstétrica.
Octávio de Carvalho; Faculdade de Medicina do RJ; Clínica Médica	–	Exerceu Clinica Médica nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Áustria.	–
Olivério Mário de Oliveira Pinto; Faculdade de Medicina da BA; Zoologia	–	Instituto Butantan. Professor de ciências naturais na Escola de Odontologia e Farmácia de Araraquara. Assistente da seção de zoologia do Museu Paulista. Membro honorário do American Ornithologists Union e Linnean Society of New York. British Ornithologists Union. Académie Internacionale d' Historie des Sciences. Academy of Natural Sciences of Philadelphia. American Museum of Natural History. Sociedade Ornitológica Del Plata.	–
Otto Guilherme Bier; Faculdade de Medicina do RJ; Microbiologia, Bacteriologia e Imunologia	Aproveitou a mobilidade de jovens do interior de São Paulo para colher sangue e fazer uma estatística sobre a incidência de grupos sanguíneos conhecidos em São Paulo.	Instituto Oswaldo Cruz. Instituto Biológico. Instituto Butantan. Núcleo inicial de Conselheiros do Conselho Nacional de Pesquisas. Assessor da Fapesp. Presidente da Sociedade Brasileira de Biologia. Presidente da Sociedade Brasileira de Microbiologia. Vice-presidente e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Membro da Sociedade Americana de Imunologistas. Sociedade Britânica de Imunologia. Academia de Ciências de New York. Sociedade de Bacteriologistas Americanos. Academia Americana de Microbiologia. Sociedade Francesa de Microbiologia. Sociedade de Biologia Experimental e Medicina.	–

NOME; FACULDADE DE FORMAÇÃO; CADEIRA NA EPM	VÍNCULO COM A REVOLUÇÃO DE 1932	VÍNCULO COM INSTITUTOS DE PESQUISA E ENSINO	VÍNCULO COM A USP
Paulo Mangabeira Albernaz; Faculdade de Medicina da BA; Clínica de Otorrinolaringologia	–	Santa Casa de Campinas. Presidente da Sociedade Brasileira de Escritos Médicos.	–
Pedro Marcondes de Alcântara Machado; Faculdade de Medicina de SP; Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil	–	Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Instituto de Higiene. Professor da Escola de Serviço Social de São Paulo. Inspetoria de Profilaxia da Lepra (SP). Laboratório de Micologia.	Livre-docente de clínica pediátrica da USP e membro do Conselho Universitário.
Rodolfo de Freitas; Faculdade de Medicina do RJ; Clínica Urológica	Participou como médico do movimento.	Associação Médica Brasileira. Sociedade Internacional de Urologia. Hospital São Francisco de Assis (RJ). Serviço de Urologia da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Hospital do Mandaqui e Assistência Pública de São Paulo.	–

Fontes: Octávio de Carvalho, *História da Escola Paulista de Medicina: Curriculum Vitae*; entrevista de Otto Guilherme Bier ao CPDOC/FGV; entrevista de José Ribeiro do Valle ao CPDOC/FGV; José Ribeiro do Valle, *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*.

III

“Não Éramos mais Universidade”[1]

a política na escola paulista de medicina, da universidade federal à ditadura

Luigi Biondi

É claro, portanto, que a universidade brasileira, mesmo pedagogicamente renovada, só poderá viver a plenitude de uma democratização depois de realizadas algumas reformas na estrutura social como um todo. Só daí por diante se poderá pensar numa universidade reformada a serviço de uma sociedade mais justa.

Do “Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP que reuniu as conclusões parciais e provisórias a que chegou sobre a estruturação e funcionamento da Universidade”, não publicado, março 1964, p. 1.

Ou as faculdades de medicina resolvem promover a educação humanística, eventualmente iniciada no ciclo secundário, ou elas continuarão a ser escolas que se diferenciam das de medicina veterinária, apenas porque a espécie animal nelas estudadas é o homo sapiens. [...]. *Complete-se, pois, a formação do médico com estudos de literatura, de história e de filosofia, o tripé da educação humanística, agregando-se-lhe, ainda, o indispensável conhecimento das artes.*

Marcos Lindenberg, “Medicina, Civilização, Humanismo”, discurso proferido como paraninfo dos formandos de 1966 da Escola Paulista de Medicina, *O Bíceps*, dez. 1966, p. 3.

Quanto ao O Bíceps, *queremos entendê-lo como um órgão cultural que tenha a preocupação de analisar, divulgar e informar a respeito de problemas culturais de ordem geral, problemas de ensino, problemas profissionais etc...*

1. Palavras de Rubens Belfort, ao lembrar com amargura o fim do *status* universitário da EPM por causa do golpe: “Não havia DCE na EPM pois não éramos mais Universidade desde o golpe”, em Luigi Biondi, *Questionário Militância EPM (Rubens Belfort)*, 2007.

Nos esforçaremos ao máximo para que ele venha mitigar, no que lhe for possível, a ausência de um Departamento de Ciências Humanísticas nesta Escola, que coordenasse cursos de antropologia, ciências sociais, economia, artes etc..., conhecimentos esses de capital importância para a nossa formação como HOMENS *que transcende, em muito, nossa formação como médicos.*

Editorial d'O *Bíceps*, jul. 1970. *Apud* Paulo José Brito de Castro, *Memórias da EPM*, Mococa-SP, manuscrito não publicado, 2005[2].

Mas eis que Chega a Roda Viva

Nos dias do golpe...

No dia do golpe fomos para a casa de Florestan Fernandes, me lembro que foi o Bóris Barone que convidou: "vamos visitar o professor Florestan neste momento!" [...]. Na verdade, vendo hoje, acho que na época não tinha uma consciência plena do que estava acontecendo e do que estávamos fazendo, depois eu tive[3].

Em 1964, já formado [desde 1963], trabalhava em bairro distante, numa Sociedade Amigos do Jardim Nordeste, em 31 de março. O ambulatório que lá mantinha foi fechado cinco dias depois, com a recomendação de "se aquele médico comunista aparecer aqui ele vai ser preso". Meu primeiro e mais forte pensamento foi de traição por parte do governo, tipo "Jango covarde, filho da puta!"[4].

Morava na Vila Maria e estava em casa. Fiquei assustado porque meu pai voltou do trabalho e disse que teríamos violência [...]. À época eu não sabia, mas hoje acho que o golpe de 1964 era mais que esperado[5].

Estava no Teatro Arena, assistindo uma peça. [...] Aí começou todo mundo, aquela coisa, "o quê?, o que foi?" [...]. Um ou dois dias depois estávamos tendo uma aula no Leitão da Cunha [...], entra porta adentro – não era aula dele, tinha um outro professor dando aula –, entra porta adentro o Rodolfo de Freitas, que era o professor de Urologia, com aquele capacete da revolução de 32. Lembra uma figura ridícula, entra, e [diz] assim: "agora fizemos a revolução, vamos dar um jeito nesse país, finalmente 32!"[6]

Aí, quando estava em 64, que estourou o golpe, eu já estava na medicina, como eu era dentista, já tinha me formado em odontologia, tinha consultório, trabalhava, saía da Paulista, ia trabalhar. Quando deu o golpe, eu lembro que o professor de Farmacologia, o Ribeiro do Valle, nós estávamos tendo

2. Paulo José Brito de Castro, o JB, foi presidente do CAPB em 1969, eleito na chapa *Atuação*. Foi preso em 1970, numa operação preventiva do Departamento de Ordem Política e Social (Deops).

3. Depoimento de Maria Gaby Rivero de Gutierrez a Luigi Biondi em 27 ago. 2007. Na época, a professora era aluna da Escola de Enfermagem, onde ingressou em 1961 e na qual atua hoje como docente. Bóris Barone estudou na EPM de 1961 a 1965; atualmente é docente de Gastroenterologia Cirúrgica no Departamento de Cirurgia da Unifesp.

4. Depoimento de Fábio Ancona Lopez, em Luigi Biondi, *Questionário Militância EPM (Ancona Lopez)*, 2007.

5. Depoimento de Artur Beltrame Ribeiro, em Luigi Biondi, *Questionário Militância EPM (Artur Beltrame Ribeiro),* 2007.

6. Depoimento de Durval Rosa Borges a Luigi Biondi em 17 ago. 2007. O episódio do professor Rodolfo de Freitas é lembrado por muitos alunos da EPM da época, tornando-se uma das anedotas mais contadas sobre 1964, que mostrava também a ligação que alguns docentes faziam entre as "revoluções" de 31 de março e a de 1932, da qual muitos participaram (como foi o caso de Freitas, que nela atuou como médico; cf. capítulo II, tabela anexa).

uma aula de farmacologia e ele interrompeu a aula e falou: "Olha, estão ocorrendo rumores de que está havendo um golpe, uma revolução!" [...][7].

O meu segundo ano na EPM foi em 64: no meio de abril, primeiro de abril, ocorre o golpe, e a gente estava em plena efervescência na Paulista[8].

As lembranças de alguns estudantes da Escola Paulista de Medicina na época do golpe militar, em 1964, foram construídas de diferentes formas. Uma delas se deu na relação dialógica com o entrevistador, outra por meio de perguntas específicas que instigaram os depoentes a se situarem num momento histórico sobre o qual sua reflexão já absorveu uma série de outras memórias, análises históricas e sociológicas. Todavia, essas lembranças revelam como a memória sobre aqueles episódios se constrói na explicitação de uma teia de relações de vários tipos, nas quais eles estavam inseridos, e como essas redes tinham na EPM uma passagem central.

A ditadura civil-militar entrou na vida da EPM com força e objetivos claros de repressão. Em parte, essa entrada foi ajudada, ali também, pelas posições conservadoras de grande número de docentes. Isso pode ser percebido nas falas de diversos entrevistados que, na época, participavam do movimento estudantil. Muitos depoentes classificaram a atividade política na EPM, inclusive a dos docentes, como reduzida e fundamentalmente moderada – típica de uma escola de medicina que, ainda que de alto nível, não se assemelhava à efervescência das faculdades de ciências humanas ou às outras universidades do país e, especificamente, de São Paulo, como a USP e a PUC.

Ao mesmo tempo, a ditadura encontrou resistências nos corpos discente e docente desde o início. Como aconteceu com o movimento estudantil de todo o país, ao invés disso abafar e impedir a ação dos grupos reformadores e contrários à ditadura, assistiu-se à inauguração de uma onda que durou até o início dos anos de 1970, na qual o protagonismo político estudantil aumentou gradativa e consideravelmente. A *Roda de Aquarius*, na metáfora de Elio Gaspari, girou também na EPM[9].

Em termos acadêmicos, a situação da Escola Paulista de Medicina era a de um prestigioso instituto federal, tornado público havia apenas oito anos. A Escola recolhia-se num ambiente muitas vezes autorreferencial, no âmbito de seu ofício, propiciado por um dos mais altos graus de profissionalização médica no Brasil. Porém, algumas de suas características, inclusive seu próprio prestígio acadêmico, tornaram-na um alvo visado da repressão governamental instaurada no momento do golpe, com o Ato Institucional nº 1, baixado em 9 de abril de 1964.

7. Depoimento de Carlo Pollini Quintieri a Luigi Biondi em 24 set. 2007. Atualmente cirurgião plástico, Quintieri foi um dos quatro alunos que sofreram o primeiro IPM na EPM, em abril de 1964, ao qual me reportarei outras vezes ao longo deste capítulo.

8. Depoimento de Cícero José Brasiliano a Luigi Biondi em março de 2007.

9. Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*.

Como veremos mais adiante, a EPM estava no centro do processo de institucionalização de uma nova universidade federal, quase se confundindo completamente com ela.

Essa nova instituição – baseada nos moldes da Universidade de Brasília e nos princípios reformadores de seu primeiro reitor, Darcy Ribeiro – deveria construir em São Paulo um dos principais, inovadores e complexos pólos federais do ensino superior. O primeiro resultado que dela se esperava era a superação daquele tradicionalismo acadêmico, no sentido do isolamento profissional, pedagógico e de certa forma geográfico, do qual a EPM era expressão. Para a grande maioria dos docentes e para muitos alunos da Escola, ser uma instituição de ensino superior de renome nacional não significava, necessariamente, tornar-se parte de um sistema e de um projeto mais amplo de reforma e reestruturação do Estado-nação brasileiro ou, em outras palavras, que tivesse uma antevisão nacional, formadora da nação e imbricada em sua sociedade.

No início da década de 1960, podia ser identificado na EPM um grupo majoritário de docentes de posições políticas conservadoras, considerados lideranças naturais e históricas. Dividiam-se entre uma postura militante de direita, com fortes raízes católicas, e outra, mais difusa, que podia ser categorizada, se não em um conservadorismo conformista, numa identidade conservadora liberal-democrática, ao mesmo tempo moderada e pragmática, em grande parte também de origem católica.

Este grupo majoritário foi, na sua totalidade, contrário à progressiva expansão e transformação da EPM em universidade federal, embora com posições e argumentações diferentes, como veremos. Nessa causa, encontraram um dos pontos aglutinadores contra o governo João Goulart e suas dificuldades e ambigüidades em torno das reformas[10], no interior das quais a estruturação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP) podia ser colocada. Havia uma forte oposição anti-trabalhista e, sobretudo, anti-comunista, no seio desse corpo docente.

Em 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, quase todos esses docentes catedráticos foram contrários à posse do vice-presidente e, depois, também se manifestaram abertamente contra o presidencialismo em 1963. Essas posturas eram adotadas não porque eles fossem contrários por princípio à idéia institucional de um executivo forte, mas porque achavam que o governo de João Goulart não dera estabilidade ao país. Temiam, como parte considerável da burguesia brasileira de então, a implementação das reformas de base acalentadas pelos sindicatos, por uma parte consistente da sociedade brasileira, e brandidas como ameaças pelo governo.

10. Sobre as reformas de base no governo Jango ver, entre outros, Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart: as Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964*.

De posições mais explicitamente conservadoras eram os docentes José Maria de Freitas, Rodolfo de Freitas, Otto Guilherme Bier, Antônio Bernardes de Oliveira e José Ribeiro do Valle[11]. Com exceção do primeiro e do último, os demais atuaram nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados na Escola Paulista de Medicina logo após o golpe e a edição do AI-1 – que figuram entre os primeiros realizados em instituições públicas federais de ensino superior.

Difícil dizer, neste caso, até que ponto tentava-se proteger a instituição de uma repressão mais radical e, simultaneamente, eliminar ou amedrontar aqueles professores e alunos havia tempos identificados como inimigos políticos pelas alas mais conservadoras. As duas intencionalidades se confundiam, se dividiam e se sobrepunham entre os componentes dos grupos conservadores da Escola, como veremos.

Na Congregação, prevalecia um espírito conservador transversal. Isso, porém, não se traduzia automaticamente nos mesmos projetos e nas mesmas ações, reações e intervenções complementares à atitude repressiva do governo surgido em 1º de abril de 1964. O mesmo acontecia entre parte considerável dos alunos que, em geral, podiam ser divididos entre o grupo mais extenso dos conservadores moderados – fundamentalmente contrários a uma repressão capilar tanto entre eles como entre os docentes – e um grupo minoritário, mas ainda assim consistente, de militantes de direita.

Às vésperas do golpe, a famosa *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* teve, entre seus organizadores em São Paulo, o núcleo conservador católico da EPM que periodicamente realizava reuniões na sala do professor Rodolfo de Freitas no Hospital São Paulo. O núcleo contava com a presença de "alguns homens públicos que lá iam [...] todas as manhãs" e da Madre Ana de Lourdes, esta última considerada como uma das proponentes da própria marcha[12]. Também não podemos esquecer que muitos dos catedráticos, que foram fundadores da EPM, tinham participado ativamente do Movimento de 1932[13]. Em São Paulo, esse Movimento fora apropriado e incluído no panteão ideológico da Marcha e do golpe. Expressão simbólica disso encontra-se no ato lembrado por Rosa Borges em um dia de aula na EPM logo após o golpe, conforme mencionado acima. De forma mais explícita, encontramos evidência dessa apropriação nas palavras do deputado Herbert Levy durante comício na Praça da Sé, no dia da Marcha – 19 de março:

Vossa presença neste momento histórico significa que o povo brasileiro não quer ditadura, não quer comunismo. Quer paz, ordem e progresso. O

11. Para dados biográficos desses docentes, ver José Ribeiro do Valle, *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*.

12. Cf. biografia de Rodolfo de Freitas escrita por Afiz Sadi em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 148. A madre chamava-se Lucila Baptista Pereira, sendo ela também integrante da equipe do HSP. É importante dizer que as biografias que apareceram no livro de Valle foram escritas com o consentimento e a colaboração dos próprios biografados, que recebiam um esboço dos textos e podiam alterá-lo, aumentando, diminuindo ou reescrevendo partes inteiras. A correspondência oficial entre o autor, o diretor da Escola na época e os biografados encontra-se parcialmente conservada – ver, por exemplo, Acervo do CEHFI, pasta no 102 – *Marcos Lindenberg e UFSP I*.

13. Sobre este assunto, ver capítulo II, tabela anexa.

povo está na rua revivendo o espírito de 32 em defesa da Constituição que fizemos com o nosso sangue. E, se preciso, iremos todos, velhos, moços e até crianças, para as trincheiras de 32. Esta é a advertência para o presidente da República e seu cunhado, para que não brinquem de comunismo no Brasil[14].

Dessa forma, a EPM se mostrava como uma instituição na qual o novo governo civil-militar poderia intervir com rapidez e eficácia, facilitado pelas seguintes características: a) as origens sociais da quase totalidade de seus catedráticos e docentes, bem fincadas na alta classe média carioca, mineira e, sobretudo, paulista, dotada de uma visão política conservadora que, para muitos dos fundadores, vinha desde sua participação no Movimento de 1932; b) a origem social, também de classe média alta, da grande maioria dos alunos; c) ter sido uma escola particular e paga até 1956, quando foi federalizada em função de sucessivos problemas financeiros[15], com um corpo docente e administrativo em grande parte ainda saudoso dos tempos da Escola privada, que tinha dificuldade em aceitar o novo *status* público (além de tudo federal), além de preservar uma forte identidade de escola particular de alto nível. Essas características foram reforçadas pelo fato de a Escola ainda querer manter-se, no período do golpe, como uma instituição isolada, lutando contra o processo em andamento que a tornava o centro de uma unidade universitária maior.

Todavia, a transformação em instituição pública federal, em 1956, abrira possibilidades e espaços pequenos, mas progressivamente ampliados, para o acesso de alunos provenientes da classe média baixa e, em casos raros, de setores populares. Assim como no restante do Brasil, a expansão das instituições universitárias, embora aquém das necessidades do país e feita com muitas descontinuidades e recuos, aumentou o corpo discente da EPM e o diversificou.

Entre 1956 (49 matriculados) e 1961 (43 matriculados), entraram em média quarenta alunos por ano (em 1960, os matriculados eram 45, em 1961, 43). Já em 1962, este número subiu para 64 e para 65 no ano seguinte. Em 1964, matricularam-se 97 alunos – número que só voltou a ser atingido em 1967. No ano do golpe, e considerando também o curso de Enfermagem, a EPM contava com pouco mais de quatrocentos alunos matriculados, não sendo mais a escola de público seleto que os fundadores conheceram e empenhavam-se em preservar.

Como a historiografia já apontou amplamente, os anos que precederam o golpe foram caracterizados por reformas também no âmbito do ensino. Em um histórico das transformações ocorridas no ensino

14. Levy teria sido interrompido várias vezes pelos populares, aos gritos de "1, 2, 3, Brizola no xadrez" e "Verde-amarelo, sem foice e martelo". Enquanto isso, a banda da Guarda Civil atacou a marcha "Paris Belfort", o hino da Revolução de 32. "São Paulo Parou Ontem para Defender o Regime", *Folha de S. Paulo*, 20 mar. 1964.

15. Ver capítulo II.

superior feito em 1974, Perseu Abramo sintetizou claramente os aspectos que marcaram aquele período e tocavam também à EPM da época:

> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 é a primeira das três principais reações à escassez da rede escolar e ao tradicionalismo do ensino que haviam caracterizado a educação brasileira da primeira metade do século. As duas outras principais reações – e que, com a primeira, vão constituir as três principais características do período 1945-1964 – são o movimento pela co-gestão estudantil e a criação da Universidade de Brasília[16].

Na Escola Paulista de Medicina, as primeiras expressões do movimento estudantil, que ocorreram também em outras universidades brasileiras desde o início dos anos de 1960, foram as agitações em prol da reforma universitária iniciadas em meados de 1962. Tais agitações foram desencadeadas a partir da Carta do Paraná, elaborada durante o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, reivindicando "a regulamentação, nos estatutos das universidades, da participação dos estudantes nos órgãos colegiados, na proporção de um terço, com direito a voz e voto"[17]. Como foi reafirmado no manifesto aprovado pela Congregação da EPM, naquela greve de amplitude nacional eram "postas em debate questões como as referentes à organização das universidades e faculdades que as compõem, à autonomia universitária, à carreira docente, à seleção de estudantes, à definição dos objetivos do ensino superior, à representação do corpo discente nos órgãos diretivos"[18]. Ao mesmo tempo, no caso da EPM, os alunos chegaram a montar a tradicional barraca defronte ao HSP, uma vez que, ali, travava-se também uma luta em favor da federalização do hospital-escola. Episódios desse tipo revelam que os alunos da EPM, apesar da fama de conservadorismo que os estigmatizava, participaram ativamente dos movimentos que agitavam o ensino superior e a sociedade brasileira como um todo naqueles anos.

Matriculado na Escola em 1961, Walter Albertoni foi o primeiro representante do corpo discente a ingressar nas instâncias diretivas da EPM – primeiro no Conselho Técnico Administrativo (CTA), em 1963 e, depois, na Congregação, entre 1964 e 1965. De certa forma, sua figura sintetiza as mudanças que estavam ocorrendo. Católico, moderado, como jovem matriculado na Escola foi um dos mais ativos na greve pela federalização do HSP e no movimento que propunha a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases na EPM no que se referia à representação estudantil, até então não respeitada. Ele era um estudante oriundo de uma família de classe média do interior do estado, assim como muitos

16. O texto de Perseu Abramo foi publicado na seção de educação do jornal *Folha de S. Paulo* em 31 mar. 1974, fazendo um balanço de dez anos do golpe na área da educação. Foi republicado em Bia Abramo (org.), *Um Trabalhador da Notícia: Textos de Perseu Abramo*, pp. 105-121. Sobre esse período, ver também João Roberto Martins Filho, "O Movimento Estudantil dos Anos 1960", em Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, *As Esquerdas no Brasil, vol. 3: Revolução e Democracia, 1964-...*, pp. 187-188.

17. Ver projeto *Memória do Movimento Estudantil*.

18. *Atas da Congregação*, 8 jun. 1962.

outros alunos de classe média baixa, filhos de trabalhadores ou simplesmente provenientes das famílias estabelecidas fora da capital. Para essas famílias e esses jovens estudantes do curso de Medicina e do ensino superior em geral, a EPM ainda se apresentava como um dos baluartes da defesa do ensino tradicional e dos costumes da antiga Escola particular. Albertoni lembra-se dos embates verbais intensos nas assembléias com um dos decanos da Escola, o professor Jairo Ramos, verdadeiro *deus ex-machina* da instituição, liderança contrária a qualquer reforma do ensino superior em sentido progressista, sobretudo no que se referia à participação estudantil. Albertoni, como muitos outros alunos, percebia uma conexão entre a abertura dos órgãos colegiados para os alunos e a federalização do Hospital, de modo a completar a transformação da Escola em instituição pública – estranhando que o hospital-escola que servia a uma instituição de ensino superior pública continuasse com uma gestão particular[19].

A resposta unânime da Congregação aos alunos foi publicada num manifesto, no qual transparecem claramente as posições conservadoras do grupo de docentes que geria a EPM:

> Senhores alunos, os meios universitários brasileiros vêm sendo sede de movimentos estudantis que, pela freqüência com que ocorrem, pela amplitude que tomam, pelo caráter de agitações que assumem e pelos motivos e métodos de que se servem, estão a exigir palavras autorizadas e atitudes definidas capazes de garantir, para a mocidade brasileira, a continuidade do processo de sua educação superior em harmonia com os característicos de nossa formação espiritual e os imperativos de desenvolvimento de nossa pátria. No momento em que esses movimentos, cada vez menos claros quanto à sua motivação, suas origens e seus propósitos ameaçam envolver todo o sistema nacional de ensino superior, a direção da EPM julgou de seu dever dirigir-se aos seus alunos, às suas famílias e à coletividade [...]. Diante do que foi dito, a primeira afirmação a ser feita é a de que, se os movimentos havidos ou em curso procuram impor medidas avulsas, de mais variada natureza e alcance, de maneira brusca e por métodos excepcionais, apresentadas como constituindo uma reforma universitária, todas elas se caracterizam por marcada inoportunidade e por infeliz desorientação [...][20].

A resistência do corpo docente à transformação da EPM foi intensa. Porém, frente ao crescimento do movimento estudantil – com a greve se alastrando e se juntando ao debate sobre a estrutura da Escola (se fundação ou autarquia) –, às questões da federalização do HSP e da construção da UFSP, não havia como impedir este avanço. Os alunos

19. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008. Ver também depoimento de Cícero Brasiliano (março de 2007).

20. *Atas da Congregação*, 8 jun. 1962. O texto do manifesto consta da ata da reunião por sugestão de Jairo Ramos.

estavam inseridos num movimento nacional de reforma universitária, que afetava a própria Escola talvez mais do que outras instituições, justamente devido à estruturação da universidade federal. Ainda ao final de junho de 1962, o protesto estudantil continuava a ser debatido nas reuniões da Congregação, sobretudo no que se referia à questão da representação de um terço, pleiteada pelos alunos em todos os conselhos universitários. Em reunião ocorrida naquele mês, o professor Antônio Ferreira de Almeida Júnior, que fazia parte do Conselho Federal de Educação, comunicou aos colegas que aquele conselho não era favorável a um terço de representação, mas que esta tinha de ser garantida na "forma dos estatutos das respectivas entidades", acrescentando que "a ingerência de representantes de alunos nas Congregações, somente tem trazido distúrbios, greves e rebaixamento do seu padrão de ensino. Acha que o exercício dos mesmos na Congregação deve ser reduzido ao mínimo, ou seja, nem voz, nem voto"[21].

Uma primeira abertura ocorreu em agosto de 1962, graças à ação do então diretor Marcos Lindenberg, que fora eleito havia pouco tempo para um segundo mandato e, na época, estava bastante envolvido no processo de formação da UFSP e considerava que os alunos deveriam participar ativamente dos conselhos universitários, ainda que nos moldes de uma representação diminuta. Lindenberg convidou *motu proprio* três alunos para participar das discussões na Congregação (um dos quais devia ser o presidente do CAPB), "dentro do espírito da Lei de Diretrizes e Bases". Na reunião seguinte, a Congregação legitimou a participação dos representantes dos alunos com direito a voz[22].

O mandato de Lindenberg recebeu apoio de professores conservadores, como José Maria de Freitas e Rodolfo de Freitas[23]. O nome de Freitas, porém, também apareceu na lista tríplice enviada para escolha do diretor pelo presidente da República. Lindenberg encabeçava a lista com quinze votos, seguido por Otto Bier (treze votos) e José Maria de Freitas (doze votos). A composição da lista e o número de votos que cada um dos três recebeu revelavam a consistência e a solidez do grupo mais conservador, que custou a aceitar as transformações em relação à participação estudantil, o fazendo apenas por respeito ao ato superior hierárquico de um diretor cuja competência na política acadêmica nacional, naquele momento, não podia ser posta em discussão[24]. Um grupo que, a qualquer momento, podia facilmente se compactar de modo quase unânime – como tinha acontecido por ocasião do manifesto aos estudantes – e reverter a situação em curso, freando o andamento de algumas reformas.

A partir dos idos de 1962, tornava-se cada vez mais claro que a diretoria de Lindenberg, graças ao endosso da política de reforma uni-

21. *Atas da Congregação*, 22 jun. 1962.

22. *Atas da Congregação*, 6 e 17 ago. 1962, respectivamente.

23. De acordo com os dois, o melhor caminho a seguir era manter Lindenberg na direção. *Atas da Congregação*, 6 ago. 1962.

24. Na mesma reunião em que foi reeleito, Lindenberg simplesmente *comunicou* que ia convidar os representantes dos alunos para participar das sessões da Congregação. Ver *Atas da Congregação*, 6 ago. 1962.

versitária governamental, abria um canal de diálogo e de aliança com o movimento estudantil da EPM, ao mesmo tempo em que criava situações de conflito com os colegas docentes. Gradativamente, a partir de 1963-1964, a situação desembocaria em crise e ruptura, favorecidas pelo golpe. Um exemplo era a questão da federalização do HSP, que mobilizou os alunos: Lindenberg era claramente a favor, contando somente com o apoio de parte dos docentes, "admitindo que [o HSP] deva obter o mais cedo possível aquela federalização", após ter enviado ao Governo Federal, em 1959, um projeto nessa direção, aprovado por três comissões do Congresso, mas que deixou de tramitar em 1961[25]. A questão da federalização voltou com força na greve de 1967, como bandeira do movimento estudantil na EPM.

Nos anos que antecederam o golpe, o processo de federalização continuava incompleto, com a manutenção do hospital-escola sob administração da SPDM. Aliada a isso, a progressiva integração da EPM na UFSP dava outro sentido aos protestos dos alunos da Escola. As reformas no ensino superior representavam, nesse contexto, o desejo dos estudantes em conquistar uma "normalização", ou melhor, uma adequação ao movimento de reestruturação nacional das universidades e, efetivamente, uma inserção completa no mundo universitário propriamente dito. Superar a "anormalidade" do *status* de escola isolada era um objetivo político básico de parte substancial do alunado epemista. A busca desse objetivo expressava-se de muitos modos, começando pela ação dos entusiastas da adesão à mobilização estudantil nacional, passando pelos envolvidos na luta com objetivos exclusivamente internos (como a federalização do HSP), até chegar às atividades político-culturais inseridas nas questões nacionais do movimento estudantil. Na Escola, essas atividades adquiriam um sentido radical, talvez devido à ausência de uma ligação direta com faculdades de ciências humanas.

Ainda em 1962, um embate entre os alunos e o corpo docente explicitou as tensões e a existência de desejos incompatíveis. A chegada de um novo professor de anatomia que mudou bruscamente os critérios de avaliação levou a um crescimento notável de estudantes reprovados nessa cadeira. De acordo com o regimento da Escola, os que fossem reprovados em mais de uma disciplina eram obrigados a repetir o ano todo, o que deixou grande parte dos alunos da turma em dependência. O representante da turma, Walter Albertoni, foi enviado à Faculdade de Medicina da UFRJ, na Praia Vermelha, para obter cópia do regulamento ali vigente, que foi levado à apreciação do diretor Marcos Lindenberg. Se a EPM era uma instituição de ensino superior federal, devia se adequar ao regimento da principal delas na

25. *Atas da Congregação*, 15 jun. 1962.

área da saúde (que era a do Rio de Janeiro), cujas cláusulas permitiam até duas reprovações por ano.

A política estudantil na EPM sempre girou em torno de duas organizações: o CAPB, que existia desde a fundação da Escola em 1933, e a Associação Atlética Acadêmica. Os dois grupos, que mais ou menos se equivaliam numericamente, representavam, grosso modo, a divisão entre alunos com sensibilidade progressista e os de tendência conservadora. Rótulos e acusações mútuas entre os dois não faltam ainda hoje, sobretudo nas memórias dos alunos das décadas de 1960 e 1970. Para os da Atlética, os colegas do CAPB eram "comunistas" (às vezes adjetivados de "terríveis"), que por sua vez definiam os outros como "fascistas", "CCC" ou, mais bondosamente, "alienados" (adjetivo utilizado também para definir a quase totalidade dos docentes na época).

A partir dos anos de 1960, as identidades político-culturais destes dois grupos, diferentes em seus objetivos havia muitos anos, foram se definindo em torno de valores, projetos, idéias e representações cada vez mais antagônicos. O contexto nacional daqueles anos, não apenas o propriamente político, mas com as transformações sociais, ganhou corpo na Escola por meio da radicalização das posições nas duas agremiações estudantis. De um lado, um centro acadêmico cada vez mais expressivo do movimento estudantil politizado de esquerda (no sentido amplo em que este termo pode ser utilizado, ainda mais naquele período); de outro, uma associação estudantil esportiva, cujos membros faziam profissão de fé conservadora, contrários a todo tipo de atividade que se parecesse com "comunismo". No início da década de 1960, especialmente em torno de 1962-1963, os embates entre os dois começaram a se tornar mais intensos.

Vejamos o que disse a respeito o hoje professor e então estudante Durval Rosa Borges, que realizou atividades culturais e na imprensa do CAPB a partir de 1962 (ano em que se matriculou):

> [...] entre os estudantes [...], as posições eram claramente divididas. É interessante você ver que estas divisões vêm até hoje, independente de qual partido estejamos falando. Você tem o grupo que centra em volta do Centro Acadêmico e você tem o grupo que fica em volta da Atlética. Geralmente, o grupo da Atlética é o pessoal mais conservador, não quer saber de política e de ficar perdendo tempo com isso [...]. É interessante como até de certa maneira o discurso do grupo estudantil ligado ao DCE, ao Centro Acadêmico, é muito mais radical do que o de antigamente. Mas as ações de antigamente não eram mais violentas, mas eram mais divertidas. Bom, no fundo eram mais violentas, porque sabe como resolvia o impasse de assembléia estudantil? De repen-

te um grupo que achava que ia perder a discussão, a votação, no final saía no corredor pegando tudo que era extintor de incêndio e entrava.... shhhhh.... aquilo acabava a assembléia, acabava tudo[26].

Em sentido semelhante expressou-se Albertoni, ao afirmar que,

> [...] na época, o aspecto político era intenso e muito radicalizado. Na EPM, talvez por sua origem e longo tempo como instituição privada, tanto professores como alunos em sua larga maioria eram definidos como de direita e extremamente conservadores. A minoria de espírito progressista ou socialista, tanto professores como alunos, eram bem "marcados" como de esquerda ou comunistas[27].

O período pós-1964 reforçou ainda mais esta tendência à polarização e à contraposição, como outros depoimentos deixam entrever:

> Animosidade em assembléias e mesmo tentativas de agressões físicas por parte daqueles que odiavam os "comunistas" e a "esquerda" do Centro Acadêmico eram comuns, bem como "dedações" de alunos que se gabavam de suas relações com órgãos de segurança. Era constante a pressão política, no sentido inclusive de levar a possíveis denúncias dos indivíduos de esquerda[28].

A prática vigente e muito difusa, adotada por parte dos estudantes e docentes da EPM, de rotular depreciativamente como "comunista" todo membro do movimento estudantil, continuou e se reforçou depois do golpe: "ganhei fama de comunista em 1964, por ser uma estudante de medicina que usava calça comprida e lia Sartre" declarou Regina Elza Solitrenick, relembrando os dias em que começou a atuar no CAPB e no movimento estudantil, na EPM[29].

No fundo, as definições políticas no interior das duas agremiações estudantis nunca foram realmente homogêneas. O que prevaleceu foi, no caso do CAPB, uma identificação genericamente progressista e politizada, de aspecto moderado, de militância não-partidária, que gradativamente assumiu características mais marcantes de esquerda (como já afirmei, num sentido muito amplo) dos pontos de vista ideológico e prático-organizativo. Já no caso da Atlética, havia fundamentalmente uma propensão geral de valorização do desempenho esportivo e acadêmico. Em ambas, porém, havia, desde sua fundação, grupos militantes minoritários bastante ativos: no CAPB de esquerda, na Atlética de direita. A influência dos dois núcleos mais radicais foi aumentando, a ponto de chegar à contraposição, por vezes violenta, freqüentemente muito

26. Depoimento de Durval Rosa Borges a Luigi Biondi em 17 ago. 2007.

27. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008.

28. Depoimento de A. a Luigi Biondi em 2007.

29. Regina Elza Solitrenick, "Eram os Anos 60", 19 set. 2005, disponível em http://www.amigosdozedirceu.blogger.com.br. Devido a sua atuação no movimento estudantil, Solitrenick, que entrou na EPM em 1964 e se formou em 1969, foi identificada diversas vezes – uma delas no congresso da UNE em Ibiúna, quando era aluna da EPM. Depois de formada, chegou a ser presa e torturada numa operação do DOI-CODI. Ver AESP, Deops, prontuário nº 145.425.

dura, sobretudo nos anos em torno de 1964. A polarização cresceu depois do golpe, no contexto liberticida da ditadura, diante das limitações que gravavam sobre as organizações estudantis, uma vez que até posições reformistas moderadas ou não-definíveis em uma classificação partidária rígida tornavam-se alvos da repressão.

Houve processos de mutações políticas que expressaram o contexto da época. O CAPB de 1960 não era o mesmo em 1969: o que tinha mudado era justamente o crescimento de posições de esquerda – o que, insisto, não deve levar à conclusão de que existia uma homogeneidade e uma identidade esquerdista *tout court*. Esta somente apareceu como hegemônica em alguns momentos, sobretudo em torno de 1967-1970 e, ainda assim, foi heterogênea, identificável quase exclusivamente com a defesa firme do movimento estudantil organizado, atuante contra a ditadura, e com propósitos reformadores do ensino superior, da educação em geral, da saúde pública e do mundo médico.

Entre o ano da federalização (1956) e a abertura democrática de fins dos anos de 1970, pode-se dividir e identificar a atuação do movimento estudantil na EPM em algumas fases principais.

Até 1961-1962, as diferenças de posicionamento político entre o CAPB e a Atlética eram menos evidentes. Também no Centro Acadêmico prevaleciam diretorias de tendências conservadoras, levando a uma forte concordância entre os docentes e os alunos desse ponto de vista. Diferentemente dos membros da Atlética, os alunos conservadores que integravam ou se identificavam com o CAPB não contestavam a importância da participação no movimento estudantil, considerado um espaço político imprescindível. Nesse período, duas chapas, uma de direita e uma de esquerda, se enfrentavam anualmente nas eleições do CAPB, mas a primeira levava sempre a melhor. O ambiente conservador da EPM era tão evidente nesse período, que o Centro Acadêmico chegou a encabeçar a oposição direitista no congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1963 (que elegeu como presidente da entidade o candidato da Ação Popular-AP, José Serra), apresentando como candidato de oposição seu presidente, Luiz Fernando Ferreira.

Já durante a década de 1950, apesar do predomínio católico-conservador e udenista na EPM, agia dentro do CAPB um pequeno núcleo de ativistas, alguns filiados, outros simpatizantes, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre estes, destacamos Fábio Ancona Lopez, que se formou em 1963. Ele e seu grupo mantinham uma atividade intensa no movimento estudantil e em diversos casos, de 1960 a 1964, conseguiram construir maiorias nas assembléias em torno de uma ou outra proposta – sinal do crescimento do número de estudantes que se

posicionava de forma progressista e genericamente de esquerda contra o grupo de direita. O próprio Ancona Lopez chegou a ser membro da diretoria da União Estadual dos Estudantes (UEE) e representou a entidade no Comitê de Solidariedade a Cuba, em 1961, após os eventos da Baía dos Porcos.

Num panorama de cerca de quatrocentos alunos, a chamada "célula comunista da EPM" não contava mais que dez pessoas, muito integradas nas atividades políticas extra-escolares e com uma progressiva capacidade de ampliar sua liderança e chegar a formar um círculo de simpatizantes comunistas. Tratava-se de uma rede heterogênea e cada vez mais ampla de alunos que podiam ser definidos como esquerdistas. Esta ampliada influência era reconhecida pelos outros colegas e pelos docentes, embora fosse instrumentalmente muito exagerada. Ao mesmo tempo, com a movimentação em prol das Reformas de Base, o crescimento do movimento estudantil nacional e a situação delicada em que se encontrava a EPM por conta da UFSP (que a tornava, contra sua vontade, um elemento de ponta do reformismo no governo Goulart), a militância desses poucos alunos era facilmente identificável e seria exemplarmente reprimida em 1964.

As posições políticas foram mudando aos poucos e os elementos de esquerda começaram a se destacar nas atividades do CAPB. O início dessa mudança pode ser fixado entre 1962-1963, quando os membros do Centro Acadêmico envolveram-se no movimento estudantil nacional, com suas propostas reformistas e contrastantes com as do corpo docente conservador da Escola. Como vimos, houve participação na greve de 1962, endossando a proposta da UNE de co-gestão estudantil, a luta pela federalização do HSP e, sobretudo, um aumento considerável da atividade cultural e da imprensa, com a intensificação de artigos de análise social e política n'*O Bíceps* e n'*O Barrettinho* – o primeiro um tablóide de várias páginas e o segundo uma folha mimeografada com periodicidade irregular.

O aspecto de centro cultural do CAPB, que não se perdeu mesmo após o AI-5, foi reforçado nesse período, na esteira do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. As atividades iam desde os cineclubes até a organização de palestras e conferências versando sobre temas culturais, sociais e políticos.

Ainda em 1963, alunos do CAPB, em particular os comunistas, articularam-se para inviabilizar a eleição de um colega da EPM – Luiz Fernando Ferreira – como presidente da UNE no congresso de Santo André: "aí nós começamos a minar a candidatura do Luiz, falávamos: 'não acredita no que ele fala, porque o cara é de direita, um baita rea-

cionário'"[30]. Em seguida, nas eleições à presidência do CAPB para o ano de 1964, a candidatura independente de Walter Albertoni – que não se definia como de esquerda e tinha sido vice-presidente em 1963 – obteve o apoio da chapa esquerdista, que se retirou e fez confluir seus votos para ele, compondo também a diretoria do centro. A chapa de direita, naquela ocasião capitaneada por estudantes da chamada "direita barulhenta e violenta", alguns ligados à Atlética, foi derrotada na véspera da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* ocorrida em São Paulo a 19 de março daquele ano, no período de significativa radicalização da situação política nacional.

O golpe de Estado surpreendeu os alunos e muitos outros cidadãos brasileiros, impotentes e desorganizados politicamente frente à solução autoritária do governo civil-militar. O novo governo encontrou na EPM apoio entusiasmado de muitos catedráticos e alunos. Uma nova estação se abriu na Escola e no seu movimento estudantil.

O IPM instaurado alguns dias depois do golpe ajudou a acertar contas entre os docentes, entre alguns destes e os alunos e entre os próprios alunos, não apenas no plano político, mas também profissional e pessoal. Aparentemente, o aumento do protagonismo político do movimento estudantil de esquerda na EPM deveria ter sido destruído pela ação dos IPMs. Todavia, os alunos da Escola vivenciaram uma onda progressiva de radicalização e participação política, junto com a reativação do movimento estudantil no plano nacional, que só se atenuou depois de 1970. O Pereira Barretto tornou-se um centro acadêmico mais atuante, majoritariamente orientado à esquerda, como nunca fora até então.

Os Inquéritos de 1964

A ação repressiva após o golpe foi sentida na EPM em três frentes, numa ação conjunta que envolvia alguns docentes e o aparato repressivo do Estado (Deops e Justiça Militar). Tratando-se de uma escola de ensino superior isolada, obviamente não se alcançou a mesma abrangência dos inquéritos realizados em universidades ou sindicatos, porém não teve grande diferença em relação ao que estava ocorrendo em outras faculdades de medicina[31]. A ação repressiva foi rápida, pois contava com o apoio explícito de alguns catedráticos e de alunos simpáticos ao golpe, que tinham enfrentado a gradual transformação progressista do CAPB e o crescimento da mobilização estudantil. Havia ainda um ambiente no qual, embora se vivenciasse um processo de renovação política tendencialmente progressista, resguardava-se um difuso sentimento anti-Goulart e, eventualmente, favorável à solução golpista naquele momento[32].

30. Depoimento de Carlo Pollini Quintieri a Luigi Biondi em 24 set. 2007. Os eventos ligados ao congresso de Santo André também foram mencionados por outros depoentes.

31. Na Faculdade de Medicina da USP, um IPM indiciou nove professores, o presidente da Associação de Funcionários do Hospital das Clínicas e o presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. Sobre este IPM ver Luiz Hildebrando Pereira da Silva, *Crônicas de Nossa Época*.

32. Sobre isso concordam todos os entrevistados.

Um inquérito foi instaurado contra os alunos considerados politicamente mais atuantes e outro contra os docentes comunistas. O terceiro golpe foi desferido contra Marcos Lindenberg, então reitor da UFSP.

Devemos lembrar que esta ação repressiva foi elaborada pontualmente, com precisão cirúrgica (perdoem a estranha metáfora, tratandose de uma escola de medicina). Aterrorizando alunos mais politizados, o objetivo era demitir luminares da medicina brasileira, afastar uma liderança político-acadêmica de alcance nacional, reforçar o grupo de poder conservador e corporativo que administrava a EPM havia décadas e que tinha perdido espaço frente à aliança entre os projetos reformistas no interior da Escola, o Governo Federal e o movimento estudantil para incluir a EPM em um pólo universitário de maior envergadura.

O espaço foi parcialmente recuperado após a saída de cena de Lindenberg, nomeado reitor da UFSP, após vários embates com os colegas entre 1962 e ao longo de 1963 acerca dos rumos e tempos da expansão. Em janeiro de 1964, a lista tríplice remetida ao presidente da República para a nomeação do diretor da Escola era composta pelos nomes de José Maria de Freitas, Antônio Bernardes de Oliveira e Otto Guilherme Bier[33]. Não por acaso, os últimos dois docentes comporiam a comissão que atuou no IPM de 1964.

Alguns dias após o golpe, exatamente em 9 de abril de 1964, a Congregação se reuniu para fazer o balanço da situação. Esta foi também a primeira reunião de Walter Albertoni e Wandercy Bergamo (respectivamente presidente e vice-presidente do CAPB, este último com posições claras de esquerda) como representantes discentes. Albertoni ainda hoje associa a semana pós-31 de março a um sentimento de medo:

> [...] a situação foi dramática, muito difícil. Fiquei com muito medo, porque era o diretor do CAPB e tinha sido eleito numa coligação com alunos de esquerda conhecidos. Os alunos de extrema direita começaram a me ameaçar, jogavam panfletos de esquerda na minha mesa no CAPB, na sala de aula. Minha família, de Marília, me convidava a voltar para lá, mas pensei que desta forma ia piorar a minha situação, ia ser considerado fugitivo. Um dia vi que um conhecido aluno de extrema direita [*omissis*] estava recolhendo um abaixo assinado para me condenar como comunista e fazer uma lista de alunos culpáveis. Outro aluno [*omissis*], convidou pessoal do DOPS numa assembléia para criar confusão e prender alguns colegas[34].

A busca de uma saída foi tentada por dois caminhos. Albertoni procurou o professor Jairo Ramos, reconhecido como um conservador honesto e não vingativo, e lhe explicou que, apesar dos embates

33. *Atas da Congregação*, 15 jan. 1964.

34. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008.

ocorridos entre os dois, Ramos devia saber que ele não era comunista e que estavam tentando acusá-lo injustamente. Jairo Ramos impediu que circulasse na congregação a lista acusatória formada pelos alunos de direita com os nomes dos colegas ativos no movimento estudantil para ser entregue à direção[35]. Ao mesmo tempo, Albertoni procurou o deputado estadual Fernando Mauro, do Partido Democrata-Cristão (PDC), médico que sua família conhecia bem, para explicar a situação e impedir uma ação do Departamento Estadual de Ordem Pública e Social[36]. O deputado marcou um encontro com o presidente da Assembléia Legislativa, Ciro de Albuquerque. Durante o encontro, Albertoni foi apresentado e pediu que fosse emitido um comunicado oficial onde constasse se havia alunos fichados no Deops. Mauro recebeu no dia seguinte uma declaração negativa a respeito da presença de alunos da diretoria do CAPB no Deops, que foi apresentada por Albertoni em reunião realizada em 9 de abril[37]. Por intermédio de Mauro, tinha sido marcado outro encontro, para o dia seguinte, com o diretor do Deops, "ocasião em que colocaremos à disposição de sua Excelência" – declarou Albertoni na Congregação,

> [...] os arquivos e fichários do CAPB para a competente vistoria bem como facilitaremos a S. Exc. entrevista com cada elemento da Diretoria do CAPB a fim de que a autoridade competente possa avaliar as reais tendências políticas deste centro acadêmico. Por outro lado, levaremos e nominaremos ao Diretor do DOPS pessoas que nesta escola, acobertados pela bandeira da democracia e usando o nome do DOPS tem coagido, ameaçando esta Diretoria democrata e democraticamente eleita pela maioria dos alunos desta Escola. Com estas medidas visamos colaborar com o governo a fim de que o vitorioso movimento democrático de 31 de março de 1964 não se ponha e perder pela ação nefasta de aproveitadores da ocasião[38].

Esta estratégia freou um pouco o ímpeto repressor de alguns docentes e alunos para uma ação indiscriminada do Deops na EPM, pois a identidade de vários delatores e colaboradores da polícia política poderia ser revelada, num momento em que o futuro da solução golpista ainda era incerto. Porém, tudo isso não evitou que Albertoni fosse fichado no IPM na qualidade de presidente do CAPB, junto com outros colegas.

A reunião da Congregação de 9 de abril tinha começado com uma discussão sobre a cadeira de Biofísica, devendo-se tomar uma posição sobre o caso do professor Sebastião Baeta Henriques, que era o titular e estava sofrendo um IPM, juntamente com sua esposa e pesquisadora do Instituto Butantan, Olga Bohomoletz, e Mário Schenberg, do Institu-

35. Depoimento de Walter Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008.

36. Fernando Mauro Pires Rocha fez o parto de Albertoni. Sua base eleitoral era a região de Marília, tendo sido eleito com 10 997 votos na legislatura estadual paulista de 1959-1963; com 9 435 votos na legislatura 1963-1967 e, novamente, na legislatura 1969-1971. Os dados podem ser conferidos em www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo4/parte19.pdf, acesso em jan. 2008.

37. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

38. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

to de Física da USP. Logo depois começou um ataque vindo do professor Antônio Bernardes de Oliveira, titular da cadeira de Cirurgia, que pediu por escrito o estabelecimento de uma repressão ampla e efetiva dentro da Escola[39]:

> Considerando que o recente movimento revolucionário democrático derrubou um Governo nitidamente totalitário e esquerdizante, considerando que essa vitória só se efetivará realmente quando estiverem afastados das posições de mando todos os que contribuíram para a crescente infiltração e implantação de idéias e providências esquerdizantes [...] proponho que seja enviada simultaneamente ao Governo do Estado e ao II Exército, a relação completa dos componentes do quadro docente, administrativo e discente da EPM e HSP, para efeito de obter informações quanto à atuação dos mesmos na trama contra o regime, e ainda, proponho que sejam tomadas as necessárias medidas para a devida punição, inclusive com o afastamento de suas posições e funções de todos aqueles professores, assistentes, auxiliares de ensino e funcionários [...] que possam ser considerados nocivos à consolidação da remodelação democrática visada pela revolução[40].

Bernardes de Oliveira pretendia que o documento fosse endossado pela Congregação. Mas, como vimos, depois da intervenção de Albertoni (representante dos alunos), alguns docentes começaram a se posicionar de modo diferenciado. Entre os vários que falaram, José Leal Prado de Carvalho votou contra a proposta de Oliveira pois, em seu entender, isso significava "colocar mais lenha na fogueira". Rodolfo de Freitas elogiou Albertoni, dizendo que estava de acordo com o espírito da sua proposta, mas não com a forma e pediu que fosse transformada em simples pedido de informações da EPM para o governo. Azarias de Andrade Carvalho sugeriu que a Escola deveria estar inteiramente à disposição para averiguações, mas que não precisava adiantar as informações caso não fossem solicitadas. Assim, após um amplo debate, ficou decidido que o documento fosse novamente redigido e recebesse então a assinatura dos professores da Escola que desejassem apoiá-lo[41].

Ainda assim, o IPM contra os estudantes teve início em abril. Como todos os outros instaurados no mesmo período em São Paulo, foi presidido por José Tinoco Barreto, juiz-auditor da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, e integrado pelos professores Rodolfo de Freitas, Otto Bier e Antonio Bernardes de Oliveira – apoiadores do golpe e da repressão interna que se tornaram, assim, braços naturais da intervenção político-militar na instituição.

39. Com um passado constitucionalista, Antonio Bernardes de Oliveira foi major médico em 1932. Em 1965, chegou a freqüentar os cursos da Escola Superior de Guerra. Ver outros dados biográficos em José Ribeiro do Valle, *op. cit.*

40. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

41. *Idem.*

Todos os alunos envolvidos no mesmo IPM foram acusados de subversão e, sobretudo, atividade comunista. Três acadêmicos – Cícero Brasiliano, Tsuyoshi Yamashita e Carlo Pollini Quintieri – foram agrupados e identificados como atuantes em conjunto, como se constituíssem um micro-grupo dentro do CAPB, com forte grau de politização e envolvimento. Fábio Ancona Lopez, ex-aluno recém-formado, também foi acusado no IPM, e ouvido pela mesma comissão. Finalmente, Walter Albertoni não foi poupado do inquérito, apesar do apoio recebido do deputado Fernando Mauro e de Jairo Ramos, aplicando-se a ele o silogismo em voga no movimento anti-Jango: quem recebia o apoio da esquerda e dos comunistas era comunista também. Albertoni tinha sido eleito para a presidência do CAPB com o apoio dos estudantes esquerdistas, entre os quais se destacavam Brasiliano, Yamashita e Quintieri.

De fato, os três participavam assiduamente, havia tempos, de diversos grupos e reuniões do Partido Comunista Brasileiro. É interessante elaborar um panorama de suas trajetórias como militantes no movimento estudantil e fora dele. Seus percursos evidenciam os modos diferentes, todavia convergentes, pelos quais se deu o despertar político na primeira metade da década de 1960, ajudando a entender o crescimento gradual, mas intenso, da identificação com grupos e partidos de esquerda ou reformistas no meio estudantil e como este tinha se transformado nos anos que antecederam o golpe.

Brasiliano e Yamashita não vinham de famílias com experiências militantes de esquerda, nem com experiências de participação política ativa. O pai de Brasiliano era um advogado com simpatias udenistas, mas não era partidário. Já Tsuyoshi era filho de imigrantes japoneses instalados no interior de São Paulo que nunca se interessaram ativamente pela política brasileira.

Também no caso de Carlo Pollini Quintieri, o que mais tinha precedentes políticos e uma história familiar que se desenvolveu quase exclusivamente em bairros operários de São Paulo, não se pode dizer que fosse filho ou assíduo freqüentador de meios militantes. Cresceu com a mãe e os avós maternos, imigrantes italianos setentrionais, no bairro da Mooca. O avô era um operário têxtil especializado que tinha aprimorado seu ofício e tornara-se gerente de alguns setores de fabricação de tecidos em diversas indústrias de São Paulo, sendo genericamente socialista. Segundo Pollini Quintieri, mais que a ideologia vagamente anarco-socialista do avô materno, foi a avó que o sensibilizou para as questões sociais desde criança e ao mesmo tempo estimulou nele a associação entre esta visão social e a profissão médica. Para Quintieri, a militância começou durante o curso secundário e prosseguiu no pe-

ríodo em que cursou odontologia na USP. Nessa fase da sua vida, portanto antes de entrar na EPM, ele participou ativamente do movimento estudantil, no centro acadêmico da Faculdade de Odontologia da USP, chegando a ser eleito diretor social do centro e mais tarde segundo secretário da UEE. Foram anos de intensa atividade política para o jovem Carlo, que começou a freqüentar também reuniões do PCB, ao qual foi filiado até os dias do IPM na Escola Paulista de Medicina. Quintieri participava regularmente de reuniões e atividades político-culturais na União Estadual e na União Nacional dos Estudantes – fazendo, como outros colegas, a intermediação com o Partidão, lembrando-se ainda hoje, sobretudo, dos encontros no escritório do advogado Rio Branco Paranhos e também do dia em que foi preso temporariamente na delegacia de Santo André com outros colegas da odontologia e farmácia da USP, quando foram realizar comício relâmpago e panfletagem em portas de fábricas a favor da posse de Jango[42].

Também para Brasiliano e Yamashita, a militância se intensificou com a entrada no curso superior. Diferentemente de Quintieri, ambos eram recém-egressos do secundário. Os dois aproximaram-se mais do PCB, chegando a se filiar de modo informal e a participar assiduamente das reuniões em organizações de base do Partidão formadas quase exclusivamente por estudantes. Ainda assim, os três não faziam parte da mesma célula, freqüentavam grupos diferentes dentro do PCB, mas pode-se dizer que, no âmbito do CAPB e em geral da atividade estudantil na EPM, constituíam uma micro-célula, além de se identificar com o grupo mais amplo de "esquerda". Tratava-se, efetivamente, de uma militância "leve" dentro do PCB, ainda que cada vez mais assídua, típica do meio estudantil universitário dos anos que antecederam o golpe, muito mais ligado ao movimento estudantil do que às estruturas partidárias[43].

Cícero Brasiliano tinha se tornado marxista a partir de leituras próprias, no secundário, e a entrada no curso de Medicina tinha origem nas suas preocupações sociais. Uma vez matriculado no ensino superior, sua sensibilidade para a transformação social encontrou eco na efervescência social e cultural do período. Na EPM, ainda que esse processo fosse tímido quando comparado ao que ocorria em outras instituições de ensino superior, a efervescência também encontrou espaço, sobretudo a partir da atuação de estudantes como Brasiliano.

Quanto a Yamashita, o caminho em direção à militância comunista foi um pouco diferente. Começou no secundário, no Colégio Roosevelt, na Liberdade, e a partir de sua experiência na igreja Holyness do Brasil (uma vertente metodista difundida entre os imigrantes japoneses). Ali, ele entrou em contato com um colega de origem japonesa,

42. Depoimento de Carlo Pollini Quintieri a Luigi Biondi em 24 set. 2007: "O Jânio renunciou, eu estava na Faculdade de Odontologia e não queriam dar a posse para o vice-presidente que era o João Goulart, era o prenúncio do golpe, né? E um grupo da Faculdade de Odontologia, de esquerda, lógico, falou: 'vamos para Santo André fazer uma convocação de uma greve-geral', isso em assembléia deliberada, e coube pra gente ir a Santo André, porque eu tinha um carro [...]. 'Peguem os folhetos e vão para a Avenida Industrial'. Aí esperaram a gente fazer aquele comício grandão, distribuir os panfletos, tal, os panfletos eram impressos na Politécnica, incitando os trabalhadores da greve a dar a posse ao vice-presidente".

43. Assim relembra Cícero Brasiliano do PCB do período: "[...] o partido era uma ficção, o partido não existia. Que era o Partido Comunista? Eram pessoas, alguns marxistas, pessoas que se diziam marxistas, que se reuniam pra conversar, não tinha uma orientação que vinha de cima, isso não existia, era uma ficção, era muito fraca a organização, tanto é que veio o golpe e não aconteceu nada, quer dizer, a direita exagerava a força dos comunistas, eles não tinham força quase nenhuma, aliás, esse era outro mérito da comissão de inquérito, mostrou fraqueza, né? A nossa fraqueza, eles eram muito mais fortes".

comunista, ambos participando do PCB e, como estudantes universitários, da União Cristã dos Estudantes do Brasil, que tinha posições de esquerda, com membros atuantes na Ação Popular e no PCB. Diferentemente de Brasiliano, que vinha de uma família de classe média (o pai era advogado e participou da defesa dos três estudantes no IPM, mas não era de tradição de esquerda), Yamashita era filho de imigrantes lavradores e pequenos proprietários – tanto que uma das acusações que lhe moveram foi em relação a um artigo sobre reforma agrária escrito por ele e publicado n'*O Bíceps*, no qual havia várias referências à sua história pessoal.

O grupo de docentes que atuou no inquérito focalizou suas acusações na chamada atividade subversiva antinacional, atacando diversos tipos de ações estudantis. Desta, escaparam as ações especificamente culturais (que constituíam grande parte das manifestações dos alunos) e partidárias – pois estas, talvez com exceção de Ancona Lopez, eram bastante tênues. Em primeiro lugar, foi destacada a intensa participação (notória para todos eles, menos para Albertoni) na UEE e na UNE, sobretudo no congresso de Santo André em 1963. Em segundo lugar, foi frisada a atuação dos estudantes, por meio de artigos n'*O Barrettinho* e n'*O Bíceps*, como defensores do movimento estudantil, propagandistas das reformas de base e da cultura antagonista e em particular do conteúdo das peças, filmes e outras manifestações propugnadas pelos CPC da UNE. Em seguida, vinha toda uma série de acusações políticas, que iam desde "quem pichou nos muros da Escola 'fora Lacerda!'" a como se configurava o envolvimento de cada um nas estruturas do PCB e se havia ligações com outros estudantes e docentes.

Todo o aparato de perguntas, suspeitas e acusações era direcionado a formar a acusação de atividade antinacional a membros capilares do Partido Comunista. Exceto por uma ou outra posição explícita dos estudantes inquiridos, não havia diferenças substancias de participação entre os estudantes que se reconheciam no "grupo de esquerda" e no grupo democrático mais amplo que editava *O Bíceps* e *O Barrettinho*. A rapidez e a objetividade com as quais esses alunos foram identificados são indícios das ligações entre alunos e docentes de direita existentes pelo menos desde a radicalização do ambiente político nos anos de 1962-1964 e, sobretudo, desde a derrota de Luiz Fernando Ferreira no congresso da UNE e da vitória da chapa encabeçada por Albertoni para a diretoria do CAPB.

A militância estudantil e partidária dos alunos inquiridos terminou com aquele IPM, apesar de não ter ocorrido condenação alguma. Não houve prisão nem expulsão, somente atraso na formação. Níce-

ro, Tsuyoshi e Carlo praticamente saíram do "bonde" de sua turma e, portanto, da progressão seriada típica das faculdades de Medicina. Perderam o ano e foram incorporados à turma que ingressou em 1964. Até a conclusão do curso, em 1968, os três não sofreram outras conseqüências do IPM, a não ser o medo que os acompanhou e o fato de se afastarem da atuação política e cultural. Talvez mais que a defesa dos advogados ao longo do processo, foi a carta assinada por todos os colegas de turma que salvou os acadêmicos inquiridos, nela declarando que eram ótimos alunos e colegas e que nunca perturbaram as aulas ou afetaram o espírito de companheirismo. Somente Yamashita continuou a atuar, ainda que timidamente, na União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB)[44], até que, em 1970, foi parar no Deops, preso numa das investidas da Operação Bandeirantes (OBAN) quando desenvolvia uma atividade de organização política em Santo André juntamente com outros médicos, alguns deles colegas seus do Hospital do Servidor Público Estadual, onde trabalhava como endocrinologista[45].

Fábio Ancona Lopez também saiu ileso do IPM. Mas, para sentir-se mais seguro, optou, na época, por trabalhar em Botucatu, mantendo uma militância discreta – pois nunca aceitou a opção pela luta armada "que estava fragmentando o partido de modo muito grande". Posteriormente, esse evento lhe criou uma série de dificuldades quando da sua contratação na Unesp[46].

O objetivo da repressão foi alcançado com rapidez: o grupo dos alunos de esquerda da EPM foi silenciado e desestruturado depois do golpe, sem que fossem necessárias ações ulteriores. Todavia, depois do atordoamento no primeiro momento, o CAPB retomou iniciativas de contraste pacífico em relação à ditadura e de reorganização do movimento estudantil na EPM, inserindo-se ainda mais no movimento nacional, até que o AI-5 fez a repressão amplificar-se.

O engajamento do CAPB a partir de 1965 no movimento estudantil nacional foi acompanhado intensamente pelos alunos da EPM. Ainda no final de 1964, quando a ditadura promulgou a Lei Suplicy de Lacerda[47], os alunos ativistas do Centro Acadêmico criaram um diretório acadêmico para cumprir a exigência do governo, por sugestão do seu presidente, Marcos Ferraz. Todavia, mantiveram o CAPB e determinaram que a diretoria seria a mesma. Já em 1965 foi realizada a primeira greve estudantil sob a Lei Suplicy e, em 1966 e 1967, a diretoria do CAPB ficou nas mãos de um grupo esquerdista, nas gestões de Erkki Juhani Larsson e depois de Artur Beltrame Ribeiro[48]. Após um breve parêntese, a partir do final de 1968, este grupo voltou a liderar as atividades de mobilização estudantil. Diferentemente do grupo progres-

44. "Depois que entrou a ditadura e teve esse IPM, a gente ficou sem muita ação, aí acabou. Os partidos políticos destroçados, nesse período de 1964 a 1968 ficaram meio parados, não tinha muito que fazer, mas a UCEB se reuniu e continuou e eles fizeram um projeto em 1965-1966 com uma universidade americana, e a gente foi para o Nordeste, Recife, junto com a Universidade de Cornell, a gente se reuniu lá e ajudou a construir uma igreja, em associação com um padre lá de um bairro que se chama Ponte dos Carvalhos [...], esse era um padre de esquerda. O intuito era mostrar a realidade brasileira no sertão. Ao nível da EPM não teve muita coisa mais. Em 1968 me formei, aí fui servir o exército como médico".

45. "Eu fui a algumas reuniões e tal, mas aí o que acontece em uma dessas reuniões: eu já estava no Hospital do Servidor, as meninas pegaram e levaram livros para deixar na garagem lá de casa, e a polícia soube que levaram os livros lá. Alguém deve ter falado. Eles me prenderam, aí eu fui lá na OBAN, passei uns dias lá, para mim foi uma eternidade, mas eu vi os processos, acho que foram dois ou três dias, aí depois eu fiquei uma semana, dez dias lá no DOPS, até cheguei a apanhar um pouco, mas não muito, só ameaça, no primeiro dia me deram umas pauladas, mas depois me puseram no 'pau de arara' e me bateram, mas depois só ameaça." Todavia, não foi condenado no processo que se seguiu.

46. Somente em 1980 Fábio Ancona Lopez passou a ser docente da EPM.

47. Essa lei extinguia a UNE e as UEEs e, ao proibir a existência de centros acadêmicos ligados as estas entidades, criava-se os diretórios acadêmicos. Todas as instâncias de representação estudantil passavam a ficar subordinadas ao MEC.

48. Por causa dessa greve, Beltrame Ribeiro e Marcos Ferraz foram muito bem recebidos em um congresso da UEE realizado em Piracibaba. Beltrame Ribeiro lembra jocosamente que "o Marcos dizia, em declaração à imprensa, que se tratava de um 'churrasco de confraternização' e não uma greve". *Questionário Militância EPM (Artur Beltrame Ribeiro)*, 2007. Marcos Ferraz é atualmente pro-

sista do CAPB que antecedeu o golpe, o grupo que liderou o Centro no período entre 1965 e 1970 era mais claramente orientado à esquerda e teve também um séquito maior. De forma mais intensa do que no período anterior, vários dentre aqueles estudantes eram muito próximos do PCB ou, parcialmente, da esquerda comunista dissidente que ia se radicalizando na época, embora a luta armada fosse um opção que praticamente não encontrou espaço na EPM[49]. A partir de 1965-1966, a presença de delegados do CAPB nos congressos semi-clandestinos da UNE e da UEE foi marcante e os estudantes da EPM foram perdendo o estigma de alunos de direita que tinham no início dos anos de 1960[50].

Quero apresentar, neste ponto, as lembranças de Cícero Brasiliano, um dos principais acusados em 1964, não somente como elemento documental para a análise da ação política na EPM da época mas, principalmente como memória significativa por muito tempo não-dita, escondida e silenciada de um momento crítico da história do Brasil, cujo significado vai além do estudo de caso da história da Escola Paulista de Medicina:

> Havia um clima de terror naquela época, eu tinha vinte e um para vinte e dois anos [...]. O que aconteceu comigo, a primeira idéia era que eu fosse expulso da EPM, eu demorei para entrar na EPM, não entrei de cara, eu fiz três vestibulares [...]. Mas então eles me entregam esse documento, e o inquérito foi muito interessante. Era um por um, eram quatro ou cinco estudantes que iam participar disso, e eu só me lembro de três [...]. Eles deixavam a gente trancado em uma sala da microbiologia, que era justamente onde o Otto Bier dava aula, ficava trancado umas duas horas, sem saber o que ia acontecer [...]. Aí chamam a gente e quando chego lá tem uma mesa onde está o Otto Bier, o Rodolfo de Freitas e Antônio Bernardes de Oliveira [...]. Então eu era um estudante de 21 anos com três professores titulares na frente, mais o secretário, que era o Horácio Pasquim, aí ficaram indagando se eu tinha atividades comunistas, então eu perguntei: "o que vocês chamam de atividades comunistas?". Eu participei do congresso da UNE, não, eu fiquei tão intimidado que eu não falei que tinha ido ao congresso "Você foi ao congresso?", "Não, não fui". "Você conhece tal fulano?", "Não, não conheço". Então eu pensei que só me faltava ficar lá mais duas horas. Então voltei para a sala e neguei tudo, então fiquei mais duas horas esperando, aí eu pensei que não adiantava eu ficar negando a evidência, eu tinha que falar a verdade, aí eu volto de novo duas horas depois, então já são quatro horas, aí eles me perguntam e eu disse que realmente eu não falei a verdade, fiquei intimidado, fiquei com medo, mas eu estive no congresso da UNE sim, junto com meus colegas que vocês estão citando aí, só que eu não vejo nenhum crime em ir no congresso da UNE. Então me perguntaram: o que você mais fez de subversivo na escola? Eu

fessor titular de Psiquiatria na Unifesp; Beltrame Ribeiro, de Nefrologia. Sobre as atividades dos dois na época, ver também AESP/Deops, prontuários nºˢ 89.929 e 144.578.

49. Por exemplo, nos casos de Nestor Schor (atualmente professor titular de Nefrologia na Unifesp, paulistano e filho de pais judeus originários da Romênia) e de Rubens Belfort, ambos tinham sido criados em um ambiente familiar onde a militância comunista era muito presente. Ver depoimentos de Schor e Belfort a Luigi Biondi, respectivamente em fev. 2008 e dez. 2007. Ver também AESP/Deops, prontuário nº 89.929.

50. Ver os depoimentos já citados de Schor, Beltrame Ribeiro e as memórias, já citadas, de Paulo José Brito de Castro. Ver, ainda, no AESP/Deops, os prontuários nºˢ 143.123 (Erkki Larsson), 144.578 (Marcos Ferraz), 145.425 (R. E. Solitrenick) e 143.135 (Rubens Belfort). No Congresso de Ibiúna, diversos representantes do CAPB foram presos, assim como em 1966, quando mais de 150 estudantes foram presos no Congresso da UNE-UEE (SP) em São Bernardo do Campo. Entre eles, estavam os representantes dos alunos da EPM: Beltrame Ribeiro, Rubens Belfort e Erkki Larsson.

respondi que de subversivo eu não sabia o que tinha feito, "eu sei que eu escrevi uns artigos para *O Bíceps*", "Que artigo você escreveu?". Eu falei daquele período da crise dos mísseis em Cuba, no jornal *O Bíceps* eu escrevi um artigo defendendo a paz que tinha que ter um meio de se chegar à paz, então eu falei que era um artigo defendendo a paz; nesse momento o Bier levanta da mesa, vem até mim e mostra que debaixo do vidro da mesa dele havia uma pomba da paz de Picasso, então me disse: o senhor sem dúvida é comunista porque quem defende a paz são os comunistas, "olha aqui a pomba da paz do Picasso". Então eu me senti um pouco mal porque eu percebi que estava falando com uma pessoa, que tinha uma visão completamente diferente da minha, achei que ia ser expulso da Escola, depois me perguntaram outras coisas, mas tirando esse aspecto do Bier, que ele foi muito, terrivelmente reacionário, quem defende a paz são os comunistas, eu não tive coragem de perguntar: "e quem não defende quem são?". Eu só não perguntei porque eu estava muito intimidado, tinha 21 anos e tudo no Brasil caindo. Então o Antônio Bernardes de Oliveira me pergunta se eu tinha escrito um outro artigo, então eu disse que tinha escrito outro artigo n'*O Bíceps* sobre o Brecht, eu gostava desses autores e tinha escrito um texto sobre uma peça que tinha acontecido no Teatro Arena, chamado *Os Fuzis da Senhora Carrar*, é uma peça muito bonita [...]. Aí o Antônio Bernardes fala de novo que o Brecht era um autor de esquerda, algo parecido [...]. Pra você ter uma idéia do clima que tava na Escola depois do inquérito eu não sabia o que ia acontecer comigo, então, por exemplo, a gente ia ter aula de farmacologia com um cara chamado Ribeiro do Valle, eu estava na aula e tinha um cachorro eviscerado [...] e sendo injetado nele alguma substância farmacológica para ver a reação dentro dele, o Ribeiro do Valle vira para a classe e fala: "Vocês acham que esse é um cachorro ou um cãomunista". Gostaria que isso ficasse gravado, Ribeiro do Valle falou isso numa aula e eu na minha condição de ter sido submetido a um inquérito não sabia o que ia acontecer, olha só o que ele estava dizendo dos comunistas, é um "cãomunista", um cão todo eviscerado, uma época que tinha torturas, assassinatos, uma época de terror para aquelas pessoas que participaram[51].

As atividades culturais do CAPB e dos alunos de militância política mais intensa eram um dos fulcros da atuação estudantil do início dos anos de 1960 e assumiam um valor reformador e político ainda mais forte no ambiente médico, uma vez que esses acadêmicos compartilhavam a idéia de uma formação humanística *tout court*, que eles ainda não conseguiam encontrar na EPM – antiga, isolada e resistente à expansão da UFSP que ocorria naqueles anos. Entre integrantes e simpatizantes do heterogêneo grupo progressista do CAPB, a atuação cultural e a participação em cursos oferecidos por outras faculdades

51. Entrevista com Cícero José Brasiliano já citada.

(por exemplo, as aulas de Florestan Fernandes na USP, que alguns deles freqüentavam periodicamente) eram consideradas parte integrante da formação do médico. Respondiam, também, ao desejo deles de uma inserção do profissional da saúde na sociedade e, especificamente, na estruturação de políticas públicas de saúde e na resolução das carências sanitárias das classes populares, especialmente na cidade de São Paulo, que havia décadas estava em franca expansão industrial.

Brasiliano e Rosa Borges, por exemplo, certa vez pensaram em filmar a chegada dos migrantes na Estação do Norte, no Brás – uma das tantas atividades projetadas ou realizadas pelos alunos do CAPB como resposta à formação profissional tecnocrata prevalecente na EPM, ou como caminho para formar médicos que não fossem sanitaristas ou bem estabelecidos doutores com clínicas particulares, mas partícipes ativos do melhoramento das condições gerais de vida.

Denúncias das questões sociais candentes, atuação cultural e tímidas tentativas de aproximação com os trabalhadores eram sinais de um mal-estar que eles vivenciavam na EPM como médicos em formação e que tinha seu foco na insatisfação em relação ao papel secundário que os conteúdos de medicina preventiva tinham no curso de Medicina. Para a maioria dos estudantes envolvidos no movimento estudantil, a disciplina ministrada por Walter Leser era de bom nível, mas demasiado fincada nos exames estatísticos, sem nenhuma abertura para a análise social, antropológica, histórica, política e filosófica de todas as complexas questões relacionadas à intervenção do médico como ator social, intérprete da sociedade na qual ele atua *curando*. Isso em um curso com apenas uma ou outra visita a favelas, cortiços e bairros populares da cidade. Apesar de Leser ter uma reflexão sobre saúde pública, seu tecnicismo se ajustava mais a uma idéia conservadora da medicina preventiva. Não por acaso, atuou como secretário estadual da Saúde durante a ditadura, operando algumas reformas importantes no ato médico, como a eliminação legal do parto realizado por parteiras.

A crítica à desvinculação entre o ensino na Escola, as questões sociais e a formação sociopolítica e cultural do médico, voltaria com intensidade entre os estudantes que atuaram nos anos em torno de 1968, abrindo progressivamente espaço para uma reavaliação da Disciplina Medicina Preventiva à luz das análises e pesquisas em ciências sociais.

* * *

Todavia, na EPM também havia docentes que se identificavam com a esquerda. A repressão pós-golpe atuou rapidamente, isolando e cassan-

do dois desses professores, que eram reconhecidos intelectuais comunistas: Sebastião Baeta Henriques e David Rosenberg.

Além de regente da cátedra de Biofísica da EPM, Baeta Henriques era chefe da seção de Bioquímica do Instituto Butantan. Sua exclusão da Escola ocorreu paralelamente à instalação do IPM em 4 de abril de 1964 – contra ele, sua esposa Olga Bohomoletz e o físico Mário Schenberg da USP, e destinado a perseguir alguns dos principais cientistas brasileiros filiados ao PCB em São Paulo, como participantes da chamada "célula dos intelectuais". O IPM foi concluído em outubro de 1964, mas a Congregação da EPM antecipou-se à decisão da Justiça Militar, afastando o professor após um longo debate na reunião de 9 de abril daquele ano. A proposta de afastamento de Baeta Henriques por motivos políticos foi instada pelo CTA; posta em votação, a proposta foi aprovada contra os votos do professores Leal Prado e Renato de Toledo[52]. O primeiro resistiu à expulsão do colega, alegando que "nunca se aproveitou o prof. Baeta Henriques de sua posição de professor de Biofísica para defender suas idéias ou fazer proselitismo entre os alunos"[53] e que sua única atitude política pública no âmbito da Escola foi ter se recusado a assinar o Manifesto da Congregação contra a nomeação do Conselho da Universidade Federal, "não tanto porque não estivesse de acordo com a Congregação, mas porque não desejava ser usado como propaganda anti-Goulart". Continuou Leal Prado:

> Que eu saiba esta foi sua única atitude política adotada na Escola e com ela eu discordo (já lhe disse). Entretanto, tem havido em outras ocasiões casos de professores da Escola adotando posições políticas ou não, julgadas erradas pela Congregação, sem que daí resultassem sanções contra o professor. O afastamento do prof. Baeta Henriques, agora, poderá ser interpretado como uma represália a sua posição política [...]. Se ele perder a posição na Escola agora, este fato poderá ser usado contra ele no serviço público estadual, o que poderá acarretar-lhe muitos dissabores e, inclusive, a perda de seu local de trabalho"[54].

Leal Prado podia ser entendido como um conservador, mas era contrário ao desfecho golpista e ao terrorismo cultural em todas suas manifestações, além de ser amigo pessoal de Baeta Henriques, com o qual colaborava em pesquisas biomédicas pioneiras desde seus estudos na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Para além da apaixonada defesa feita por este cientista, as intervenções dos outros docentes procuraram a demolir a figura de Baeta, utilizando sofismas[55], declarações anticomunistas e queixas contra a didática do docente. De fato, havia o enfrentamento de duas propostas. De um lado a de Leal Prado, que

52. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

53. *Idem*.

54. *Idem*.

55. Do tipo usado por Ribeiro do Valle, secretário *ad hoc* da reunião, do qual Baeta Henriques foi assistente no Instituto Butantan e na cadeira de Farmacologia da EPM, que se declarava "amigo pessoal" de Henriques: "Ao aprovar a proposta apresentada pelo Conselho não está votando contra o Professor Baeta e sim a favor da Escola e de seu livre-docente dos mais capazes". Ver *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

queria proteger o docente frente à repressão, recusando o pedido antecipado de afastamento e propondo esperar uma definição da situação política nacional e o desfecho do próprio IPM[56]. De outro lado, a proposta vencedora, que afastava Baeta Henriques por motivos políticos e confiava a cátedra a outro docente, sem esperar o término do IPM.

Entre os defensores da segunda proposta estava Otto Bier, que se valeu de queixas dos alunos como argumento contra Henriques[57]:

> [...] a) assegurar a rotatividade da regência interna da cátedra, proporcionando oportunidade a outro livre-docente da Escola, o professor dr. Antonio Cechelli de Mattos Paiva; b) corrigir defeitos de didática, que constituíram motivos constantes de reclamação por parte dos estudantes durante a ocupação da cátedra pelo prof. dr. Sebastião Baeta Henriques; c) prover interinamente a cátedra com um professor em tempo integral, providência essencial à organização do Departamento de Biofísica agora em suas novas instalações. Esta última condição é aceita pelo prof. dr. Antonio Cechelli de Mattos Paiva, porém nunca o pode ser pelo prof. dr. Sebastião Baeta Henriques, preso que está à sua condição de chefe da Secção de Bioquímica do Instituto Butantan. Não pode a Congregação da Escola Paulista sentir-se responsável pelas conseqüências de sua ideologia comunista e entende mesmo, o prof. dr. Otto Guilherme Bier, que na atual conjectura esta poderá, por si só, constituir razão suficiente para o afastamento do atual regente da Cátedra de Biofísica[58].

Sebastião Baeta Henriques e a esposa Olga Bohomoletz trabalhavam juntos no Instituto Butantan desde a chegada dos dois a São Paulo, em 1944. Formaram-se na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e integravam o grupo de cientistas conhecidos como "baetófilos"[59], entre os quais se contava ainda Leal Prado, que foi convidado por Ribeiro do Valle para integrar as equipes de pesquisadores do Instituto Butantan, na Seção de Endocrinologia, em 1943. No ano seguinte, sob sugestão do próprio Leal Prado, Ribeiro do Valle convidou o casal Henriques a trabalhar na mesma seção do Instituto. Olga continuou ali até o exílio, enquanto Sebastião foi integrado também à EPM a partir de 1946, como assistente e professor de Farmacologia (inicialmente, no lugar de Ribeiro do Valle, que estava na América do Norte), até que, em 1957, começou a exercer a docência na cátedra de Biofísica, tornando-se livre-docente desta em 1961 e regente em 1963[60], quando passou a receber efetivamente a denominação de Biofísica[61]. Em 1947, após o fechamento da Seção de Endocrinologia do Instituto Butantan pelo governo Adhemar de Barros[62], a equipe de Ribeiro do Valle se dispersou e foi se alocando na EPM. Sebastião e Olga, porém, após experiência de pes-

56. Nas palavras de Leal Prado: "Acredito que se deveria deixar somar [*sic*] a situação política nacional e posteriormente, se a Congregação deliberar que na Cadeira de Biofísica realmente não é conveniente, será possível interrompê-la, inclusive simplesmente pedindo-lhe [ao prof. Baeta Henriques] que apresente um pedido de demissão". *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964.

57. As queixas eram referentes a uma dificuldade de comunicação de Baeta Henriques, como confirmado em muitos depoimentos concedidos ao autor para esta pesquisa, entre os quais destacamos o de Durval Rosa Borges, que lembrou como, por causa da dificuldade comunicativa do docente, era impossível acusá-lo de proselitismo entre os alunos. Estas considerações confirmam a linha de defesa de Henriques feita por Leal Prado na Congregação na época. Os poucos alunos que conheciam a militância de Henriques eram alguns filiados do PCB, como Cícero Brasiliano, que o tinham conhecido ou ouviram falar dele na USP, na UNE ou no partido, como um dos integrantes da "célula dos intelectuais".

58. *Atas da Congregação*, 9 abr. 1964. Sebastião Baeta Henriques e Antonio Cechelli da Mattos Paiva se reencontraram anos depois, na condição de conselheiros da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (gestão 1981-1983).

59. "Aqueles discípulos de Baeta Viana que se distinguiam e se distinguem pela devoção ao mestre e pela defesa entusiástica de suas idéias. Carlos Diniz, Veiga Sales de Moura Gonçalves, Leal Prado, Wilson Beraldo, Baeta Henriques, Olga Bohomoletz, [Antônio] Oliveira Lima, Sales Jesuino, Geraldo Siffert, Adauto Barbosa, José Normanha, [José] Lopes Faria, Marcionilo Lins, Ferreira Fernandes, Paulo Correa e Márcio Pinheiro são exemplos da presença da escola baetiana, na bioquímica, na pedagogia e/ou na clínica". Cf. Luiz de Paula Castro e João Amilcar Salgado, "Os 80 Anos de Carlos Ribeiro Diniz", disponível em http://www.medicina.ufmg.br.

60. José Ribeiro do Valle, *op. cit.,* pp. 175-177 e 323.

quisa no Canadá, montaram um laboratório de Bioquímica e fizeram carreira no Butantan, onde desenvolveram a Seção de Bioquímica dos anos de 1950 até 1964. A exclusão da equipe montada por Ribeiro do Valle no Butantan era o corolário imediato do fim da direção do Instituto, exercida pelo próprio Otto Bier entre 1944 e 1947.

É difícil dizer quanto o crescimento profissional dos cientistas Baeta Henriques e Bohomoletz no Butantan pode ter contribuído para acirrar rivalidades, no momento em que ocorria a saída de um grupo de colegas do mesmo Instituto, com a conseqüente restrição de suas atividades à Escola Paulista de Medicina. Tais rivalidades podem ter assumido feições diversas num contexto político radicalizado, no qual deve ser incluída também a divisão operada entre os contrários e os favoráveis à UFSP e, num plano mais amplo, ao governo Goulart[63]. Baeta Henriques ficou abalado com a decisão da Congregação, não esperando tal desfecho. Ainda assim, quando voltou ao Brasil após o primeiro período de exílio, continuou sua colaboração com Ribeiro do Valle[64].

A militância de Baeta Henriques e Bohomoletz no PCB, que começou já antes da entrada deles na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, era a do tipo comum a muitos pesquisadores e docentes universitários, que viam no socialismo soviético um modelo de desenvolvimento nacional, de ciência e pesquisa de ponta e de escolarização de massa[65]. No caso deles, a militância realizava-se no Centro de Estudos Sociais, que contava com o físico Mário Schenberg na qualidade de um de seus principais animadores, e cuja secretária era a própria Olga. O Centro atuava como um núcleo de discussão e atividades culturais entre intelectuais em São Paulo, como o arquiteto José Vilanova Artigas e o historiador Caio Prado Júnior, e para militantes do Partido Comunista[66].

Militantes conhecidos e cientistas de renome, Baeta Henriques e Bohomoletz fugiram separadamente para o exterior para evitar a prisão, cerca de duas semanas após o golpe. Olga refugiou-se na embaixada do Peru e dali seguiu para aquele país da América do Sul. A rota de fuga de Sebastião foi do aeroporto de São Paulo diretamente para a Inglaterra. Olga não conseguiu visto para a Grã-Bretanha, seguindo então para Paris e, dois meses depois, para Moscou. Sebastião ficou um ano trabalhando em um instituto de pesquisas em Londres. Reencontraram-se em Moscou um ano depois, onde trabalharam no Instituto de Biomedicina Gamaleya, até que Leal Prado, que fora enviado por Ribeiro do Valle para participar da consolidação do curso de Medicina na Faculdade de Botucatu[67] os convidou para trabalhar ali em 1967-1968. Pensavam em se fixar novamente em definitivo no Brasil em 1969 mas, com o AI-5, reiniciaram suas peregrinações, sobretudo entre

61. A cátedra mudou de nome com o próprio Baeta Henriques, pois desde sua fundação, em 1934, era chamada de cadeira de Física-Médica.

62. Ver entrevista concedida por José Ribeiro do Valle a Luiz R. Travassos, Neide Lurkiewicz e Vera Rita da Costa em 1988, disponível em http://www.canalciencia.ibict.br.

63. Maria Cecília Ferraz de Oliveira, que como jovem pesquisadora colaborou com o casal, confirmou que Baeta Henriques utilizava, na época, quase exclusivamente o laboratório do Butantan (depoimento a Luigi Biondi em 11 mar. 2008).

64. Ferraz de Oliveira lembra que, na tarde após a reunião, foi trabalhar, como de costume, no laboratório do Butantan. Comentou muito brevemente o ocorrido e se mostrou muito abalado (depoimento citado). A filha Vera Bohomoletz Henriques (física, atualmente professora da USP), confirmou que, apesar da divergência política, os laços de amizade com o católico e anti-comunista Ribeiro do Valle eram muito fortes e que, por isso, o pai ficou muito abalado pela decisão da Congregação, pois não esperava que Valle deixasse de defendê-lo (segundo depoimento de Vera Bohomoletz Henriques a Luigi Biondi em 29 jan. 2008).

65. Segundo depoimento de Vera Bohomoletz Henriques a Luigi Biondi em 29 jan. 2008, seu pai tinha se aproximado do comunismo por influência de um primo, quando cursava o secundário no Ginásio Mineiro de Barbacena, mas não tinha tradição de esquerda na família, que era católica e de origem colonial. Olga Bohomoltez, ao contrário, se enquadrava naquele grupo de brasileiros de origem eslava que, além de motivações progressistas e reformadoras, aproximou-se do Partido Comunista também por afinidades étnico-nacionais, sendo a URSS, ao mesmo tempo, o único estado socialista até 1949 e o herdeiro do nacionalismo pan-eslavo, na época proposto sob a forma híbrida do patriotismo e nacionalismo socialista, como vemos em Alexandre Fortes, "Os Outros 'Polacos': Classe e Identidade Étnico-Nacional entre Imigrantes do Leste

os países do bloco socialista, uma vez que em abril de 1969 foram aposentados compulsoriamente de seus cargos no Butantan[68]. Em outubro de 1969, o casal seguiu para Edimburgo, na Escócia, e da lá para Cuba em janeiro de 1972, tendo ainda passado por Portugal em 1975, após a Revolução dos Cravos, e pela Bulgária (em 1977). Voltaram ao Brasil somente com a anistia, em 1979, mas foram para Belo Horizonte, regressando à faculdade onde haviam se formado, naquela altura incorporada à UFMG[69].

Logo após o afastamento de Baeta Henriques, outro renomado militante comunista foi afastado da EPM pela própria instituição, através de um IPM no qual alguns docentes agiram como inquisidores, da mesma forma que com os IPMs direcionados contra os alunos. Tratou-se do regente da cátedra de Cirurgia, David Rosenberg, um dos cirurgiões mais destacados do Brasil e conhecido internacionalmente.

Diferentemente do caso de Baeta Henriques, neste o aspecto pessoal-profissional contou muito mais, pois foi utilizado o histórico de militância de Rosenberg para abrir espaços para outros docentes, uma vez que, depois do XX Congresso do PCUS e sobretudo após a invasão da Hungria em 1956, o cirurgião praticamente já não militava mais no PCB, embora continuasse a freqüentar alguns expoentes e intelectuais de destaque do Partido, muitos dos quais continuou a cuidar como médico após sua saída. Na época do IPM, em 1964, já era crítico do sistema soviético e também dos partidos comunistas em geral, opiniões amplamente conhecidas tanto pelos alunos como pelos colegas. Apesar disso, ainda podia ser identificado como um médico de esquerda até falecer, em 2002. Comunicativo e mantendo boas relações com os alunos e com a maioria dos colegas, dificilmente escondia suas críticas abertas ao capitalismo, à adesão às propostas reformistas de base do governo Goulart e sobretudo à esquerda brasileira em geral, assim como a relação, cada vez mais tênue, que ele mantinha com os comunistas e com o PCB, ao qual não era mais filiado havia anos.

A reforçar a tese do progressivo distanciamento de Rosenberg da militância ativa, está o fato de que ele foi absolvido em outro IPM que sofreu em 1964, no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), onde entrou como cirurgião em 1945. Absolvido no sistema público, mas condenado na Escola por um inquérito conduzido pelos próprios colegas[70].

A figura de Rosenberg tem muitos pontos de aproximação com a de Baeta Henriques, no tipo de militância intelectual comunista que foi se difundindo no Brasil especialmente a partir da década de 1940. Freqüentavam mais ou menos os mesmos círculos de intelectuais co-

Europeu em Porto Alegre", em Cláudio Henrique Moraes Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.), *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*, pp. 317-361. Olga, que nasceu em São Mateus (PR) em 1916, era filha de um médico russo que, antes de emigrar para o Brasil (antes da Revolução Russa), tinha trabalhado no Instituto Pasteur, em Paris. Ver AESP/Deops, prontuários n^os^ 140.507 e 140.482, além do depoimento de Vera Baeta Henriques já citado.

66. Cf AESP/Deops, prontuários n^os^ 140.507 e 140.482 e dossiê nº 20-K-77. Ver também o depoimento de Vera B. Henriques. Uma das primeiras casas de nova concepção que Vilanova Artigas construiu foi justamente a Casa Baeta, desenhada e projetada para o casal Sebastião e Olga, no bairro do Butantã. Ver Fundação Vilanova Artigas, *Vilanova Artigas* e João Masao Kamita, *Vilanova Artigas*.

67. A Faculdade de Medicina de Botucatu foi fundada em 1963 e incorporada à Unesp em 1976.

68. Ministério da Educação e Cultura, Decreto de 29 abr. 1969, *Diário Oficial da União* de 30 abr. 1969, pág. 3.699. Ver também ADUSP, *Livro Negro da USP: o Controle Ideológico na Universidade*, pp. 33-42.

69. Retornaram ao serviço ativo, em caráter efetivo, por força do disposto na lei federal nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

70. Infelizmente, as atas da Congregação de 1964 não trazem qualquer registro sobre o afastamento de David Rosenberg. Segundo o depoimento de sua filha Lia Rosenberg (entrevistada por Luigi Biondi em 16 jan. 2008), o pai ficou convencido de que queriam tirá-lo da cadeira de Cirurgia para abrir espaço para outro docente (um concurso nesta área estava prestes a ocorrer) e ficou muito surpreso da acusação, porque disse aos colegas que o interrogaram justamente agora que ele não era mais filiado ao Partido Comunista não entendia o porquê do IPM.

munistas de São Paulo e desenvolviam atuações parecidas no âmbito cultural[71]. Muito próximo de Luís Carlos Prestes e de outros líderes e intelectuais do PCB (com os quais manteve contato por anos, também depois de seu desligamento do Partido e durante a ditadura militar, na clandestinidade), Rosenberg esteve, por exemplo, no grupo de fundadores da *Revista Brasiliense* de Caio Prado Jr., em 1955[72].

Todavia, enquanto Baeta Henriques era mais propriamente um pesquisador, Rosenberg interpretava sua profissão de médico como uma prática de intervenção social a partir de uma idéia de saúde pública, de assistência aos trabalhadores e classes carentes, e fazia questão de manter, apesar do sucesso de sua clínica particular, sua função no IAPC. As motivações mais profundas de sua militância estão ligadas à sua origem étnica e social de imigrante judeu de família modesta, reforçadas no contexto da Segunda Guerra Mundial, no rastro de um crescente sentimento antifascista e antinazista muito difundido na comunidade judaica do Bom Retiro, onde cresceu desde que chegou em 1920, com quatro anos e meio, vindo da Bessarábia:

> Chegamos ao Brasil, em São Paulo, onde meu pai tinha um irmão que nos ajudaria. Instalados numa casa no Bom Retiro, com dois quartos de frente – que eram alugados, com refeições, para imigrantes recém-chegados – um quarto para meus pais, uma sala e, ao fundo, um quartinho onde dormíamos minha irmã e eu. Mudamos de casa algumas poucas vezes, porém nossas acomodações não mudaram[73].

A militância comunista difundiu-se nesse bairro a partir de fins da década de 1930, podendo-se dizer que David se criou e atuou em um ambiente popular, como era o Bom Retiro, onde se formou e se expressou, no Brasil, aquela identidade judaico-comunista fortemente combatida pelos aparatos repressores da época, antes e depois da Guerra Fria, presente também em outras regiões urbanas americanas de forte imigração judaica, sobretudo Ashkenazim[74].

No bairro, fundou com outros companheiros e a esposa, Concepción Abovsky[75], o Centro de Cultura e Progresso, descrito pela polícia como "um perigoso foco que emerge dos subterrâneos quase imperscrutáveis da quinta coluna internacional soviética"[76], que congregava, a partir de 1946 até meados dos anos de 1950, os militantes e simpatizantes comunistas judeus do Bom Retiro e funcionava como centro polifuncional, cultural, esportivo, de sociabilidade e atuação política[77]. Nunca perdeu esta sua ligação com a população israelita do bairro onde cresceu, ainda depois de ter se formado e montado clínica particular[78].

71. Como os Baeta Henriques, também David Rosenberg e sua mulher, Concepción Abovsky, receberam de presente o projeto de sua casa pelo arquiteto e camarada de partido, José Vilanova Artigas.

72. A própria polícia política o identificava como intelectual de destaque do Partido Comunista em São Paulo, e não como um militante da base. Ver AESP/Deops, prontuário nº 92.000.

73. *Discurso proferido pelo Dr. David Rosenberg quando da outorga do Prêmio Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 1998* (exemplar gentilmente cedido pela filha de David, Lia Rosenberg). David Rosenberg nasceu em 1915 em Secureni, um vilarejo ao norte da Bessarábia. Os pais decidiram emigrar para o Brasil para fugir dos *progroms* dos cossacos na região, que na época estava no turbilhão das mudanças territoriais pós-Primeira Guerra Mundial e da guerra civil russa. Quando Rosenberg nasceu, a pequena Secureni fazia parte do Império Russo, mas a partir de 1920 (com o Tratado de Paris) foi anexada, como toda a Bessarábia, à Romênia. Após a Segunda Guerra Mundial, passou novamente a integrar a União Soviética, e atualmente faz parte da Ucrânia, com o nome de Sokyriany. Toda esta região, que foi uma das áreas de atrito entre estados das mais disputadas da Europa do Leste, devido a uma notável mistura étnica, concentrava um grande número de *shtetl* judaicos, no meio de uma população composta na sua maioria por ucranianos, mas também por cossacos, romenos e húngaros. Foi relevante a imigração para o Brasil de judeus vindos de Odessa e da Bessarábia como um todo (grande parte da Bessarábia constitui hoje a Moldávia, país de língua romena).

74. Nestor Schor, filho de médico judeu e comunista, também originário da Romênia, relembra sua educação socialista no bairro do Bom Retiro, num caldo cultural *yiddish* que tinha muitos elementos da sociabilidade que vinham da experiência do *Bund*: colônias de férias para crianças, notadamente a Kinderland, em Sacra Família (RJ) e a Casa do Povo no Bom Retiro. Ver depoimento de Schor, já citado. O *Bund* era a união dos trabalhadores judeus de Lituânia, Polônia e Rússia, de orientação socialista, com milhares de

A carreira de Rosenberg como médico cirurgião foi exemplar. Ele entrou em 1934 na Faculdade de Medicina da USP, egresso de escola pública[79], e se formou em 1939, com dois prêmios (*Rockefeller* e *La Royale*). Em 1949, entrou na EPM, na cadeira de Clínica Cirúrgica, que regeu por um ano em 1952, na ausência temporária de seu fundador – o mesmo Antônio Bernardes de Oliveira que, na reunião da Congregação de 9 de abril de 1964 pediu a abertura de um ciclo de repressão com expulsão de docentes, alunos e funcionários[80]. Poucos anos antes da aposentadoria compulsória, Rosenberg recebeu menções honrosas no XI Congresso de Medicina (1962).

Alguns anos depois da saída de Rosenberg da EPM, foi convidado por Zeferino Vaz, em 1965, organizador do processo de formação da Unicamp[81], para dar aulas no curso de medicina. A experiência durou até o Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, corolário do AI-5. Depois disso, Rosenberg continuou a trabalhar exclusivamente na clínica particular e somente com a anistia, em 1979, voltou a lecionar: prestou concurso para professor titular na Escola Paulista de Medicina, no Departamento de Cirurgia, aos 68 anos de idade.

Apesar de não ter se exilado (sempre viveu em São Paulo), a trajetória de Rosenberg, assim como a de Baeta Henriques, evidenciam emblematicamente as distintas fases da longa ditadura civil-militar no Brasil: vítimas imediatas da primeira vaga de repressão, que golpeou pessoas identificadas como militantes ou apoiadores do governo Goulart havia algum tempo; parcialmente recuperados, mas não em suas situações anteriores, na breve fase de distensão que precedeu o AI-5; novamente perseguidos até a anistia de 1979.

Naquele contexto golpista, o conservadorismo de catedráticos da EPM encontrou sua expressão num acerto de contas político. Os casos que envolveram diretamente a Escola e a responsabilidade da maior parte de seus catedráticos, no entrelaçamento de motivações pessoais, profissionais e políticas, podem ser entendidos no âmbito do "terrorismo cultural" da ditadura, que resultou no afastamento de intelectuais, cientistas e médicos competentes. As palavras de Tarcisio Triviño[82], em uma homenagem póstuma a David Rosenberg, sintetizam bem aquele momento e seus efeitos nos campos cultural, científico e pedagógico:

> Quando cheguei a Escola Paulista de Medicina, nos idos de 1967, ele já se encontrava afastado, dele restando apenas os ensinamentos sobre vagotomia, sutura em plano único, derivações venosas e tantos outros. Vítima de uma calúnia, arma poderosa dos covardes e incompetentes, fora afastado

filiados, que operou como força política de esquerda entre 1890 e 1930, aproximadamente, com ramificações também nos Estados Unidos.

75. Concepción também era judia, nascida na Argentina. Igualmente comunista, conheceu o futuro marido graças ao irmão dela, Jaime, pediatra, que estudara com David.

76. Taciana Wiazovski, *Bolchevismo e Judaísmo: a Comunidade Judaica sob o Olhar do Deops*, p. 117.

77. Inicialmente, o Círculo chamava-se *Jugund Club*. Sofreu várias investigações entre 1948 e 1953, chegando a perder grande parte do acervo e das publicações por apreensão policial. As atividades iam desde reuniões políticas e partidárias, inclusive do Movimento Israelita Paulista contra o Racismo e o Anti-Semitismo, até projeção de filmes, festas e encontros culturais. Ver AESP/Deops, prontuário nº 105.673. Ver também Taciana Wiazovski, *op. cit.*, pp. 115-117.

78. Lia Rosenberg lembra que, nos dias de feira no Bom Retiro, de vez em quando aparecia alguém falando em *yiddish* com os avôs paternos, agradecendo o pai por ter sido curado por ele.

79. Estudou no Grupo Escolar Prudente de Moraes, no bairro da Luz, freqüentando simultaneamente a recém-criada Escola Israelita Renascença e o Ginásio do Estado da Várzea do Carmo.

80. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 305, e Capítulo Brasileiro da Associação Médica de Israel, biografia de David Rosenberg, disponível em http://cbami.org.br/rosenberg.htm.

81. Que se afirmou em 1967, com a criação da Universidade e incorporação da Faculdade de Ciências Médicas.

82. Chefe do Departamento de Cirurgia da Unifesp em 2008.

de suas atividades docentes pelo Governo Militar. Aqueles que injustamente queriam puni-lo, na verdade estavam privando os jovens médicos, particularmente os cirurgiões em formação na Escola Paulista, e, por conseqüência toda uma sociedade, da oportunidade de viver e aprender com uma das maiores personalidades da cirurgia brasileira[83].

A Universidade Federal de São Paulo e a Cassação de Marcos Lindenberg

A repressão operada no âmbito da EPM precisa ser entendida e situada no processo mais amplo de estruturação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), que dividiu profundamente o corpo docente e, ao mesmo tempo, aumentou os pontos de tensão e fricção na Escola com os alunos, sobretudo os que participavam ativamente do movimento estudantil. Posicionar-se a favor ou contra este projeto ou suas modalidades de atuação, podia significar também um posicionamento a favor ou contrário ao governo Goulart, a favor ou contra as reformas no ensino e, mais amplamente, as de base. Significava tomar partido, assumir posições políticas claras e não somente político-acadêmicas que, no contexto cada vez mais radicalizado dos anos de 1962 a 1964, assumiam as proporções de um embate sobre os rumos do Brasil. Para os que perderam, significou, como vimos, o exílio, o confinamento ou o isolamento, pelo menos até uma nova fase, mais radical, pós-1968. Nessa última fase, o sonho das reformas, como foi o da UFSP, já não existia mais e nem podia ser mencionado.

No âmbito institucional, o ano de 1964 foi caracterizado pelo auge e, ao mesmo tempo, pelo declínio abrupto do processo de constituição da UFSP, um dos projetos educativos nacionais para o ensino superior que se intensificaram com a chegada de Goulart ao poder, e que lastreava a reformulação da educação superior concebida por Darcy Ribeiro, cujo marco foi a fundação da Universidade de Brasília.

Esses projetos para o ensino superior tiveram boa acolhida no seio do movimento estudantil e eram comparáveis às reformas de base planejadas e em alguns campos parcialmente realizadas – com todas as contradições, conflitos e ambigüidades da situação vivida no país, que levaram à radicalização do confronto político e ao golpe militar. Não por acaso, o governo surgido a partir de 1º de abril de 1964 direcionou sua ação reacionária, entre os muitos alvos de repressão imediata, justamente contra aqueles projetos da educação superior que melhor representavam as reformas do governo Jango, dentro do processo de reestruturação e nova definição do sistema universitário brasileiro.

83. Tarcisio Triviño, "David Rosenberg, um Nome a Ser Reverenciado", *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17 (6), 2002.

A EPM estava no centro do projeto de expansão e consolidação da UFSP, no momento em que esse projeto começou a passar do papel para a realidade, com novos e maiores financiamentos, a reformulação de sua estrutura geral e com a construção de novas instalações.

A UFSP foi criada em dezembro de 1960, reunindo cinco instituições de ensino superior: a Escola Paulista de Medicina; a Escola de Engenharia de São Carlos; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara; a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba e a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André[84]. Configurava-se, assim, como uma instituição espalhada pelo território paulista, fragmentada em unidades distantes entre si, nos moldes do que mais tarde viria a ser a Unesp[85]. O surgimento fragmentado se deveu a uma estratégia pragmática, que visava instituir universidades federais a partir da agregação de unidades isoladas de ensino superior, federalizadas havia poucos anos ou diretamente no momento de sua agregação[86].

Ao mesmo tempo, essa política continuava o processo de assunção, por parte do Governo Federal, dos ônus da expansão do sistema universitário do país – considerado aquém das exigências de um país que procurava acelerar seu crescimento econômico e o aperfeiçoamento dos pesquisadores e educadores. De fato, na perspectiva nacional, a mesma lei que criara a UFSP também federalizara, nos seus artigos iniciais, a Universidade da Paraíba, igualmente contando com diversas faculdades e institutos espalhados por aquele estado, mas já unificada em 1955[87].

Era mais um passo à frente na criação de um sistema de ensino superior de abrangência nacional, efetivamente universitário, que ainda se apresentava, nesse caso, como a somatória de instituições de ensino isoladas, a maioria de criação recente. Ao mesmo tempo, tentava superar esta fragmentação, se não no plano geográfico, ao menos no institucional, ao ligá-las entre si numa única universidade.

O principal mentor do projeto foi o deputado federal Lauro Monteiro da Cruz, que propôs uma emenda à lei que federalizava a Universidade da Paraíba, na qual se criava também, com o mesmo processo de agregação, a UFSP, "emenda essa que traduzira orientação da bancada paulista no Congresso Nacional"[88].

Lauro Cruz acompanhou intensamente todo o processo. Para isso valeu-se de seu cargo como presidente da Comissão de Educação e Cultura do poder Legislativo Federal, a partir de 1963[89]. Ele foi uma figura chave, um médico paulista, catedrático, ligado à EPM, da qual foi docente desde 1934 como titular da cadeira de Física Biológica, até 1949, quando foi eleito deputado federal – mantendo o vínculo com a Escola até a sua aposentadoria, em 1966[90].

84. Art. 11 e 12 da lei nº 3.835, de 13 dez. 1960.

85. A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) foi criada em 1976, incorporando, aliás, duas instituições arroladas em 1960 na UFSP: as faculdades de Araçatuba e de Araraquara. Ver http://www.cedem.unesp.br.

86. No caso da UFSP, a Escola de Engenharia de São Carlos e a Faculdade Municipal de Santo André seriam federalizadas com a lei de 1960, enquanto as outras já o eram desde 1956 e 1957. Art. 12, lei nº 3.835.

87. Lei estadual nº 1.366, de 2 dez. 1955.

88. *Atas da Congregação*, 19 jan. 1961.

89. José Ribeiro do Valle, *op. cit.*, p. 187.

90. *Idem*, *ibidem* e http://www.biof.epm.br/historico.htm, acesso em dez. 2007. Nota-se que a biografia de Ribeiro do Valle, escrita pelo próprio autor, considera relevante a atividade legislativa de Lauro Cruz, presidente da Comissão de Educação e Cultura até 1966, deputado federal por cinco legislaturas, mas não toca em sua atuação fundamental para a formação da UFSP. Isso revela a existência de um verdadeiro tabu para os governos civis-militares, embora não se possa dizer que Cruz fosse um subversivo. Em 1962, tinha visitado os Estados Unidos a convite do Departamento de Estado, para estudar os sistemas educacionais daquele país, e continuou tendo um papel importante na reformulação da política educativa após 1964. Em 1970, foi membro da delegação brasileira à 58ª Conferência Interparlamentar em Haia.

As discussões sobre a transformação da EPM em faculdade da UFSP dominou os debates nas reuniões da congregação a partir de 1959-1960. A federalização de 1956 tinha deixado rastros de forte oposição interna, sobretudo porque a maioria dos fundadores não queria ser englobada no sistema público e menos ainda no sistema público federal. Isso era entendido como uma redução de sua autonomia, e uma maioria consistente se identificava com o "partido lacerdiano" dos favoráveis ao ensino privado – o que coincidia com seu catolicismo conservador. A conhecida escassez de fundos da Escola, porém, foi o elemento central que os levou a aceitar a contragosto a sua federalização[91], mas, como salientamos, não a do HSP, como queriam os estudantes às vésperas do golpe.

A federalização da Escola teria permitido também a oficialização e intensificação das relações com a Fundação Rockefeller que, assim como ocorreu na Faculdade de Medicina da USP, preferia financiar no exterior instituições públicas, pois entendia agir dentro de uma óptica de relações internacionais entre governos[92]. Iniciado de fato em 1955, o fundamental apoio da Rockefeller foi consagrado entre 1956 e 1958, encerrando-se em julho de 1962, momento em que começava a se consolidar a absorção da EPM na recém-criada UFSP e, portanto, a progressiva assunção, por parte da União, do orçamento da Escola (mas não do Hospital) e da continuidade dos projetos iniciados com o aporte financeiro da Rockefeller[93].

Nesse sentido, o próprio Marcos Lindenberg, diretor da EPM e principal propugnador da UFSP, conseguiu fazer aprovar no governo sua proposta para uma absorção, por parte do estado federal, deste compromisso, de modo que,

> [...] esgotados os recursos para pessoal oriundo do último donativo da Fundação Rockefeller, não sofreram solução de continuidade os programas que esses recursos vinham patrocinando. Realmente, a Escola assumiu as responsabilidades decorrentes dos planos preestabelecidos, graças a dotações orçamentárias próprias, para isto destinadas[94].

A lei de 1960, que criava a UFSP, não teve conseqüência prática até a publicação da lei orçamentária da União para o exercício de 1962, na qual apareciam "pela primeira vez recursos destinados à UFSP com a discriminação de uma dotação global especificamente consignada à EPM"[95]. Em meados de 1962, o governo Goulart acelerou a execução do projeto e, por decreto-lei, Marcos Lindenberg, como diretor da única unidade efetiva da nova universidade, tornou-se responsável pelo expediente da reitoria da UFSP, com a finalidade de poder "movimentar

91. Ver capítulo II.

92. Ver depoimento de José Ribeiro do Valle de 1977. Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 1985, *apud* Maria Gabriela S. M. C. Marinho, "A Fundação Rockefeller e Instituições de Ensino e Pesquisa em São Paulo", *Horizontes*, 22 (2), p. 152.

93. *Idem, ibidem*. Em 1956-1957, a EPM recebeu da Fundação US$ 105.000 (cf. *Ata da Congregação*, 2 ago. 1957). No final de 1957, foi previsto um financiamento de US$ 800.000 para três anos (*Ata da Congregação*, 25 nov. 1957).

94. *Ata da Congregação*, 5 abr. 1963.

95. Cf. Marcos Linderberg, *Relação dos Atos e dos Fatos que Condicionaram a Posição Atual da Universidade Federal de São Paulo, de sua Administração e de suas Atividades*, Parte I, p. 2. Consta ter sido protocolado este relatório na UFSP/EPM em 7 maio 1964. Foi enviada à diretoria da Escola somente cópia da *Relação*, porque o original foi enviado no mesmo período ao MEC. De um ponto de vista metodológico, uma consideração importante deve ser feita. A *Relação* foi publicada cerca de um mês após o golpe, quando aparecia cada vez mais claro que o novo governo teria punido ou limitado fortemente o projeto da UFSP, por evidentes motivos políticos (sua ligação com a equipe de governo de Goulart, especialmente com Darcy Ribeiro e outros intelectuais à esquerda no espectro político). Portanto, a *Relação* foi escrita também com o intuito de defesa. Ainda assim, suas conclusões e o histórico da criação da UFSP ali narrado tem coincidências quase absolutas com o que pode ser reconstruído através das Atas da Congregação da EPM do mesmo período.

a dotação global da EPM, constante da lei orçamentária", de modo que se concretizasse o processo de incorporação da Escola à Universidade Federal, ainda que esta só existisse no papel e coincidisse inteiramente com a EPM[96]. Porém, o orçamento da União para o ano seguinte (1963) subordinava as finanças da Escola às da UFSP, sem destacar, dentro do orçamento da Universidade, dotações específicas para a EPM. Finalmente, a UFSP tinha um orçamento próprio dentro da Lei Orçamentária da União. Todavia, reafirmou-se, no início de 1963, que a dotação da UFSP devia ser gerida pelo diretor e pelo CTA da EPM, através de um decreto do presidente da República que incumbia Marcos Lindenberg de "responder pela Reitoria da Universidade Federal de São Paulo, até que seja organizado, instalado e aprovado o Estatuto"[97].

Abria-se uma divisão de funções e responsabilidades que teria levado, em poucos meses, ao acirramento do conflito entre os favoráveis e os contrários à existência da UFSP. Enquanto Lindenberg empenhava-se na Câmara dos Deputados, no MEC e em outras instâncias do Governo Federal para fortalecer e agilizar o processo de instalação da UFSP, os órgãos da EPM agiam de forma contrária, para preservar suas prerrogativas, de modo a obstaculizar a efetiva criação da Universidade. A Escola Paulista de Medicina era a única unidade existente da UFSP e deveria ser a instituição líder em torno da qual iria se constituir, apoiando-se em suas raízes antigas, a nova universidade[98]. Exemplo disso pode ser verificado no fato de que a maior parte dos primeiros 521 servidores enquadrados na UFSP fazia parte dos serviços hospitalares da Escola, no HSP, e ali continuou a trabalhar[99].

A obra de Lindenberg junto às autoridades em Brasília, incluindo várias entrevistas entre 1961 e 1963 com os ministros da Educação e Cultura que se sucederam e com os diretores do ensino superior, conseguiu corrigir aquela que era uma das críticas iniciais da congregação da EPM ao projeto da UFSP: sua dispersão geográfica. De fato, quando se instalou a reitoria em 1964, foi escolhida a Escola Técnica de São Bernardo do Campo como sede provisória[100]. O próprio Lindenberg considerava inadequada a lei que estruturava a UFSP, "com base na agregação de escolas e faculdades preexistentes e localizadas em cidades afastadas", acreditando que isso jamais teria conduzido "à real existência de uma universidade" e que a localização da reitoria na cidade de São Carlos não podia atender "às exigências do ensino superior, dada a inexistência local de uma infra-estrutura técnica e cultural capaz de sustentar uma universidade"[101]. O sucesso nessa iniciativa não o salvou da oposição crescente na Congregação, nem salvou a UFSP, ainda que ficasse claro que Lindenberg continuaria liderando o processo de construção da Universidade.

96. Decreto 1.107 de 30 maio 1962. No mesmo texto legal, o CTA da EPM era autorizado a funcionar como Conselho de Curadores da UFSP. Ver também Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 3.

97. *Idem*, p. 3. O decreto foi publicado no *Diário Oficial* em 30 jan. 1963.

98. *Idem*, p. 4.

99. *Idem, ibidem*.

100. Decreto nº 53.372, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 jan. 1964.

101. Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 4-5. Nesse sentido acolheu, por exemplo, a crítica de Otto Bier, que no início de 1961 achou "inaceitável" o projeto da UFSP, caso se continuasse a manter a reitoria em São Carlos, ainda depois da exclusão da Escola de Engenharia de São Carlos da UFSP, pois "considerava humilhante para a Escola Paulista de Medicina incorporar-se à universidade cuja reitoria se localizava em cidade do interior". *Ata da Congregação*, 19 jan. 1961.

Entre o fim de 1963 e os primeiros meses de 1964, a institucionalização da UFSP tornou-se um fato dentro do processo mais amplo das reformas do governo Goulart. Em outubro de 1963, em meio à sua rápida passagem pela cadeira de ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos[102] criou um grupo de trabalho que, sob a presidência do próprio Lindenberg, deveria estudar as estruturas jurídica, administrativa e financeira da nova universidade[103]. Faziam parte da equipe para o estudo preliminar: Paulo de Camargo e Almeida (professor catedrático da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo), Fernando Henrique Cardoso (professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), Fausto Castilho (professor da Faculdade de Filosofia de Araraquara), Antônio Augusto Silva (professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas), Roberto Frade Monte (professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie), Sylvio Barros Sanvaya (presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo) e José Carlos Seixas (Representante da União Nacional dos Estudantes)[104].

O grupo se reuniu regularmente e os seus membros foram confirmados por Júlio Furquim Sambaquy (o sucessor de Paulo de Tarso no MEC) como integrantes do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP, criado oficialmente em 31 de dezembro de 1963, presidido por Marcos Lindenberg, que ao mesmo tempo foi nomeado responsável pela Reitoria da UFSP[105]. As funções do Conselho mostravam que a intenção do governo era instaurar a nova universidade ao longo de 1964 e 1965, pois lhe cabia "promover e estudar as estruturas jurídicas, econômicas, financeiras, administrativas, didáticas e disciplinares da Universidade Federal de São Paulo e apresentar ao MEC este trabalho em 180 dias a partir da publicação deste decreto"[106]. Além disso, o Conselho deveria apresentar o projeto de estatuto da instituição para ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação. Ao Conselho eram também confiadas as atribuições do Conselho de Curadores, que antes eram prerrogativas do CTA da Escola Paulista. A Lindenberg, responsável pela reitoria, competia providenciar a criação e instalação dos institutos de ensino e órgãos complementares[107]. O decreto que criava o Conselho acompanhava outro, publicado no mesmo dia, em que se autorizava a UFSP a criar e instalar cursos pré-universitários e determinava a organização e instalação dos institutos centrais da universidade, destinados a cursos superiores e intermediários[108].

Estas providências desencadearam um conflito entre Lindenberg (que ao seu lado tinha boa parte dos alunos da EPM e uma parte

102. Na época um dos líderes da Frente da Mobilização Popular (que tinha como liderança a figura de Leonel Brizola), um movimento de caráter nacionalista cujo programa era a implementação das reformas de base.

103. Portaria de 2 out. 1963, cf. Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 5.

104. *Livro de Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP*, 4 jan. 1964. Ver também Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 5.

105. Decreto 53.373, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 jan. 1964.

106. *Idem.*

107. *Idem.*

108. *Idem.* Os cursos pré-universitários abririam duas mil vagas em março de 1964, com recursos especiais do Fundo Nacional do Ensino Médio e do MEC e funcionariam nas salas da Escola Técnica de São Bernardo.

dos docentes, mas não os catedráticos) e a Congregação, que explicitou sua firme oposição ao prosseguimento da instalação da UFSP. Do ponto de vista da política nacional, não podia haver momento mais difícil, enquanto para uma congregação majoritariamente conservadora, a conjuntura era crítica por vários motivos. A presença de representantes do movimento estudantil e de conhecidos intelectuais de esquerda no Conselho e no Grupo de Estudo da UFSP; a abertura para as ciências humanas e a formação humanística presente no estudo preliminar que circulou na Escola em fins de 1963; e, finalmente a localização da sede da universidade no ABC acirraram a ruptura, logo encampada pelo governo golpista para enterrar a projetada co-irmã da UnB em São Paulo.

O conflito e ruptura vieram à tona pouco antes da promulgação dos decretos, uma vez que numa reunião do CTA da EPM no fim de dezembro de 1963, o então diretor da Escola adiantou o conteúdo da legislação que o governo preparava com o objetivo de prosseguir na instalação da UFSP. Lindenberg adiantou também a linha político-administrativa que seguiria para efetivar a universidade: abertura do colégio universitário em março de 1964; dos cursos e dos institutos centrais (faculdades) até março de 1965; instalação da universidade em terrenos pertencentes aos municípios industriais do ABC paulista[109]. Claramente, a passagem das funções de curadoria do CTA da EPM para o Conselho da UFSP foi o ponto em torno do qual se cristalizou a oposição[110]. O CTA formulou, então, um documento solicitando ao MEC sustar a promulgação dos decretos e passando a decisão final sobre a posição da Escola à Congregação. Esta se reuniu extraordinariamente alguns dias depois e, após um curto debate, deliberou, pelo voto unânime dos 22 docentes presentes, apoiar a decisão do CTA, reiterando o apelo ao ministro[111], que obviamente não o aceitou e insistiu no caminho já encetado de acelerar a implementação da UFSP.

No início de janeiro de 1964, quando o Conselho da Universidade iniciava seus trabalhos, a Congregação da EPM manifestava pela imprensa sua contrariedade e se inseria como uma peça a mais no jogo da oposição contra o governo Goulart[112]. Naquele mesmo mês, frente às posições do CTA e da Congregação, Lindenberg, pediu exoneração do cargo de diretor da Escola, sendo o pedido aceito pelo presidente da República[113]. Sua defesa, em maio de 64, foi também um ato de acusação à miopia político-acadêmica daquela geração de administradores da EPM – opositores da UFSP desde o início e carentes, segundo ele, de uma visão do ensino mais ampla:

109. Ata do CTA, 19 dez. 1963 e Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 5-6. Os terrenos foram doados pelas prefeituras de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

110. Segundo os membros do CTA, "um órgão estranho à Escola não deveria opinar sobre a distribuição de verbas da Universidade Federal de São Paulo, numa fase em que esta é integrada exclusivamente pela Escola Paulista de Medicina". Ata do CTA, 19 dez. 1963.

111. *Ata da Congregação*, 23 dez. 1964.

112. O Manifesto foi publicado no dia 8 de janeiro de 1964. Ver Marcos Lindenberg, *op. cit.*, p. 9 e Atas Congregação 8 jan. 1964.

113. *Ata da Congregação*, 8 jan. 1964 e Marcos Lindeberg, *op. cit.*, p. 7. Lindenberg foi substituído por Felício Cintra do Prado, até que a Congregação elegeu uma nova lista tríplice, sendo nomeado diretor José Maria de Freitas.

Essa decisão [a de pedir exoneração] tomou-a o Diretor à vista das manifestações do Conselho técnico-administrativo e da Congregação e não compreender que, nem suas ações ou atitudes, nem as iniciativas do ministro da educação [...] importassem em qualquer desconsideração para com a Escola Paulista de Medicina ou seus professores [...]. Os decretos visavam a encaminhar o estudo da estruturação da UFSP, e criar condições para que ela pudesse prestar desde logo relevantes serviços ao ensino superior deste Estado; dificilmente poder-se-ia compreender que, de sua promulgação e de seus dispositivos pudessem advir quaisquer prejuízos para os trabalhos da EPM ou para seu desenvolvimento, o qual, pelo contrário, só poderia ser estimulado e facilitado. Reiterada e inutilmente havia procurado o Diretor, durante três anos, despertar a atenção dos anteriores ministros da educação para a situação [...] que criara a UFSP e a falta de uma Lei complementar que criasse condições para sua efetiva instalação [...]. Se alguma desconsideração houve em qualquer tempo para com a EPM, ela haveria de ser encontrada nessa carência de atenção e nenhuma resposta às suas repetidas manifestações e sugestões no sentido de ser solucionado um problema que, se lhe interessava de perto e muito, era antes que tudo, do mais alto interesse nacional [...]. As funções de Conselho de Curadores da UFSP cometidas ao CTA da EPM em maio de 1962 e janeiro de 1963 visavam à administração dos recursos orçamentários [...] em períodos durante os quais a EPM era a única entidade componente da UFSP. O mesmo já não aconteceria em 1964, com a criação dos cursos pré-universitários, as providências para instalação dos institutos básicos que haviam de iniciar suas atividades em 1965 [...]. Enfim, estendiam-se agora as atividades a todos os campos da ciência e das artes, assim no nível secundário como superior [...]. Só temores sem fundamentação, e por isso mesmo inconsistentes, poderiam apoiar dúvidas quanto ao critério com que neste sentido agiria o Conselho da Universidade, em cuja presidência estaria o próprio diretor da EPM[114].

Às vésperas do golpe, após dezenove reuniões[115], o Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP já tinha terminado seus trabalhos e havia elaborado um documento que estruturava a Universidade e que deveria ter sido discutido nos meses sucessivos na EPM, na comunidade acadêmica brasileira e na imprensa[116]. A UFSP estava pronta para iniciar suas atividades, considerando que já havia mais de 1 700 inscritos no colégio de aplicação que começaria suas aulas em abril de 1964, em São Bernardo do Campo, junto com as atividades do setor de Cultura Popular[117]. É necessário dizer também que a elaboração do documento que estruturava a UFSP teve a contribuição não somente dos docentes e alunos presentes no Conselho, mas também de muitos outros que por

114. Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 7-9.

115. A última foi realizada em 25 mar. 1964. Ver *Atas Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP,* 1964.

116. O documento, anexo nº 22 da *Relação* citada de Lindenberg, intitula-se "Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP que Reuniu as Conclusões Parciais e Provisórias a que Chegou sobre a Estruturação e Funcionamento da Universidade". Não chegou a ser publicado e veiculado por causa do golpe. Ver também Marcos Lindenberg, *op. cit.*, pp. 9-10.

117. Marcos Lindenberg, "Cartas à Redação. Que é Feito da Universidade Federal de SP?", *Folha de S. Paulo*, 10 out. 1964.

eles foram ouvidos ou expressamente procurados. A proposta para o setor de arte (que compreendia escolas e centros de arquitetura e planejamento, ateliês de artes visuais e produção tele-foto-cinematográfica, de música, teatro, documentação e difusão), por exemplo, foi elaborado por uma equipe coordenada pelo arquiteto Jorge Wilheim[118].

Com elementos trabalhistas, desenvolvimentistas, socialistas e do nacionalismo democrático, a estrutura e funcionamento da UFSP baseavam-se também nos princípios do manifesto escolanovista *Mais Uma Vez Convocados*, de 1959[119], e estruturava um ateneu inspirado numa formação humanística ampla, com colégio de aplicação (Colégio Universitário) nos moldes do Liceu Clássico (quatrocentas vagas) e do Liceu Científico (1 600 vagas) e com o Setor de Cultura Popular, voltado para uma relação dialógica entre o mundo universitário (nas suas perspectivas do ensino e da pesquisa) e a comunidade[120].

Nas grandes linhas, dentro de um processo mais amplo de reforma social[121] e a partir de uma apropriação discursiva do papel inovador da Escola Paulista de Medicina nos anos de 1930, ao qual o projeto da UFSP deveria dar continuidade[122], a proposta apresentada pelo Conselho Consultivo e Deliberativo era criar uma "universidade nova" que atendesse às demandas de aumento da escolaridade, compreendendo que, "no regime democrático de governo é tarefa prioritária do Estado a educação do povo". Portanto, com a construção da UFSP, o objetivo era "consolidar e ampliar a *hegemonia* da escola pública"[123].

As "Definições e Objetivos" eram muito claros no sentido político-reformador, fato que deve ter acirrado a oposição dos catedráticos da EPM e a repressão no novo governo, uma vez que se declarava que a UFSP seria "nacional e democrática":

> No primeiro caso menos porque pretenda estender sua ação a todo o território nacional e mais porque seus serviços docentes e de pesquisa estarão orientados no sentido do equacionamento e da solução dos problemas nacionais. No segundo caso [...] principalmente porque promoverá o acesso aos seus sistemas, institutos e cursos aos mais amplos contingentes da população, facilitando-lhe a ascensão social e profissional e contribuindo, assim, para a elevação do nível geral do trabalho e do bem estar da coletividade[124].

Ao mesmo tempo, a questão operária nacional (e, no caso, também regional), juntava-se a esta primeira declaração de princípios:

> A partir da definição de que a Universidade Federal de São Paulo será nacional, importa vinculá-la à região do ABC, na medida em que a concentra-

118. Ver *Atas do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP*, 1964. Também o cineasta Rudá de Andrade lembra como foi importante ter se envolvido na elaboração do projeto da UFSP, cf. *Cela 3, a Grade Agride*.

119. O documento reafirmava o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932. Redigido também por Fernando de Azevedo, recebeu a apoio de 189 intelectuais brasileiros, entre os quais destacamos Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso e Sérgio Buarque de Holanda. Lembramos que Fernando Henrique era membro do Conselho da UFSP.

120. Ver "Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo...".

121. Como evidenciado na Introdução do "Documento...", p. 1. O parágrafo em questão foi utilizado também como epígrafe deste capítulo.

122. Não podemos esquecer que Lindenberg foi um dos fundadores da EPM. No "Documento...", p. 1, convidava-se a EPM a participar "nessa tarefa renovadora. Os interesses da educação certamente ficarão mais bem servidos, se essa experiência for integrada com a participação ativa daqueles que, há trinta anos, ousaram ser inovadores".

123. "Documento...", Apresentação e pp. 1-2.

124. *Idem, ibidem*.

ção industrial e operária dessa área reflete o desenvolvimento futuro do Brasil. Os novos problemas da civilização industrial brasileira antecipam-se na vida diária das áreas altamente industrializadas, convindo, assim, que a Universidade procure senti-los desde logo e resolvê-los, seja no plano dos trabalhos econômicos e sociais[125].

De fato, os dez objetivos de pesquisa e ensino da UFSP pautavam-se numa visão geral humanística de tipo iluminista e fortemente engajada dos pontos de vista político e social: "formar no cidadão uma consciência capaz de contribuir para o aperfeiçoamento do homem e da sociedade"; "habilitar o profissional para o pleno desempenho de sua funções sociais"; "recolher do seio do povo as manifestações espontâneas de sua cultura"; "estimular de modo especial a extensão e o nível da pesquisa nos campos que mais diretamente se vinculem com o desenvolvimento nacional, sem prejuízo da liberdade de pesquisa pura; "promover a análise crítica permanente da vida nacional"[126]. Enfim, a instituição devia "manter-se permanentemente atenta à evolução da sociedade brasileira, sensível aos seus anseios e compromissada com seus problemas, procurando colaborar por todos os meios para a realização dos mais altos objetivos do desenvolvimento nacional"[127].

A estas declarações de princípios devia corresponder, portanto, uma organização que evitava "qualquer rigidez não só no sentido de não limitar seu processo de expansão e diversificação, mas para manter uma permanente 'política experimental' capaz de preservar e estimular a indagação científica e a mais objetiva adequação com a realidade"[128]. Essa organização deveria basear-se numa inter-relação entre o preparo anterior ao ingresso no ensino superior; numa integração da comunidade e da sociedade em geral às atividades de extensão do ensino superior e na apropriação da cultura popular; e, finalmente, no âmbito da pesquisa e do ensino universitários propriamente ditos.

A macro-estrutura da UFSP foi dividida em quatro grandes setores (cada um composto por departamentos), a saber: Ciências Exatas e Naturais; Filosofia e Ciências Sociais; Letras e Artes; Cultura Popular. Haveria ainda órgãos de integração e órgãos complementares, que visavam estabelecer as relações entre os setores. Por fim, a presença de dois centros: o de Psicologia Aplicada (anexo ao setor de Filosofia) e o de Formação Pedagógica[129].

Os cursos seriam oferecidos pelos setores nos níveis de colégio universitário e qualificação técnica (ambos pré-universidade); de graduação, pós-graduação, especialização, adaptação e recuperação, atualização profissional, extensão universitária e difusão cultural, no âmbito

125. "Documento do Conselho Consultivo e Deliberativo...", p. 2.

126. *Idem, ibidem*.

127. *Idem, ibidem*. Ainda nos pontos sobre a estrutura e funcionamento da UFSP, era reiterado, por exemplo, que a UFSP devia "promover, simultaneamente, a pesquisa básica e a que procura soluções para problemas da coletividade"; dar uma "contribuição para a solução dos *problemas nacionais*"; ser uma "instituição a serviço da coletividade", que desperte "a compreensão do interesse nacional" (p. 3).

128. *Idem*, p. 2.

129. Órgãos complementares eram todos os que constituiriam o Centro Universitário de Documentação e Difusão, isto é: Biblioteca central, Filmoteca central, Discoteca central, Museu central, Gráfica-editora e Radio-Televisão. O Centro de Psicologia Aplicada devia cuidar da aplicação de provas de seleção dos candidatos à Universidade, enquanto o Centro de Formação Pedagógica era incumbido entre outras coisas, da organização de currículos. *Idem*, pp. 3-4.

de uma política educacional que organizava os cursos para permitir a constituição de um duplo sistema de graduação horizontal e vertical. Em outras palavras, o ensino dar-se-ia por meio de uma relação orgânica entre diferentes níveis e tipos de formação e atuação científica e cultural, de modo que a interrupção dos "cursos completos de graduação", por exemplo, não significasse a perda do saber acumulado pelos alunos até uma determinada fase formativa[130].

O setor de cultura popular, apesar de manter um "*status* universitário igual", tinha "metodologia e conteúdo peculiares". O objetivo era "desenvolver atividades científicas, artísticas e pedagógicas que permitam à população não-universitária compartilhar com a Universidade a tarefa de equacionamento e solução dos problemas nacionais a partir da perspectiva popular", não apenas como órgão de recolhimento de manifestações espontâneas da cultura popular ou de divulgação cultural, mas sim um "núcleo de experimentação em que se procurará criar condições para que o próprio povo analise sua situação e formule as soluções que lhe parecerem mais adequadas para seus problemas"[131].

Do ponto de vista organizativo, previa-se uma estrutura de órgãos deliberativos em três níveis hierárquicos: o Conselho Técnico-Científico, os Conselhos Interdepartamentais (em cada setor) e os Conselhos de Departamentos, todos prevendo uma "representação discente, de molde a encaminhar-se a experiência no sentido da co-gestão"[132].

A presença de princípios norteadores democráticos, nos moldes nacionalistas e fortemente marcados pela experiência trabalhista, era acompanhada por uma prática universitária de construção da soberania nacional e popular. Isso seria traduzido, por exemplo, em atos como a criação de um sistema de bolsas para que estudantes de todo o Brasil pudessem se matricular nos cursos do Colégio Universitário[133] ou nos contratos de fornecimento de livros, equipamentos e empréstimos estabelecidos em 1964 com países do bloco socialista[134].

Considerando todos estes elementos, a estrutura e a trajetória da Universidade Federal de São Paulo fazia com que ela se constituísse em alvo privilegiado na obra de destruição ou limitação das reformas e das transformações que ocorreram e estavam ocorrendo durante o governo Goulart.

Inicialmente, o governo surgido do golpe revogou, já em abril de 1964, os decretos que instauravam o Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP, ao mesmo tempo exonerando Lindenberg também do cargo de diretor da EPM (que ele tinha temporariamente deixado para assumir a direção do Conselho da UFSP)[135].

130. *Idem*, pp. 3-4.

131. *Idem*, p. 4.

132. *Idem*, pp. 4-5.

133. Novamente, "salientando desde o início o caráter nacional da UFSP". *Idem*, p. 5.

134. Ver *Atas Conselho Consultivo*, *op. cit.*, 20 jan. 1964 e 24 mar. 1964.

135. O decreto nº 53.885, de 13 abr. 1964, revogava os decretos nºs 53.372 e 53.373, de 31 dez. 1963. Antes, disso, dois decretos (s/nº) de 10 abr. 1964 exoneravam Marcos Lindenberg do cargo no Conselho e de diretor da EPM, nomeando para este último o professor José Maria de Freitas, que era o primeiro da lista tríplice formulada pela Congregação no início do ano e enviada ao presidente da República. Essa lista explicitava a força do bloco conservador e opositor da EPM. Ver *Ata Congregação* 15 jan. 1964.

Finalmente, em setembro de 1964, Lindenberg foi aposentado compulsoriamente do cargo de professor na EPM[136], como resultado do IPM que sofreu no mesmo mês, baseado no Ato Institucional nº 1[137], e atuado por uma comissão de investigação sumária interna presidida pelo professor Antônio Bernardes de Oliveira – destacada liderança conservadora e pró-golpe dentro da EPM[138]. Simultaneamente, era promulgada a lei que revogava definitivamente os decretos que haviam criado a UFSP em 1960 e definia a nova situação institucional da Escola Paulista de Medicina como "Estabelecimento Isolado de Ensino Superior e de natureza autárquica", todavia mantendo o vínculo federal estabelecido desde 1956[139].

Essa disposição, legalmente amparada no AI-1, foi apresentada como projeto no Congresso Nacional em junho de 1964, a partir de propostas instadas pelo próprio presidente da República, Castelo Branco, e pelo ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que se inspiravam largamente não só no desejo do governo central de reprimir essa experiência tão ligada ao grupo escolanovista de Darcy Ribeiro e à ação reformadora do período Goulart, mas sobretudo na oposição ao projeto da UFSP por parte dos setores paulistas mais conservadores do governo estadual e da EPM[140]. Os motivos apresentados pelo ministro eram inequívocos no seu sentido político: para Suplicy de Lacerda, a lei que criou a UFSP e os decretos que a instalavam incorporaram "entidades pertencentes ao governo do Estado de São Paulo, sem sua manifestação e sem lei estaduais dando a necessária autorização. [Incorporavam] a Escola Paulista de Medicina federal sem nenhuma conveniência para o ensino e sem manifestação dos órgãos competentes daquela Escola". Em seguida, inspirado nas posições reiteradamente manifestadas pela Congregação da EPM em 1963-1964[141], o ministro sugeria "a anulação do efeitos da lei de 13 de dezembro de 1960, bem como medidas legais para o melhor desenvolvimento da Escola Paulista de Medicina, estabelecimento de alto nível e que por isso mesmo desfruta de justo prestígio nos meios universitários brasileiros", anexando o projeto de lei que estabelecia para a Escola um futuro não-universitário, de instituto isolado[142].

A idéia da superação do *status* de escola isolada praticamente não encontrou espaço. Quando a UFSP foi definitivamente eliminada pelo novo governo civil-militar, em 1964, a maioria dos membros da Congregação só pôde lamentar o que eles não tinham previsto: o fim do projeto da UFSP levaria consigo o *status* universitário alcançado pela Escola entre 1960 e 1964. O desfecho superou também as expectativas daqueles catedráticos favoráveis ao golpe e à repressão, que não pensaram que a

136. Decreto de 30 set. 1964, publicado no DOU de 1º out. 1964. Na época, Lindenberg era docente da Escola havia 31 anos.

137. Especificamente, pelo seu artigo 7º, que permitia ao Poder Executivo federal ou estadual, demitir, dispensar, transferir ou aposentar funcionários públicos que atentassem contra a "segurança do país", após investigação (o famoso IPM).

138. Acusação de Bernardes de Oliveira, como presidente da Comissão de Investigação Sumária (s/d). Acervo do CeHFi, 3º 102 – *Marcos Lindenberg e UFSP*.

139. Lei nº 4.421, de 29 set. 1964. De acordo com o Regimento da Escola Paulista de Medicina, promulgado na *Ata da Congregação* de 21 jan. 1965, o instituto, "com sede e foro na cidade de São Paulo, [era] dotado de personalidade jurídica, autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

140. Ver "Projeto nº 2.155 de 1964", *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, 23 jul. 1964, p. 5.658. O projeto cita a Mensagem nº 256-264 (de 21 jun. 1964) do Poder Executivo que, baseada no artigo 4º do AI-1, justificava a extinção da UFSP e apresentava uma série de motivos do Ministério da Educação e Cultura.

141. Ver sobretudo as *Atas Congregação* de 23 dez. 1963 e 8 jan. 1964. O referido projeto de lei foi discutido e aprovado em reunião da Congregação da EPM de 6 out. 1964 (ver *Ata da Congregação* da mesma data), com algumas oposições – por exemplo, como já vimos, a de Antônio Bernardes de Oliveira, um dos maiores opositores de Lindenberg e da UFSP, e membro da comissão interna dos IPMs, que expressou sua insatisfação para com a perda do *status* universitário da EPM e o fim do projeto da UFSP.

142. "Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura (11 jun. 1964)", *loc. cit*.

eliminação ou o silenciamento dos professores e alunos mais empenhados na estruturação da UFSP podia ser o aval para a desestruturação do próprio projeto de criar uma nova universidade federal em São Paulo. A constatação foi expressada, por exemplo, por Antônio Bernardes de Oliveira, um dos mais ferrenhos opositores de Lindenberg e dos alunos e docentes afinados de alguma forma com a experiência do governo Goulart. Em 8 de setembro de 1964, Oliveira deplorava que a EPM

> [...] tivesse sido desmembrada da UFSP; [...] que a situação de autarquia e escola livre a que está reduzida diminui-lhe o prestígio; [...] não ter a EPM se consolidado como núcleo em torno do qual outras faculdades, com seus institutos, viessem agregar para a progressiva estruturação de uma Universidade, mediante os recursos federais a que faz jus São Paulo, como a principal contribuinte para o orçamento da União[143].

Quando, em 1965, a Congregação elaborou o novo regimento da Escola, toda referência à expansão, pelo menos em campos diferentes da Saúde, tinha desaparecido. As finalidades da EPM seriam "formação, aperfeiçoamento técnico-profissional de médicos, de graduados em ciências biomédicas e de pessoal docente, bem como a pesquisa científica em qualquer campo da medicina e ciências afins"[144].

A resistência de Lindenberg não terminou com o IPM e a sua "demissão" da Escola. Logo após o decreto de aposentadoria compulsória, o ex-diretor publicou "À Coletividade Paulista", um *j'accuse* público na imprensa, no qual chamava atenção para as responsabilidades do novo governo e do colegiado da EPM na extinção da UFSP – autores, segundo ele, da "desarticulação e anulação do que vinha sendo feito em completa desatenção para com os graves prejuízos que dessas atitudes adviriam para o ensino superior e as pesquisas em nosso meio"[145]. Ainda no início de 1965, explicitava suas posições antiditadura elaborando, com David Rosenberg e outros intelectuais, o Manifesto contra o Terrorismo Cultural, contra a ação repressora do governo golpista nas universidades e na UNE[146].

Lindenberg enfrentou um completo ostracismo por parte da Escola que tinha ajudado a fundar até 1968, quando o novo diretor Nylceo Marques de Castro, no espírito de sua gestão reformadora e próxima à visão de Lindenberg, o convidou oficialmente, pela primeira vez após 1964, para proferir uma palestra sobre o tema "Educação para o Desenvolvimento"[147]. Daí até sua morte, em novembro de 1979[148], pode-se dizer que ele praticamente só teve contatos esporádicos na EPM. Todavia, por um bom tempo até o fim dos anos de

143. Cf. *Atas da Congregação*, 6 out. 1964.

144. Art. 2º do Regimento da Escola Paulista de Medicina. *Atas da Congregação*, 21 jan. 1965.

145. "Cartas à Redação. Que é Feito da Universidade Federal de SP?", *Folha de S. Paulo*, 10 out. 1964. Na longa carta (publicada também no *Última Hora* de 10 out. 1964, com o título "Prof. Lindenberg Defende UFSP contra o Descaso da Revolução"), Lindenberg fazia um histórico da instituição prestes a iniciar sua vida acadêmica às vésperas do golpe (que, obviamente, não foi nomeado dessa maneira), identificava como grupo opositor do projeto "os órgãos diretivos da EPM e o ministro da Educação e Cultura", e pedia que "o alto comando da Revolução" tomasse posição frente ao desaparecimento da Universidade.

146. No Manifesto falava-se da demissão sumária de três professores da EPM. Os autores do Manifesto eram Celso Furtado, Anísio Teixeira, Heron de Alencar, Josué de Castro, José Leite Lopes, Mário Schenberg, Florestan Fernandes, Ernani Fiori, Vilanova Artigas, Warwick Kerr, Marcos Lindenberg, Paulo Freire, Wilson Cantoni, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Michel Rabinovitch, Marcos Rubinger, David Rosenberg, Fernando Henrique Cardoso, Isaias Raw e Edgar Graeff.

147. EPM, ofício nº 827/68, de 6 set. 1968. Nylceo Marques de Castro, livre-docente em Anatomia, foi diretor da EPM entre 1968 e 1970, período crítico de aplicação do AI-5. Faleceu num acidente marítimo enquanto exercia as funções de diretor da EPM. Ver José Ribeiro do Valle, *op. cit.* pp. 204-207. Os alunos que, na época, estavam envolvidos no movimento estudantil, lembram dele como um professor de espírito democrático, que defendeu em diversas ocasiões as atividades do CAPB (oficialmente extinto como centro estudantil representativo pela Lei Suplicy de Lacerda, em 1964) e os estudantes, envolvendo-os no projeto de reforma da universidade e nas discussões no âmbito da Congregação. Ver *Atas da Congregação* de 1968-1970 e também Paulo José Brito de Castro, *op. cit.*, que em 1968

1960, continuou a organizar reuniões políticas na sua residência com os alunos do CAPB, ex-alunos da EPM e outros intelectuais contrários à ditadura[149]. Por isso, em 1966, num contexto de reativação do movimento estudantil na Escola, foi homenageado como paraninfo pela turma que se formava naquele ano e convidado a proferir o discurso de formatura "Medicina, Civilização, Humanismo", no qual reiterou as suas convicções escolanovistas sobre a formação integral e humanística dos médicos: *nenhum* membro da Congregação da EPM compareceu à cerimônia, comprovando mais uma vez, agora com a distância de alguns anos, a oposição a Lindenberg e ao seu projeto, e também a divisão que existia e se radicalizava entre docentes e alunos[150]. Forçado a se afastar das cadeiras universitárias, Lindenberg dedicou-se à atuação médica no Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo, do qual foi diretor entre 1966 e 1975[151].

Marcos Lindenberg não era um homem de partido. Todavia, as palavras que ele usou para se defender nas páginas da imprensa em outubro de 1964[152], se o mantinham distante de qualquer tipo de militância orgânica[153], ressentiam-se das circunstâncias pessoais do momento (o IPM e a aposentadoria compulsória) e da progressiva repressão implantada no país, que foi bastante radical entre abril de 1964 e ao longo de 1965. As reuniões que ele continuou organizando em sua casa nos mostram um Lindenberg mais ativo politicamente do que se poderia imaginar somente por aquelas declarações à imprensa. Quase certamente ele não era comunista, sendo difícil enquadrá-lo também no âmbito do PTB de forma orgânica. Porém, pelas posições que tomou, pelas propostas apresentadas na estruturação da UFSP, pelo desempenho na coordenação do projeto da nova universidade[154] e pela sua ligação político-institucional com o movimento das reformas de base do governo Goulart, além de sua posterior atuação como diretor do Serviço Social dos Empregados na Indústria da Construção, não estamos indo muito longe se o definirmos como um sincero nacionalista trabalhista – orgânico, nesse caso, ao projeto-Goulart[155]. Fortemente adverso à ditadura, foi considerado um inimigo perigoso para o regime que se instaurou, tanto que sua reabilitação nunca ocorreu: Lindenberg viveu numa espécie de confinamento político e acadêmico até sua morte[156].

Se o sonho de Lindenberg acabou, o de Lauro Cruz continuou, mas teve de restringir-se a uma pequena parte daquele antigo projeto, limitando-se a São Carlos, onde ajudou o físico Sérgio Mascarenhas a fundar a UFSCar. Mascarenhas tinha encontrado, inicialmente, dificul-

e 1969 foi presidente do CAPB e representante estudantil na Congregação.

148. Portanto, poucos meses depois da Lei de Anistia promulgada em agosto de 1979.

149. Ver depoimento de B. a Luigi Biondi, jan. de 2008.

150. O texto integral foi publicado n'*O Bíceps* de dez. 1966, p. 4. Walter Manna Albertoni (presidente) e Edgard Fiori (secretário) eram os responsáveis pela comissão de formatura da turma de 1966. Ver entrevista de Walter Manna Albertoni a Luigi Biondi em jan. 2008. A cerimônia ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo no dia 22 de dezembro de 1966. Ver também "Formatura", *O Estado de S. Paulo*, 23 dez. 1966 e "Formandos de Medicina com Diploma Simbólico". *Folha de S. Paulo*, 30 dez. 1966.

151. José Ribeiro do Valle, *op. cit.* p. 120.

152. *Folha de S. Paulo* e *Última Hora* de 10 out. 1964, citados, ele afirmava: "não sou político, nem mantenho qualquer vínculo com qualquer partido, grupo, facção, agremiação ou corrente ideológica".

153. Estamos nos referindo aqui ao conceito de Antonio Gramsci de *intellettuale orgânico*, presente nos *Quaderni* (ver sobretudo o vol. 2 da edição brasileira mais recente: Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*).

154. As atas das reuniões do Conselho Consultivo da UFSP, mostram seu papel ativo, e não somente como coordenador e receptor de outras propostas. Ver *Atas do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP*, 1964.

155. Diversos depoentes, na época alunos "militantes" do CAPB, tinham a impressão de que Lindenberg fosse muito próximo de Goulart, "era cama e mesa".

156. Todos os indicados nos IPMs de 1964 voltaram, posteriormente (pelo menos até o AI-5), a trabalhar nas instituições de ensino superior públicas, e os alunos não sofreram conseqüências ulteriores.

dades políticas semelhantes às encontradas por Lindenberg logo depois do golpe: criar universidades novas, centros agregadores de massa crítica – e, portanto, de estudantes – atemorizava os militares. A expansão universitária deveria ser controlada e estritamente vigiada, com financiamentos erráticos, para que não se saísse dos trilhos do projeto tecnocrático militar[157].

Afirmar que "não éramos mais universidade" tornou-se uma amarga constatação difundida entre os alunos. A constatação crítica começou a ter um papel na reavaliação dos efeitos do golpe sobre o ensino e sobre a instituição em particular entre os docentes, sobretudo os mais novos. Uma certa tradição epemista lida dolorosamente com a ampliação da Escola. No bojo dessa tradição, o projeto que se mostraria viável (em meio a outros que malograram) de criar uma universidade a partir do núcleo representado pela EPM voltaria à cena somente décadas depois, no início do século seguinte – ainda assim sem um consenso previamente estabelecido. Este será assunto para o próximo capítulo.

157. Entrevista de Sérgio Mascarenhas, *Revista Pesquisa Fapesp*, jul. 2007. Em 1967, quando conseguiu expandir seu Centro de Experimentação sobre a Memória Óptica e criar a pós-graduação na unidade da USP em São Carlos atraindo jovens físicos do Brasil, da América Latina e dos Estados Unidos "foi aí que aconteceu um desastre [...]. Estávamos em regime militar, eu estava sendo acusado de comunista, peguei até uma úlcera, tive depois tuberculose, alguns professores de minha equipe estavam sendo perseguidos. [...] Foi aí que apareceu em São Carlos Ernesto Pereira Lopes, empresário e político [...] *Junto com um outro deputado, Lauro Monteiro da Cruz, propunham criar uma universidade federal em São Paulo*. Aí fui a ele e disse que deveríamos criar uma universidade nova, com visão de futuro. Minha idéia era fazer uma universidade federal em São Carlos e criar uma nova engenharia na América Latina, a de materiais. Aí Reis Veloso, Pereira Lopes, Lauro Cruz me bancaram, toda a cidade me bancou". "E criaram em 1969 a UFSCar": "Sim, fui o primeiro reitor, *pro-tempore*, da universidade. Se não fosse Pereira Lopes nunca eu teria conseguido isso. Nem sem Veloso. Ele me dizia que eu queria botá-lo na cadeia, porque queria que me arrumasse dinheiro por fora das regras do MEC. Ele dizia 'eu não posso', eu dizia, 'Ô, Veloso, ou *você quebra a casca do ovo ou vai continuar com essas porcarias dessas universidades iguais*'".

IV

Criação e Expansão da Unifesp

MARCOS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL

Jaime Rodrigues

Numa situação de crise, a urgência de sua superação desdobra-se no reordenamento das referências, já que os homens buscam, para além da reiteração das condições sociais de existência, a instauração de formas previsíveis de vida social. Todo projeto de mudança supõe, ao fim e ao cabo, a instauração da ordem no lugar do que é percebido como desordem. E todo projeto de uma nova ordem implica o esboço mais ou menos preciso da comunidade que [o] partilhará, e de como deverá fazê-lo [...].

István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, "Peças de um Mosaico (ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira)", em Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000) – Formação: Histórias*, p. 143.

Este capítulo ensaia uma interpretação sobre processos históricos fundamentais para o escopo do livro e para uma reflexão mais ampla sobre a memória e seus significados: a criação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e sua expansão, entre fins do século XX e os primeiros anos do século XXI. Este último processo coincidiu com o momento em que a Universidade aproximava-se dos 75 anos de existência, se entendermos a Escola Paulista de Medicina (EPM), fundada no início da década de 1930, como núcleo a partir do qual a Unifesp viria a se desdobrar. Tal afirmação não traz embutida uma sugestão teleológica ou de inexorabilidade, como este e os demais capítulos do livro procuram explicar.

O estudo não pretende criar uma analogia factual entre a fundação da EPM, a criação da Unifesp e sua posterior expansão, endossando uma afirmação corrente no senso comum de que a história se repete – uma vez que ela *não* se repete. Ao analisar a criação da Unifesp e sua expansão, queremos explicitar mecanismos a respeito dos quais o historiador não pode deixar de refletir em seu ofício, quais sejam: a história entendida como processo; a agência daqueles que experimentaram os acontecimentos e a invenção das tradições e da memória coletiva. Para tanto, lidaremos sempre no campo das permanências e rupturas – noções sem as quais a compreensão de qualquer problema histórico fica enormemente prejudicada.

Um longo intervalo de tempo separa as origens da EPM da criação e expansão da Unifesp, sendo que os dois processos se deram em contextos bastante distintos[1]. Todavia, ambos ocorreram em circunstâncias de crises, frente às quais os agentes históricos encontraram diferentes respostas ou possibilidades de atuação institucional.

Antes de tudo, é preciso expor a noção de crise com que estamos lidando. Crise e superação são conceitos caros aos historiadores, especialmente àqueles mais afeitos às transformações de toda ordem, em particular nos campos da política e da economia. Mesmo observando os fenômenos sob o prisma da história social, o historiador não perde de vista essa dinâmica, sempre tendo em conta que as transformações (assim como as permanências) são experimentadas e levadas a cabo por sujeitos históricos de carne e osso, e não por estruturas ou instituições com voz e vida autônoma – até porque estruturas e instituições são invenções humanas manejadas por seres humanos em ação, que vivenciam processos e elaboram suas consciências e práticas políticas a partir da experiência.

Quando empregado em um discurso oral ou textual, o termo "crise" quase sempre carrega certo grau de desconforto, indicando uma situação na qual os envolvidos se vêem diante de um problema ou impasse. Freqüentemente, os historiadores examinam crises ou outros processos históricos a partir de um intervalo de tempo confortável, mas esse distanciamento não pode lhes eximir do dever de ensaiar análises sobre fenômenos contemporâneos. Tal distanciamento também não deve levar os profissionais da história nem seus leitores a concluir que a consciência e as práticas dos sujeitos sociais deveriam seguir este ou aquele modelo, como se houvesse leis históricas a serem cumpridas, confundindo o historiador com o juiz.

Importa assinalar que, se as situações de origem e expansão podem ser entendidas como impasse ou problema, não necessariamente

1. Sobre as origens da EPM, ver capítulo II.

carregam impossibilidades de resolução. A visão de um processo como objeto imerso em uma crise pode escapar aos sujeitos históricos que o vivenci(ar)am, o que não inviabiliza o uso do conceito no decorrer da análise: "a crise não aparece à consciência dos homens como modelo em vias de esgotamento, mas como percepção da perda da operacionalidade de formas consagradas de reiteração da vida social. Em outras palavras, é na generalização da busca de alternativas que a crise se manifesta, é nela que adquire efetiva vigência"[2]. Entendido dessa forma, o termo "crise" afasta os sujeitos históricos da imobilidade e traz em si um potencial de amadurecimento e transformação aplicável tanto nos âmbitos institucional e coletivo como na esfera dos indivíduos.

As conexões entre crise, memória e transformação também precisam ser explicitadas. A atenção dada pelos seres humanos à memória se acentua nos momentos de ruptura, em que seres humanos com vínculos comunitários temem perecer. Uma ruptura desse tipo seria, obviamente, uma situação de crise – como um confronto bélico de grandes proporções, por exemplo. Mas as transformações bruscas ou violentas não são os únicos eventos reavivadores da memória, como observaremos a seguir.

O historiador francês Pierre Nora procurou explicar o imenso desejo de preservação da memória existente em nossa época, lidando com situações estruturais. Em um artigo de 1974[3], Nora preocupava-se com o processo da mundialização – que, mais recentemente, chamamos de globalização –, no qual o tempo parece se acelerar e a duração de um fato torna-se a mesma da notícia. Dez anos mais tarde, o autor esmiuçou o significado da "aceleração do tempo": trata-se de uma situação em que o passado vai perdendo seu lugar para o presente eterno, em que tudo o que importa é a notícia e o imediato, enquanto a identidade construída ao longo do tempo vê-se ameaçada. Assegurar a conservação de traços e vestígios – em outras palavras, preservar a memória – funcionaria como um contraponto ao efeito desintegrador provocado pela rapidez da mundialização[4] ou da globalização. Nesse sentido, não é incomum que os membros de uma comunidade assolada pela idéia de transformação e aceleração do tempo voltem seus interesses para a preservação da memória e para a reafirmação de suas identidades e tradições. Podemos ver nesse processo uma forma de resistência – não necessariamente articulada em termos sociais – contra a perda da identidade e contra as transformações que ocorrem num ritmo mais rápido do que as noções de tempo e permanência com a qual costumávamos lidar cotidianamente, baseada em um passado entendido como mítico, heróico ou ideal. A expansão da Universidade, experimentada (mas

2. István Jancsó, *Na Bahia, contra o Império: História da Sedição de 1798*, p. 203. Agradeço a Wilma Peres Costa por ter chamado minha atenção para o texto de Jancsó e para a necessidade de operar o conceito de crise na discussão do objeto desta pesquisa. Evidentemente, a responsabilidade pelas conclusões é minha.

3. Pierre Nora, "O Retorno do Fato", em Jacques Le Goff e Pierre Nora (dir.), *História: Novos Problemas*, pp. 179-193.

4. Pierre Nora, "Entre Mémoire et Histoire: la Problématique des Lieux", em Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire,* tomo I: La République, pp. XVII-XLII.

não concluída) entre 2004 e 2007, pode ser entendida nesse quadro – ainda que não se trate de criar um modelo explicativo, mas sim de operar com uma hipótese. Afinal, expandir-se evoca, entre outras coisas, as noções de crise, transformação e aceleração do tempo, além de tomada de decisões e redefinição de identidade(s).

Momentos celebrativos, tal como o vivido pela Unifesp na comemoração de seus 75 anos, também podem ser entendidos como de renovada preocupação com a memória[5], especialmente quando coincidem com uma circunstância de crise – no caso, deflagrada pelas renovadas necessidades de financiamento e alimentada pela expansão física e das áreas do conhecimento abrigadas na Universidade. Claro está que, com a expansão, não se pretendia extinguir a predecessora EPM, mas o processo deu nova forma a uma instituição profundamente enraizada e formada por membros conscientes dos elementos formadores de sua memória coletiva.

Se o formato da EPM e os vínculos nela criados não pereceram, mudaram substancialmente de identidade a partir do momento em que a comunidade acadêmica acatou a idéia (que até então lhe era exterior e estranha) de transformação e crescimento em direção a outros campos do saber – processo que podemos observar e abordar como uma crise. Em meio a essa crise, a recomposição da relação entre o presente e o passado tornou-se uma estratégia de sobrevivência emocional, de preservação da identidade, de reiteração das tradições e, ao mesmo tempo, de fortalecimento interno e de superação da crise.

Não foi apenas no processo de expansão dos cursos e *campi* da Unifesp, ocorrido no início do século XXI, que a preservação da identidade e a reiteração das tradições pautaram a atuação de parte dos membros da antiga EPM. Os sinais da crise são evidentes em outros processos, como em algumas efemérides[6], no curso da federalização ocorrida em 1956[7], na abortada iniciativa de criação da primeira Universidade Federal de São Paulo entre 1961 e 1964[8], durante a criação da Unifesp em 1994 e na expansão propriamente dita, a partir de 2005. Trataremos, aqui, dos dois últimos processos.

De EPM a Unifesp: Memória e História

A Universidade Federal de São Paulo foi criada em 1994, a partir do núcleo representado pela Escola Paulista de Medicina. A princípio, essa transformação não indicava mudanças imediatas ou profundas no funcionamento do ensino e da pesquisa, no espaço físico e nem nas áreas de atuação acadêmica. Ao contrário, havia sinais de que, naquele

5. Ver capítulo I.

6. Ver capítulo I.

7. Ver capítulo II.

8. Ver capítulo III.

momento, a transformação em universidade não apontava para a universalidade do conhecimento, mas para a manutenção do modelo da "Universidade da Saúde". Assim pode ser entendido o parecer do senador Guilherme Palmeira, relator do projeto de lei nº 139 que, vindo da Câmara dos Deputados, foi analisado na Comissão de Educação do Senado Federal em 1994:

> A nova universidade, decorrente da aprovação deste projeto, poderá, destarte, destacar-se como um modelo para a nova concepção de universidade, que prevê a concentração de estudos por área, no caso, a área de ciências biológicas e da saúde, o que poderá contribuir para a melhoria da qualidade já alta na formação de recursos humanos altamente qualificados e na produção científica e tecnológica[9].

No aniversário de setenta anos, em 2003, refletindo sobre o que fora a transformação em universidade, a "comunidade epemista" sentia-se satisfeita, rememorando a mudança como fiadora da autonomia, "tanto para expedir diplomas de seus cinco cursos de graduação, que até então precisavam ser reconhecidos pela Universidade Federal de São Carlos, como para criar novos cursos"[10].

Tudo isso não impediu a percepção da mudança também como parte de uma conjuntura de crise, como afirmou o Durval Rosa Borges, ao final de seu exercício no cargo de primeiro pró-reitor de graduação da Unifesp, em 1999:

> "[...] A Unifesp vive período de crise, reflexo da desatenção do país com a saúde e a educação. Por outro lado vem sofrendo as dores do crescimento, do rito de passagem/transformação. A origem da crise está na evolução de um tipo de modelo acadêmico para outro muito mais complexo [...]. É mais complexo o modelo acadêmico onde a prioridade está no ensino e na pesquisa, e as características da assistência por eles determinada. Este modelo contempla a geração de conhecimento, estimula ações interdisciplinares e a captação de recursos. Neste modelo espera-se que a Instituição seja excelente no ensino (graduação e pós-graduação), na pesquisa e na assistência, mas é diferenciada a atuação de cada um de seus membros. Como nem todos podem ser excelentes em tudo, espera-se de cada um que contribua, segundo sua vocação e competência, para o desenvolvimento do projeto institucional [...]. Deve haver avaliação continuada do desempenho das diferentes partes da universidade à luz do projeto institucional. O conjunto torna-se mais eficiente que a soma das partes[11].

9. Guilherme Palmeira, *Minuta de Parecer*, "Pasta [sem classificação] contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos – Arquivo da Reitoria da Unifesp", s./d.

10. Ana L. Guímaro e Leonel Prata (eds.), *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina, 70 anos*, p. 65.

11. Durval Rosa Borges, Relatório do Pró-Reitor de Graduação da Unifesp (jul. 1995-jul. 1999). São Paulo, 1999.

Anos antes de os termos dessa análise virem a público, a Congregação da EPM já emitia sinais de sensibilidade à crise, instalada em função das possíveis alterações na identidade e dos eventuais prejuízos à autonomia da Escola em nome da nova instituição que se criava. Entre a votação do projeto na Câmara dos Deputados (em 22 de novembro de 1994) e a publicação da lei nº 8.957 (em 15 de dezembro de 1994)[12], o texto aprovado no Legislativo federal foi lido na Congregação. Um de seus membros mostrou-se apreensivo devido à "desinformação a respeito desse processo", ressaltando, paradoxalmente, que "o projeto foi aprovado como apresentado pela Escola".

Dois motivos foram aventados como fontes de apreensão. Primeiramente, o artigo da lei que designava o MEC como responsável pela adequação dos regimentos da EPM ao novo formato de universidade e não mais unidade isolada de ensino superior – ao passo que a Congregação preferia elaborar e aprovar seu próprio Estatuto[13]. O segundo motivo "foi a questão do nome, uma vez que a Congregação já discutira em outra oportunidade a inclusão do nome Escola Paulista de Medicina (tradicional) no nome da Universidade"[14]. O argumento em favor da manutenção do nome tornava-o um símbolo ou lugar da memória, ao qual a comunidade apegava-se firmemente.

No primeiro artigo da lei nº 8.957, o legislador determinou a transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo. Embora o regimento não fosse imediatamente alterado, seria preciso adequar a estrutura e o funcionamento antigos aos moldes novos. O patrimônio da EPM foi transferido para a Unifesp (art. 15), bem como o quadro funcional e os cargos de direção. Os artigos 11 e 12 da lei criavam os cargos de reitor e vice-reitor da Unifesp e extinguiam seus equivalentes na antiga EPM (diretor e vice-diretor), o que na prática significava a extinção da própria Escola Paulista de Medicina como unidade, já que o vínculo hierárquico passaria a se dar entre as instâncias executivas máximas (Reitoria, Pró-Reitorias e Conselhos) e os departamentos, sem a mediação de escolas, faculdades, centros ou institutos.

A lei previa, assim, a extinção da antiga estrutura institucional e a criação de uma nova. Ainda que as mudanças tenham se dado no campo das possibilidades de expansão nos limites alargados de uma universidade, o funcionamento cotidiano de cursos, pesquisas e atividades de extensão, bem como as áreas do conhecimento abrigados na Unifesp, continuavam a ser rigorosamente os mesmos da antiga EPM. O que não havia mais era patrimônio, funcionários e cargos próprios da EPM, bem como cessava o efeito legal da sigla e a própria instituição deixava de existir formalmente.

12. Lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994, que dispôs sobre a transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo.

13. Na "Pasta contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos – Arquivo da Reitoria da Unifesp", encontram-se minutas com intervenções do reitor *pro-tempore* e cópia do texto final do *Termo de Instalação da Universidade Federal de São Paulo*, assinado pelo então ministro da Educação e do Desporto, Murílio de Avellar Hingel e datado de 26 dez. 1994, no qual reforçava-se a determinação: o MEC, "no prazo de 180 dias da publicação da lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994, tomará as providências necessárias para a elaboração da Estrutura Regimental e do Regimento Geral da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, para serem aprovados pela instância própria, na forma da legislação pertinente".

14. Ver *Ata da Reunião da Congregação da EPM*, 23 nov. 1994.

UNIFESP
PAULISTA
ESCOLA MEDICINA
1933
Universidade Federal de São Paulo
Escola Paulista de Medicina

Figura 1. Logotipo e título institucionais, veiculados no site http://www.unifesp.br, acesso em out. 2007.

A sigla e a memória permaneceram como referentes de uma trajetória que contava com mais de seis décadas naquela ocasião. Se não valia mais em termos legais e administrativos, a sigla EPM e o símbolo imagético da antiga Escola continuaram a ser veiculados nos papéis oficiais e no site da Unifesp até fins de 2007 (Figura 1), indicando a construção de uma sinonímia entre a nova Universidade Federal de São Paulo e a antiga Escola Paulista de Medicina no interior da comunidade que dava suporte à memória da EPM.

Às vésperas da implantação do *campus* Baixada Santista da Unifesp – o primeiro situado fora da Vila Clementino, em São Paulo –, o Conselho Universitário (Consu) tomou uma decisão que deixava entrever a persistência da memória, a crise e as propostas de superação: decidiu reentronizar a nomenclatura que, na prática, jamais caíra em desuso nos cursos de Medicina e Enfermagem, estendendo-a aos demais cursos de graduação oferecidos na sede paulistana. As graduações que funcionavam até 2004 passariam a ser denominadas *Escola Paulista de Medicina*, *Escola Paulista de Biomedicina*, *Escola Paulista de Enfermagem*, *Escola Paulista de Fonoaudiologia* e *Escola Paulista de Tecnologia Oftálmica*[15], ainda que a estrutura e a organização não incluíssem, efetivamente, a criação de escolas ou institutos universitários *stricto sensu*.

A implantação do *campus* Baixada Santista e o iminente início do funcionamento dos *campi* Guarulhos, Diadema e São José dos Campos trouxeram perspectivas de mudanças inusitadas, mas não adotadas imediatamente. Em fins de 2006, o reitor Ulysses Fagundes Neto afirmava, diante do Consu, seu empenho em

> [...] dar identidade a cada um dos cursos ministrados na Unifesp, aprovando que todos pudessem usar o nome "Escola Paulista" [...]. Disse que como o símbolo da Unifesp permaneceu com o nome de Escola Paulista de Medicina, entendemos que seria necessário rever, contemplando a Instituição com um símbolo, como também um logotipo diferente para cada curso.

15. *Informes da Reitoria, Decisões do Consu*, sessão de 12 maio 2004. Um sumário dos debates que resultaram nesta decisão e a referência à posição de alguns membros do Conselho que vinculavam essa idéia à permanência do nome "Escola Paulista de Medicina" inscrito no logotipo podem ser encontrados na *Ata da reunião do Consu/Unifesp*, 12 maio 2004.

As discussões giraram em torno de uma fórmula que preservasse ao máximo o símbolo original, mantendo a cor verde e excluindo a cobra, tão fortemente relacionada aos cursos da área de saúde e à medicina em particular. Por fim, o Consu decidiu abrir um concurso público para a escolha do novo logotipo, estabelecendo parâmetros à criação. Os parâmetros mantinham, no edital, alguns elementos do antigo símbolo da Escola Paulista de Medicina: o formato, a cor e a data da fundação[16].

Entre junho e outubro de 2007, foram encaminhados à Fap 96 propostas de logotipos por 41 candidatos. Desse conjunto, dez propostas foram selecionadas por uma comissão composta pelo reitor, o vice-reitor, os quatro pró-reitores, o chefe de gabinete da Reitoria e o presidente da Fap. Encaminhadas ao Consu, o plenário escolheu, em sua reunião de 21 de novembro de 2007, aquela de autoria da publicitária Flávia Teixeira de Carvalho, reproduzida na Figura 2.

Atendendo aos parâmetros do edital do concurso, o novo logotipo alude à fachada do edifício mais antigo da Unifesp na Vila Clementino, situado à rua Botucatu e para onde se mudou a Escola Paulista de Medicina ao adquirir a antiga Chácara Schiffini[17]. O edifício abriga a EPM desde setembro de 1936 e, em 2007, era o endereço do Auditório Leitão da Cunha, do CEHFI, do Museu Histórico Prof. Dr. Wladimir da Prússia Gomes Ferraz e da Disciplina de Anatomia Descritiva e Topográfica, ligada ao Departamento de Morfologia e Genética, sendo uma referência espacial importante para o conjunto da Universidade. Patrimônio histórico edificado remanescente dos primeiros tempos da Escola Paulista de Medicina, a fachada estilizada no novo símbolo da Unifesp remete ao passado epemista sem comprometer o formato renovado da Universidade, implantado no século XXI e que incluiu outros campos reconhecidos do saber acadêmico que também demandavam uma representação simbólica na programação visual universitária.

Carlos Lacaz sustentou que "os emblemas das instituições traduzem suas origens, revelam o espírito de seus fundadores e marcam os anseios de seus integrantes"[18]. Tal postulado indica caminhos profícuos para uma análise do antigo emblema da Escola Paulista de Medicina.

Entre outras informações, o símbolo ou lugar da memória representado pelo antigo emblema institucional remontava à data de surgimento da EPM (1933) e aludia a uma cor – o verde, expressão da medicina. Além disso, reproduzia o desenho de uma árvore – o jequitibá[19], espécie nativa da Mata Atlântica, que ocorre especialmente na latitude de São Paulo e cresce de forma reta, como se nada pudesse obstaculizar seu desenvolvimento, além de sobreviver por mais de um século, ressaltando a naturalidade paulista e a longevidade do saber e da instituição. O em-

16. *Ata da reunião ordinária do Consu/Unifesp*, 11 out. 2006; *Edital de concurso de criação de marca mista (logotipo) da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp*, publicado no DOU de 10 abr. 2007, seção 3.

17. Ver capítulo II.

18. Carlos da Silva Lacaz, *Faculdade de Medicina: Reminiscências, Tradição, Memória de Minha Escola*, cap. 8.

19. De acordo com Jonas Soares de Souza, o jequitibá era o símbolo do extinto Partido Republicano Paulista (PRP), o que pode sugerir que a escolha dessa árvore como símbolo do Centro Acadêmico da EPM, em 1938, trazia ainda marcas do rancor dos paulistas pela perda do poder após a subida de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. A hipótese talvez merecesse algum investimento que, todavia, extrapola os objetivos aqui pretendidos. Ver Jonas Soares de Souza, "As Rodovias Paulistas e as Monções Setecentistas", Zélio Alves Pinto (org.), *Cadernos Paulistas: História e Personagens*, p. 53.

Figura 2. Logotipo institucional aprovado em 21 de novembro de 2007.

blema reportava-se também ao signo mais conhecido do saber médico a partir do século XVI: o bastão de Asclépio[20], com uma cobra enrolada em um cajado – na adaptação, a cobra enlaça o tronco de um jequitibá[21].

A manutenção do emblema (tornado logotipo) e da inscrição "Escola Paulista de Medicina" sob o nome da Universidade Federal de São Paulo entre 1994 e 2007 exemplificam claramente a idéia da comunidade como suporte da memória. A comunidade em questão, formada de início pelos egressos compulsoriamente da EPM para a Unifesp, transformou-se a partir da expansão principiada em 2005. A memória, no entanto, não se transformou no mesmo ritmo, e a comunidade remanescente buscou manter aqueles signos que remetiam a significados não necessariamente compreendidos ou compartilhados pelos membros da nova comunidade em formação – a Unifesp em seus diferentes *campi* e áreas do saber. Parte da comunidade remanescente da EPM buscou, enfim, resguardar sua memória diante de uma situação em que, no dizer de Maurice Halbwachs, temia perecer, ainda que simbolicamente.

Essa busca pode ser exemplificada pelas cerca de cinqüenta manifestações ocorridas quando da escolha do novo logotipo da Unifesp. A imensa maioria da comunidade acadêmica não se manifestou, contrária ou favoravelmente, acerca do novo símbolo, o que me leva a analisar, aqui, apenas as opiniões encaminhadas ao endereço eletrônico disponibilizado para comunicação.

Se o antigo logotipo não se impunha como unanimidade para a comunidade acadêmica pós-expansão, com o novo símbolo não foi diferente. Parte do descontentamento foi de ordem estética ("péssimo

20. Sobre a polêmica em torno do uso desse símbolo ou do caduceu de Mercúrio como representação do saber médico, ver Paulo R. Prates, "Do Bastão de Esculápio ao Caduceu de Mercúrio", *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 79 (4), out. 2002. Cf. também Robert A. Wilcox e Emma M. Whitham, "The Symbol of Modern Medicine: Why One Snake is More than Two", *Annals of Internal Medicine*, 138 (8), pp. 673-678, 15 abr. 2003 (devo a indicação deste último texto a Durval Rosa Borges).

21. Sobre o símbolo gráfico da EPM herdado pela Unifesp, ver ainda Wladimir da Prússia Gomes Ferraz, "O Emblema da EPM e o seu Significado", *Jornal da Paulista,* 5 (58), out. 1992, p. 8. Concurso para a escolha de uma bandeira da EPM foi realizado em 1991, cf. "Paulista já tem Bandeira Oficial", *Jornal da Paulista*, nº 41, mar. 1991, p. 8.

gosto" e "enorme falta de criatividade", nas palavras de um missivista não identificado[22], ou "um desenhinho péssimo", na opinião de um ex-aluno[23]), mas a maioria expressou seu apego à tradição supostamente usurpada. Dentre todas as mensagens, apenas uma foi encaminhada por um aluno de um dos *campi* fruto da expansão pós-2005, afirmando que o símbolo vencedor do concurso não representa a ampliação da Unifesp, "onde a principal palavra seria *integração de áreas do conhecimento*"[24].

Para alguns alunos, ex-alunos, médicos residentes e outras pessoas que preferiram não se identificar ao enviarem suas mensagens, a impressão foi de uma forte inspiração nos logotipos das faculdades de medicina da Universidade de São Paulo (na capital e em Ribeirão Preto), com as quais os acadêmicos da EPM mantêm até hoje uma velha e acirrada concorrência acadêmica e esportiva que divide o campo entre a "indiarada" (EPM) e a "porcada" (USP). Analisando a mudança estritamente da perspectiva dessa competição salutar, alguns entenderam que o novo símbolo da Unifesp se inseria apenas na disputa por excelência entre os mais afamados cursos médicos paulistas. Ato contínuo, demonstraram sua indignação, afirmando que "nós temos nossa própria identidade e história, estamos entre as melhores universidades do Brasil, temos pesquisadores tanto na área básica quanto clínica respeitados mundialmente. Não precisamos copiar ninguém, somos exemplos para outros"[25].

A mudança do logotipo foi entendida por outros como um esquecimento deliberado das origens, uma "iniciativa [para] aniquilar as raízes culturais e tradições da Minha Escola"[26]. Isso se expressou ainda em afirmações tais como "medicina não é o único curso, mas sempre foi o carro-chefe e o maior nome da nossa Universidade"[27] e que o símbolo, a história e a tradição tinham sido jogados no lixo e mudados "por nada"[28].

De outro lado, houve entendimentos de que os defensores da expansão da Unifesp abandonaram o nome EPM, que muitos se orgulham de ter ajudado a construir e de compartilhar:

> Hoje me sinto um felizardo por ter feito parte de uma história tão gloriosa como a da EPM, cheia de conquistas e tradição. É certo que o tempo passa e tudo muda. A Universidade cresce, se diversifica, se espalha pelo Estado [*sic*], abre novos cursos, porém não pode esquecer das suas raízes e da sua história. Encontrar alguém vestido com o velho símbolo da EPM nos mais diferentes lugares sempre traz uma alegria e uma sensação de familiaridade em todos os que passaram por aqui[29].

Do orgulho pelo passado e pelo presente construídos, houve quem concluísse que "os cursos novos são incapazes de compreender a di-

22. Nome do remetente suprimido, *Logo Unifesp*. Mensagem recebida em 29 nov. 2007.

23. Nome do remetente suprimido, *Novo "Desenho"* Versus *Eterno Símbolo*. Mensagem recebida em 30 nov. 2007.

24. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 12 dez. 2007. O destaque é meu.

25. Nome do remetente suprimido, *Logotipo da Unifesp*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

26. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

27. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 25 nov. 2007.

28. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 27 nov. 2007.

29. Nome do remetente suprimido, *Novo Símbolo*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

mensão do que a Escola significa, querendo abandonar algo sem o qual não existiriam"[30] e que "não se pode pensar nos *campi* em detrimento da instituição-mãe"[31]. Diante disso, é preciso registrar que, se a escolha do novo logotipo foi uma necessidade colocada em pauta a partir da expansão, ela não foi definida pelos novos cursos ou *campi* – os quais não existem de modo antagônico ou em função da existência de outrem, mas sim de exigências da vida acadêmica que serão analisadas no decorrer deste capítulo.

A antigüidade e a tradição do símbolo imagético da Unifesp trocado em 2007 precisam ser avaliadas com certo vagar e à luz das evidências[32]. Uma pesquisa em timbres de papéis oficiais do CAPB, da EPM e, mais tarde, da Unifesp, atravessando momentos-chave como a federalização e a criação da Universidade, indica que os símbolos utilizados variaram ao longo do tempo. A pesquisa indica também que não houve uma única marca institucional vigente todo tempo, pois símbolos diferentes tiveram uso simultâneo durante a existência da instituição. O apego à imagem vigente em 2007 e os significados atribuídos a ela são tradições inventadas recentemente, como pode ser acompanhado nas imagens a seguir.

O convite para um baile em benefício do Hospital São Paulo em 1935 (Figura 3) é a primeira tentativa de dotar a EPM de um símbolo – ao que tudo indica, abandonado logo em seguida, já que em papéis posteriores não se encontra mais sinal dele.

O logotipo da Unifesp, substituído em 2007 (Figura 11) e entendido pela comunidade acadêmica do século XXI como símbolo e lugar da memória, é uma adaptação modernizada do símbolo fixado em 1938 por Delfino de Oliveira Vianna como marca do CAPB. O símbolo de 1938 – com o ano da fundação partido em dois numerais ladeando o jequitibá e sem a inscrição do nome da Escola Paulista de Medicina – pode ser observado em documentos oficiais da EPM, como nos diplomas emitidos desde a conclusão do curso pela primeira turma (1938) (Figura 4). Em outros documentos, podemos observar o símbolo com traços modernizados, como no Calendário Escolar de 1975 (Figura 5), em um convite para evento realizado em 1989 (com o desenho da cobra ligeiramente modificado) (Figura 6) e em convites para cerimônias ocorridas em 1991 (Figura 7) e 1994 (Figura 8), por exemplo. O mesmo símbolo também apareceu em documentos do Centro Acadêmico, como os convites para os jantares comemorativos do décimo e do 25º aniversários de formatura da primeira turma (em 1948 e em 1963, respectivamente) (Figuras 9 e 10). Esse logotipo, modificado em 1994 com a inscrição do nome da Unifesp (Figura 11), foi utilizado até fins de novembro de 2007.

30. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 25 nov. 2007.

31. Nome do remetente suprimido, *Sobre Novo Logo*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

32. A sugestão para a pesquisa que resultou no trecho que se segue veio de conversas com Durval Rosa Borges e do texto "Unifesp Tem Logotipo Escolhido em Concurso Público", *Ação Fap*, nº 11, jan./fev. 2008, pp. 2-3.

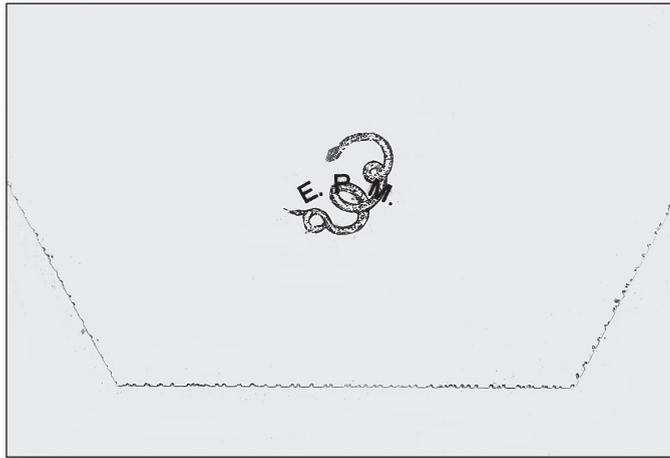



Figura 3. Fonte: Capa de convite para baile em benefício do Hospital São Paulo, patrocinado pela Associação Cívica Feminina e pelo Centro Acadêmico Pereira Barretto, 9 nov. 1935. Acervo do cehfi, pasta nº 36 – *Bailes e Jantares.*

Escola Paulista de Medicina

Reconhecida pelo Governo Federal pelo Decreto nº 2.703 de 31 de Maio de 1938.

19 33

Eu, Prof. Dr. Alvaro de Lemos Torres, Diretor da Escola Paulista de Medicina, usando das atribuições que me concéde o Regimento Interno e tendo em vista que o Snr. Wladimir da Prussia Gomes Ferraz, natural de São Paulo - Capital, filho do Snr. João Baptista Gomes Ferraz e Da. Clara da Silva Viotti Ferraz, nascido em 5 de Agosto de 1916, foi habilitado em todas as materias que constituem o curso de Medicina, em 30 de Novembro de 1938, confiro-lhe o presente titulo de Medico, para que possa exercer sua profissão e gozar dos direitos e prerrogativas que lhe concedem as Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Secretaria da Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, 8 de dezembro de 1938.

O Diretor [signature]
O Inspetor Federal [signature]
O Secretario Fco de Assis e Almeida

O Medico [signature]

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
VISTO em 22 de [illegible] de 19[illegible]
DIRETOR GERAL

Figura 4. Fonte: Diploma de Wladimir da Prússia Gomes Ferraz, Acervo do Museu Histórico/cehfi.

FÉRIAS
Internato — 6ª série — 23 de junho a 6 julho
5ª série — 14 a 27 de julho
Curso Integrado — 12 de julho a 4 de agosto
Demais séries de todos os Cursos — 30 junho a 4 de agosto
SETEMBRO
1 a 6 — Semana da Pátria — Não haverá aulas
OUTUBRO
28 — Dia do Funcionário Público
NOVEMBRO
15 — Proclamação da República — Não haverá aulas
29 — Término das aulas de todas as séries, de todos os cursos, com exceção das do Curso Integrado e do Internato.
30 — Término do 2º ciclo/Internato (6º ano)
DEZEMBRO
3 — Entrega dos conceitos finais, com exceção do Integrado
8 a 13 — Exames finais
14 — Término do 1º ciclo/Internato (5º ano)
Curso Integrado
6 — Término das aulas — 2º ano
8 a 13 — Recuperação — 2º ano
19 — Término das aulas — 1º ano
Obs: Nas semanas "Santa" e da "Patria" não haverá aulas. Esta resolução, porém, não vigorará para os internos, que cumprirão o disposto pela Câmara Curricular.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

CURSOS

GRADUAÇÃO:
MEDICINA
CIÊNCIAS BIOMÉDICAS
FONOAUDIOLOGIA
ORTÓPTICA
ENFERMAGEM – ESCOLA PAULISTA DE ENFERMAGEM

PÓS-GRADUAÇÃO:
ANATOMIA
BIOLOGIA MOLECULAR
FARMACOLOGIA
HISTOLOGIA
MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA
GASTROENTEROLOGIA CIRÚRGICA
NEFROLOGIA

CALENDÁRIO ESCOLAR PARA 1975

Figura 5. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 101 – *epm: Convites e Eventos.*

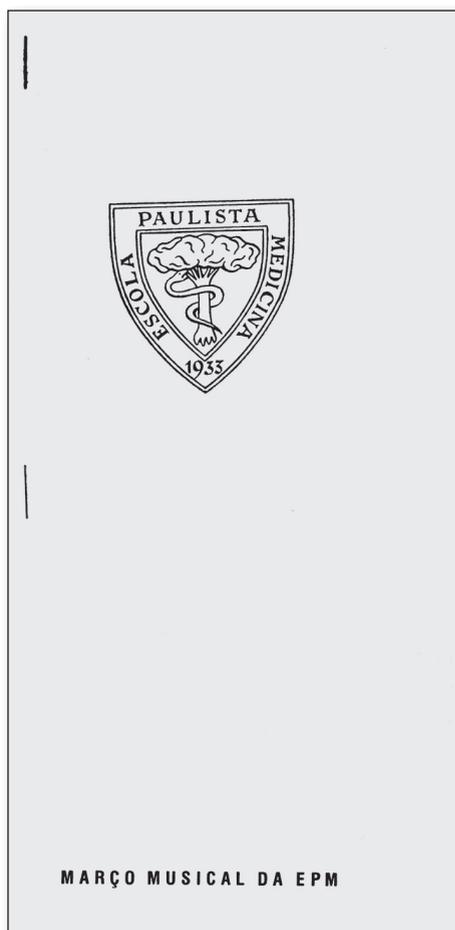



Figura 6. Fonte: Programação do Março Musical da epm. Acervo do cehfi, pasta nº 101 – *epm: Convites e Eventos.*

A Congregação da Escola Paulista de Medicina tem a honra de convidar V.Excia. para a Cerimônia de Transmissão do Cargo de Diretor da Escola Paulista de Medicina para o ***Prof. Dr. Manuel Lopes dos Santos****, a realizar-se às 10:00 horas do dia 11 de março de 1991, no Teatro Marcos Lindenberg à Rua Botucatu nº 862.*

Prof. Dr. NADER WAFAE
Presidente

O Diretor da Escola Paulista de Medicina, Prof. Dr. Manuel Lopes dos Santos, tem a honra de convidar V. Sa. para participar das inaugurações que serão realizadas pelo Excelentíssimo Senhor, Prof. Murilio de Avelar Hingel, Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no dia 21 de outubro de 1994.

PROGRAMA

1. Escola Paulistinha de Educação Infantil - Novas Instalações
Rua Loefgreen, 1974
Horário: 10:00 Hs

2. Edifício Acadêmico Prof. Dr. Horácio Kneese de Mello
Rua Pedro de Toledo, 781
Horário: 10:20 Hs

3. Ginásio Poliesportivo da AAAPB - Associação Atlética Acadêmica Pereira Barretto
Rua Pedro de Toledo, 844
Horário: 10:40 Hs

4. Rede EPM - Rede de Informática em Ensino e Pesquisa na EPM
Anfiteatro Prof. Leitão da Cunha
Rua Botucatu, 720
Horário: 11:00 Hs

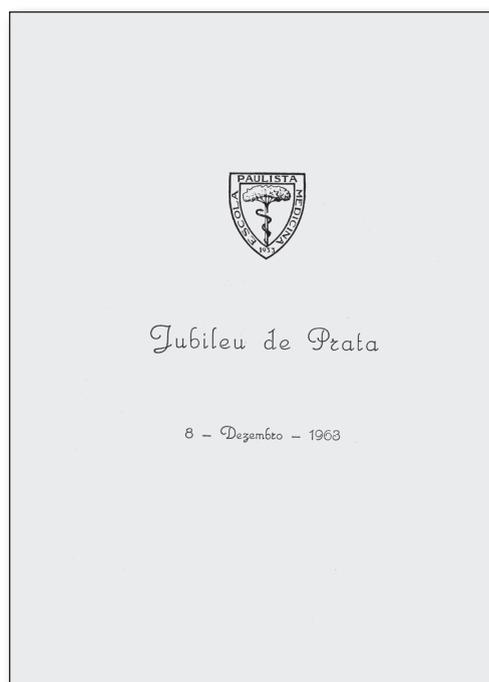
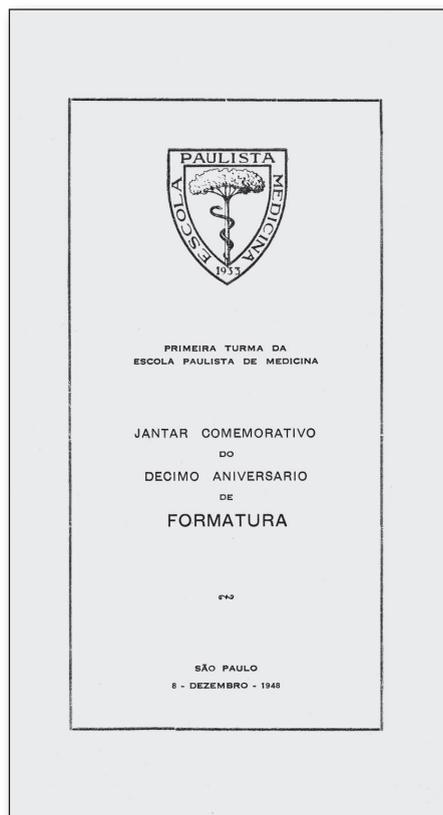
Figuras 7 e 8. Fonte: Convite da Congregação da EPM para cerimônia de transmissão do cargo de diretor para Manuel Lopes dos Santos, 11 mar. 1991 e convite para inaugurações diversas, 21 out. 1994, respectivamente. Acervo do CeHFi, pasta nº 101 – *EPM: Convites e Eventos.*

Figuras 9 e 10. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 16 – *Formaturas e Aniversários, convites de 8 dez. 1948 e 8 dez. 1963*.

Figura 11. Fonte: http://www.unifesp.br, acesso em out. 2007.

A utilização do logotipo com a fachada do Hospital São Paulo iniciou-se antes mesmo da inauguração do edifício. Reprodução estilizada a partir do projeto arquitetônico, a fachada já aparecia em 1939 (Figura 12) em um folheto relativo ao *Baile do Café* – evento promovido pelo CAPB para angariar fundos destinados à construção do Hospital. A fachada permaneceria em uso como timbre da EPM até a federalização, em 1956 – como podemos observar, por exemplo, no cabeçalho do papel oficial da escola em uma correspondência de 1950 (Figura 13).

Depois de 1956, alinhada a todas as instituições ligadas ao Governo Federal, a EPM adotou o brasão da República como logotipo em seus timbres – ainda que o símbolo criado por Delfino Vianna continuasse a ser usado em diplomas e em outros documentos (como vemos nas Figuras 5, 6 e 7). Na seqüência, reproduzimos diagramações diferentes de papéis timbrados da Escola com o referido brasão: ofício de Paulo Enéas Galvão ao diretor da EPM em setembro de 1960 (Figura 14) e um comunicado destinado aos funcionários da Fisiologia em setembro de 1972 (Figura 15).

A profusão de logotipos e a simultaneidade no uso deles ao longo do tempo não impediram que documentos produzidos na EPM circulassem sem qualquer símbolo imagético, transformando em marcas os nomes da *Escola Paulista de Medicina* e do *Hospital São Paulo*, secundadas pelos nomes dos departamentos ou dos professores que mandavam imprimir seus próprios papéis. É o que podemos observar nestes exemplos: timbres de Alípio Corrêa Netto em capa de prontuário de paciente do HSP (Figura 16), de registro de resultado de exame microscópico da anatomia patológica (Figura 17) (ambos do ano de 1943) e de Jairo Ramos, datado de 1962 (Figura 18). Mesmo em documentos oficiais e destinados a um público mais amplo, a ausência de símbolos imagéticos também pode ser observada, como na capa do catálogo dos cursos de pós-graduação oferecidos no início da década de 1970 (Figura 19).

em outubro, o já tradicional

"BAILE DO CAFÉ"

HOSPITAL SÃO PAULO

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

A diretoria do CENTRO ACADÊMICO "PEREIRA BARRETTO", eleita para o ano de 1940, antecipa os seus agradecimentos pela amável presença de V. S. ao baile que irá oferecer á Sociedade Paulistana e á Comissão do "BAILE DO CAFÉ", de 1939, nos salões da Sociedade Harmonia de Tenis.

26 de Abril, sexta-feira, ás 22 horas.

GAÓ E SUA ORQUESTRA
TRAJE: - CASACA OU SMOKING

Comissão Organizadora:

Andreza Paes de Barros
Augusta Soares de Camargo
Beatriz Whately
Carmita Assumpção
Dóra Porto
Evangelina de Arruda Botelho
Giséla de Souza Queiroz Ferreira
Gila do Amaral
Heloisa Souza Queiroz
Lucia Amaral Souza
Maria de Lourdes Pereira de Almeida
Maria Laura Bastos
Marina Ahrens
Marina Crespi
Marina Whately
Marinela D'Aragona
Nelly Seabra Ferraz
Nisa Porchat Figueiredo
Terezinha Vieira de Moraes
Tilde Lara
Véra Delamain

Figura 12. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 36 – *Bailes e Jantares*, folheto "Baile do Café", 26 abr. 1939.

2-49
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

HOSPITAL SÃO PAULO
RUA BOTUCATÚ, 720 — TEL. 7-5910
CAIXA POSTAL 144-A
SÃO PAULO — BRASIL

São Paulo, 2 de Janeiro de 1950

Exmo. Snr.
Prof. Dr. Alvaro Guimarães Filho
DD. Diretor da Escola Paulista de Medicina

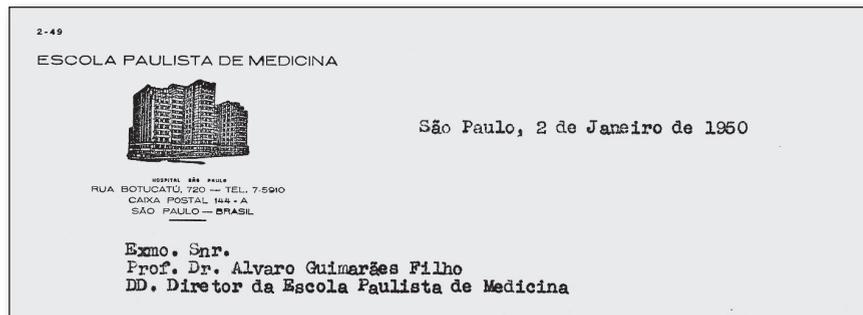



Figura 13. Fonte: Cópia de ofício de José Leal Prado de Carvalho a Álvaro Guimarães Filho, 2 jan. 1950. Acervo do cehfi, pasta nº 175 – *Cadeira de Química Fisiológica*.

Mod.-44-Rotaprint

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

Em 29 de setembro de 1960

Do Professor catedrático responsável,
Prof. Dr. Paulo Enéas Galvão
Ao Diretor da Escola Paulista de Medicina
Assunto PARA FINS DE READAPTAÇÃO

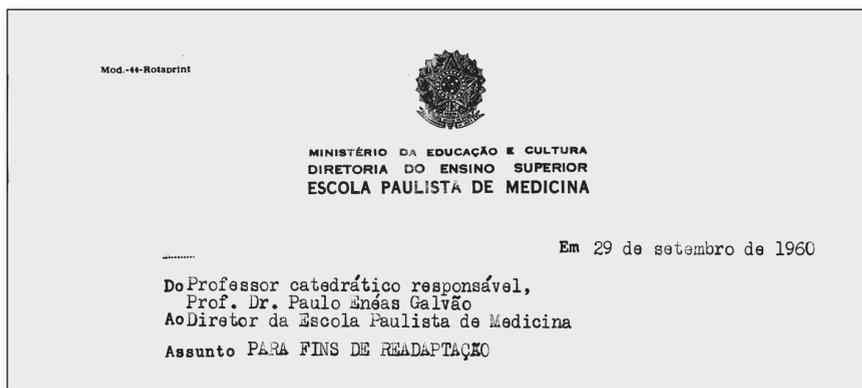



Figura 14. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 150 – *Edgard Freire*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

Figura 15. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 150 – *Edgard Freire.*

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
HOSPITAL SÃO PAULO
1.a CADEIRA DE CLINICA CIRURGICA
Serviço do Prof. Alipio Corrêa Netto

Nome Maria do Patrocínio de Oliveira
Observação n.º 1.201
Radiografia n.º

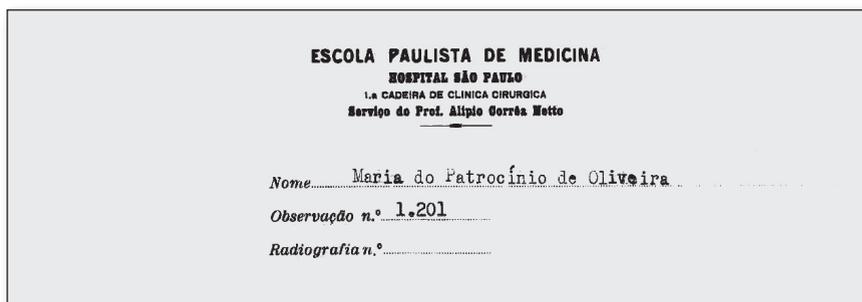



Figura 16. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 187 – *Dossiês Médicos de Pacientes.*

Primeira Via
(Para o arquivo do Departamento)

E. 59 Nr. 59 193 43

Escola Paulista de Medicina
Departamento de Anatomia Patologica
Rua Botucatú, 720

São Paulo, 5 de Abril de 193 43

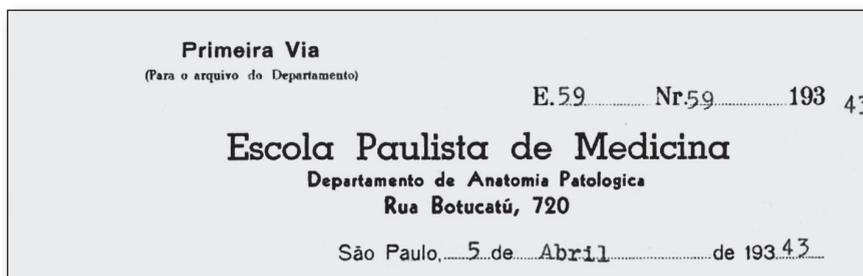



Figura 17. Fonte: Acervo do cehfi, pasta nº 164 – *Seção de Gastroenterologia do Departamento de Clínica Médica 9 – Laboratórios Farmacêuticos –* ce.

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
HOSPITAL SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA
Serviço do Prof. JAIRO RAMOS
CAIXA POSTAL 7144 - TEL.: 70-1121
SÃO PAULO - BRASIL

SECÇÃO DE GASTROENTEROLOGIA

São Paulo, 19 de setembro de 1962.

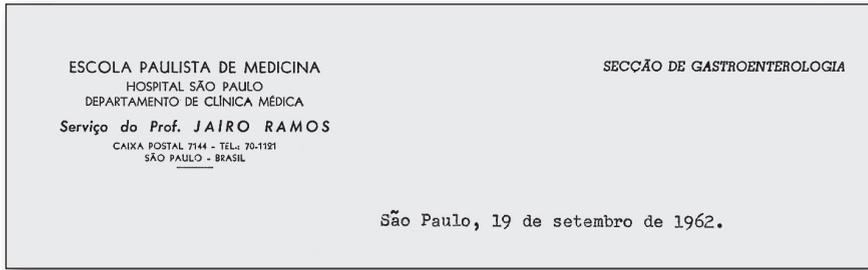



Figura 18. *Fonte: Acervo do CeHFi, pasta nº 164* – Seção de Gastroenterologia do Departamento de Clínica Médica 9 – Laboratórios Farmacêuticos – CE.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Escola
Paulista de
Medicina

CURSOS
DE
PÓS-GRADUAÇÃO

SÃO PAULO

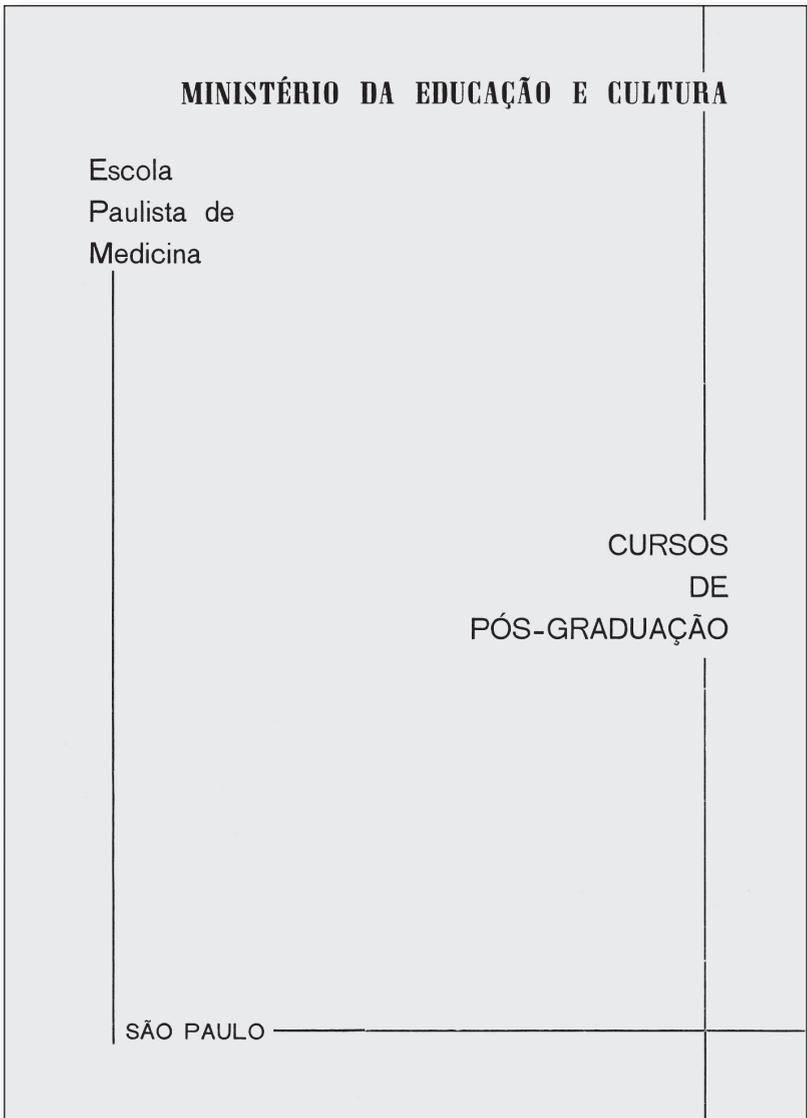



FIGURA 19. Fonte: Acervo do CeHFi, pasta nº 33 – *Bolsas de Estudo e Pós-graduação.*

Para Halbwachs, o sentimento de pertencimento não é apenas físico, mas principalmente afetivo. Situações vividas só se tornam memória se aquele que rememora o faz por sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertence[33]. Transposto para a experiência que vimos analisando, esse sentimento, individual ou da comunidade formada por professores, servidores e alunos que construíram a EPM, configura uma memória afetiva instituída em símbolos, tal como o logotipo e o nome "Escola Paulista de Medicina". Símbolos da memória, no sentido atribuído à expressão por Halbwachs, são aqueles que, para além de sua existência física, são também instrumentos estimulantes da capacidade de lembrar de algo – como os bens culturais, os objetos, os livros, os documentos, as fotografias, os espaços físicos ou uma marca imagética. Neste caso, o antigo logotipo possuía todas as características de um símbolo da memória ou de um lugar da memória, este último nos termos da definição de Nora: tudo aquilo que expressa o desejo de retornar a rituais que definem os grupos ou o movimento de resgate dos sinais de pertencimento grupal[34].

Diante das manifestações acerca do novo símbolo e dos significados da expansão da Unifesp, seria útil tentar compreender as distinções entre *memória* e *história*. Ainda que ambas nos remetam ao passado, a forma como se relacionam com o tempo diferencia uma da outra. "A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo verdadeiro com o presente eterno"; ela não rompe com o passado no presente, porque só retém do passado o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência de um determinado grupo. Já a história não opera exclusivamente com essa continuidade: em seu ofício, o historiador pode lidar com fatos sem ter uma relação de lembrança com o que é narrado, construindo historiografia sem (re)viver a memória – física ou afetivamente. Como bem definiu Nora, a história como conhecimento é a operação intelectual e laicizante que torna o passado inteligível e, simultaneamente, é o contraponto da memória, pois a dessacraliza. É uma disciplina racional e envolve registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão – ao que acrescentaríamos a criação da narrativa a partir de escolhas feitas pelo historiador, que nunca é neutro em sua produção historiográfica. A história reconhece o passado, mas não *é* o passado; é uma representação dele[35].

Longe de ser apenas um lugar de exercício da afetividade ou um sistema de laços que unem indivíduos e lhes confere identidade, a memória coletiva também precisa ser entendida como um campo de conflitos com os quais é preciso lidar no fazer histórico e na vida cotidiana.

33. Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*.

34. Maurice Halbwachs, *op. cit.*; Pierre Nora, *op. cit*.

35. Pierre Nora, *op. cit.*, p. XIX.

Definindo a Expansão

Em meados de 2003, a Universidade Federal de São Paulo celebrava os setenta anos de sua fundação, considerados a partir da data da criação da Escola Paulista de Medicina (EPM), em 1933. Nas cerimônias comemorativas da data, coroadas com a publicação de um livro sobre a trajetória da instituição[36], pouco ou nada se disse acerca da expansão. De fato, a expansão só seria consubstanciada a partir de 2005 – num sinal claro de que tal processo não vinha sendo planejado de forma sistemática até aquela efeméride.

O primeiro indício de discussão sobre a expansão não se originou nas instâncias superiores da Unifesp, mas no movimento denominado Fórum de Educação da Zona Leste. Reunindo quase duas mil assinaturas em apoio ao *Manifesto pela Universidade Pública na Zona Leste*, os membros desse movimento negociavam sua pauta junto ao então reitor da Unifesp, Helio Egydio Nogueira, em 1999. Entre outros itens, as reivindicações eram:

a. a instalação de cursos da Universidade Federal de São Paulo na Zona Leste, e que sejam instalados no Parque Ecológico, utilizando os recursos físicos que já existem e que pertencem ao Governo Estadual, sendo, portanto, nossos;
b. o início de cursos de nível superior da área da saúde e de qualificação de professores:
Curso de Saúde Ambiental (Técnico Ambientalista)
Curso de Técnico Sanitarista
Curso de Enfermagem
Curso de Nutrição
Curso de Aperfeiçoamento de professores de Ciências, Química, Física e Biologia
Serviços de Extensão à comunidade [...][37].

O pretendido *campus* universitário federal na Zona Leste de São Paulo não seria implantado. No entanto, a reivindicação deixa entrever que a imagem criada pela EPM e legada à Unifesp ultrapassara os muros acadêmicos e ganhara visibilidade social. Afinal, era pela pauta de um movimento representativo que vinha à tona a possibilidade de implantação de cursos na área do saber em que a Unifesp mais se destacava. A identidade de “Universidade da Saúde”, portanto, era reconhecida tanto pelos membros da comunidade acadêmica como em outros circuitos sociais.

36. Ana L. Guímaro e Leonel Prata, *op. cit*.

37. *Manifesto pela Universidade Pública na Zona Leste*. Agradeço a Célia Maria Benedicto Giglio por ter disponibilizado o acesso a esse documento, bem como à correspondência enviada à Unifesp em 20 out. 1999 e ao abaixo-assinado em apoio ao *Manifesto*.

Ao ser implementada, nos primeiros anos do século XXI, a expansão começou por áreas do conhecimento que dialogavam de perto com os cursos e atividades já em funcionamento – ou seja, a experiência concentrou-se inicialmente no campo das ciências da saúde. Na visão de dirigentes da Universidade, isso reforçava a boa reputação construída ao longo de setenta anos e que era entendida como "o maior capital que uma instituição de ensino pode ter". Adentrar o terreno das outras áreas do conhecimento era um processo que demandava cuidados redobrados, na visão do reitor Fagundes Neto, que representava amplos setores da comunidade universitária. Caminhando em direção às humanidades e às outras áreas em que a Unifesp ainda não tinha presença relevante, a expansão deveria, "necessariamente, acontecer dentro de parâmetros de excelência"[38].

A legítima pretensão da excelência aplicada à expansão ocuparia um lugar importante nos debates. O fórum "Novos Rumos da Unifesp", por exemplo, ocorrido em fins de 2006, significou um momento de repor esse argumento, na medida em que a instituição se debruçava sobre a experiência de ampliar seu horizonte de atuação, ainda muito recente. Multiplicava-se por quatro o número de vagas oferecidas no processo seletivo discente e crescia também a oferta de cursos novos, assim como a procura pelo vestibular, que saltou de catorze mil inscritos em 2005 para 23 mil em 2006 – o que, na visão de Luiz Eugênio Moraes Mello, pró-reitor de Graduação, "demonstra a confiança da população na nossa instituição, como também a nossa responsabilidade em oferecer aos estudantes cursos com excelência"[39]. A esses novos públicos e membros da comunidade era preciso expor a trajetória da instituição, agregando-os ao compromisso com a "excelência reconhecida há décadas na saúde"[40], que deveria ser aplicado às demais áreas do conhecimento recém-incorporadas à Universidade com a expansão. A tabela a seguir permite compor um quadro das mudanças referentes à oferta de vagas e cursos no bojo da expansão, ocorridas em um intervalo de apenas dois anos (2005-2007) – tempo curto para uma instituição septuagenária e ciosa de suas tradições.

38. Ulysses Fagundes Neto, Editorial: "Crescer com Qualidade", *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 2.

39. *Ata da Reunião Extraordinária do Consu/Unifesp*, 27 out. 2006.

40. "Expansão: Desafios e Perspectivas", *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 4.

Tabela 1. Cursos e vagas oferecidos no vestibular

ATÉ 2005		
CURSO		VAGAS
Medicina		121
Enfermagem		88
Biomedicina		33
Fonoaudiologia		36
Tecnologia Oftálmica		22
	Total	*300*
A PARTIR DE 2007		
CURSO	*CAMPUS*	VAGAS
Medicina	Vila Clementino	121
Enfermagem	Vila Clementino	88
Biomedicina	Vila Clementino	33
Fonoaudiologia	Vila Clementino	36
Tecnologia Oftálmica	Vila Clementino	22
	Subtotal Vila Clementino	*300*
Educação Física	Baixada Santista	42
Fisioterapia	Baixada Santista	42
Nutrição	Baixada Santista	42
Psicologia	Baixada Santista	42
Terapia Ocupacional	Baixada Santista	32
	Subtotal Baixada Santista	*200*
Ciências Biológicas	Diadema	50
Engenharia Química	Diadema	50
Farmácia e Bioquímica	Diadema	50
Química	Diadema	50
	Subtotal Diadema	*200*
Ciências Sociais	Guarulhos	100
Filosofia	Guarulhos	100
História	Guarulhos	100
Pedagogia	Guarulhos	100
	Subtotal Guarulhos	*400*
Ciências da Computação	São José dos Campos	50
	Subtotal São José Dos Campos	*50*
	TOTAL UNIFESP	1 150

Fonte: Folheto "Unifesp em expansão: crescendo com qualidade", 2007. Nessa fonte, não constam as vagas disponibilizadas no *campus* São José dos Campos. Para estas, ver http://www.unifesp.br/prograd/novo/index.php?option=com_content&task=view&id=529&Itemid=217, acesso em out. 2007.

O número de vagas disposto na tabela acima inclui outra mudança derivada da expansão como processo ligado não apenas ao espaço físico, à presença em outros municípios e aos novos cursos, mas à Universidade como um todo. Trata-se da adesão às políticas de ações afirmativas, no caso as cotas destinadas a não-brancos para ingresso no vestibular.

Tal política emanara de uma orientação formulada pelo MEC em 2003, para que todas as instituições brasileiras de ensino superior discutissem a adoção de ações afirmativas em seus órgãos decisórios. Naquela altura, dezoito universidades públicas brasileiras já adotavam o sistema de cotas para afro-brasileiros. O sistema foi implantado na Unifesp no vestibular de 2004, ainda que a Universidade não contasse imediatamente com a garantia do repasse de verbas correspondente ao ingresso de mais 10% de novos alunos, negros e/ou pardos oriundos de escolas públicas – o que ocorreria em meados de 2005[41]. A proposta de implantação do sistema de cotas para negros e/ou pardos foi defendida por Helena Nader e ampliada, mais tarde, por sugestão do reitor, para incluir também índios. Votada, a proposta de adesão ao sistema de cotas obteve 31 votos a favor, quinze contra e sete abstenções[42].

Em 2006, a discussão sobre o tema continuava a ser pautada pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e concentrava-se nos critérios a serem adotados para o preenchimento das vagas não ocupadas por negros, pardos e índios, na implantação do sistema de cotas nos novos *campi* que iniciariam suas atividades em 2007 (Diadema, Guarulhos e São José dos Campos) e na criação de novas cotas, destinadas a professores das escolas públicas onde esses *campi* se situariam. Os membros do Consu deram aval aos encaminhamentos das questões, entendendo que se as vagas destinadas a negros, pardos e índios não fossem preenchidas por estes, o seriam pelo sistema universal. Ao mesmo tempo, decidiram pela implantação do sistema de cotas étnicas em Guarulhos, São José dos Campos e Diadema, mas vetaram a fixação de cotas para professores do ensino público[43].

A Prograd, na pessoa de seu pró-reitor, voltaria a defender as cotas para professores de escolas públicas em Diadema e Guarulhos, dividindo o Consu entre os partidários da inclusão e os que consideravam incorreto destinar vagas apenas àqueles dois municípios. Para a inclusão, não estavam em pauta os cursos oferecidos em São Paulo, por exemplo, talvez em função de seu distanciamento das questões e currículos dos ensinos fundamental e médio, com os quais os cursos oferecidos em Diadema e Guarulhos têm maior afinidade. Em segunda votação, novamente o sistema de cotas para professores foi rejeitado no Conselho Universitário[44].

41. Cf. informe do reitor, dando conta de que fora aprovada "solicitação de verba para os alunos cotistas, no valor de R$ 195 mil e que esta foi incluída no quadro orçamentário, mas não no financeiro. Salientou que continuamos batalhando pelo crédito suplementar e que existe embate entre o MEC e a Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior] para efetuar a divisão da verba. Esclareceu que já foram divididos R$ 30 milhões e ainda faltam dividir os R$ 55 milhões restantes". *Ata da Reunião Extraordinária do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005.

42. *Ata da Reunião Extraordinária do Consu/Unifesp*, 10 mar. 2004; *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 abr. 2004. Nader e, mais tarde, Marcos Pacheco de Toledo Ferraz, viriam a presidir o Grupo Institucional para Estudos de Ações Afirmativas na área de graduação, cf. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 19 ago. 2004, 13 out. 2004 e 11 maio 2005.

43. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006.

44. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 12 jul. 2006.

Votado no Consu, o sistema de cotas foi oficializado juntamente com um aumento no número de vagas de todos os cursos de graduação. Por meio de resoluções, criaram-se e renovaram-se as cotas na Unifesp entre 2004 e 2007, acrescentando 10% de vagas novas sobre as já existentes até aquele ano, que seriam destinadas a candidatos negros, pardos ou indígenas que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas. Essas vagas deveriam ser preenchidas por meio de avaliação no vestibular. A partir de então, os candidatos concorreriam mediante auto-declaração e, caso não fossem preenchidas na época da matrícula, seriam convocados os candidatos classificados independentemente da cor de pele auto-declarada. Anualmente, o sistema têm passado por avaliações da Comissão Permanente de Vestibular e do Conselho Universitário, que delibera sistematicamente sua prorrogação[45].

* * *

Se em 2007 a expansão física, geográfica, de vagas e de campos do saber já se tornara palpável, o ano de 2004 foi marcado pela assimilação do tema. A partir daí, a expansão tornou-se assunto recorrente nas instâncias superiores da Universidade, em especial no Consu. É importante frisar que o tema veio à tona de forma intensa poucos meses após a comemoração dos setenta anos da EPM, alterando consideravelmente os rumos do debate sobre o futuro da Unifesp.

Nesse período, a ampliação do espaço físico no *campus* da Vila Clementino continuava a ser abordada, como quase sempre fora. Em fevereiro, o Conselho era informado sobre o início da construção do Edifício de Pesquisas II (também chamado de Edifício Acadêmico 2), após serem resolvidas questões relativas à licitação da obra[46]. Além de cumprir objetivos acadêmicos, a construção desse edifício destinava-se a racionalizar o uso de espaços e os gastos com o aluguel de dezenas de imóveis para a realização de atividades acadêmicas e de assistência. Os imóveis situam-se em torno do quadrilátero originalmente ocupado pela Escola Paulista de Medicina na Vila Clementino, delimitado pelas ruas Botucatu, Pedro de Toledo, Napoleão de Barros e Borges Lagoa.

Na mesma reunião em que os conselheiros foram informados acerca do novo edifício acadêmico, também veio à tona a primeira discussão pública sobre a expansão da Unifesp para além dos limites desse bairro paulistano, cuja paisagem vêm sendo marcada há décadas pela convivência com a EPM, o HSP, o fluxo de ambulâncias, pacientes e pessoas vestidas de branco, cor característica da indumentária dos profissionais da saúde.

45. *Resoluções nº 23, 27, 36, 37, 38 e 42.*

46. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 11 fev. 2004.

A ausência de um planejamento sistemático para novos cursos e *campi* na época da comemoração dos setenta anos não é o único sinal que aponta para a inexistência de uma expansão concreta nos primeiros anos do século XXI, tanto geográfica como em direção a outras áreas do conhecimento. Até o início de 2004, o próprio Consu não deixou registradas em suas atas quaisquer referências à expansão física para além da sede original e à ampliação das áreas do conhecimento em que a Universidade atuava. Naquela altura, a identidade e a memória que Unifesp construíra para si era a da "Universidade da Saúde", um modelo temático único em meio à rede de universidades federais brasileiras. De modo semelhante, no início do primeiro mandato do reitor Fagundes Neto, em 2003, estabelecia-se um elo claro entre a antigüidade e a memória institucional como "Universidade da Saúde":

> Importante também aqui mencionar os setenta anos de fundação da Unifesp, comemorados em 2003. Ser septuagenária alcançando o *status* de Universidade da Saúde, com produção científica ímpar que se equipara aos centros de excelência internacionais, é motivo de orgulho, mas representa também o enorme desafio e responsabilidade na condução de seus rumos, em um mundo de aceleradas transformações e intensa competitividade[47].

Tradição incorporada à memória institucional, a expressão "Universidade da Saúde" aplicada à Escola Paulista de Medicina tem uma história que remonta à virada das décadas de 1960-1970, quando a cadeira de ministro da Educação era ocupada por Jarbas Passarinho (1969-1974)[48]. Na obra comemorativa dos setenta anos da Unifesp, reitera-se a informação de que o ministro "elaborou um projeto de lei que transformava a EPM em Universidade de Ciências Biológicas e da Saúde"[49], mas alguns documentos indicam que tal projeto fora elaborado por membros da própria Escola Paulista de Medicina[50].

Como vimos, a primeira tentativa de criação de uma universidade federal em São Paulo fora abortada na primeira metade da década de 1960[51]. O tema voltou à pauta na virada da década seguinte, em função do que preconizava a lei nº 5.540[52], que reorganizou o ensino superior em 1968.

Contrariando um dos princípios da lei, a EPM não se fundira a outras instituições para formar uma universidade, mantendo-se como estabelecimento isolado. Precisava encontrar um novo formato para se adequar às exigências da reforma universitária. Agora, não se tratava mais de criar uma universidade a partir da reunião de unidades isoladas de ensino superior no Estado de São Paulo, como se aventara entre

47. *Balanço de Atividades do Primeiro Semestre da Gestão 2003/2007.*

48. De acordo com Carlos da Silva Lacaz, "a estrutura da EPM e o grande prestígio entre os estabelecimentos de ensino médico chamam a atenção do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que elabora um projeto de lei para transformar a escola na Universidade de Ciências Biológicas e da Saúde. Mas o projeto é rejeitado por parecer do ministro Leitão de Abreu, secretário da Presidência da República no governo Geisel, o qual era defensor da idéia da 'universalidade do conhecimento, como embasamento da universidade'". Cf. *Três Escolas de Medicina de São Paulo*, p. 61.

49. Ana L. Guímaro e Leonel Prata, *op. cit.*, pp. 59-60. "Foi Passarinho quem, de fato, implementou em 1970 a reforma da universidade – iniciada em 1968 [...]. A reforma universitária consistiu na racionalização administrativo-pedagógica do ensino superior, através do regime de créditos e da organização das matérias em departamentos. Para isso, estabeleceu-se um ciclo básico com matérias iguais para todos os alunos de uma mesma faculdade e uma série de matérias eletivas, exigidas pelo programa de cada curso singular. Estas últimas passaram a ser fornecidas por departamentos específicos, ampliando assim a capacidade de absorção das universidades. Verbete "Jarbas Passarinho", em Alzira A. de Abreu *et al.* (coord.), *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro Pós-1930*.

50. "Transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade" e "Ante-Projeto de Decreto-lei", documentos s./d. ou assinatura, escritos em papel timbrado da EPM. "Pasta contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos – Arquivo da Reitoria da Unifesp".

51. Ver capítulo III.

52. Lei nº 5.540, de 28 nov. 1968 – Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

1961-1964. No novo contexto, a intenção era forjar um modelo pelo qual a EPM pudesse conduzir o processo de construção de uma nova universidade. Esse modelo, com nuances adquiridas em diferentes momentos do debate, foi o da "Universidade da Saúde".

Recorrendo à antigüidade e à excelência de seus cursos na área médica, a EPM pôde evitar a disputa acadêmica com outras áreas do saber ou unidades de ensino que, naquela altura, se reuniam para originar a Universidade Federal de São Carlos, fundada em 1968. No modelo inventado pela EPM, as ciências da saúde adquiriam caráter de centralidade e os profissionais dessa área passariam a ter formação mais ampla. Assim como não se concebia que músicos de uma orquestra estudassem sozinhos suas partituras "sem ensaios em conjunto", profissionais como médicos, enfermeiros, odontólogos, fisiatras e outros deveriam atuar em equipes que compartilhassem uma linguagem comum. Apesar de insistir na especificidade da formação de seus profissionais, o ponto central do modelo da "Universidade da Saúde" foi definido em oposição à tentativa anterior de criação de uma universidade federal, sobre a qual não se criara uma memória positiva – ao ponto de sequer se utilizar a sigla UFSP para designar a nova proposta, apenas alguns anos depois da extinção desta última. Pela proposta da EPM, seria criada a Universidade Federal de São Paulo – UFESP, assim definida:

> Uma universidade nascida de uma escola médica, com crescimento de dentro para fora pela criação natural de novos cursos, sem aspirar a grandes ampliações, [que] poderá manter o verdadeiro espírito universitário difícil de ser conseguido quando a formação se faz pela reunião de estabelecimentos já estruturados, que podem reunir-se mas não se misturam[53].

Dentre as ampliações sugeridas, propunha-se integrar a Escola Paulista de Enfermagem, ampliando o número de vagas e reforçando o curso de auxiliares, e criar o curso de graduação em psicologia, aproveitando-se a experiência do grupo de psicobiologia já atuante na EPM. No futuro e aos poucos, poderiam ser criados cursos superiores de odontologia, bromatologia, fisiatria, radiobiologia e outros, além de "cursos técnicos, como de dietista, laboratorista, arquivista, técnico de biblioteca, de radiologia, de prótese ortopédica, de prótese dentária etc."[54] (Figura 20).

Sem apoio de outras autoridades no Governo Federal, a proposta de criação da UFESP não teve andamento favorável, mas o formato de "Universidade da Saúde" voltou à discussão em pelo menos duas outras ocasiões. Primeiramente em 1979, quando representantes da Escola afirmavam que ela reunia "todas as condições de estrutura e tra-

53. "Transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade", *op. cit.*, fl. 11.

54. *Idem*, fl. 13.

Figura 20. Abrangendo propriedades da EPM (verde), da SPDM (rosa), da prefeitura de São Paulo (azul) e de particulares (amarelo), o *campus* da Universidade Federal de São Paulo (UFESP) proposta na virada das décadas de 1960/1970 totalizaria quatro quadras e 64 717,46 m^2 de área construída na Vila Clementino, ampliando os espaços utilizados havia décadas pela EPM, pelo HSP e pela Escola Paulista de Enfermagem. Suas principais características seriam a forma compacta e a localização em área urbana. "O *campus* compacto, de crescimento vertical, se necessário, constitui elemento integrador de grande importância, pelo encontro permanente que provoca entre professores e alunos dos diferentes cursos. Para cursos na área da saúde, é indispensável que o *campus* seja urbano. A necessidade da existência de hospital, ambulatórios, pronto-socorro e centro de saúde, torna quase obrigatória a sua localização dentro da cidade. Por outro lado, somente com tal localização será possível uma verdadeira integração com a comunidade, de modo que os seus problema sejam não apenas sentidos, mas vividos e possa o estudo das soluções ser melhor dirigido".

dição para constituir núcleo de uma Universidade dedicada seriamente ao ensino e à pesquisa na área de ciências biológicas e da saúde". Por fim, o tema voltaria a ser discutido oficialmente a partir de 1986, com base em um "anteprojeto que transformava a EPM em Universidade de Ciências da Saúde [...], mais uma vez sem conseqüências práticas"[55]. O ministro da Educação José Goldemberg (1991-1992), sugere "que a EPM se torne Universidade da Saúde, [tendo em vista que] a Lei de Diretrizes e Bases não exige mais a criação de novos cursos e institutos para que se constitua uma Universidade", disposição mantida no âmbito do Governo Federal com a visita à Escola feita pelo novo ministro da pasta, Murílio Hingel, "também favorável à mudança da instituição de isolada para Universidade"[56].

A sigla Unifesp, que passou a denominar a nova universidade em 1994, pode ter sido escolhida por razões fonéticas. Todavia, não posso deixar de notar que a sigla inaugurou uma nova tradição, excluindo da memória institucional a experiência da UFSP e a proposta da UFESP[57].

A transformação da EPM em Unifesp, "não modificou sua missão: desenvolver, em nível de excelência, as atividades inter-relacionadas de ensino, pesquisa e extensão, almejando a liderança nacional e internacional na área de saúde"[58]. No início do século XXI, entretanto, esse modelo começava a apresentar sinais de esgotamento, tendo em vista as exigências para o acesso ao financiamento público das universidades.

A adesão ao Programa de Expansão das Universidades Públicas Federais possibilitou à Unifesp assumir a liderança na implantação de novos *campi* no Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, como reconheceu Lucila Amaral Carneiro Vianna, coordenadora do processo, era "uma chance única para ampliar sua área de atuação [...]. Crescer em termos de recursos humanos, incrementar sua produção científica, aumentar a área física e sua representatividade no cenário nacional, obtendo, em conseqüência, financiamento mais adequado"[59]. Opinião similar já havia sido expressada pelo reitor, para quem "nosso projeto de expansão, essencial para que a Unifesp ganhe mais espaço e tenha acesso facilitado aos recursos financeiros, humanos e tecnológicos indispensáveis para a manutenção de nossa excelência no longo prazo, é uma realidade que a todos deve encher de orgulho"[60].

A preocupação com a expansão não comportava somente a garantia do "padrão de excelência" ou expressões similares continuamente repetidas nos discursos oficiais. A expansão, na medida em que disponibilizava substantivos aportes de financiamento público em função do aumento do número de cursos, vagas e alunos de graduação[61], funcionou como contraponto à necessidade de sanear financeiramente a

55. Ana L. Guímaro e Leonel Prata, *op. cit.*, p. 60.

56. Maria Alice Vanzolini da Silva Leme, *O Retorno Social do Investimento Público e Privado na Academia: um Estudo de Caso*, p. 132.

57. Sobre a curta existência da UFSP, remeto o leitor ao capítulo III.

58. Folheto *Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina: A Universidade da Saúde*. São Paulo.

59. "Expansão: Desafios e Perspectivas", *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 4.

60. Ulysses Fagundes Neto, "Editorial: 'É Hora de Colher'", *Jornal Unifesp*, nº 4, fev. 2006, p. 2.

61. Informação assinalada em diferentes oportunidades, como no veículo de comunicação oficial da Universidade: "É importante lembrar que a área ocupada e o número de alunos na graduação são componentes com peso significativo na matriz da Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior], espécie de equação que orienta o MEC na distribuição do orçamento de custeio de cada universidade". "Expansão: Desafios e Perspectivas", *op. cit.*

Unifesp, afetada pelos sucessivos contingenciamentos nos repasses de verbas do MEC às universidades federais. Na avaliação dos redatores do relatório da gestão 2003-2007, a Unifesp e o Hospital São Paulo "enfrentavam uma das piores crises de financiamento de sua longa história", com dívidas da ordem de R$ 180 milhões. A solução foi renegociar débitos, recuperar o crédito e iniciar um "novo ciclo de crescimento"[62], contando com o aporte de uma verba de custeio e capital, em 2007, de ordem de R$ 26 milhões para o *campus* São Paulo (contra R$ 12 milhões no ano anterior) e mais de R$ 14 milhões para os *campi* Baixada Santista, Diadema e Guarulhos, "ficando assim dissipada a preocupação que existia", nos termos do informe do reitor ao Consu[63]. As verbas prometidas para 2008 apontavam para um aumento da ordem de 30,47%, passando de R$ 40.855.524 (em 2007) para R$ 53.305.360, destinados aos cinco *campi*[64].

Na "Universidade da Saúde", o desequilíbrio nas contas era amplificado pela própria especificidade institucional: do orçamento federal da Saúde provinha parte do dinheiro que financiava suas atividades, as quais também sofreram com os contingenciamentos e cortes de recursos da União ao longo dos anos. Em 2006, nas palavras do reitor que liderou a expansão e o saneamento financeiro, tratavam-se de "dois caminhos distintos, porém complementares"[65]. Apenas dois anos antes, a situação da "Universidade da Saúde" era retratada de forma bastante pessimista no Consu:

> [O sr. reitor] comunicou que há duas semanas esteve no Palácio do Planalto com prof. Sérgio Draibe, dr. Garcia e dra. Lílian [Ribeiro], em reunião com Ministro José Dirceu, onde apresentaram todos nossos problemas e dificuldades. Disse que estava também presente o deputado José Mentor e que ficaram impressionados com o que ouviram, mas não fizeram nenhuma promessa. dra. Lílian propôs efetuar documento ao Ministério da Educação, expondo a gravidade da situação do HSP, esclarecendo que se não tomarem providências teremos que fechar o Hospital. O ministro José Dirceu disse que sensibilizaríamos o Ministério da Educação e teria mais força para encaminhar a solicitação ao Ministério da Fazenda[66].

Por isso, é possível afirmar que a expansão e o saneamento financeiro foram lados da mesma moeda, ambos destinados a superar uma crise – ainda que não evitassem possibilidades de crises futuras e, naquele momento, imponderáveis.

62. *Gestão Unifesp 2003/2007: Metas e Realizações*, p. 9.

63. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 set. 2006.

64. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 ago. 2007.

65. "Tempo de Planejar o Futuro", *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 2.

66. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 jun. 2004.

Tabela II. Recursos disponibilizados à expansão da Unifesp

	RECURSOS FINANCEIROS (EM R$)		
CAMPUS	2005/2006	2007 (PREVISÃO)	TOTAL
Baixada Santista	10.911.779,67	1.303.918,81	12.215.698,48
Diadema	8.385.000,00	8.327.500,00	16.757.500,00
Guarulhos	1.675.500,00	1.624.500,00	3.300.000,00

Fonte: "Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade (período 2003-2006)", pp. 65-67. A soma de recursos alocados ao *campus* Diadema traz um erro evidente na fonte: a somatória dos anos de 2005/2006 e 2007 totaliza R$ 16.712.500,00.

O mesmo documento emanado do Programa de Expansão do MEC permite comparar o volume de investimento feito na Unifesp em relação às demais universidades federais já existentes e que aderiram ao programa. Centrada em seu modelo de "Universidade da Saúde", a Universidade Federal de São Paulo, desde quando ainda se chamava EPM, havia mais de trinta anos não criava novos cursos ou *campi*. Essa situação mudou quando a instituição recebeu o segundo maior volume de investimento público destinado à expansão em todo o Brasil, bem próximo à Universidade Federal do Amazonas (primeira colocada) e bastante à frente da universidade colocada em terceiro lugar (a Federal do Ceará).

Tabela III. Recursos disponibilizados à expansão das universidades federais brasileiras (2005 A 2007)

UNIVERSIDADE/*CAMPI*	MONTANTE (EM R$)
UFAM (Coari, Benjamim Constant, Humaitá, Parintins e Itacoatiara)	34.000.000,00
Unifesp (Baixada Santista, Diadema e Guarulhos)	32.273.198,48
UFC (Cariri/Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá)	20.339.001,39
UFPI (Picos, Parnaíba e Bom Jesus)	20.000.000,00
UFBA (Vitória da Conquista e Edgar Santos/Barreiras)	19.588.751,00
UFMT (Rondonópolis, Sinop e Médio Araguaia)	18.999.999,39
UFPE (Agreste/Caruaru e Vitória de Santo Antão)	16.989.192,39
UFG (Catalão e Jataí)	16.525.362,24
UFMA (Imperatriz e Chapadinha)	16.397.212,50
UFCG (Cuité e Pombal)	16.339.001,39
UFRPE (Garanhuns e Serra Talhada)	15.850.000,00
UFES (São Mateus e Alegre)	14.000.000,00

UFSCar (Sorocaba)	11.000.000,00
UFRRJ (Nova Iguaçu)	10.738.395,00
UFAL (Arapiraca)	10.723.110,89
UFS (Itabaiana)	10.195.000,00
UFSM (Frederico Westphalen e Palmeira das Missões)	10.000.000,00
UFVJM (Teófilo Otoni)	8.567.176,17
UFPB (Litoral Norte)	8.000.000,00
UFU (Ituiutaba/Pontal)	8.000.000,00
UFV (Rio Paranaíba)	8.000.000,00
UFF (Volta Redonda)	7.663.357,00
UFAC (Floresta/Cruzeiro do Sul)	7.500.000,00
UFPA (Marabá, Castanhal, Bragança e Santarém)	5.973.000,00
UFPR (Litoral)	3.337.129,00
UnB (Planaltina)	RECURSOS PRÓPRIOS
TOTAL	350.998.886,84

Fonte: Ver tabela II. Os dados acima não incluem as novas universidades, mas apenas aquelas já implantadas e que aderiram ao Programa de Expansão no período assinalado.

O processo da expansão será discutido aqui em diferentes perspectivas. Inicialmente, ressaltamos que a cultura institucional herdada da EPM pautou a atuação das lideranças desse processo. Uma fala do reitor Fagundes Neto, na reunião do Consu em maio de 2005, é emblemática por expressar a vitalidade dessa cultura: comentando uma intervenção de Fabrício Chaves Martins, coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE), no Consu, o reitor afirmou "que também acha fundamental estabelecer as regras antes de iniciar qualquer projeto, mas no nosso país temos que criar e em seguida ousar, a fim de conseguir recursos e crescer"[67]. Desde 1933, muitas outras iniciativas levadas a cabo pelos membros da EPM também caberiam nessa definição, incluindo a própria fundação da Escola. A criação e a implantação de cursos, serviços e modalidades de assistência precediam a existência dos recursos financeiros, e muitas parcerias só foram firmadas após o estabelecimento formal das iniciativas, como outros capítulos deste livro deixam claro.

Do Planalto à Baixada Santista

Em 11 de fevereiro de 2004, lemos na ata do Consu a primeira referência à implementação do "*campus* Litoral", a partir de uma negociação

67. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 11 maio 2005.

entabulada na Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), envolvendo ainda a disputa com o interesse da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em implantar também esse *campus* e contando com o apoio de parlamentares no Congresso Nacional. O litoral não representava a única oportunidade de expansão física, já que Lucila Vianna e Walter Albertoni comandavam as negociações para a criação de outro *campus* na zona Sul de São Paulo, nas proximidades do Autódromo de Interlagos. Naquele momento, as conversas com parlamentares concentravam-se nas figuras da deputada federal Mariângela de Araújo Gama Duarte (PT-SP), que mediava a concessão de imóveis em Santos para instalação do "*campus* Litoral", e do vereador Carlos Gianazzi (PT), no que se referia à área situada em Interlagos.

Em Interlagos, uma das alternativas em discussão era um terreno pertencente à empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), mas as negociações destinadas a transferir a área para o MEC não foram bem sucedidas[68]. Outra possibilidade era uma área de cerca de 15 mil m² na zona Sul da cidade, próxima ao Largo 13 de Maio, negociada junto à prefeitura paulistana e cuja cessão foi formalizada em 1º de outubro de 2005[69]. Desde então, as discussões sobre a expansão em Santo Amaro prevêem a criação, "assim que for assegurada a viabilidade financeira", de um *campus* avançado da sede original, com um edifício de pesquisas e cursos enfatizando a gestão da saúde a partir de enfoques diversos – sendo mencionados como possível interlocutoras, em diferentes fontes, as áreas de economia, administração, matemática, estatística, humanidades, educação e comunicação, não estando prevista a criação de novos departamentos[70].

Enquanto a implantação definitiva não acontece, a área situada em Santo Amaro sedia o projeto Pirado, "que visa a formação para o trabalho e colocação profissional, ensinando desde como criar um currículo até a maneira de se apresentar na entrevista para um emprego"[71], projetando-se também que ali estejam abrigados outros projetos já em andamento na Vila Clementino, como a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), o curso pré-vestibular Jeannine Aboulafia e a Escola de Artes, Ofícios e Computação[72].

Ao mesmo tempo em que manifestava seu interesse por esse terreno e aguardava o termo de concessão, a Unifesp iniciava gestões para a implantação do que viria a ser chamado "bairro universitário" na Vila Clementino, inicialmente concebido como *campus* de circulação peatonal, a partir do fechamento de algumas ruas, de melhorias no sistema de iluminação pública, de alterações na programação visual, da uniformização das calçadas e de outras mudanças facilitadoras dos transpor-

68. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 15 set. 2004 e 9 mar. 2005.

69. *Atas das Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005, 10 ago. 2005 e 5 out. 2005; "Prefeitura Cede Terreno para Futuro *Campus* Unifesp na Zona Sul", *Jornal Unifesp*, nº 2, out. 2005, p. 7.

70. "Expansão: Desafios e Perspectivas", *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5; *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 12 jul. 2006; "Prefeitura Cede Terreno para Futuro *Campus* Unifesp na Zona Sul", *Jornal Unifesp*, nº 2, out. 2005, p. 7.

71. Ver ainda "Projeto Pirado" – sigla para designar o Projeto de Integração e Reintegração do Adolescente e Adulto para o Desenvolvimento Ocupacional – em *Extensão Unifesp: Informativo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Paulo*, 1 (1), jan. 2007, p. 55.

72. "Expansão: Desafios e Perspectivas", *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5. Em agosto de 2007, o Consu era informado de que "o terreno de Santo Amaro, num total de 20 mil m² foi desocupado, como também a escritura foi lavrada, sendo assim poderemos iniciar as obras". *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 ago. 2007.

tes, da segurança, da locomoção e da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e do início da instalação de dez quilômetros de cabos de fibras ópticas, entre outras providências de ordem urbanística e de infra-estrutura. Cerca de um ano após o início das negociações com a subprefeitura de Vila Mariana, criava-se em agosto de 2006 um grupo de trabalho para especificar a transformação de parte da Vila Clementino em um "bairro universitário"[73].

No caso de Santos, foi anunciado um convênio entre o reitor e outras autoridades da Unifesp, além de diretores da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e do HSP, assinado em meados de abril de 2004 com a prefeitura local para criação de um *campus* na Baixada Santista[74].

A transformação da EPM em Unifesp, em 1994, estabelecera a autonomia necessária para a criação de novos cursos, mas até 2004 essa prerrogativa não fora exercida. Se não dependia estritamente do MEC em termos acadêmicos para fazê-lo, a negociação com o Ministério envolvia questões orçamentárias, pois a expansão não poderia se dar sem apoio político e recursos financeiros adicionais àqueles com os quais normalmente se contava – o que só foi concretizado mediante a assinatura de convênios entre a Unifesp e a SESU/MEC no início de 2006, para viabilizar a implantação dos *campi* Baixada Santista, Guarulhos e Diadema[75].

Todavia, em 2004 a questão ainda não se colocava em termos dos cursos que seriam criados, mas sim da negociação sobre espaços físicos. A tradição da "Universidade da Saúde" ainda mantinha sua integridade e o Consu aprovou a expansão física rumo a Santos e Interlagos com um único voto contrário[76].

O projeto do *campus* em Santos caminhou rapidamente para a implantação e teve boa acolhida em diferentes ambientes decisórios. Nas instâncias internas, Nildo Alves Batista, então diretor do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), foi nomeado diretor acadêmico da nova unidade. Fora das instâncias universitárias, o processo também avançou: na Câmara Municipal santista, o convênio com a Unifesp teria aprovação unânime, ao mesmo tempo em que o Governo Federal aprovava verbalmente a criação do *campus* em Santos e começava a destinar vagas para docentes e funcionários, numa negociação envolvendo os ministérios da Educação e do Planejamento[77]. Oficialmente, o novo *campus* começou a funcionar em 14 de setembro de 2004, com a oferta de cursos seqüenciais de educação e comunicação em saúde e de gestão em saúde. Até 2006, toda a infra-estrutura existente fora implantada sob a responsabilidade da prefeitura santista. Com isso, grande parte da verba oriunda de uma emenda proposta pela depu-

73. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005, 13 jul. 2005 e 12 abr. 2006; "Unifesp Dará Origem a 'Bairro Universitário'", *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 1. Entre outras questões, estavam em pauta a cessão do Clube Adamus, o fechamento da Rua Varpa, o lixo da rua Loefgreen, a regularização de terrenos como os que sediam o Instituto de Pediatria e o Hemocentro, entre outros.

74. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 14 abr. 2004 e 15 set. 2004.

75. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 8 mar. 2006.

76. *Ata da Reunião do Consu/Unifesp*, 3 mar. 2004.

77. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 19 ago. 2004, 9 jun. 2004 e 15 set. 2004.

tada federal Mariângela Duarte destinada à implantação das instalações da Unifesp na Baixada foi empregada nas obras do Instituto de Cirurgia da Mão, ligado ao Departamento de Ortopedia e Traumatologia e inaugurado em maio de 2006, na Vila Clementino[78].

O novo *campus* foi instalado na avenida Ana Costa, nº 95, em um edifício reformado pela prefeitura local e entregue em fins de 2005. Todavia, a expansão da Unifesp na Baixada Santista não se limitou a esse edifício, onde começaram a funcionar os primeiros cursos de graduação, em 2006. Antes mesmo da inauguração dessas instalações, discutia-se com a prefeitura de Santos a doação do prédio construído originalmente para sediar a Hospedaria dos Imigrantes (Figura 21) e de duas áreas contíguas. As áreas pertenciam efetivamente à prefeitura, mas a Hospedaria era propriedade do governo estadual; para viabilizar a doação, a Unifesp e o prefeito de Santos iniciaram gestões junto ao executivo paulista[79]. A doação foi formalizada em 2 de agosto de 2005[80].

As doações e o edifício alugado e reformado para possibilitar o funcionamento dos cursos em Santos não solucionaram os problemas de infra-estrutura no *campus*. O início efetivo dos cursos de graduação e a ampliação quase imediata das atividades na Baixada, em 2006, obrigaram a tomada de providências emergenciais, como o aluguel de um imóvel na Ponta da Praia (avenida Saldanha da Gama, nº 89) para sediar as salas de aula, mantendo no prédio da avenida Ana Costa a sede administrativa e alguns laboratórios – como o Laboratório de Informática, inaugurado em abril daquele ano. Em seguida, começou a ser encaminhada a regularização da cessão de um terreno na Vila Matias para a construção da sede definitiva, para o quê seria necessário buscar aval orçamentário no Ministério da Fazenda e dar início às obras[81].

Entre as razões para a rápida saturação da área física e da infra-estrutura na Baixada Santista (biblioteca, acesso a computadores e laboratórios, entre outros itens[82]), contava-se a abertura de inscrições para os cursos de extensão da UATI em meados de 2006[83], desdobrando as atividades da primeira experiência desse tipo, implementada na Unifesp em 1999, na Vila Clementino, por iniciativa de Nadir de Matos Nogueira, então diretora da Escola de Artes, Ofícios e Computação da Unifesp[84]. Em Santos, a UATI abriu duas turmas, totalizando oitenta alunos que começaram suas atividades em 8 de agosto de 2006[85].

Em Santos, planejara-se o primeiro vestibular para a metade do ano de 2005, que afinal acabou sendo realizado em dezembro daquele ano, juntamente com o vestibular do *campus* Vila Clementino. Aos cursos tradicionalmente oferecidos em São Paulo (Medicina, Enfermagem, Ciências Biomédicas, Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica), vieram a

78. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 10 nov. 2004 e 12 abr. 2006; "Inaugurado Instituto de Cirurgia da Mão", *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 5.

79. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 11 maio e 13 jul. 2005.

80. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 ago. 2005.

81. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 dez. 2006; "Baixada Santista Inaugura Laboratório de Informática", *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 5.

82. Apontados pela entidade de classe dos docentes, cf. *Boletim Adunifesp – Balanço e Perspectivas*, jun. 2007, p. 3.

83. Cf *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006; "UATI Abre suas Portas na Baixada Santista", *Jornal Unifesp*, nº 8, jun. 2006, p. 3; *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 8.

84. Cf. *Jornal da Paulista*, 12 (133), jun. 1999.

85. Cf. *IntegraMais*, 1 (2), ago. 2006.

Figura 21. Projetada e construída com o objetivo de abrigar os europeus e asiáticos que desembarcavam em São Paulo para trabalhar nas lavouras de café ou na nascente indústria paulista, a Hospedaria dos Imigrantes santista jamais serviu ao seu propósito original. Concluída em 1912 – época em que o fluxo de imigrantes diminuíra sensivelmente em relação aos anos anteriores – a construção serviu desde então como depósito de produtos agrícolas e contêineres. O edifício da Hospedaria e os terrenos negociados pela Unifesp totalizam vinte mil m^2 de área construída e pouco mais de dez mil m^2 de terrenos, estes últimos delimitados pelas ruas Dr. Manoel Tourinho, Silva Jardim e Campos Melo e doados por meio de portaria publicada no *Diário Oficial da União* em 5 de abril de 2006. Uma vez cedido à Universidade, o MEC concedeu recursos da ordem de R$ 12 milhões, para a restauração do edifício protegido pelo patrimônio histórico e para a edificação de novas instalações nos terrenos lindeiros. Foto: © Stela Murgel/Banco de Imagens Unifesp/SPDM.

somar-se os de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional – acentuando a identidade de "Universidade da Saúde" construída pela Unifesp. Se a escolha dos cursos é um indicador do peso da memória no planejamento da expansão da Universidade, tal peso foi reforçado na recepção oferecida aos alunos durante a semana dos calouros de 2006, em Santos. Ao longo dessa semana, foram apresentados não apenas o projeto pedagógico do novo *campus* e aspectos da infra-estrutura e da assistência estudantil, como também "os calouros conheceram a história da Universidade"[86] – uma visão da história condizente com a memória construída ao longo de anos pela comunidade da EPM.

86. "Unifesp Santos Tem Semana de Recepção aos Calouros", *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 3.

A atuação no mesmo campo do saber e a memória de excelência construída na área da saúde eram parte de uma cultura compartilhada também pelos veteranos, membros de uma comunidade enraizada no tempo e no espaço, portadora e ao mesmo tempo construtora de uma memória coletiva. Isso pode ser exemplificado na recepção aos calouros da Baixada Santista por uma comissão de alunos do *campus* Vila Clementino, no início de 2006. Além da aplicação do trote ser facilitada pela proximidade das áreas do conhecimento, cada um dos centros acadêmicos dos cursos já existentes em São Paulo apadrinhou um curso em Santos, procurando reforçar os laços comunitários e os símbolos da memória da EPM transformada em Unifesp. "Assim, a Medicina é madrinha da Nutrição; a Biomedicina, da Psicologia; a Enfermagem ligou-se à Educação Física; a Fonoaudiologia apadrinhou a Fisioterapia; e a Tecnologia Oftálmica, o curso de Terapia Ocupacional". Para os alunos do *campus* de São Paulo, a leitura do significado da expansão parecia ter um forte caráter inclusivo: "Somos uma única universidade e queremos que os graduandos desse nosso *campus* e dos outros que estão por vir saibam que podem e devem contar conosco para qualquer coisa", nas palavras da coordenadora geral do DCE, Luciana Mayumi[87].

Computando-se os cursos oferecidos a partir de 2006 na Unifesp, nos *campi* Vila Clementino e Baixada Santista, observa-se a manutenção da forte procura pelos cursos tradicionais em São Paulo e um interesse expressivo pelos novos cursos, que tiveram uma elevada relação entre candidatos e vagas, como pode ser observado na Tabela IV.

Tabela IV. Oferta de vagas e procura por cursos no vestibular 2005

CURSO	CANDIDATOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
Medicina (Vila Clementino)	9.178	121	75,9
Ciências Biomédicas (Vila Clementino)	1.767	33	53,5
Fisioterapia (Baixada Santista)	874	40	21,9
Psicologia (Baixada Santista)	786	40	19,7
Nutrição (Baixada Santista)	639	40	16
Enfermagem (Vila Clementino)	1.085	88	12,3
Fonoaudiologia (Vila Clementino)	317	36	8,8
Terapia Ocupacional (Baixada Santista)	260	30	8,7
Educação Física (Baixada Santista)	311	40	7,8
Tecnologia Oftálmica (Vila Clementino)	134	22	6,1

Fonte: *Jornal Unifesp*, nº 2, out. 2005, p. 4; nº 4, fev. 2006, p. 3.

87. "Veteranos Pegam Estrada para Receber Calouros em Santos", *Jornal Unifesp*, nº 5, mar. 2006, p. 3.

Para o início do funcionamento dos novos cursos em Santos, o MEC concedera trinta vagas de professores adjuntos. Um total de 261 candidatos inscreveram-se para disputá-las, no maior concurso da história da Unifesp até aquele momento, estabelecendo uma relação de 8,7 candidatos por cada vaga em disputa. Os professores seriam distribuídos por eixos temáticos e não exclusivamente vinculados aos cursos de graduação. Ainda lidando nos termos da "Universidade da Saúde", o projeto pedagógico previa que os professores do *campus* da Baixada atuariam em módulos e eixos assim designados: O ser humano em sua dimensão biológica (treze vagas), O ser humano em seu contexto social e aproximação ao trabalho em saúde (sete vagas) e Aproximação a uma prática específica em saúde (dez vagas)[88].

O modelo curricular, centrado mais nos eixos do que nas unidades curriculares ou disciplinas, destinava-se "à formação de profissionais para o sistema de saúde e não exclusivamente para a vida em clínicas e consultórios particulares". Tal modelo também emergia de uma busca da interdisciplinaridade e também por demanda dos alunos. De acordo com Nildo Batista, muitos estudantes criticam a formação proposta por diversos cursos na área de saúde, "que ainda preparam o aluno para ser um profissional liberal, ignorando que o maior número de vagas no mercado está no sistema público de saúde"[89].

Simultaneamente à expansão santista, o *campus* de São Paulo também era contemplado com 34 novas vagas de professores adjuntos, distribuídas entre os 22 departamentos que apresentaram suas necessidades por escrito, sendo as demais alocadas nos doze primeiros departamentos a demandar novos professores[90].

Em pouco mais de um ano e meio, entre a definição da oferta dos cursos de graduação e dos eixos temáticos, os professores do *campus* Baixada Santista apresentaram seu projeto pedagógico ao Conselho Universitário. Nas palavras do diretor acadêmico, Nildo Batista, os trabalhos seriam pautados por uma "educação interprofissional em saúde", integrando os cursos e os eixos[91].

O planejamento da infra-estrutura e dos cursos na Baixada apontava para as demandas a serem supridas e indicava uma integração intensa com o *campus* paulistano. Um aspecto dessa integração era a indicação para que os futuros professores da Baixada passassem por um período de "capacitação" ou "aperfeiçoamento" no *campus* de Vila Clementino, junto àqueles departamentos/disciplinas com os quais suas atividades tivessem maior afinidade. O principal argumento utilizado nos debates era a manutenção do "padrão de qualidade" ou do "nível de excelência", expressões que, como já dissemos, retornariam aos de-

88. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005 (ordinária), 13 abr. 2005, 4 maio 2005 (extraordinárias) e 13 jul. 2005 (ordinária). No órgão oficial de divulgação da Universidade, foram apresentados quatro eixos: O homem e sua dimensão biológica, O homem e sua inserção social, Aproximação ao trabalho em saúde e Aproximação a uma prática específica, cf. "O Primeiro Passo da Expansão", *Jornal Unifesp*, 2, out. 2005, p. 4.

89. "O Primeiro Passo da Expansão", *Jornal Unifesp*, 2, out. 2005, p. 4.

90. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005.

91. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 11 out. 2006.

bates muitas vezes ao longo do processo de expansão da Unifesp para outros *campi* e áreas do saber.

Além dos docentes e do pessoal técnico e administrativo, o Consu empenhou-se em promover o diálogo entre os departamentos da Unifesp e a comissão que projetava os cursos da Baixada, todos atuantes na área da saúde. Esse diálogo não se destinava apenas à implantação dos novos cursos de graduação, mas também a estabelecer as bases da interligação e do uso da infra-estrutura da Universidade por professores e alunos que exerciam suas funções fora da sede paulistana. A expansão em Santos ainda era um objetivo a ser cumprido, e não contava com salas de aula, equipamentos, laboratórios e estrutura acadêmica departamental[92]. Apenas em meados do ano seguinte, após tramitar pelas instâncias universitárias, a definição do *status* acadêmico do *campus* foi acordada. Seguindo orientação emanada dos órgãos superiores, intentou-se criar em Santos o primeiro departamento fora dos limites de Vila Clementino – o Departamento de Ciências da Saúde[93].

As atividades da Baixada Santista não se limitaram à definição dos primeiros cursos de graduação, dos eixos temáticos e dos primeiros convênios interinstitucionais – como o estabelecimento do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Região Sudeste no *campus*[94]. No início de 2007, a expansão na Baixada continuava a ser projetada, com a criação de um Instituto de Ciências do Mar e do Meio Ambiente – áreas do saber que, nas palavras de Samuel Goihman, já figuravam no projeto original da expansão santista. A definição do campo de atuação dos profissionais ligados a esse instituto abarcaria temas vinculados à produção, tais como pesca, extração de petróleo, movimentação de cargas portuárias, navegação e criação de pérolas, entre outros. Para tanto, a Unifesp encaminhou ao MEC proposta de criação de cinco cursos de graduação, sendo três deles voltados aos estudos de Engenharia (Portuária, da Pesca e do Meio Ambiente), além de Ciências do Mar e Oceanografia.

Extensão universitária e pós-graduação também compunham o projeto do novo instituto. No primeiro caso, seriam oferecidos cursos relativos a assuntos portuários, entre os quais o de capacitação de trabalhadores. Na pós-graduação, a abordagem privilegiada seria a da inteligência portuária, ainda que as linhas de pesquisa projetadas incluíssem questões de saúde, meio ambiente, logística, segurança, biotecnologia e indústria naval, entre outras.

Para a implantação de um instituto dessa envergadura, a Unifesp procurava firmar convênios com diferentes instituições, junto aos governos municipal e federal (Ministério dos Transportes, Agência Nacional

92. *Ata da Reunião do Consu/Unifesp*, 11 maio 2005.

93. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006. Esse departamento não chegou a ser formalmente instalado, até que em 12 de dezembro de 2007, o Consu homologou a criação de três novos departamentos no *campus* Baixada Santista: Ciências da Saúde, Biociências e Saúde, Educação e Sociedade, cf. "Unifesp-Baixada Santista Passa a Ter Três Departamentos", *Ação Fap*, 11, jan./fev. 2008, p. 4.

94. Órgão que atua junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir de convênio firmado com representantes do FNDE/MEC em outubro de 2006 com o objetivo de promover pesquisa, ensino e extensão junto à rede escolar atendida pelo Programa; avaliar e monitorar a execução do PNAE, qualificar nutricionistas em alimentação e nutrição escolar e capacitar os conselhos de alimentação escolar, entre outras atividades. Cf. Folheto *Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escola da Região Sudeste*.

de Transportes Aquaviários – Antaq, Ministério da Defesa/Centro de Análises de Sistemas Navais – Cascnav), a outras escolas de nível superior no Brasil e no exterior (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade do Porto[95]), a empresas (Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp) e órgãos internacionais (administração do Porto de Antuérpia). Dentre todos os parceiros, caberia às prefeituras a concessão de terrenos, conforme vinha sendo negociado junto aos poderes executivos de Praia Grande e Santos. No primeiro caso, discutia-se o uso de um terreno de mais de 1,2 milhões de metros quadrados[96], doado à Unifesp em 5 de abril de 2006[97], enquanto em Santos negociava-se a concessão de antigos armazéns e de outros edifícios na zona portuária[98].

* * *

O primeiro concurso para provimento dos cargos de professores adjuntos no *campus* da Baixada Santista não foi apenas o maior da história da Unifesp até aquele momento. Em função do grande número de candidatos por vaga e da manutenção do assim chamado "padrão de qualidade Unifesp", a experiência desse concurso demarcou também a criação de regras mais rígidas a serem aplicadas nos concursos seguintes. Proposta discutida no Consu levou à modificação da Resolução nº 29, que estabelecia as normas para pontuação dos candidatos às vagas de professor na Universidade. No artigo 11 dessa resolução, lia-se: "Será considerado inabilitado o candidato cuja média aritmética em qualquer prova, apurada no conjunto dos examinadores, for inferior a sete"[99]. A regra foi alterada em fevereiro de 2006, passando a vigorar a Resolução nº 34. A partir dessa data, seriam eliminados os candidatos que não recebessem a nota mínima sete de pelos menos três examinadores, e os que não obtivessem média mínima sete em cada uma das provas[100]. Com isso, aumentaram as exigências para os candidatos a professores-adjuntos nos concursos que viriam a ser realizados em maio do mesmo ano, para o provimento da segunda leva de vagas no *campus* da Baixada Santista e para o primeiro conjunto de vagas nos *campi* de Guarulhos e Diadema. Senão, vejamos: enquanto vigorava a Resolução nº 29, diante de uma banca formada por cinco avaliadores, um hipotético candidato alcançava as notas 6, 6, 6, 8 e 9 (= 35 : 5 = 7), ou 5, 5, 5, 10 e 10 (= 35 : 5 = 7) . Pela média aritmética, estaria habilitado a prosseguir nas provas. Mas, nos termos da Resolução nº 34, um candidato com essas mesmas notas não poderia prosseguir, ainda que seu desempenho superasse os 35 pontos – por exemplo, em conjuntos

95. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 ago. 2005.

96. Uma área de preservação ambiental, sobrevoada pelo reitor Ulysses Fagundes Neto, por Samuel Goihman e pelo prefeito da cidade em 8 de dezembro de 2005, cf. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 dez. 2005.

97. "Praia Grande Doa Terreno para Instituto de Ciências do Mar", *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 3.

98. Para a discussão dos aspectos considerados para a implantação do Instituto de Ciências do Mar e do Meio Ambiente, incluindo a possibilidade de fazer o a órgão surgir como parte da estrutura do MCT, ver *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 mar. 2007.

99. Resolução nº *29*.

100. Resolução nº *34*; *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 8 fev. 2006.

de notas tais como 10, 10, 6, 6 e 6 (= 38 : 5 = 7,6) ou 9, 8, 6, 6 e ½ e 6 (= 35,5 : 5 = 7,1).

A "altíssima qualidade" ou o padrão de excelência foram garantidos em um dos maiores concursos públicos para o provimento de cargos de professores realizado em universidades federais brasileiras e ocorrido na Unifesp em 2006. Além do "treinamento específico dos próprios profissionais envolvidos na organização e realização das provas"[101] e das mudanças no sistema de pontuação, o número de inscrições permitiu eliminar candidatos a partir da primeira prova, mantendo na disputa quantidade suficiente de doutores. Ao longo do mês de maio daquele ano, foram realizados concursos para a primeira leva de vagas de Diadema e Guarulhos, ao mesmo tempo em que Santos fazia seu segundo concurso e São Paulo também dispunha de vagas para adjuntos. O quadro geral de vagas e inscrições pode ser visualizado na Tabela v.

Tabela v. Concursos para professores adjuntos realizados em maio de 2006 na Unifesp

CAMPUS	VAGAS	INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDADO/VAGA
Guarulhos	40	269	6,72
Santos	20	127	6,35
Diadema	40	246	6,15
São Paulo	39	158	4,05
Total	139*	800*	-

Fonte: *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006.
* *O Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 1, informa números ligeiramente diferentes, provavelmente fruto da consolidação dos dados de inscrições nos concurso. Nessa fonte, computam-se 136 vagas disputadas (sendo quatro remanescentes do concurso anterior) por 816 candidatos, além de 504 participantes nas bancas examinadoras. Em maio de 2006, também foram preenchidas onze vagas de professores titulares no *campus* Vila Clementino, não computadas na tabela acima.

De Volta ao Planalto: Diadema, São José dos Campos e Guarulhos

Ainda que o planejamento antecipado não tenha sido a tônica da expansão da Unifesp, algumas possibilidades abertas ao longo do processo empolgaram a comunidade acadêmica, ainda que por vezes tenham se revelado motivo de frustração política. O "*campus* do ABC", como era chamado na linguagem dos colegiados internos, foi o caso mais evidente, tendo sido discutido na virada de 2004 para 2005. As primeiras

101. Ulysses Fagundes Neto, "Fazendo História", *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 2.

notícias vieram à tona pela imprensa, e informavam que a Unifesp daria início, em Santo André, a cursos de educação, ciências sociais e tecnologia no segundo semestre de 2005, "deixando de lado a tradição de oferecer somente graduações nas áreas de saúde"[102].

A julgar pela discussão travada no Consu, a notícia ao mesmo tempo surpreendeu e gerou mobilização, levando dirigentes da Unifesp a Brasília para reafirmar seu interesse no assunto, deixado momentaneamente de lado devido à concentração dos esforços na expansão santista. Semanas antes, o MEC informara que a discussão sobre a abertura de uma universidade pública federal na região do ABC estava sendo discutida na alçada da Casa Civil, então chefiada pelo ministro José Dirceu, e encaminhada como cumprimento de uma promessa de campanha presidencial.

Em encontro ocorrido nas instalações da Unifesp em São Paulo, Nelson Maculan Filho, secretário da Educação Superior entre 2004 e 2006, mostrou-se surpreso diante da pretensão da Unifesp em liderar a implantação da universidade federal no ABC. Em encontro posterior, reunindo os pró-reitores da Unifesp e o diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior do MEC, Manuel Palácios, afirmou-se que a Universidade do ABC atuaria como centro tecnológico e que, para o Ministério, seria mais vantajoso criar esse centro como parte da expansão da Unifesp do que implantar uma nova universidade federal, "pois geraria mais gastos, o que seria motivo de críticas no Estado de São Paulo como em outros estados, mas que também querem criar outras universidades, porque somente 8% dos jovens estudam em universidades públicas"[103].

O MEC criara uma comissão, presidida por Luiz Bevilaqua, para discutir a implantação de uma universidade federal no ABC. Diante do interesse manifestado pela Unifesp, os membros dessa comissão afirmaram que o Ministério retiraria o projeto de lei nº 3962/2004, em trâmite no Congresso Nacional, relativo à criação da Universidade do ABC. Com apenas uma abstenção, o Consu deliberou no sentido de assumir a liderança do processo de implantação, "zelando pela qualidade do ensino que será implantado"[104].

Entre essa votação e os primeiros meses de 2005, os rumos haviam mudado à revelia das instâncias decisórias da Unifesp. Embora ressaltasse "a contribuição da Unifesp para o crescimento do país", o MEC "comunicou que estaríamos fora do processo de implantação da Universidade do ABC", que se faria sob os auspícios da Universidade Federal de São Carlos (ainda que Newton Lima, ex-reitor da UFSCar, tenha declarado que a instituição não se interessava pelo projeto) e teria Luiz Bevilaqua como seu primeiro reitor[105].

102. "Unifesp Abrirá Cursos no ABC em 2005", *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, 13 nov. 2004.

103. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 nov. 2004.

104. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 nov. 2004; *Decisões do Consu*, sessão de 10 nov. 2004, na qual "foi deliberado que a Unifesp assuma a liderança da implantação do 'Campus do ABC' e que zele pela qualidade do ensino".

105. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005. A criação da Fundação Universidade Federal do ABC foi formalizada por meio da lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005.

A experiência de afastamento compulsório da liderança do processo de implantação de um *campus* ou uma nova Universidade no ABC não foi esquecida e parece ter criado nos dirigentes da Unifesp uma postura mais cautelosa quando as informações partiam da mídia. Uma expressão disso pode ser encontrada em ata do Consu de maio de 2006, na qual

> [...] o Sr. Reitor esclareceu que *existem duas notícias veiculadas nos periódicos* e quer deixar claro que não foi consultado sobre o assunto. A primeira é que a Unifesp terá novo *campus* em Bauru. A segunda é que houve uma cerimônia em Osasco e celebraram a expansão do anel universitário: Osasco, Diadema e Guarulhos, *mas disse que não teve participação em nenhuma das atividades*[106].

A implantação de um *campus* em Osasco voltou a ser discutida em meados de 2007, quando da autorização para abertura de uma nova leva de concursos: a SESU/MEC havia destinado dez vagas para o suposto *campus* Osasco e, como o tema não fora pauta de discussões nas instâncias universitárias, seriam feitas tentativas de remanejar essas vagas para outros *campi*[107].

A partir de 2004 e da frustrada experiência no ABC, os esforços da Unifesp concentraram-se na expansão na Baixada Santista – implantada em 2006, como vimos. Em 2005, quando a Universidade divulgou seu Plano de Desenvolvimento Institucional[108], mencionava-se a existência do *campus* em Santos como o "primeiro de uma série que virá", sem especificar quais e onde seriam as novas instalações e cursos. O compromisso era, ao longo de quatro anos, duplicar o número de alunos na graduação, abrir vagas em cursos noturnos e criar novos cursos. Tudo ainda era pensado nos termos da "Universidade da Saúde", na medida em que o objetivo dos novos cursos era "alcançar maior integração entre o ensino de graduação nas profissões da área da saúde e a política nacional de inovação em saúde do país".

As áreas de ciências exatas e humanas, muito limitadas no campo de formação da Universidade, continuavam fora do escopo de atuação acadêmica que vinha sendo planejado. Os *campi* São José dos Campos, Diadema e Guarulhos não eram mencionados no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2005, mas foram inaugurados em 2007, sendo o de Guarulhos, desde o início, o único a oferecer cursos noturnos, levando ao cumprimento de uma meta governamental estabelecida para o conjunto da Universidade. Alguns aspectos da história desses *campi* serão abordados a seguir.

106. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 maio 2006. Destaques meus.

107. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 jun. 2007.

108. As citações a seguir foram retiradas do documento que expõe o Plano de Desenvolvimento Institucional.

* * *

> [...] Hoje, existe a clara possibilidade de que, em futuro não muito distante, estejamos presentes em cidades como Diadema, Guarulhos e São José dos Campos. Motivo especial de orgulho é que, em todos esses casos, nada reivindicamos. Fomos sempre convidados pelo poder público local, como reflexo de nossa boa reputação[109].

Com essas palavras, escritas em novembro de 2005, o reitor Fagundes Neto fazia um balanço ressoando as discussões em torno da expansão que ganhavam corpo nas instâncias acadêmicas e passaram a ser registradas nas atas do Consu desde o início daquele ano.

Apenas dois anos antes, ao comemorar seus setenta anos, a Unifesp ainda respondia pela alcunha de "Universidade da Saúde" e, embora discutisse a criação de novos cursos de graduação, não conseguira formar consenso "se os novos cursos devem ser regulares – como nutrição e fisioterapia [...] – ou mais curtos, voltados para a formação de tecnólogos, de relevância social mais imediata"[110]. Mudanças tão velozes em um intervalo de tempo tão curto ajudam a entender porque ainda era preciso construir os termos da concordância frente ao projeto de expansão implementado a partir de 2005.

No caso de Diadema, parte integrante da expansão, o convite para a implantação do *campus* partiu do então prefeito municipal, José de Fillipi Jr., em março daquele ano, sendo a iniciativa comunicada pelo reitor ao ministro da Educação, que prometeu estudá-la[111]. Nessa altura, as discussões começavam a caminhar em diferentes esferas públicas, desde os órgãos universitários até os poderes executivos municipal e federal, passando pela Câmara Municipal de Diadema, que deveria aprovar a doação da área para implantação do *campus* na cidade.

As primeiras negociações envolviam um edifício que foi considerado inadequado pela Unifesp para as necessidades de um curso superior. As conversações evoluíram para a oferta de um terreno de cerca de quatrocentos mil metros quadrados, localizado no Sítio Morungaba, em área de preservação ambiental junto à Represa Billings. Efetivada a doação, em dezembro de 2005, a Unifesp assinaria convênio com o MEC para dar prosseguimento à expansão[112], ainda sem aventar as áreas do saber e cursos que funcionariam nas novas instalações. A discussão somente viria à tona na última reunião do Consu de 2005, após passar por debates no Conselho da Graduação da Unifesp. Em reunião extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2005, o Conselho de Graduação aprovou por unanimidade três novos *campi* e 16 novos cursos.

109. Ulysses Fagundes Neto, "Editorial: 'Um Ano para se Lembrar'", *Jornal Unifesp*, nº 3, nov. 2005, p. 2.

110. Ana L. Guímaro e Leonel Prata, *op. cit.*, p. 90.

111. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005.

112. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005, 5 out. 2005 e 14 dez. 2005.

Tabela VI. *Campi* e cursos aprovados no Conselho de Graduação da Unifesp em dezembro de 2005

CAMPI	CURSOS	VAGAS	DURAÇÃO (ANOS)	PERÍODO
Guarulhos	Ciências Sociais	50	4	não consta
	Pedagogia	50	4	não consta
	História	50	4	não consta
	Filosofia	50	4	não consta
Diadema	Farmácia/Bioquímica	50	5	integral
	Ciências Biológicas (Bacharelado)	50	4	integral
	Química	50	4	integral
	Engenharia Química	50	5	integral
Baixada Santista	Psicologia	40	5	integral
	Educação Física	40	4	integral
	Nutrição	40	4	integral
	Fisioterapia	40	4	integral
	Terapia Ocupacional	30	4	integral
	Engenharia de Pesca	80	5	Integral
	Engenharia Portuária	80	5	Integral
	Engenharia Ambiental	80	5	Integral

Fonte: *Ata de Reunião Extraordinária (nº 80) do Conselho de Graduação da Unifesp*.

Ao Consu foi encaminhado em dezembro de 2005 apenas o pedido de aprovação dos cursos nos *campi* de Diadema e Guarulhos. Os cursos foram aprovados, com a indicação de Nestor Schor, então pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, para que "o assunto continue sendo discutido no Conselho de Graduação e no Conselho Universitário" e com a abstenção de Rosemarie Andreazza (do Departamento de Medicina Preventiva) que, em declaração de voto, afirmou abster-se "não por discordar da expansão, mas por acreditar que em vários momentos as discussões não têm se aprofundado"[113].

As discussões nos Conselhos acadêmicos não significavam uma implantação imediata de tudo o que havia sido aprovado. No caso de Guarulhos e Santos, existem diferenças claras entre os cursos, as vagas e os períodos aprovados e o que foi efetivamente implantado. Se para o *campus* Guarulhos aprovara-se inicialmente cinqüenta vagas em cada um dos quatro cursos, a implantação dois anos mais tarde se fez com cem vagas, divididas entre os períodos vespertino e noturno – sendo este últi-

113. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 dez. 2005.

mo a único a funcionar na Unifesp. Já em Santos, embora tenham sido aprovados oito cursos no Conselho de Graduação, somente cinco funcionavam quando da inauguração do *campus* Baixada Santista, em 2006 – ficando para o futuro as engenharias de pesca, portuária e ambiental.

Em Diadema, as instalações em que os novos cursos começaram a funcionar em 2007 não são definitivas. Providências para a construção da sede, sob a responsabilidade da Unifesp a partir de recursos vindos do MEC, começaram a ser tomadas em abril de 2006, com o lançamento do edital de um concurso público nacional para a elaboração do projeto arquitetônico da sede do *campus*[114]. Dentre os 103 projetos inscritos, 58 atendiam aos requisitos do edital e disputaram o concurso organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, apoiado pela Prefeitura de Diadema e promovido pela Diretoria de Planejamento e Projetos da Unifesp. Os vencedores foram conhecidos em meados de 2006: a equipe composta pelos arquitetos Karlos Ervin Kaltmaier, Eduardo Paranhos Coelho, Günther Kaltmaier Junior, Marlos Hardt e Paulo José Te Vaarwerk Duarte, de Curitiba[115] (Figura 22).

Pelas normas do edital, 60% da vegetação nativa deveria ser preservada, permitindo-se assim o surgimento de uma área construída de 142 mil m^2. O projeto também deveria possibilitar a construção em etapas. Inicialmente, serão doze mil m^2 destinados a abrigar os quatro primeiros cursos instalados e até dois mil alunos, em edifícios de três pavimentos – limitação de altura destinada a conservar a vegetação local e preservar a visibilidade da paisagem local[116].

A etapa representada pelo desenvolvimento do projeto arquitetônico foi cumprida rapidamente. Todavia, a execução da obra requeria verbas superiores àquelas destinadas pelo MEC, obrigando a Unifesp a buscar novos recursos. As licitações para as obras haviam sido concluídas em fins de 2006[117].

Outra etapa essencial era a implantação do ensino e da pesquisa. A interação entre a área e os cursos lá implantados não é casual, na visão divulgada no *site* oficial do *campus*:

> O *campus* da Unifesp em Diadema está localizado junto à Represa Billings. Este fato abre espaço para o desenvolvimento de uma importante área de ensino e pesquisa em termos de preservação do meio ambiente e dos mananciais hídricos.
>
> A principal meta deste *campus* é fazer com que as Ciências Ambientais ocupem papel central formador nas carreiras de Ciências Biológicas, Química, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica, habilitando os alunos a entender as estratégias ambientais e a trabalhar de forma integrada[118].

114. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 12 abr. 2006; "Concurso Definirá Projeto Arquitetônico da Unifesp Diadema", *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 7.

115. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006. O memorial descritivo encontra-se disponível em http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst144/inst144_01.asp, acesso em out. 2007. Ver ainda "Arquitetos Recebem Prêmio por Projeto da Unifesp Diadema", *Jornal Unifesp*, nº 8, jun. 2006, p. 7, e "Vencedores do Projeto '*Campus* Unifesp' Recebem Prêmio", disponível em http://www.diadema.sp.gov.br.

116. "Unifesp Abre Concurso para Projeto de *Campus* em Diadema", disponível em http://www.universia.com.br.

117. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 11 out. e 8 nov. 2006.

118. "*Campus* Diadema Unifesp", disponível em http://www.unifesp.br.

Figura 22. O futuro *campus* Diadema terá instalações adequadas ao funcionamento do ensino e da pesquisa, na medida em que forem construídos os edifícios projetados pela equipe de arquitetos sediados no Paraná, vencedora do concurso. O projeto considerou a distribuição das construções pelo terreno e a manutenção da área verde definida em lei, por tratar-se de zona de proteção permanente da Represa Billings. Tendo em vista essas condicionantes e o conforto da comunidade do *campus*, os arquitetos priorizaram a ocupação dos terrenos menos acidentados, projetando movimentações de terra que permitam acomodar os edifícios e criar formas de circulação com a menor inclinação possível entre as construções. Foto: © Banco de Imagens Unifesp/spdm.

O pré-projeto dos quatro primeiros cursos (Farmácia/Bioquímica, bacharelado em Ciências Biológicas, Química e Engenharia Química) foi definido em setembro de 2006. A partir dele, estabeleceram-se as diretrizes de funcionamento, entre elas a freqüência dos alunos em período integral e a estruturação de um "ensino integrado" nos moldes de ciclo básico – com duração de um ano e centrado em conteúdos das áreas de ciências físicas e matemáticas, químicas e biológicas. Na seqüência, ainda que se privilegiem as disciplinas específicas, haverá matérias comuns e estágios na área de especialidade de cada curso, visando uma formação acadêmica de profissionais conscientes das questões engendradas por um projeto de desenvolvimento sustentável.

A ênfase ambiental, por sua vez, é mais do que uma diretriz para o funcionamento dos cursos em Diadema. Trata-se de uma forma de interação com o município em que o *campus* foi implantado, dando

cumprimento a uma política federal de "criação de cursos superiores em áreas de alta densidade industrial e demográfica"[119]. Nas palavras da Diretora Acadêmica do *campus*, Virginia Berlanga Campos Junqueira,

> [O entorno da Billings] é sabidamente uma região contaminada por indústrias e pela população que construiu moradias sem infra-estrutura sanitária. Por isso mesmo, torna-se excelente modelo de uso inadequado de mananciais e desenvolvimento urbano, o qual pode ser alvo de novos projetos de recuperação pela universidade[120].

No fórum "Novos Rumos da Unifesp", reunido entre 8 e 9 de dezembro de 2006, os representantes do *campus* Diadema reiteraram a proposta original de forte interação com o município onde estão instalados, envolvendo não apenas as autoridades governamentais, mas também "muita conversa com a população local" e com as empresas. Esses diálogos prévios teriam sido definidores dos quatro cursos inicialmente escolhidos para funcionar no *campus*, aplicando recursos públicos na formação de graduados

> [...] com a finalidade de prover o mercado de profissionais competentes, técnica e cientificamente, com visão contemporânea de suas respectivas profissões e preparados, inclusive socialmente, para enfrentar os desafios da produção industrial limpa, a dimensão dos problemas ambientais e de saúde de um país em desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de seu povo[121].

Da proposta original consta ainda a criação de uma Central de Medicamentos e de uma Central Analítica. Enquanto a primeira central aparece articulada às demandas por suprimento de medicamentos para a rede de hospitais administrada pela Unifesp[122], a segunda volta-se mais declaradamente à pesquisa, ao ensino e aos serviços. Com base nesse modelo, o objetivo é criar programas de pós-graduação em ciências ambientais em 2008 e em ciências farmacêuticas até 2010[123].

* * *

A possibilidade de implantação de um *campus* da Unifesp em São José dos Campos não fugiu à regra dos contatos mantidos pelas prefeituras de municípios paulistas com as instâncias decisórias da Universidade. O primeiro indício das negociações tornou-se público em meados de 2005, quando o reitor informou ao Consu sobre a possibilidade de criação de um *campus* avançado naquela cidade do Vale do Paraíba,

119. "Definido o Pré-projeto dos Cursos no *Campus* Diadema", *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 3.

120. *Idem, ibidem*.

121. Virginia Campos Junqueira, "O *Campus* Diadema", disponível em http://www.unifesp.br.

122. "Expansão: Desafios e Perspectivas", *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, pp. 4-5. Além do Hospital São Paulo, também fazem parte da rede de administrada pela Unifesp o Hospital Vereador José Storopolli (em Vila Maria, São Paulo), o Pirajussara (no Embu), o Diadema (no município do mesmo nome), o Odair Pedroso (Cotia), o Nossa Senhora do Monte Serrat (Salto) e o Pimentas/Bonsucesso (Guarulhos). Ver Ana L. Guímaro e Leonel Prata, *op. cit.*, p. 68, e "Unifesp Cuidará de Hospital em Guarulhos", disponível em <http://www.universia.com.br.

123. "Rede de Pesquisa da Unifesp Busca Integração de Todos os *Campi*", *Jornal Unifesp*, nº 13, mar. 2007, pp. 4-5.

composto de Hospital e de um instituto de tecnologia, para o qual a prefeitura ofereceria a infra-estrutura necessária[124]. Rapidamente, avançou-se para a assinatura de um convênio que previa a instalação do Instituto de Biotecnologia ou de Tecnologia Biomédica, a ser dirigido por Ângela Maria Tornelli Ribeiro, então secretária de Saúde de São José dos Campos, em um terreno de 188 mil m² com 35 mil m² de área construída, em meio ao chamado Parque Tecnológico local[125].

Em setembro de 2006, após reuniões ocorridas em Brasília em busca do apoio da SESU/MEC para a implantação do novo *campus*, Luiz Juliano Neto referia-se à nova unidade como Instituto de Tecnologia da Unifesp e confirmava os termos da proposta original, esboçada a partir do mês de abril do ano anterior. Entre os meses de julho e setembro de 2005, sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), procederam-se aos estudos que resultaram na implantação do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos[126], no bojo do qual a Unifesp estabelecia plataformas para sua inserção no Parque Tecnológico de São José dos Campos. Visitas técnicas entre professores do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e dos departamentos de ciências básicas, clínica e cirurgia da Unifesp marcaram esse processo, coroado pelo convênio assinado entre as duas partes e a Prefeitura Municipal de São José dos Campos em meados de fevereiro de 2006. Pouco mais de um mês depois, era inaugurado o Parque Tecnológico de São José dos Campos e, em meados do mesmo ano, a SPDM assumia o gerenciamento do Hospital Municipal da cidade[127].

O planejamento da graduação a ser oferecida em São José ocorreria mais tarde. O Conselho de Graduação optou pelo curso de Ciências da Computação, instalado na Rodovia Presidente Dutra, km 138,1. O novo curso disporia de cinqüenta vagas e daria ênfase à interface entre tecnologia e saúde, sendo o vestibular realizado em conjunto com o dos *campi* já em funcionamento (Vila Clementino e Baixada Santista) e o dos que seriam inaugurados concomitantemente (Diadema e Guarulhos), no início de 2007[128]. Planos para o futuro também foram esboçados, como o de implantar cursos de enfermagem e medicina veterinária, além de um curso de biotecnologia "onde se possa produzir animais transgênicos em larga escala, com capacidade de produção de imunobiológicos em escala industrial", nas palavras do pró-reitor de graduação, Luiz Eugênio Moraes Mello[129].

A diferença principal entre o caso de São José dos Campos e os dos demais *campi* foi a realização do vestibular antes da contratação de professores adjuntos efetivos para lecionar as unidades curriculares,

124. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005.

125. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 10 ago. 2005 e 12 abr. 2006.

126. Oficializado pelo decreto nº 50.504, de 6 de fevereiro de 2006. Sobre o Sistema Paulista de Parque Tecnológicos, para o qual se prevê a implantação de unidades em Campinas, São Carlos, São José dos Campos, São Paulo e Ribeirão Preto, ver ainda a entrevista de Carlos Américo Pacheco ao *Jornal da Ciência* de 30 out. 2007, disponível em http://www.jornaldaciencia.org.br.

127. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 set. 2006.

128. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 11 out. 2006; Resolução nº *43* do Consu, de 4 jul. 2007; "Unifesp Chega a São José dos Campos", *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 1.

129. "Expansão: Desafios e Perspectivas", *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5.

oferecidas por nove professores doutores substitutos, contratados no início de 2007[130].

* * *

Em Guarulhos, a parceria com o poder público municipal não se limitou à implantação da infra-estrutura física do *campus*, inaugurado em março de 2007. Em abril de 2006, Unifesp e prefeitura local, sob a administração de Elói Pietá, firmaram convênio para que a SPDM gerenciasse o hospital municipal no Bairro dos Pimentas, cujas atividades teriam início em junho[131].

As instalações, que ocupam um terreno de dezenove mil m² e doze mil m² de área construída e incluem um teatro com capacidade para 750 espectadores[132], situam-se na Estrada do Caminho Velho, 333, no Bairro dos Pimentas. Inicialmente, previa-se que as atividades no *campus* começassem no segundo semestre de 2006, com a primeira inauguração da obra ainda inconclusa pelo presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, além de outras autoridades do Ministério da Educação, da Unifesp e do município de Guarulhos em 29 de março daquele ano.

A inauguração do *campus* Guarulhos trouxe para a cena da Unifesp áreas do saber até então pouco familiares para a grande maioria da comunidade oriunda da EPM. Trata-se do campo das humanidades, introduzidas a partir da criação dos cursos de Ciências Sociais (tripartido entre antropologia, sociologia e ciência política), Filosofia, História e Pedagogia. Antes mesmo de inaugurado, cogitava-se a implantação de mais cursos – como o de artes cênicas, música, física, matemática e ciências da aviação, este último "por conta da proximidade com o aeroporto internacional em Cumbica"[133].

Aqui, talvez mais do que nos *campi* onde o diálogo com as ciências da saúde é evidente, a manutenção de padrões de excelência que sustentam a memória construída pela comunidade acadêmica tornou-se um discurso persistente.

As palavras do reitor Fagundes Neto reforçavam essa afirmação. Se de um lado ele admitiu que "Guarulhos terá a primazia de fazer com que a Unifesp se torne uma real universidade", de outro reiterou o padrão de excelência desejado. Na mesma cerimônia de inauguração do *campus*, quando abordou o tema da primazia, afirmou que "a meta é alcançar, também neste campo [humanas], o mesmo padrão de qualidade no ensino e pesquisa da área de saúde, tornando-se referência nacional e internacional", complementando: "Gostaria de enfatizar que este

130. "Unifesp Oferece 11 Oportunidades para Professor Substituto", disponível em http://concursos.correioweb.com.br.

131. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 12 abr. 2006.

132. Batizado como Teatro Adamastor Pimentas – nome que não homenageia uma pessoa, como a princípio parece, mas refere-se a uma experiência do governo municipal de Guarulhos, que criou o Centro Municipal de Educação Adamastor, nas proximidades do centro da cidade, adaptando uma antiga indústria têxtil à nova função de centro cultural e de formação de professores. Sobre o Centro Adamastor, ver Lindabel Delgado, *A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP: Gestão 2001-2004 – Da Construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-pedagógico*.

133. "Presidente Lula Oficializa *Campus* Guarulhos", *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 1.

é um cuidado que está sempre em primeiro lugar na mente de todos os dirigentes envolvidos no processo de expansão da Unifesp"[134].

O início simultâneo das atividades letivas em três novos *campi* (Diadema, Guarulhos em março e São José dos Campos em abril de 2007)[135], ensejou nova oportunidade para reforçar os parâmetros de qualidade, a partir de um balanço do planejamento prévio à criação dos cursos que recebiam seus primeiros alunos naquelas datas:

> O início das aulas nos novos *campi* da Unifesp [...] é o ápice de um processo que envolveu centenas de pessoas e consumiu três anos de trabalho, entre planejamento e implantação. Resta-nos, agora, a tarefa não menos árdua e prazerosa de construir, sempre coletivamente, cursos de qualidade e afinados com as necessidades do país, com o tradicional compromisso da ciência com o futuro e com os anseios dos alunos e do mercado em que pretendem se inserir[136].

No início de 2006, assessores de outras universidades e profissionais das ciências humanas que já atuavam na "Universidade da Saúde" definiram o projeto pedagógico dos quatro cursos, articulados em torno do pressuposto de que "o pesquisador também é parte da construção do conhecimento, é sujeito e objeto". O projeto instituiu um núcleo de unidades curriculares comuns ofertadas pelo curso de Filosofia e englobando também o ensino instrumental das línguas inglesa e francesa. Além disso, previram-se disciplinas obrigatórias próprias à formação de historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e pedagogos (bacharelado e licenciatura, exceto para os últimos, para quem só há a opção de licenciatura), um núcleo de disciplinas optativas e outro denominado de "domínio conexo", a ser cumprido em cursos diferentes daqueles de onde os alunos se originam[137].

Poucos meses antes da inauguração, Cynthia Andersen Sarti, diretora acadêmica do *campus*, teve a oportunidade de fazer um balanço do planejamento. Dois desafios foram por ela apontados já na fase do projeto de criação do *campus*: "a implantação de áreas do conhecimento diferentes das atuais e [os] cursos noturnos, que são estranhos à cultura da Universidade". Em 2005, uma comissão instalada na Prograd sob a presidência de Yara Michelacci reuniu professores das áreas de humanas da Unifesp e optou pela criação dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia. Após a aprovação pelo MEC, o passo seguinte implicava na montagem de um modelo curricular, para o que se contou com a assessoria de docentes de diferentes universidades paulistas – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista, Universidade

134. "Presidente Lula Oficializa *Campus* Guarulhos" e Ulysses Fagundes Neto, Editorial: "Crescer com Qualidade", *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, pp. 1 e 2, respectivamente.

135. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 mar. 2007.

136. Ulysses Fagundes Neto, "Editorial: 'Espírito de Equipe'", *Jornal Unifesp*, nº 13, mar. 2007, p. 2.

137. "Definido o Projeto Pedagógico do *Campus* Guarulhos", *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 5.

de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos. Sarti também expôs as características marcantes da área de ciências humanas projetadas para a Unifesp: "formação sólida na área e formação que extrapola a área e prepara o aluno para a interdisciplinaridade", sem deixar de lado a "ênfase em pesquisa, que é outro pilar do curso de metodologia de pesquisa, formando redes de atividades com a comunidade local. Finalizou dizendo que a Biblioteca será fundamental", assim como laboratórios[138], essenciais para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa com as especificidades que ambos apresentam na área de humanidades[139].

Considerações Finais

Em entrevista realizada em janeiro de 2007, um jornalista indagou ao reitor se a expansão havia atendido às suas expectativas. Fagundes Neto explicou que a expansão estava prevista em seu projeto de gestão, ampliando-se o número de cursos. Em seguida, complementou:

> Não tínhamos a dimensão exata de quanto seria essa expansão. Demos um salto de quase quatro vezes mais do que o tamanho original. Indiscutivelmente, o crescimento trará uma grande reflexão, primeiro porque saímos da cidade de São Paulo e vamos para quatro outros municípios. Depois, devido à diversificação da nossa oferta de cursos. Ao diversificar, rompemos a fronteira de universidade da saúde, para nos tornar uma universidade no sentido da universalidade quanto à oferta de cursos[140].

Recente e em construção – como todo processo histórico contemporâneo ou imediato –, a experiência da expansão se impõe como pauta para reflexões propositivas sobre o passado, o presente e o futuro, a consolidação e o planejamento, a identidade e a memória da Unifesp.

As expectativas em jogo são de todos. Excelência não se produz de fora para dentro, definindo-se seu significado *a priori*, por agentes diferentes daqueles que irão operar o processo – no caso, implantar a expansão da Universidade, planejando o cotidiano e trazendo para a arena suas próprias expectativas e as dos seus pares em suas respectivas áreas, em relação ao trabalho a ser desenvolvido. A qualidade dos novos cursos e *campi* vêm sendo garantida pelo empenho de dezenas de profissionais em suas pesquisas, na docência, na extensão universitária e na construção de espaços acadêmicos, dentro e fora da Unifesp. Estamos vivendo os primeiros anos de funcionamento da universidade em seu novo formato expandido, e a avaliação aponta para o bom desempenho diante de todas as exigências legais e da vida universitária.

138. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 8 nov. 2006.

139. "Expansão: Desafios e Perspectivas", *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5.

140. "Reitoria 2003-2007: um Projeto Consolidado", *Extensão Unifesp*, 1(1), jan. 2007, p. 58.

Tornar conhecido pelo rigor um conjunto de cursos ainda em formação é uma necessidade imperiosa e cumprida diuturnamente pelos docentes contratados no processo de expansão, tanto entre seus pares internos e de outras universidades quanto no âmbito do alunato. Ao mesmo tempo, a construção da qualidade requer condições materiais sem as quais a viabilidade das práticas de excelência poderá sofrer restrições. Também para esse objetivo, professores, funcionários e alunos dos novos cursos e *campi* têm se desdobrado, obtendo êxito na busca de recursos na Universidade e fora dela, por meio das agências de fomento à pesquisa e ao ensino em São Paulo e no Brasil, além de outras parcerias nacionais e internacionais, sempre no intuito de superar as dificuldades acadêmicas, materiais e orçamentárias que marcam o início da construção de um novo projeto em uma Universidade marcada por suas próprias tradições. Tradições, como sabemos, são inventadas e reinventadas na história[141]. Os novos *campi* resultantes da expansão estão inventando suas próprias tradições de excelência, em consonância com os critérios mais exigentes de avaliação em suas respectivas áreas do conhecimento.

141. A respeito disso, cf. o livro clássico organizado por Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger, *A Invenção das Tradições*.

Cronologia

A CRONOLOGIA que ora apresentamos foi construída enquanto a equipe fazia a pesquisa para este livro. A consolidação de uma cronologia da Unifesp é um instrumento importante para a pesquisa histórica sobre a instituição. História não se confunde com cronologia, mas dela se utiliza para a definição de balizas e periodizações, bem como para a avaliação da importância dos eventos que marcam o processo histórico.

1933

Criação da 11ª escola de medicina do Brasil, a Escola Paulista de Medicina (1º de junho, sendo a sociedade civil constituída por escritura pública em 26 de junho). Octávio de Carvalho é aclamado diretor da instituição. Locação de dois imóveis para o funcionamento do curso médico e da administração (rua Cel. Oscar Porto) e para prestar informações ao público (rua Boa Vista). Abertura das inscrições para o vestibular (18 de junho), realizado no Liceu Nacional Rio Branco. Organização da Congregação da EPM (27 de junho).

Início do ensino de cirurgia plástica na EPM.

Posse da primeira diretoria do Centro Acadêmico Pereira Barretto (1º de agosto).

1934

Início das negociações para aquisição de um imóvel, inicialmente cotado em quatrocentos contos de réis (1º de março).

Empréstimo da CEF permite a aquisição do imóvel situado à rua Botucatu.

Envio, ao MEC, dos "elementos necessários para julgamento do pedido de reconhecimento da EPM" (28 de dezembro).

1935

Financiamento autorizado pela CEF para a aquisição de uma chácara (chamada Schiffini e situada à rua Botucatu, nº 90) no valor de 450 contos de réis, com a intenção de construir um hospital.

Acordo com o Hospital Humberto I, incentivado por Francisco Matarazzo, para o exercício de prática hospitalar pelos alunos da EPM. O acordo se estendeu por mais dois anos.

A EPM começa a receber, por ordem de Antônio Luiz de Souza Melo (então presidente do Departamento Nacional do Café), amostras de café para serem vendidas e transformadas em recursos para manutenção da Escola.

Decreto nº 403 (novembro) concede a inspeção preliminar ao curso oferecido pela EPM.

Reconhecimento oficial da EPM.

1936

Início das clínicas médicas com práticas, a princípio instaladas no Hospital Humberto I. Início da coleta de fundos e da construção do HSP, que viria a ser o primeiro hospital-escola do Brasil.

Instalação da Cátedra de Anatomia e Fisiologia Patológica. Dessa cátedra, surgiria o Departamento de Anatomia Patológica e Oncopatologia.

Início da Cátedra de Clínica Propedêutica Cirúrgica, que inicialmente funcionou no 1º andar do Pavilhão Maria Thereza de Azevedo.

Início da Cátedra de Clínica Dermatológica e Sifiligráfica.

O Conselho Deliberativo passa a denominar-se Conselho Técnico Administrativo.

Em 15 de setembro, a EPM muda-se para o imóvel da rua Botucatu. A inauguração solene deu-se em 30 de setembro.

Maria Thereza Nogueira de Azevedo aceita que o Hospital Piratininga e os fundos para ele coletados sejam repassados à EPM.

1937

Inauguração da sede provisória do HSP, o "Pavilhão Maria Thereza", no edifício residencial reformado da antiga Chácara Schiffini. O nome do pavilhão homenageava Maria Thereza Nogueira de Azevedo e obteve donativos de cerca de duzentos contos de réis.

Em campanha de arrecadação de fundos para a construção do hospital, a Congregação agradece a atuação da municipalidade de Santo André e de algumas indústrias que vinham atuando na venda de amostras de café e algodão em benefício da EPM.

Walter Büngeler assume a Cátedra de Anatomia e Fisiologia Patológica. Büngeler fora contratado em Dantzig (então Alemanha) e permaneceria no Brasil até 1942, em meio à Segunda Guerra Mundial.

Instalação da Cátedra de Urologia (18 de março). Durante os primeiros anos o ensino prático seria feito em ambulatórios situados à rua da Glória.

Inauguração do ambulatório de oftalmologia na rua da Glória (15 de maio). O ambulatório seria transferido para a rua da Liberdade (em 1942).

Contratação de Cássio Villaça para ministrar aulas de radiodiagnóstico (5 de fevereiro). Villaça doou o primeiro aparelho de raio-x à EPM, criando o Serviço de Radiodiagnóstico.

Instalação das enfermarias de Clínica Propedêutica Médica no Pavilhão Maria Thereza.

A EPM adquire o Liceu Pan-Americano, escola de ensino médio, que passa a sediar o curso preparatório para o vestibular.

1938

Suspensão do financiamento da CEF, cujos créditos não estavam regularizados. O financiamento seria regularizado a partir de 1942, somando 28 mil contos.

Afastamento de Octávio de Carvalho da direção da EPM.

Recebimento de trezentos contos de réis, por intermédio do então secretário estadual da Fazenda de São Paulo, Gastão Vidigal.

A Congregação debate a federalização da EPM (28 de janeiro).

Deste ano até 1951, a Cátedra de Clínica Cirúrgica funcionava no Sanatório Esperança (atual Hospital Infantil Menino Jesus).

Transferência dos ambulatórios para o HSP, ainda em sede provisória.

Criação da Associação dos Ex-Alunos da EPM.

O curso de Enfermagem Obstétrica recebe autorização da Divisão de Ensino Superior para ser instalado (26 de fevereiro).

Pelo decreto 2.703, de 31 de maio, o Governo Federal reconhece a Escola Paulista de Medicina.

Colação de grau da primeira turma de medicina, em cerimônia no Teatro Municipal de São Paulo (dezembro).

Criação dos cursos de Enfermagem, de Parteiras e de Técnicos de Laboratório.

Escolha do símbolo do Centro Acadêmico Pereira Barretto, de autoria de Delfino de Oliveira Vianna, então presidente da entidade. Muitos anos depois, esse símbolo viria a ser adotado como marca da EPM.

1939

Início do funcionamento dos cursos de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica, bem como da Escola de Enfermeiras, com religiosas francesas da ordem das Franciscanas Missionárias de Maria, anexa à EPM e ao HSP (15 de março). O contrato com as Franciscanas Missionárias de Maria seria firmado em 20 de março. O CTA assina contrato de locação de serviços com a madre Maria do Menino Jesus, representante da madre geral do Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria, além de designar o corpo docente para a Escola de Enfermeiras.

A Congregação é notificada da criação da Associação dos Ex-Alunos da EPM, cujos estatutos foram aprovados.

Instalação de novos cursos e melhorias nas salas de experiências, laboratórios e ambulatório de radioterapia (setembro).

Realização da Semana da Sífilis, em comemoração ao primeiro aniversário do Centro de Higiene Social.

Inauguração do Serviço de Radioterapia (17 de setembro).

1940

Aprovação dos estatutos da EPM.

Defesa da primeira tese na EPM, por José de Paula e Silva (27 de janeiro).

Assinatura de empréstimo hipotecário com a CEF (14 de março).

Inauguração dos quatro primeiros andares do HSP (4 de outubro).

Início do funcionamento da Cátedra de Clínica Propedêutica Cirúrgica no HSP.

1941

Crise relacionada à Segunda Guerra Mundial atinge a EPM. Multiplicam-se os preços de produtos importados usados em larga escala;

paralisam-se as obras do HSP e a CEF restringe suas operações de crédito.

Rescisão do contrato de Walter Büngeler, chamado de volta à Alemanha pelo governo daquele país. A rescisão é ratificada em fevereiro do ano seguinte.

Criação do Amparo Maternal.

1942

Transferência do Ambulatório de Oftalmologia para um prédio situado à rua da Liberdade e fundação do Centro de Estudos de Oftalmologia, reunindo profissional da EPM e de outras instituições.

Inauguração do HSP.

Reconhecimento oficial, pelo Governo Federal, da Escola de Enfermeiras (24 de março).

Frank Norman Wilson, da Universidade de Michigan, atua como professor convidado, ministrando aulas de cardiologia.

Colação de grau da primeira turma de enfermeiras.

Ratificação do contrato com a Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria para administração do HSP.

Em visita ao comando militar do Exército em São Paulo, representantes da EPM declaram que a instituição estava ao dispor do Exército, no momento em que o governo brasileiro declarava guerra aos países do Eixo.

1943

MEC autoriza a matrícula de alunos aprovados em exame de admissão na Faculdade de Medicina da USP na EPM, até se atingir o limite máximo de estudantes na primeira série.

Autorizada a organização do Departamento de Cultura Científica do Centro Acadêmico Pereira Barretto, e do curso de Venereologia no Centro de Higiene Social.

1944

Empréstimo junto à CEF para ampliação do HSP.

Criação do serviço social do HSP.

A EPM participa de convênio firmado entre Brasil, Estados Unidos e Panamá, e começa a aceitar matrículas de estudantes panamenhos.

Primeiro curso de especialização em oftalmologia no Centro de Estudos de Oftalmologia.

1945

Portaria do MEC sobre salários de professores médicos no ensino superior, agrava a situação financeira da EPM (5 de abril).

1946

Criação do Serviço de Anestesia do HSP.

O IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários) e o Iapetec (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas) firmam convênios com o HSP, passando a dispor de leitos nas enfermarias do mesmo.

Atendendo aos termos do decreto-lei nº 15.373 (26 de dezembro), a EPM assume, juntamente com a Faculdade de Medicina da USP, o Serviço de Verificação de Óbitos da Capital.

Debate sobre a redução do número de alunos divide os professores da EPM.

1947

Primeiro curso de formação de técnicas ortópticas no Brasil, oferecido pelo Centro de Estudos de Oftalmologia.

1948

José Leal Prado e José Ribeiro do Valle criaram o primeiro núcleo de pesquisa básica na instituição (que viriam a ser o Laboratório de Bioquímica e Farmacologia). Esse laboratório é considerado como o inaugurador da pesquisa científica na Unifesp, e funcionava em duas salas da farmácia do HSP.

1949

O presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, perdoa dívida da EPM com a CEF. Os juros deveriam ser pagos.

Criação do Laboratório de Patologia Renal.

1950

Em reunião da Congregação, Bernardo de Oliveira sugere a federalização para resolver os problemas financeiros da EPM.

1949-1951

Processo de criação do Departamento de Medicina e da estrutura departamental.

1951

Criação do Departamento de Clínica Médica (origem do Departamento de Medicina).
A Cátedra de Clínica Cirúrgica passa a funcionar no HSP.
Inauguração do Pavilhão Lemos Torres (Patologia).

1953

Criação do Departamento de Cirurgia.
Início da Cirurgia Pediátrica na EPM.
Instalação da enfermaria de ortopedia no HSP. Até então, o serviço funcionava no Pavilhão Fernandinho Simonsen, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

1956

Federalização da EPM (por meio de decreto datado de 21 de janeiro). O HSP mantém seu caráter de instituição particular, ligado à SPDM. A federalização implicou na exigência de dedicação integral dos catedráticos. O Governo Federal adquiriu o patrimônio da Escola e assumiu seus compromissos.
Laboratórios de Bioquímica e Farmacologia instalam-se em edifício próprio (Edifício Leal Prado).
Criação da Disciplina de Psicologia Médica.

1957

Criação, na EPM, da primeira residência médica do Brasil.
Oficialização da federalização da EPM (4 de maio).

1958

Os alunos deixam de pagar mensalidades à EPM.

1961

EPM é incorporada à Universidade Federal de São Paulo (UFSP), criada a partir da reunião das seguintes instituições: Escola Paulista de Medicina; Escola de Engenharia de São Carlos; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara; Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba e Faculdade de Economia de Santo André. Esta primeira UFSP deixou de existir em 1964.

Criação do Instituto de Medicina Preventiva da EPM (IMEPM) (27 de maio).

1962

Criação da graduação em ortóptica (oficializada em 1970). O curso funcionava desde 1947, sendo então oferecido pelo Centro de Estudos de Oftalmologia prof. Moacyr E. Álvaro, e foi transferido neste ano para a EPM por recomendação do Centro Brasileiro de Oftalmologia.

Reconhecimento do curso de Enfermagem como de nível superior.

Início dos transplantes renais no HSP.

1963

Conclusão do edifício das Ciências Biomédicas.

1964

A EPM desliga-se da UFSP (6 de outubro).

Aposentadoria compulsória de Marcos Lindenberg.

Início da residência médica em Ortopedia e Traumatologia.

1965

Convite de Orlando Villas-Boas para avaliar a saúde das populações indígenas no Parque Indígena do Xingu. Roberto Baruzzi liderou o grupo da EPM que atendeu ao convite.

A EPM adota a organização em departamentos. Criação do Departamento de Biofísica e Fisiologia; do Departamento de Bioquímica e Farmacologia e do Departamento de Morfologia (25 de setembro).

Realização, na Otorrinolaringologia da EPM, da primeira ressecção de neurinoma de nervo acústico por via translabiríntica fora dos Estados Unidos.

Realização, na Otorrinolaringologia da EPM, da primeira derivação endolinfática-subaracnoídea para a doença de Menière realizada no país.

Lei federal determina a aposentadoria compulsória dos catedráticos com 65 anos ou mais, ficando vagas as cátedras de Terapêutica, Clínica, Tisiologia e Doenças Infecciosas e Parasitárias.

1966

Criação do primeiro curso de ciências biomédicas do Brasil (Ciências Biológicas – Modalidade Médica). A criação desse curso foi liderada por Leal Prado, com a intenção de suprir a carência de docentes e pesquisadores especializados em ciências básicas ligadas à medicina. A idéia surgira durante a II Reunião Anual da SBPC, realizada em Curitiba em 1950.

Instalação do Departamento de Patologia, com as Disciplinas de Patologia Geral e Anatomia Patológica Especial.

Criação da Disciplina de Nefrologia.

Criação da área de Genética como núcleo da Disciplina de Histologia.

Início do programa de saúde da EPM no Parque Indígena do Xingu.

1967

Criação da Biblioteca Regional de Medicina (Bireme).

1968

Criação do curso de Fonoaudiologia.

Transferência de Silvio Carvalhal para a Unicamp.

Assinatura do primeiro convênio Funai/EPM para atuação no Parque Indígena do Xingu.

Implantação da residência na pediatria.

Fundação do Centro de Estudos de Pediatria (CEPEP).

Criação do Departamento de Tocoginecologia (28 de agosto).

A Escola de Enfermeiras do HSP passa a denominar-se Escola Paulista de Enfermagem.

1969

A EPM é autorizada a oferecer cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde para que o IMPEP operasse um centro de saúde.

INÍCIO DA DÉCADA DE 1970

Celebração do primeiro convênio de atendimento com o INSP. Muitos alunos e residentes não queriam que pacientes previdenciários, mas apenas indigentes, se prestassem ao ensino no HSP.

1970

Departamento de Pediatria cria o Programa de Integração Docente Assistencial do Embu.

Início do funcionamento do curso de pós-graduação em Biologia Molecular e em Nefrologia.

Jarbas Passarinho, então ministro da Educação, propõe transformar a EPM em Universidade de Ciências Biológicas e da Saúde. A proposta não foi implementada.

O canadense Carl Peter von Dietrich inicia uma nova linha de pesquisa e pós-graduação no Departamento de Bioquímica e Farmacologia, na área de biologia molecular, a convite de Leal Prado. Foi o primeiro curso de pós-graduação a obter credenciamento no Conselho Federal de Educação (CFE).

Oficialização do curso de Ortóptica na EPM.

1971

Início do funcionamento dos cursos de pós-graduação em Nefrologia, Anatomia Humana, Histologia, Microbiologia e Imunologia, Farmacologia e Endocrinologia.

Reconhecimento da Disciplina de Nutrição no curso Médico.

Com a transferência de um grupo de pesquisadores da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para a EPM (janeiro), têm início as atividades de psicobiologia.

1972

Início do funcionamento do mestrado em Anatomia.

Instalação do ambulatório de Genética.

Criação do curso de especialização em Pediatria e Puericultura na Escola de Enfermagem.

1973

Início do funcionamento do curso de pós-graduação em Cardiologia, em Gastroenterologia Cirúrgica, em Pneumologia e em Endocrinologia.

Criação do Departamento de Psicobiologia.

Defesa da primeira tese de doutorado na EPM (Psicobiologia).

1974

Início das atividades no campo da Medicina do Trabalho, por meio de convênio com a Fundacentro (ambulatório para atendimento de portadores de doenças profissionais e realização de cursos de especialização em Medicina do Trabalho, interrompidos em 1977-1978).

Criação da Disciplina de Pediatria Neonatal.

Criação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Pesquisa no Campo Social e da Saúde (Cepes), no âmbito da Escola de Enfermagem.

1975

Desmembramento do Departamento de Biofísica e Fisiologia em dois departamentos independentes.

Início do funcionamento da pós-graduação (mestrado e doutorado) em Cardiologia.

1976

Criação do Instituto de Apoio à Criança e ao Adolescente com Doenças Renais (Icrim).

O Laboratório de Patologia Renal [ver 1949] inicia um setor de Endocrinologia Urológica.

Início do funcionamento da pós-graduação em Hematologia e Hemoterapia.

Início do curso de especialização em Enfermagem do Trabalho.

O curso de Ortóptica é reconhecido como de nível superior pelo CFE.

1977

Criação do Instituto Nacional de Farmacologia (Infar) pela Congregação da EPM (6 de maio).

A EPM torna-se a primeira instituição brasileira a introduzir o ensino de biologia molecular no curso Médico.

Realização, na Otorrinolaringologia, do primeiro implante coclear no país.
Federalização da Escola Paulista de Enfermagem como Departamento de Enfermagem da EPM.
Criação do Centro de Estudos Fonoaudiológicos (CEFa).

1978

Criação do curso de Tecnologia Oftálmica.
MEC sugere a incorporação da EPM à Universidade Federal de São Carlos. A proposta foi rejeitada pela Congregação.
Desmembramento do Departamento de Bioquímica e Farmacologia em duas partes independentes.
Criação da pós-graduação em Neurologia.
Criação do Departamento de Oftalmo-Otorrinolaringologia.

1979

Credenciamento da pós-graduação em Enfermagem Pediátrica.
Criação da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Enfermagem, com o objetivo de absorver o curso de Auxiliar de Enfermagem.
Implantação do curso de especialização em Enfermagem Obstétrica.

1980

Início do funcionamento do doutorado em Anatomia.
Criação da pós-graduação em Neurocirurgia.
Reconhecimento do curso de pós-graduação em Pediatria.

1981

Início da incorporação dos funcionários do HSP à EPM. O processo continuaria até 1983.

1982

Reestruturação do Departamento de Patologia, ficando constituído pelas Disciplinas de Anatomia Patológica e Oncologia, Patologia Médica e Patologia Clínica.
Credenciamento da pós-graduação em Fonoaudiologia.
Equipe de Erney Camargo anuncia a produção de anticorpos capazes de neutralizar o agente causador do Mal de Chagas.

1983

Instalação da pós-graduação em Doenças Infecto-contagiosas e Parasitárias.
Criação do Instituto Paulista de Nefrologia e Hipertensão (Ipepenhi).
Criação do curso de pós-graduação em Rematologia.

1984

Credenciamento do mestrado em Enfermagem Obstétrica.

1985

Instituto Paulista de Estudos e Pesquisa em Nefrologia e Hipertensão transforma-se na Fundação Oswaldo Ramos, que mantém o Hospital do Rim e Hipertensão.
Radiologia torna-se departamento separado do Departamento de Medicina.
Criação do Ambulatório de Geriatria, no âmbito da Disciplina de Propedêutica.
Criação das Disciplinas de Gastroenterologia Pediátrica, de Infectologia Pediátrica e de Nutrição e Metabolismo.

1986

Anteprojeto de lei discute a transformação da EPM em Universidade da Saúde.
Criação do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (Proad) no Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica.
Criação da Disciplina de Alergia, Imunologia Clínica e Reumatologia.
Último ano do curso de especialização em Enfermagem do Trabalho.

1987

O setor de Endocrinologia Urológica (ver 1976) torna-se Laboratório de Reprodução Humana.

1988

Início das atividades de pós-graduação no Departamento de Medicina Preventiva.

1989

Criação da Disciplina de Biologia Celular.
Criação da Disciplina de Otoneurologia.
Criação do Departamento de Otorrinolaringologia e Distúrbios da Comunicação Humana.

1990

Acervo da biblioteca da Enfermagem é incorporado à biblioteca da EPM.
Criação do Departamento de Dermatologia.
Organização de cursos regulares para a formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS), indicados pelas respectivas comunidades que vivem no Parque Indígena do Xingu.
Criação do Grupo de Enfermagem Oncológica, que passa a desenvolver trabalhos junto ao Instituto Nacional do Câncer.
Criação do Núcleo de Informática em Enfermagem.
Criação do Núcleo da Mulher no âmbito do Departamento de Enfermagem.

1991

Início do Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer (Graac), ligado à área de oncologia do Departamento de Pediatria.
O Departamento de Oftalmologia passa a contar com um banco de olhos.
Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas de Saúde e de Enfermagem em Distritos Sanitários, contando com profissionais do Departamento de Enfermagem, da Faculdade de Saúde Pública da USP e das secretarias municipal e estadual da Saúde.
Criação da bandeira oficial da EPM.

1992

Criação do Ambulatório do Índio.
Murílio Hingel, então ministro da Educação, visita a EPM e mostra-se interessado em transformar a EPM em universidade.
Credenciamento da pós-graduação em Psiquiatria e Psicologia Médica.
Credenciamento do doutorado em Enfermagem Materna e Infantil (que fora criado em 1976).
Criação do Centro de Estudos em Enfermagem Obstétrica.

1994

Transformação da EPM em Universidade Federal de São Paulo, pela lei nº 8.957. Com isso, são criadas também quatro pró-reitorias: de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, de Extensão e de Administração.

A Unifesp inicia a administração do Hospital Municipal Vereador José Storopolli, em Vila Maria.

Início da construção do prédio do Graac, a partir de parcerias com empresas privadas.

Início do funcionamento da Associação Brasileira de Epilepsia, no âmbito do Departamento de Neurologia/Neurocirurgia.

1995

Aprovação do novo currículo do curso de Enfermagem (novembro).

Início do funcionamento do Projeto Quixote (Departamento de Psiquiatria), voltado ao atendimento de crianças em situação de rua.

1996

Aprovação do novo conteúdo programático do Curso de Ortóptica e Tecnologia Oftálmica (maio).

Aprovação da criação de dois prêmios anuais para iniciação científica: *Leal Prado* para medicina experimental e *Walter Leser* para ciências da saúde (novembro).

1997

Inauguração das novas instalações da Prograd, na rua Cel. Lisboa (5 de junho).

Aprovação do aumento no número de vagas do curso de Tecnologia Oftálmica de treze para trinta (fevereiro).

Aprovação dos regulamentos dos cinco cursos até então existentes na Unifesp (outubro).

1998

O Conselho de Graduação ratificou decisão da antiga Câmara Curricular (de abril de 1994) que proibiu a realização do trote e do

banho do sexto ano (18 de fevereiro). O Consu aprovou resolução normatizando as relações com os alunos (14 de outubro).

As Resoluções 12 e 13 do Consu (março) procuram regulamentar a organização dos órgãos complementares da Unifesp.

1999

Os hospitais de Pirajussara (Embu), Diadema e Cotia passam a ser "socorridos" pela Unifesp.

As vagas do curso de Tecnologia Oftálmica diminuem de trinta para vinte no vestibular deste ano (abril).

Aprovação, pelo Consu, dos estatutos dos seguintes órgãos complementares: Biblioteca Acadêmica (Biblac); Centro de Genética Médica; Centro de Estudo em Saúde Coletiva (Cesco), Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), Instituto Nacional de Farmacologia (Infar) e Núcleo de Estudos da História e Filosofia de Ciências em Saúde (NEHFICIS).

A Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue (Colsan) passa a integrar a Unifesp (11 de agosto).

Início do funcionamento da UATI na Unifesp.

2000

Três pesquisadores e dois ex-alunos da EPM são premiados pela participação no Projeto Genoma *Xylella fastidiosa*.

2001

Formatura da primeira turma de AEI (Auxiliares de Enfermagem Indígena) no Parque Indígena do Xingu.

2002

Maternidade de Salto passa a ser "socorrida" pela Unifesp.

2005

Criação da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (Fap), cujos estatutos haviam sido aprovados pelo Consu no ano anterior.

2006

Início do funcionamento dos cursos de graduação em Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional (no novo *campus* Baixada Santista).

Portaria do Governo Federal (5 de abril) aceita a doação de terrenos e edifícios em Santos, incluindo a antiga Hospedaria dos Imigrantes, destinados à instalação da sede definitiva do *campus* Baixada Santista.

Doação de terrenos em Praia Grande para a instalação do Instituto de Ciências do Mar e do Meio Ambiente (5 de abril).

Lançamento de edital do concurso para elaboração do projeto arquitetônico para sede do *campus* Diadema (10 de abril).

Assinatura de convênio entre a Unifesp e a Prefeitura Municipal de Guarulhos para gerenciamento do hospital municipal no Bairro dos Pimentas (10 de abril).

Cessão de terreno e instalações pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos para implantação de *campus* da Unifesp.

Inauguração do Instituto de Cirurgia da Mão (3 de maio).

Início do funcionamento da UATI no *campus* Baixada Santista da Unifesp (8 de agosto).

2007

Início do funcionamento dos cursos de graduação em História, Ciências Sociais, Pedagogia e Filosofia (no novo *campus* Guarulhos), Farmácia/Bioquímica, Ciências Biológicas, Química e Engenharia Química (no novo *campus* Diadema) e Ciências da Computação (no novo *campus* São José dos Campos) na Unifesp.

Criação dos departamentos de Ciências Biológicas e de Ciências Exatas e da Terra, no *campus* Diadema.

Alunos ocupam o *campus* Guarulhos, a primeira greve ocorrida nos *campi* da expansão.

Escolha do novo logotipo da Universidade Federal de São Paulo (21 de novembro).

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

ABRAMO, Bia (org.). *Um Trabalhador da Notícia: Textos de Perseu Abramo*. São Paulo, Ed. Fund. Perseu Abramo, 1997.

ABREU, Alzira A. de *et al*. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2001.

ABUD, Katia Maria. "O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições – A Construção de um Símbolo Paulista: o Bandeirante". São Paulo, tese de doutorado, FFLSCH/USP, 1986.

ADUSP. *Livro Negro da USP: o Controle Ideológico na Universidade*. São Paulo, Adusp, 1979.

ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. *A Escola Paulista de Medicina: Notícia Histórica dos Primeiros 25 Anos*. São Paulo, EPM, 1968.

ANDRADE, Rudá de. *Cela 3, a Grade Agride*. Rio de Janeiro, Globo, 2007.

ARANTES, Paulo E. *Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: Dialética e Dualidade Segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

ARAÚJO, Maria Celina Soares de. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política*. São Paulo, Ática, 1996.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo4/parte19.pdf, acesso em jan. 2008.

Atallah, Álvaro Nagib; Stella, Regina Celes de Rosa & Fagundes Neto, Ulysses. "Escola Paulista de Medicina – Universidade Federal de São Paulo". In: Natalini, Gilberto & Amaral, José Luiz Gomes do. *450 Anos de História da Medicina Paulistana*. São Paulo, Imesp/apm, 2004.

Baruzzi, Roberto G. & Junqueira, Carmen (orgs.). *Parque Indígena do Xingu: Saúde, Cultura e História*. São Paulo, Unifesp/Terra Virgem, 2003.

Bandeira, Moniz. *O Governo João Goulart: as Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

Bastos, Elide Rugai. "Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um Diálogo". *Perspectivas,* (28), 2005, pp. 19-36.

"Biografia de Annes Dias". Disponível em http://www.saude.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/printerview.htm?user=reader&infoid=1066&editionsectionid=71, acesso em 16 maio 2007.

Bomeny, Helena M. B. "Três Decretos e um Ministério: a Propósito da Educação no Estado Novo". In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/, acesso em jan. 2008.

Borges, Durval Rosa. "Departamento de Medicina, os Primeiros 50 Anos". *Folha Médica*, 2 (120), abr./jun. 2001, pp. 68-113.

_________. *et al.* "Histórico da Formação Médica na Escola Paulista de Medicina e suas Perspectivas na Universidade Federal de São Paulo". In: Puccini, Rosana Fiorini; Sampaio, Lucia de Oliveira & Batista, Nildo Alves (orgs.). *A Formação Médica na Unifesp: Excelência e Compromisso Social*. São Paulo, Editora Unifesp, 2008.

Braudel, Fernand. *O Modelo Italiano*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

Campos, Cristina de. *São Paulo pela Lente da Higiene: as Propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a Cidade (1925-1945)*. São Carlos, RiMa; São Paulo, Fapesp, 2002.

Capelato, Maria H. R. & Prado, Maria Lígia C. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia – o Jornal* O Estado de S. Paulo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

Capítulo Brasileiro da Associação Médica de Israel, biografia de David Rosenberg. Disponível em http://cbami.org.br/rosenberg.htm, acesso em jan. 2008.

Cardoso, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Difel, 1964.

Carvalho, Octávio de. "História da Escola Paulista de Medicina". *Jornal Brasileiro de Medicina*, 14 (2), fev. 1943, pp. 169-180.

_________. *História da Escola Paulista de Medicina: Curriculum Vitae*. Rio de Janeiro, s./e., 1969.

Castro, Luiz de Paula & Salgado, João Amílcar. "Os 80 Anos de Carlos Ribeiro Diniz". Disponível em http://www.medicina.ufmg.br/cememor/depoim2.htm, acesso em nov. 2007.

Centro de Documentação e Memória da Unesp. Disponível em http://www.cedem.unesp.br/memorias/memo_reitoria.htm, acesso em jan. 2008.

Corrêa Netto, Alípio. *Notas de um Expedicionário Médico*. São Paulo, Almed, 1983.

Cueto, Marcos. "Visions of Science and Development". In: Cueto, Marcos (ed.). *Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation & Latin America*. Indiana, Indiana University Press, 1994.

Cytrinowicz, Roney. *Guerra Sem Guerra: a Mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Edusp/Geração Editorial, 2000.

D'Araujo, Maria Celina. "Estado, Classe Trabalhadora e Políticas Sociais". In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano, vol. 2: o Tempo do Nacional-Estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 213-240.

De Decca, Edgard. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Delgado, Lindabel. "A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP, Gestão 2001-2004: da Construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-Pedagógico". Campinas, dissertação de mestrado, fe/Unicamp, 2006.

Departamento de Biofísica. Histórico do Departamento. Disponível em http://www.biof.epm.br/historico.htm, acesso em dez. 2007.

Departamento de Medicina. Consolidação do Departamento (1952-1965). Disponível em http://www.unifesp.br/dmed/consolid.htm, acesso em jan. 2008.

Departamento de Medicina. Disciplina de Clínica Médica. Disponível em http://www.unifesp.br/dmed/discipl2.htm, acesso em jan. 2008.

Departamento de Medicina. Transição (1964-1966). Disponível em http://www.unifesp.br/dmed/transicao.htm, acesso em dez. 2007.

Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em http://www.dicionariompb.com.br/detalhe.asp?nome=Mario+Albanenese, acesso em jan. 2008.

Enciclopédia de Artes Visuais. Disponível em http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/Enc_Artistas/dsp_dados_artista.cfm?id_nome=215822, acesso em fev. 2008.

Escola Paulista de Medicina, Fundada em 1 de junho de 1933 [A]. São Paulo, Ave Maria, 1951.

Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História. São Paulo, epm/Banco Real, 1993.

Fausto, Boris. *A Revolução de 30: Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

_________. *Getúlio Vargas: o Poder e o Sorriso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano, vol. 2: o Tempo do Nacional-Estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. "O Brasil no Contexto da Guerra Fria: Democracia, Subdesenvolvimento e Ideologia do Planejamento (1946-1964)". *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000) – A Grande Transação*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo, 2000.

FORTES, Alexandre. "Os Outros 'Polacos': Classe e Identidade Étnico-Nacional entre Imigrantes do Leste Europeu em Porto Alegre". In: BATALHA, Cláudio Henrique Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado.* Campinas, Editora da Unicamp, 2004, pp. 317-361.

GAMBETA, Wilson Roberto. "Soldados da Saúde: a Formação dos Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1889-1918)". São Paulo, tese de doutorado, FFLCH/USP, 1988.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada.* São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela M. de C. "A Dialética da Tradição". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (5), fev. 1990, pp. 15-27.

_________. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1999.

_________. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2005.

GOMES, Angela M. de C.; LOBO, Lúcia L. &; COELHO, Rodrigo B. M. "Revolução e Restauração: a Experiência Paulista no Período de Constitucionalização". In: GOMES, Angela M. de C. (org.). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Angela M. de C.; PANDOLFI, Dulce C. & ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/CPDOC, 2002.

GOMES, Mara Helena de Andréa. "Burocracia e Hospital de Ensino numa Universidade Pós-Moderna". São Paulo, tese de doutorado, PUC-SP, 1998.

_________. "Os Rastros dos Anos 30 na Fundação da Escola Paulista de Medicina: um Estudo de Caso Weberiano". Texto não publicado, s./d.

_________. *Tradição e Progresso Técnico: a Medicina e o Ensino Médico na Escola Paulista de Medicina*. São Paulo, dissertação de mestrado, PUC-SP, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GUIMARÃES, Jair Xavier. "A Escola que Eu Vi Nascer". *Jornal da Associação Médica Brasileira*, 15 (653), 5 jun. 1973.

GUÍMARO, Ana L. & PRATA, Leonel (eds.). *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina, 70 Anos*. São Paulo, s./e., 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_________. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, Contra o Império: História da Sedição de 1798*. São Paulo/Salvador, Hucitec/EDUFBa, 1996.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um Mosaico (ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000) – Formação: Histórias*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo, 2000, p. 143.

KAMITA, João Masao. *Vilanova Artigas*. São Paulo, Cosac Naify, 2000.

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A. & SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: Anos de Formação (1933-1953)*. São Paulo, Escuta, 2001.

LACAZ, Carlos da Silva. *Faculdade de Medicina: Reminiscências, Tradição, Memória de Minha Escola*. São Paulo, Ed. do Autor, 1985.

_________. *Três Escolas de Medicina de São Paulo*. São Paulo, Antonio Bellini, s./d.

LAHUERTA, Milton. "Os Intelectuais e os Anos 20: Moderno, Modernista, Modernização". In: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres (orgs.). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1997.

LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. *O Retorno Social do Investimento Público e Privado na Academia: um Estudo de Caso*. São Paulo, Fesbe, 2004.

LOVE, Joseph L. "A República Brasileira: Federalismo e Regionalismo (1889-1937)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000) – A Grande Transação*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo, 2000, pp. 121-160.

MALAN, Pedro Sampaio. "Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)". In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – Economia e Cultura*, São Paulo, Difel, 1984.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. da Cunha. "A Filantropia Científica e a Implantação da Ciência Profissional em São Paulo (1934-1952)". São Paulo, tese de doutorado, FFLCH/USP, 1999.

_________. *Elites em Negociação: Breve História dos Acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)*. Bragança Paulista, Edusf, 2003.

_________. "A Fundação Rockefeller e Instituições de Ensino e Pesquisa em São Paulo". *Horizontes*, Bragança Paulista, 22 (2), p. 152.

MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrópoles Brasileiras". In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3: República – da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214.

MARTINS FILHO, João Roberto. "O Movimento Estudantil dos Anos 1960". In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil, vol. 3: Revolução e Democracia, 1964-...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

MAZZA, Angelo. "Paulo Mangabeira Albernaz". In: VALLE, José Ribeiro do. *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977, pp. 138-141.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Ruy N. "Da Candidíase Oral ao Estado de Acidose". *Revista da Associação Médica Brasileira*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302003000200028&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt, acesso em 16 maio 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1977.

MOTA, Carlos G. & CAPELATO, Maria H. R. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo, Companhia Brasileira de Impressão e Propaganda, 1981.

NADAI, Elza. *Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo, 1891-1934)*. São Paulo, Ed. Loyola, 1987.

NEMI, Ana Lúcia Lana. "Jaime Cortesão e Paulo Prado: as 'Afinidades Eletivas' na Leitura da Memória do Império". In: BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Júnia & SOUZA, Laura de M. *O Governo dos Povos: Poder e Administração no Império Português*. São Paulo, Alameda (no prelo).

________. "Espanha e Brasil: o Ocidente Possível no Pensamento de José Ortega y Gasset e Almir de Andrade". Campinas, tese de doutorado, IFCH/Unicamp, 2003.

________. "Tradição Política Medieval, Tradições Populares e Construção da Soberania Ibérica na Contemporaneidade". In: BARROS, Néri de & CANDIDO, Marcelo. *Idade Média Entre os Séculos XIX e XX: Estudos de Historiografia* (no prelo).

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. 3 vols. Paris, Gallimard, 1984.

________. "O Retorno do Fato". In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

NOVAIS, Fernando & MELLO, João Manuel Cardoso de. "Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna". In: SCHWARZ, Lilia M. *História da Vida*

Privada no Brasil, vol. 4: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 559-658.

Oliveira, José Eduardo Dutra de. "Pioneiros das Ciências Nutricionais no Brasil". In: Bourges Rodríguez, Héctor *et al.* (coords.). *Historias de la Nutrición em América Latina*. S./l., slan, s./d., p. 107. Disponível em http://www.slan.org.mx/docs/HistNut_slan.pdf>, acesso em jan. 2008.

Ortiz, Renato. "Sociedade e Cultura". In: Sachs, Ignacy; Wilheim, Jorge & Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um Século de Transformações.* São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

Pacheco e Silva, Antonio Carlos. *Armando de Salles Oliveira*. São Paulo, Edusp, 1980.

Pandolfi, Dulce Chaves. "Os Anos 1930: as Incertezas do Regime". In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília de A. Neves. *O Brasil Republicano 2: o Tempo do Nacional-Estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-37.

Pereira, Luiz Carlos Bresser. "Do Estado Patrimonial ao Gerencial". In: Sachs, Ignacy; Wilheim, Jorge & Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um Século de Transformações*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 222-259.

Perrone-Moisés, Leyla. "Macunaíma e a 'Entidade Nacional Brasileira'". *Vira e Mexe Nacionalismo: Paradoxos do Nacionalismo Literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

Pinto, Zélio Alves (org.). *Cadernos Paulistas: História e Personagens*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo / Imesp, 2002, p. 53.

Prado, José Leal. "José Ribeiro do Valle". In: Valle, José Ribeiro do. *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977, pp. 178-182.

Prado, Paulo. *Paulística etc*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

________. *Retrato do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Prates, Paulo R. "Do Bastão de Esculápio ao Caduceu de Mercúrio". *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 79 (4), out. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2002001300014, acesso em ago. 2007.

Reis, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a fhc*. Rio de Janeiro, Ed. da fgv, 1999.

Reis Filho, Nestor Goulart. "Urbanização e Modernidade: Entre o Passado e o Futuro (1808-1945)". In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000), a Grande Transação*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo, 2000, pp. 83-118.

Revista do Hospital São Paulo, 5 (nº especial), 1993.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História Sem Fim... Inventário da Saúde Pública*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1993.

SADI, Afiz. "Rodolpho de Freitas". In: VALLE, José Ribeiro do. *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808-1990*. São Paulo, Nupes, s./d.

SANTOS, Manuel Lopes dos. "À Guisa de Introdução". In: *Escola Paulista de Medicina: 60 Anos de História*. São Paulo, EPM/Banco Real, 1993.

SCHPUN, Mônica Raisa. "Entre Feminino e Masculino: a Identidade Política de Carlota Pereira de Queiroz". *Cadernos Pagu*, 12, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional; Rio de Janeiro, Finep, 1979.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil Vai à Guerra*. Barueri, Manole, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 244.

SILVA, Luiz Hildebrando Pereira da. *Crônicas de Nossa Época*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

SILVA, Márcia Regina Barros da. "O Ensino Médico em São Paulo e a Criação da Escola Paulista de Medicina". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 8 (3), out./dez. 2001, pp. 541-566.

________. *Estratégias da Ciência: a História da Escola Paulista de Medicina (1933-1956).* Bragança Paulista, Edusf, 2003.

SINGER, Paul. "Evolução da Economia e Vinculação Internacional". In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge & PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um Século de Transformações*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SOCIEDADE Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. Disponível em http://www.endocrino.org.br/conteudo/sociedade/diretoria_004.php, acesso em jan. 2008.

SOUZA, Jonas Soares de. "As Rodovias Paulistas e as Monções Setecentistas". In: PINTO, Zélio Alves (org.). *Cadernos Paulistas: História e Personagens.* São Paulo, Ed. Senac São Paulo; Imesp, 2002, pp. 50-53.

TELAROLLI JR., Rodolpho. "Imigração e Epidemias no Estado de São Paulo". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 3 (2), jul./out. 1996, pp. 265-283. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n2/v3n2a04.pdf, acesso em ago. 2007.

THOMAS, Lewis. "Medical Lessons From History". *The Medusa and the Snail.* Londres, Penguin Books, 1979, p. 158.

TRIVIÑO, Tarcisio, "David Rosenberg, um Nome a Ser Reverenciado". *Acta Cirúrgica Brasileira,* 17 (6), 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000600001, acesso em nov. 2007.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

VALLE, José Ribeiro do. *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos de seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977.

VARGAS, Getúlio. *Diário vol. 1: 1930-36*. São Paulo, Siciliano; Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1995, pp. 231-232.

"VERBETE: Roberto Duque Estrada". Disponível em http://tiosam.com/?q=Roberto_Duque_Estrada, acesso em 16 maio 2007.

VERRESCHI, Ieda T. N. "José Ribeiro do Valle e a Endocrinologia Paulista". *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, 45 (2), abr. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/abem/v45n2/a13v45n2.pdf, acesso em set. 2007.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. São Paulo, Ática, 1989.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. "Do Nacional-Desenvolvimentismo à Política Externa Independente". In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano 3: O Tempo da Experiência Democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 195-216.

WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo: a Comunidade Judaica sob o Olhar do Deops*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

WILCOX, Robert A. & WHITHAM, Emma M. "The Symbol of Modern Medicine: Why One Snake Is More Than Two". *Annals of Internal Medicine*, 138 (8), 15 abr. 2003, pp. 673-678.

WILLIAMS, S. C. "Nationalism and Public Health". In: CUETO, Marcos (ed.). *Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation & Latin America*. Indiana, Indiana University Press, 1994.

Legislação

Decreto nº 4.682, de 24 jan. 1923: Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados. Lei Elói Chaves. Disponível em http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.html, acesso em jan. 2008.

Lei nº 939, de 1º dez. 1949: Autoriza o Poder Executivo a saldar dívida contraída pela Escola Paulista de Medicina de São Paulo. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=106998, acesso em maio 2007.

Lei nº 1.254, de 4 dez. 1950: Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=80923, acesso em maio 2008.

Lei nº 2.712, de 21 jan. 1956: Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada à Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=110816, acesso em maio 2007.

Lei nº 3.835, de 13 dez. 1960: Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86898, acesso em maio 2008.

Decreto nº 1.107, de 30 maio 1962: Incumbe o diretor da Escola Paulista de Medicina de responder pelo expediente da reitoria da Universidade de São Paulo, para o fim de movimentar dotação global. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=163042, acesso em maio 2008.

Decreto nº 53.372, de 31 dez. 1963: Autoriza a Universidade Federal de São Paulo a criar e instalar cursos pré-universitários e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=163042, acesso em maio 2008.

Decreto nº 53.373, de 31 dez. 1963: Designa os membros que devem integrar o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=88862, acesso em maio 2008.

Lei nº 4.421, de 29 set. 1964: Transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=115088, acesso em jan. 2008.

Lei nº 5.540, de 28 nov. 1968: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102363, acesso em dez. 2007.

Lei nº 6.683, de 28 ago. 1979: Concede anistia e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=101867, acesso em maio 2008.

Lei nº 8.957, de 15 dez. 1994: Dispõe sobre a transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=140400, acesso em set. 2007.

Lei nº 11.145, de 26 jul. 2005: Institui a Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=252725, acesso em set. 2007.

Decreto nº 50.504, de 6 fev. 2006: Institui o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos e dá providências correlatas. Disponível em http://www.ipd.org.br/academia/decreto_sp.pdf, acesso em out. 2007.

Fontes Orais e Entrevistas Concedidas por Meio Eletrônico

Depoimentos

André Bohomoletz Henriques a Luigi Biondi, em 2008.

Antônio Candido de Mello e Souza a Ana Lúcia Lana Nemi, em 2007.

Carlo Pollini Quintieri a Luigi Biondi, em 2007.

Cícero José Brasiliano a Luigi Biondi, em 2007.

Durval Rosa Borges a Luigi Biondi, em 2007.

Lia Rosenberg a Luigi Biondi, em 2008.

Jair Xavier Guimarães a Jaime Rodrigues, Luigi Biondi, Ana Lúcia Lana Nemi e Karen Macnow Lisboa, em 2007.

José Ribeiro do Valle ao CPDOC/FGV. História Oral, EHC32, 1985.

Marcos Ferraz a Luigi Biondi, em 2007.

Maria Cecília Ferraz de Oliveira a Luigi Biondi, em 2008.

Maria Gaby Rivero de Gutierrez a Luigi Biondi, em 2007.

Nestor Schor a Luigi Biondi, em 2007.

Otto Guilherme Bier ao CPDOC/FGV. História Oral, EHC27, 1985.

Paulo José Brito de Castro a Luigi Biondi, em 2007.

Tsuyoshi Yamashita a Luigi Biondi, em 2007.

Vera Bohomoletz Henriques a Luigi Biondi, em 2008.

Walter Manna Albertoni a Luigi Biondi, em 2008.

Questionários Militância EPM Encaminhados por Luigi Biondi

Artur Beltrame Ribeiro, em 2007.

Fábio Ancona Lopez, em 2007.

Rubens Belfort, em 2007.

Fontes Manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo/Deops, Prontuários e Dossiês nos

89.929; 92.000; 105.673; 140.482; 140.507; 143.123; 143.135; 144.578; 145.425; 20-K-77 (dossiê).

Acervo Museu da CEF/Caixa Cultural São Paulo

Ata do Conselho Administrativo da CEF de São Paulo, 8 nov. 1935.

Ata do Conselho Administrativo da CEF de São Paulo, 25 set. 1942.

Acervo do CeHFi

Livro de Atas da Congregação da EPM, 1933 a 1939.

Arquivo da Reitoria da Unifesp

Livros de Atas da Congregação da EPM: 16 maio 1939 a 10 set. 1946; 9 abr. 1947 a 16 abr. 1952; 11 jun. 1952 a 24 ago. 1953; 24 ago. 1953 a 28 jun. 1955; 28 jun. 1955 a 19 jun. 1959; 17 set. 1959 a 5 abr. 1963; 26 jun. 1963 a 14 out. 1969.

Livros de Atas do Conselho Técnico Administrativo da EPM: 7 maio 1937 a 17 jun. 1941; 18 ago. 1941 a 5 maio 1943; 31 maio 1943 a 9 mar. 1945; 22 mar. 1945 a 12 mar. 1948; 2 abr. 1948 a 29 mar. 1951; 12 abr. 1951 a 19 mar. 1952; 22 abr. 1952 a 4 nov. 1953; 18 nov. 1953 a 20 abr. 1955; 29 abr. 1955 a 27 jan. 1958; 23 out. 1957 a 17 fev. 1960; 4 mar. 1960 a 22 dez. 1961; 4 jan. 1962 a 6 abr. 1965.

Livro de Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP.

Pasta [sem classificação] contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos.

Palmeira, Guilherme. *Minuta de Parecer*. "Pasta [sem classificação] contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos – Arquivo da Reitoria da Unifesp", s./d.

Outros

Castro, Paulo José Brito de. *Memórias da EPM*. Mococa-SP, manuscrito não publicado, 2005, arquivo pessoal.

Fontes Impressas

Acervo do CeHFi

Pasta nº 3 – *Aniversário – 30 anos da EPM*; Pasta nº 6 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da EPM 5*; Pasta nº 14 – *Aniversário: 40 e 60 anos da EPM*; Pasta nº 15 – *Aniversários da EPM e ex-alunos*; Pasta nº 16 – *Formaturas e Aniversários de Formaturas*; 17 – *Aniversário: Jubileu de Ouro da EPM 11*; Pasta nº 19 – *Associação dos Ex-Alunos da EPM e Associação dos Assistentes da EPM*; Pasta nº 29 – *Hinos e Gritos de Guerra da EPM*; Pasta nº 33 – *Bolsas de Estudo e Pós-graduação*; Pasta nº 35 – *Fundação da EPM*; Pasta nº 36 – *Bailes e Jantares*; Pasta nº 70 – *Jantar de Comemoração dos 40 Anos da EPM*; Pasta nº 89 – *Comunicações entre a EPM e o Executivo Federal*; Pasta nº 101 – *EPM: Convites e Eventos*; Pasta nº 102 – *Marcos Lindenberg e UFSP 1*; Pasta nº 150 – *Edgar Freire*; Pasta nº 164 – *Seção de Gastroenterologia do Departamento de Clínica Médica 9 – Laboratórios Farmacêuticos*; Pasta nº 175 – *Cadeira de Química Fisiológica*; Pasta nº 187 – *Dossiês Médicos de Pacientes*.

Lindenberg, Marcos. *Relação dos Atos e dos Fatos que Condicionaram a Posição Atual da Universidade Federal de São Paulo, de sua Administração e*

de suas Atividades. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 1964 (ex. mimeo).

Arquivo da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd)

Inspetoria Federal – Medicina, caixas: 1223 (1938-1939); 1224 (1940-1942); 1225 (1943-1944); 1226 (1945-1946); 1233 (1953); 1234 (1954); 1235 (1955); 1236 (1956-1957); 1238 (1958).
Processo nº 59.

Imprensa

"A Ação da Escola Paulista de Medicina – Manifesto sobre a Necessidade do Augmento da Nossa Capacidade Hospitalar". *O Estado de São Paulo*, 13 ago. 1933, p. 8 (aesp, microfilme 01.04.025).
Andrade, Mário de. "De São Paulo iv". *Ilustração Brasileira*, 8 (7), mar. 1921.
"Arquitetos Recebem Prêmio por Projeto da Unifesp Diadema". *Jornal Unifesp*, nº 8, jun. 2006, p. 7.
"Atividades Esportivas – Escola Paulista de Medicina, 60 Anos". *Jornal da Paulista*, 6 (64), abr. 1993, p. 10.
O Átomo. 18 jul. 1935.
"Avanços na Medicina. Dr. Katchburian, Coordenador dos Avanços na Medicina". *Jornal da Paulista*, 6 (64), 10, abr. 1993.
"Baixada Santista Inaugura Laboratório de Informática". *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 5.
O Bíceps. 20 (15), p. 1.
_________. 6 (17), set. 1943.
_________. 23 (27), set. 1962, pp. 40-41.
Borges, Durval Rosa. "Até Aqui Viemos". *Jornal da Paulista*, 17 (186), jan. 2004.
Carvalho, Octávio de. "Discurso do Diretor da Escola". *O Estado de S. Paulo*, 16 jul. 1933.
"Os Cinqüenta Anos da Escola Paulista de Medicina". *Jornal da Tarde*, 3 out. 1983.
"Começa Maior Concurso Docente da História". *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 1.
"Concurso Definirá Projeto Arquitetônico da Unifesp Diadema". *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 7.
"Convertida a epm em Autarquia". *O Estado de S. Paulo*, 13 ago. 1964 (Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 5.746).
"Curso do *Campus* Baixada Santista é o Terceiro Mais Procurado no Vestibular". *Jornal Unifesp*, nº 4, fev. 2006, p. 3.
"Definido o Pré-Projeto dos Cursos no *Campus* Diadema". *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 3.

"Definido o Projeto Pedagógico do *Campus* Guarulhos". *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 5.

"Edifício de Pesquisas II Ampliará Produção Científica". *Jornal Unifesp*, 15 jun. 2007, p. 7.

"A EPM Iniciou os Festejos do 30º Aniversário". *Folha de S. Paulo*, 10 set. 1963, p. 17 (AESP, pasta 05/181).

"A Excelência dos Cursos da EPM nos 60 Anos". *Jornal da Paulista*, 6 (62), 9 fev. 1993.

"Expansão: Desafios e Perspectivas". *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, pp. 4-5.

Extensão Unifesp: Informativo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Paulo, 1 (1), jan. 2007.

Fagundes Neto, Ulysses. "Editorial: 'Crescer com Qualidade'". *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 2.

_________. "Editorial: 'É Hora de Colher'". *Jornal Unifesp*, nº 4, fev. 2006, p. 2.

_________. "Editorial: 'Espírito de Equipe'". *Jornal Unifesp*, nº 13, mar. 2007, p. 2.

_________. "Editorial: 'Fazendo História'". *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 2.

_________. "Editorial: 'Um Ano para se Lembrar'". *Jornal Unifesp*, nº 3, nov. 2005, p. 2.

Ferraz, Wladimir da Prússia Gomes. "O Emblema da EPM e o seu Significado". *Jornal da Paulista*, 5 (58), out. 1992, p. 8.

"Formandos de Medicina com Diploma Simbólico". *Folha de S. Paulo*, 30 dez. 1966.

"Formatura". *O Estado de S. Paulo*, 23 dez. 1966.

"Hospital São Paulo". *O Estado de S. Paulo*, 4 out. 1940, p. 6.

"Inauguração e Pedra Fundamental na Festa de Aniversário". *Folha de S. Paulo*, 15 set. 1963, p. 12.

"Inaugurado Instituto de Cirurgia da Mão". *Jornal Unifesp,* nº 7, maio 2006, p. 5.

"Instituição Faz 70 Anos e Presenteia a Comunidade". *Jornal da Paulista*, 17 (186), jan. 2004.

Jornal da Paulista. 12 (133), jun. 1999.

_________. 16 (182), ago. 2003.

_________. 16 (183), set. 2003.

_________. 16(184), out. 2003.

_________. 16 (185), nov. 2003.

Lindenberg, Marcos. "Medicina, Civilização, Humanismo". *O Bíceps*, dez. 1966.

_________. "Cartas à Redação. Que É Feito da Universidade Federal de SP?". *Folha de S. Paulo*, 10 out. 1964.

"Manifesto de Fundação da Escola Paulista de Medicina". *Folha da Noite*, 1º jun. 1933 (Acervo do CEHFI).

"Manifesto de Fundação da Escola Paulista de Medicina". *O Estado de S. Paulo*, 1º jun. 1933, p. 4 (aesp, microfilme 01.04.024).

"Mostra Pictórica nas Comemorações da epm". *Folha de S. Paulo*, 11 set. 1963, p. 16 (Arquivo do Estado, pasta 05/181).

Moura, Mariluce. "A Física do Mundo Presente". *Pesquisa Fapesp*, nº 137, jul. 2007, disponível em http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3274&bd=1&pg=1&lg=, acesso em set. 2007.

"Parabéns Unifesp". *Jornal da Paulista*, 16 (181), jul. 2003.

"Paulista de Medicina, 50 Anos". *Folha de S. Paulo*, 2 jun. 1983.

"Paulista já Tem Bandeira Oficial". *Jornal da Paulista*, nº 41, mar. 1991, p. 8.

"Praia Grande Doa Terreno para Instituto de Ciências do Mar". *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 3.

"Prefeitura Cede Terreno para Futuro *Campus* Unifesp na Zona Sul". *Jornal Unifesp*, nº 2, out. 2005, p. 7.

"Presidente Lula Oficializa *Campus* Guarulhos". *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 1.

"O Primeiro Passo da Expansão". *Jornal Unifesp*, 2, out. 2005, p. 4.

"Prof. Lindenberg Defende ufsp Contra o Descaso da Revolução". *Última Hora*, 10 out. 1964.

"Projeto nº 2.155 de 1964". *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, 23 jul. 1964, p. 5658.

"Rede de Pesquisa da Unifesp Busca Integração de Todos os *Campi*". *Jornal Unifesp*, nº 13, mar. 2007, pp. 4-5.

"Rede Óptica Acelera Comunicação". *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 3.

Revista Pesquisa Fapesp, jul. 2007. Disponível em http://www.revistapesquisa.fapesp.br, acesso em set. 2007.

"São Paulo Parou Ontem para Defender o Regime". *Folha de S. Paulo*, 20 mar. 1964.

"Sistema Paulista de Parques Tecnológicos Começa a se Tornar Realidade". *Jornal da Ciência*, 30 out. 2007. Disponível em http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=36139, acesso em out. 2007.

"Tempo de Planejar o Futuro". *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 2.

"uati Abre suas Portas na Baixada Santista". *Jornal Unifesp*, nº 8, jun. 2006, p. 3.

"Unifesp Abrirá Cursos no abc em 2005". *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, 13 nov. 2004.

"Unifesp-Baixada Santista Passa a Ter Três Departamentos". *Ação Fap*, nº 11, jan./fev. 2008, p. 4.

"Unifesp Chega a São José dos Campos". *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 1.

"Unifesp Dará Origem a 'Bairro Universitário'". *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 1.

"Unifesp Santos Tem Semana de Recepção aos Calouros". *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 3.
"Unifesp Tem Logotipo Escolhido em Concurso Público". *Ação Fap*, nº 11, jan./fev. 2008, pp. 2-3.
"Universidade da Escola Paulista de Medicina que Está Comemorando o seu 30º Aniversário". *A Gazeta*, 9 set. 1963.
"Veteranos Pegam Estrada para Receber Calouros em Santos". *Jornal Unifesp*, nº 5, mar. 2006, p. 3.

Fontes Disponíveis em Formato Eletrônico

Decisões e Resoluções do Consu

Decisões do Consu, sessão de 12 maio 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/informes/informe.php?cod=38, acesso em ago. 2007.
Decisões do Consu, sessão de 10 nov. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/informes/informe.php?cod=46, acesso em set. 2007.
Resolução nº 23: Estabelece o aumento de vagas dos cursos de graduação e implanta o sistema de cotas para população afro-descendente e indígena, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação e dá outras providências. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/23.htm, acesso em out. 2007.
Resolução nº 27: Estabelece o aumento de vagas dos cursos de graduação e implanta o sistema de cotas para população de cor (ou raça) preta, parda ou indígena, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação e dá outras providências. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/27.htm, acesso em out. 2007.
Resolução nº 29: Dispõe sobre concurso para ingresso no cargo inicial da carreira docente da Unifesp (Professor Adjunto). Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/29.htm, acesso em ago. 2007.
Resolução nº 34: Dispõe sobre concurso para ingresso no cargo inicial da carreira docente da Unifesp (Professor Adjunto). Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/34.htm, acesso em ago. 2007.
Resolução nº 36: Estabelece o aumento de vagas dos cursos de graduação e implanta o sistema de cotas para população de cor (ou raça) preta, parda ou indígena, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação, para o vestibular 2007 e dá outras providências. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/36.htm, acesso em out. 2007.

RESOLUÇÃO nº 37: Estabelece o aumento de vagas dos cursos de graduação e implanta o sistema de cotas para população de cor (ou raça) preta, parda ou indígena, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação, bem como cotas para professores do ensino básico público, para o vestibular 2007 e dá outras providências. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/37.htm, acesso em out. 2007.

RESOLUÇÃO nº 38: Estabelece o aumento de vagas dos cursos de graduação e implanta o sistema de cotas para população de cor (ou raça) preta, parda ou indígena, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação, para o vestibular 2007 e dá outras providências. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/38.htm, acesso em out. 2007.

RESOLUÇÃO nº 42: Estabelece o aumento de vagas dos cursos de graduação e implanta o sistema de cotas para população de cor (ou raça) preta, parda ou indígena, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação, para o vestibular 2008 e dá outras providências. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/42.htm, acesso em out. 2007.

RESOLUÇÃO nº 43: Dispõe sobre a instalação do *campus* de São José dos Campos. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/resolu/43.htm, acesso em out. 2007.

Ata da Congregação da EPM

23 nov. 1994. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/199411.htm.

Atas do Consu

11 fev. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/110204.htm, acesso em ago. 2007.

3 mar. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/030304.htm, acesso em ago. 2007.

10 mar. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/100304.htm, acesso em ago. 2007.

14 abr. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/140404.htm, acesso em ago. 2007.

12 maio 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/120504.htm, acesso em ago. 2007.

9 jun. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/090604.htm, acesso em ago. 2007.

19 ago. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/190804.htm, acesso em ago. 2007.

15 set. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/150904.htm, acesso em ago. 2007.
13 out. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/131004.htm, acesso em ago. 2007.
10 nov. 2004. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/101104.htm, acesso em set. 2007.
9 mar. 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/090305.htm, acesso em ago. 2007.
13 abr. 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130405.htm, acesso em ago. 2007.
4 maio 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/040505.htm, acesso em ago. 2007.
11 maio 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/110505.htm, acesso em ago. 2007.
13 jul. 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130705.htm, acesso em ago. 2007.
10 ago. 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/100805.htm, acesso em ago. 2007.
5 out. 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/051005.htm, acesso em ago. 2007.
14 dez. 2005. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/141205.htm, acesso em ago. 2007.
8 fev. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/080206.htm, acesso em ago. 2007.
8 mar. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/080306.htm, acesso em ago. 2007.
12 abr. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/120406.htm, acesso em set. 2007.
10 maio 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/100506.htm, acesso em ago. 2007.
22 jun. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/220606.htm, acesso em ago. 2007.
12 jul. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/120706.htm, acesso em ago. 2007.
13 set. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130906.htm, acesso em ago. 2007.
11 out. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/111006.htm, acesso em ago. 2007.
27 out. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/271006.htm, acesso em ago. 2007.
8 nov. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conse-

lhos/consu/atas/081106.htm, acesso em ago. 2007.
13 dez. 2006. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/131206.htm, acesso em ago. 2007.
14 mar. 2007. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/140307.htm, acesso em ago. 2007.
13 jun. 2007. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130607.htm, acesso em nov. 2007.
13 ago. 2007. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130807.htm, acesso em nov. 2007.

Mensagens Eletrônicas (Arquivo da Fap)

Nome do remetente suprimido. *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 25 nov. 2007, 16h13:07.

Nome do remetente suprimido. *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 25 nov. 2007, 19h02:46;

Nome do remetente suprimido. *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 27 nov. 2007, 22h25:58.

Nome do remetente suprimido. *Novo Símbolo* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 28 nov. 2007, 00h15:21.

Nome do remetente suprimido. *Sobre Novo Logo* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 28 nov. 2007, 08h40:31.

Nome do remetente suprimido. *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 28 nov. 2007, 12h27:01.

Nome do remetente suprimido. *Logotipo da Unifesp* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 28 nov. 2007, 22h36:24.

Nome do remetente suprimido. *Logo Unifesp* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 29 nov. 2007, 10h34:25.

Nome do remetente suprimido. *Novo "Desenho"* Versus *Eterno Símbolo* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 30 nov. 2007, 00h36:16.

Nome do remetente suprimido. *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por 75anos@unifesp.br, em 12 dez. 2007, 11h56:51.

Outras

Anexo II – Aposentados. Disponível em http://www.unifesp.br/pradmin/drh/Grupo%20ApH.htm, acesso em dez. 2007.

Ata *de Reunião Extraordinária (nº 80) do Conselho de Graduação da Unifesp*, disponível em http://www.unifesp.br/prograd/down/cgs/cg-especial-011205.pdf, acesso em out. 2007.
Balanço *de Atividades do Primeiro Semestre da Gestão 2003/2007*. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/balanco/palavra.htm, acesso em out. 2007.
Boletim *Adunifesp – Balanço e Perspectivas*, jun. 2007.
Borges, Durval Rosa. *Relatório do Pró-Reitor de Graduação da Unifesp (jul. 1995-jul. 1999)*. São Paulo, 1999.
"*Campus* Diadema Unifesp". Disponível em http://www.unifesp.br/home-diadema/index.php?cod=54&pag=ocampus.php&tipo=1&id_departamento=&PHPSESSID=638628919af773a2e420c0b7ea6a7d98, acesso em out. 2007.
Caperuto, Ada *et al.* (redatores). *Gestão Unifesp 2003/2007: Metas e Realizações*. São Paulo, Copypress, 2007.
"Concurso Público Nacional de Projeto Arquitetônico – Unifesp". Disponível em http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst144/inst144_01.asp, acesso em out. 2007.
Discurso Proferido pelo Dr. David Rosenberg Quando da Outorga do Prêmio Colégio Brasileiro de Cirurgiões. 1998.
Edital de Concurso de Criação de Marca Mista (Logotipo) da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/75anos/edital_concurso.htm.
"Expansão das Universidades Federais: o Sonho se Torna Realidade (Período 2003-2006)". Disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/relatorioexecutivo.pdf, acesso em set. 2007.
Fagundes Neto, Ulysses. "Discurso de Recondução – 1º de Agosto de 2007". Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/discurso_reconducao.pdf, acesso em 5 ago. 2007.
Folheto "Unifesp em Expansão: Crescendo com Qualidade". São Paulo, 2007.
Folheto "Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escola da Região Sudeste". Santos, 2007.
Folheto "Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina: A Universidade da Saúde". São Paulo, s./d. (c. 2000).
Gabartio Editorial. Disponível em http://www.gabaritoeditorial.com.br, acesso em dez. 2007.
"Instituto de Nutrição Annes Dias (INAD)". Disponível em http://www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?infoid=611&editionsectionid=39, acesso em 16 maio 2007.
IntegraMais, 1 (2), ago. 2006. Disponível em http://prograd.unifesp.br/santos/download/2006/informativo/integramais-02.pdf, acesso em set. 2007.

"José Salvador Julianelli". Disponível em http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/presidentes_alesp/jose_julianelli.jpg, acesso em jan. 2008.

Junqueira, Virginia Campos. "O *Campus* Diadema". Disponível em http://www.unifesp.br/prograd/novo/index.php?option=com_content&task=view&id=279&Itemid=194, acesso em out. 2007.

Manifesto Contra o Terrorismo Cultural, 1965, minuta. Disponível a partir da transcrição feita em 28 ago. 1999 em http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1725, acesso em dez. 2007.

Memória do Movimento Estudantil. Disponível em http://www.mme.org.br, acesso em jan. 2008.

"Mural dos Laboratórios de Farmacologia e Bioquímica da Escola Paulista de Medicina". Disponível em http://www.unifesp.br/dis/murallealprado/mural_lp.htm, acesso em set. 2007.

"O Curso de Ciências da Computação". Disponível em http://www.unifesp.br/prograd/novo/index.php?option=com_content&task=view&id=529&Itemid=217, acesso em jan. 2008.

Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em http://www.unifesp.br/reitoria/pdi/final.doc, acesso em out. 2007.

Solitrinick, Regina Elza. "Eram os Anos 60". 19 set. 2005. Disponível em http://www.amigosdozedirceu.blogger.com.br/2005_09_01_archive.html, acesso em jan. 2008.

"Unifesp Abre Concurso para Projeto de *Campus* em Diadema". Disponível em http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_dabfd.html, acesso em out. 2007.

"Unifesp Cuidará de Hospital em Guarulhos". Disponível em http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_dadjc.html, acesso em dez. 2007.

"Unifesp Oferece 11 Oportunidades para Professor Substituto". Disponível em http://concursos.correioweb.com.br/noticias/noticias.htm?codigo=17218, acesso em out. 2007.

Valle, José Ribeiro do. Entrevista a Luiz R. Travassos, Neide Lurkiewicz e Vera Rita da Costa em 1988. Disponível em http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=32, acesso em nov. 2007.

"Vencedores do Projeto '*Campus* Unifesp' Recebem Prêmio". Disponível em http://www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/noticia.csp?OBJID=3065&CSPCHD=0000000200061a32ui0c001825895203, acesso em out. 2007.

Índice Onomástico

Sobre os Autores

Os membros da equipe que realizou a pesquisa e a escrita deste livro atuam como docentes no curso de História da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Guarulhos.

Ana Lúcia Lana Nemi é professora de história contemporânea. Mestre em história social pela FFLCH/USP e doutora em ciências sociais pelo IFCH/Unicamp, tem pós-doutorado na USP e na Universidade de Lisboa. Desenvolve pesquisa em história das idéias no mundo ibérico contemporâneo, tendo diversos artigos publicados em periódicos especializados, capítulos em livros no Brasil e livros na área de ensino de história.

Jaime Rodrigues é professor de história do Brasil. Graduou-se na FFLCH/USP, tendo obtido o mestrado e o doutorado em história social no IFCH/Unicamp, e o pós-doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP. Atuou como professor na PUC-SP e dirigiu o Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Publicou, entre outros, os livros *De Costa a Costa* (Companhia das Letras, 2005) e *O Infame Comércio* (Ed. da Unicamp, 2000).

Karen Macknow Lisboa é professora de história do Brasil, tendo cursado a graduação na Universidade de Zurique e na USP. Nesta úl-

tima obteve o mestrado e o doutorado. Entre outras atividades, atuou como docente na Universidade Livre de Berlim e como curadora de exposições históricas. Entre suas publicações, que incluem diversos artigos e capítulos de livros no Brasil e no exterior, destaca-se *A Nova Atlântida de Spix e Martius* (Hucitec, 1997).

Luigi Biondi é professor de história contemporânea. Graduado em *Lettere* pela Università degli Studi di Roma "La Sapienza" e doutor em história social pelo IFCH/Unicamp. Foi professor da Universidade Federal do Ceará. Pesquisa principalmente os temas da imigração, do movimento operário e dos mundos do trabalho. Publicou diversos artigos e capítulos de livros no Brasil, na Itália e na França.

TÍTULO	*A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaios sobre História e Memória*
AUTORES	Jaime Rodrigues (org.), Ana Lúcia Lana Nemi, Karen Macknow Lisboa e Luigi Biondi
PROGRAMA	"Unifesp 75 Anos: Patrimônio Cultural e Perspectivas"
COORDENAÇÃO GERAL	Durval Rosa Borges
COORDENAÇÃO EXECUTIVA	Jaime Rodrigues
PESQUISA E TEXTOS	Ana Lúcia Lana Nemi, Jaime Rodrigues, Karen Macknow Lisboa e Luigi Biondi
PESQUISADORES AUXILIARES	Carlos Alexandre das Neves, Fernanda Nichterwitz, Gabriela de Rezende Ferreira, Hugo Leonardo Calhau dos Santos, Mauricio Antunes de Oliveira Soares, Michele Suzeley Piacente, Rafaela Dias Chaves Ferreira e Silvia Helena de Araújo Bueno
PRODUÇÃO, PROJETO GRÁFICO E CAPA	Fabio Kato
PREPARAÇÃO DE TEXTO	Rosi Rico
REVISÃO DE TEXTO	Adriana Garcia
REVISÃO DE PROVAS	Aristóteles Angheben Predebon
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	Fabio Kato
ÍNDICE ONOMÁSTICO	Adriana Garcia
ASSESSORIA PARA LEI ROUANET	Fernanda Benévolo Lugão
SECRETARIA EDITORIAL	Fernanda Dias Godoi Ornaghi Labib Bernardi
FORMATO	21 x 28 cm
TIPOLOGIA	Adobe Garamond Pro 12 / 15,4 pt
PAPEL	Pólen Soft 80 g/m^2
NÚMERO DE PÁGINAS	296
TIRAGEM	1 500
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	Lis Gráfica